



Como Exportar Angola

entre



INTRODUÇÃO2

MAPA.....3

DADOS BÁSICOS.....4

I – ASPECTOS GERAIS6

1. Geografia.....6
2. População, centros urbanos e nível de vida.....9
3. Transportes e comunicações.....13
4. Organização política e administrativa.....28
5. Organizações e acordos internacionais.....33

II – ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS.....40

1. Conjuntura econômica.....40
2. Principais setores de atividade.....47
3. Moeda e finanças.....70

III – COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS77

1. Evolução recente: considerações gerais.....77
2. Direção.....81
3. Composição.....82

IV – RELAÇÕES ECON. BRASIL-ÁFRICA DO SUL85

1. Intercâmbio comercial bilateral.....87
2. Balanço de pagamentos bilateral.....98
3. Investimentos bilaterais.....102
4. Linhas de crédito de bancos brasileiros.....109
5. Principais acordos econômicos com o Brasil.....111
6. Matriz de oportunidades: principais produtos importados pelo país-alvo.....113

V - ACESSO AO MERCADO138

1. Sistema tarifário.....138
2. Regulamentação de importação.....141

3. Documentação e formalidades.....157

4. Regimes especiais.....160

VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO171

1. Canais de distribuição.....171
2. Promoção de vendas.....176
3. Práticas comerciais.....179

VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS187

ANEXOS.....189

- I - Endereços.....189
- II - Fretes e Comunicações com o Brasil.....195
- III - Informações sobre SGP.....206
- IV - Informações Práticas.....211

BIBLIOGRAFIA217

CRÉDITOS



INTRODUÇÃO

Angola é um dos mais extensos países da África, com 1,247 milhão de quilômetros quadrados, localizada na costa ocidental da África. Tem fronteiras com países como a República Democrática do Congo (RDC), a Namíbia e a Zâmbia. Angola também possui o enclave de Cabinda, que faz fronteira com a RDC. Seu território é dividido em 18 províncias, sendo Luanda a capital do país.

Angola foi colônia portuguesa até 1975, quando, em 11 de novembro daquele ano, teve sua independência proclamada. Porém, logo depois o país entrou em crise, devido à eclosão de uma guerra civil, que durou até abril de 2002, quando o conflito armado foi encerrado em um processo de pacificação e reconciliação nacional.

A partir desse momento, a Nação angolana começou a desenvolver políticas visando sua reconstrução e desenvolvimento.

O atual Presidente, Eduardo dos Santos, realizou eleições legislativas em setembro de 2008 e, apesar de prometer eleições presidenciais em 2009, o tema dependeria da elaboração de uma nova Constituição. Com a recente aprovação da Carta Magna do país, as eleições foram programadas para 2012.

Angola é um dos países mais caros do mundo para o trabalho de estrangeiros, mas também oferece grandes oportunidades àqueles que perseveraram e investiram no desenvolvimento de parcerias com os angolanos.



MAPA



Map No. 3272 Rev. 2 UNITED NATIONS
October 1997 (Colours)

Department of Public Information
Cartographic Section



DADOS BÁSICOS

Dados Demográficos:

Superfície: 1.246.700 km² (terra arável: 2.65%)
 População: 18.020.668 (2008)
 Densidade demográfica: 13,2 hab./ km² (2008)
 Índice de urbanização: 12%
 População urbana: 58,5% (2008)
 População economicamente ativa:
 2005 – 7.325.655
 2006 – 7.545.629
 2007 – 7.769.390
 2008 – 8.006.411

Principais cidades:

Luanda (capital), Lobito, Benguela, Huambo (antiga Nova Lisboa) e Lubango (antiga Sá da Bandeira).

Divisão administrativa:

18 províncias - Bengo, Benguela, Bie, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huila, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uige, Zaire.

Obs.: A província de Cabinda é um enclave separado do resto do país pela República Democrática do Congo.

Recursos naturais:

Petróleo, gás, diamantes; ferro, manganês, cobre, fosfato, granito, mármore e minerais raros.

Moeda:

kwanza (símbolo: Kz; código ISO 4217: AOA)

Cotação:

88,75 Kz = US\$ 1 (junho de 2010)

PIB estimativa

	2007	2008	2009
PIB (preços correntes) – US\$	101,6 bilhões	115,1 bilhões	114,4 bilhões
PIB per capita (ppc/ppp) – US\$	8,300	9,200	8,900

Nota: dados em dólares americanos de 2009

**Origem do PIB por setor:**

Petróleo: 55%

Comércio e serviços: 20%

Pecuária/pesca: 10%

Taxas reais médias de crescimento dos setores de 2005 a 2009:

Agrícola: 16%

Industrial: 24%

Construção civil: 26%

Crescimento real do PIB:

- 0.6% (2009 est.)

15,6% (2008 est.)

23.3% (2007 est.)

Comércio exterior:**Exportações:**

US\$ 40,02 bilhões (2009 est.)

Petróleo bruto, diamantes, refinados de petróleo, café, sisal, peixe e derivados, madeira e algodão.

Importações:

US\$ 12,81 bilhões (2009 est.)

Veículos e peças, medicamentos, alimentos, têxteis e bens militares.

Intercâmbio comercial com Brasil:**Exportações brasileiras**

2007: US\$ 1,21 bilhão

2008: US\$ 1,97 bilhão

Importações brasileiras

2007: US\$ 1,21 bilhão



I – ASPECTOS GERAIS

1. Geografia

Localização, superfície, regiões e distâncias

Localização e superfície

Costa Ocidental do continente africano na parte austral

Área total: 1.246.700 km²

Latitude – Norte -04°22` G /Sul-18°02` G

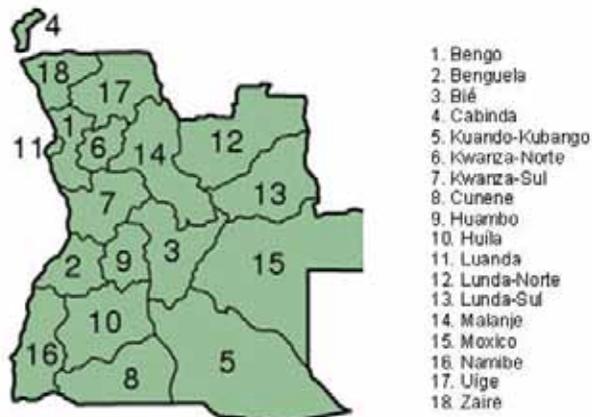
Longitude – Leste -24°05` E.G / Oeste -11°41` E.G

Costa Atlântica: 1.650 km

Fronteiras terrestres: 4.837 km totais. Ao Norte: República do Congo (201 km) e República Democrática do Congo (2.511 km, dos quais 225 km constituem o limite descontínuo com a Província de Cabinda); a Leste: República Democrática do Congo e República da Zâmbia (1.110 km); ao Sul: Namíbia (1.376 km); e a Oeste: Oceano Atlântico.

Regiões Geográficas

Divisão Territorial de Angola: as províncias



Angola é dividida administrativamente em 18 províncias, 164 municipalidades e comunas. Cada governador tem status de ministro e é nomeado pelo Presidente da República.



Quadro informativo – regiões administrativas e distâncias

Províncias	Capital	Área em Km ²	População	Municípios	Clima	Distância em Km
Província do Bengo	Caxito	33.016	310.000	5, Dande, Ambriz, Icolo e Bengo, Muxima, Nambuan-gongo	Tropical seco	Luanda 55, Uige 295
Província de Benguela	Benguela	37.802	670.000	9, Lobito, Bocoio, Ganda, Cubal, Caimbambo, Benguela, Baía Farta, Chongoroi	Tropical seco de planalto	Luanda 692, Sumbe 208, Lobito 33
Província do Bié	Kuito	70.314	1.200.000	9, Kuito, Andulo, Nharea, Cuemba, Cunhinga, Catabola, Camacupa, Chinguar, Chitembo	Tropical de planalto	Luanda 709
Província de Cabinda	Cabinda	7.270	170.000	4, Cabinda, Cacongo, Bucu Zau, Belize	Tropical úmido	Luanda 480, MBanza Congo 365
Província do Cunene	Onjiva	87.342	230.000	6, Cuanhama, Ombadja, Cuvelai, Curoca, Cahama, Namacunde	Tropical seco	Luanda 1.424, Lubango 415
Província do Huambo	Huambo	34.270	1.000.000	11, Huambo, Londuimbele, Bailundo, Mungo, Cachtchiungo, Longonjo, Caála, Tchidjenje, Ucuma, Ekunha, Tchicala-Tcholoanga	Tropical de planalto	Luanda 600, Kuito 165
Província da Huila	Lubango	75.002	800.000	13, Quilengues, Lubango, Humpata, Chibia, Chiange, Quipungo, Caluquembe, Caconda, Chicomba, Matala, Jamba, Chipindo, Kuvango	Tropical de planalto	Luanda 1.015, Namibe 225
Província do Kuando Kubango	Menongue	199.049	150.000	9, Menongue, Cuito Cuana-vale, Cuchi, Cuangar, Longa, Mavinga, Calai, Dirico, Rivungo	Tropical seco de planalto	Luanda 1.051, Kuito 342



Província do Kuanza Norte	N'dalatando	24.110	610.000	9, Cazengo, Lucala, Ambaca, Golungo Alto, Dembos, Bula Atumba, Cambambe, Quiculungo, Bolongongo, Banga, Samba Cajú, Gomguembo, Pango Aluquem	Tropical úmido	Luanda 492, Benguela 208
Província do Kuanza Sul	Sumbe	55.660	610.000	12, Sumbe, Porto Amboim, Quibala, Libolo, Mussende, Amboim, Ebo, Quilenda, Conda, Waku Kungo, Seles, Cassongue	Tropical seco	
Província de Luanda	Luanda	2.257	6.000.000 (estimativa)	9, Mainaga, Ingombota, Rangel, Samba, Kilamba Kiayi, Cazenga, Cacucaco, Sambizanga, Viana	Tropical seco	Cabinda 480, Benguela 692, Ondjiva 1.424
Província da Lunda Norte	Lucapa	103.000	250.000	9, Tchitato, Cambulo, Cuilo, Caungula, Cuango, Lubalo, Capenda Camulemba, Xá Muteba	Tropical úmido	Luanda 1.175, Saurimo 135
Província da Lunda Sul	Saurimo	77.637	120.000	4, Saurimo, Dala, Muconda, Cacolo	Tropical úmido	Luanda 1039, Lucapa 135
Província de Malange	Malange	97.602	700.000	14, Massango, Marimba, Calandula, Caombo, Cunda dia Baza, Cacuzo, Kiwaba N'zoji, Quela, Malange, Mucuari, Calandula, Cambundi-Cattembo, Luquembo, Quirima	Tropical úmido	Luanda 423, Ndanlatando 175
Província do Moxico	Luena	223.023	240.000	9, Alto Zambeze, Bundas, Camanongue, Léua, Luacano, Luau, Luchazes, Lumeje e Moxico	Tropical de planalto	Luanda 1.314, Saurimi 265
Província do Namibe	Namibe	58.137	85.000	5, Namibe, Camucuiu, Bibala, Virei, Tombwa	Tropical seco (deserto)	Luanda 1.234, Lubango 225



Província do Uige	Uige	58.698	500.000	15, Zombo, Quimbele, Damba, Mucaba, Macocola, Bembe, Songo, Buengas, Sanza Pombo, Ambuila, Uige, Negage, Puri, Alto Cauale, Quitexe	Tropical úmido	Luanda 345, Mbanza Congo 314
Província do Zaire	M'Banza Congo	40.130	50.000	6, M'Banza Kongo, Soyo, N'Zeto, Cuimba, Noqui e Tomboco	Tropical úmido	Luanda 481, Uige 314

Clima

Angola tem duas estações: a das chuvas, que é o período mais quente, entre setembro e maio; e a do cacimbo, ou seca, que é menos quente e vai de junho a setembro.

No entanto, da costa para o interior distinguem-se dois climas: o da região litorânea e o do interior. A região litorânea apresenta umidade relativa média anual de 30% e temperatura média superior aos 23°C. A região interior é subdividida em zonas: a Norte, com elevada queda pluviométrica e temperaturas elevadas; a zona de Altitude, que abrange as regiões do planalto central, com uma estação seca de temperaturas baixas (maio a setembro); e, por fim, a Sudoeste, que é semi-árida, em consequência da proximidade do deserto do Namibe (extensão do deserto do Kalahari), e está sujeita a grandes massas de ar tropical continental.

Temperaturas Médias:

Máxima: 27°C mínima: 17°C Janeiro: 25,6°C Julho: 20,6°C

Precipitação de chuvas

anual: 330,2mm/13"

2. População, centros urbanos e nível de vida

População

18.020.668 (2008)

População urbana: 58,5% (2008)

População rural: 43%

População urbana:

2006	2007	2008
9.381.922	9.795.458	10.217.719

Fonte: Banco Mundial (www.worldbank.org).



Densidade demográfica:

13,2 hab./km² (2008)

Crescimento demográfico:

Taxa de crescimento demográfico (%)				
1970-1990	1990-2000	2000-2008	2005-2010	Est. 2010
2,8	2,9	2,9	2,81	2,063

Fonte: UNICEF (<http://www.unicef.org>).

Composição da população por faixa etária e sexo

Taxa de crescimento demográfico (%)			
Faixa	%	Homens	Mulheres
0-14 anos:	43.4	2.862.178	2.808.266
15-64 anos	53.9	3.579.202	3.465.240
Acima de 65 anos	2.7	155.738	197.537 (*)
Média de idade total: 18 anos			

(*) 2010 est. Fonte: CIA Factbook

População economicamente ativa:

7.769 milhões (2009 est.)

Por setor de atividade:

Petróleo: 27%

Agricultura: 5%

Taxa de Desemprego: 25%

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

143^a no conjunto dos países - classificação de Desenvolvimento Humano Média (UNDP)

Percentagem de dependência da população infantil – 84.5%

Percentagem de dependência da população idosa – 4.7%

Taxa total de fertilidade (nascimentos por mulher) – 5.8%

Língua Oficial:

Português

Principais Línguas Nacionais:

Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Fiote, Kwanyama.

Religião:

Católica 51%; Protestante 17%;

Tradicional (Animista) 30%; Outras 2%.

Grupos étnicos:

Ovimbundu 37%, Kimbundu 25%, Bakongo 13%, mestiços (europeus/ nativos) 2%, europeus 1%, outros 22%.

Origem Étnica:

majoritariamente Bantu.

Centros Urbanos:

Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lucapa, Kuito, Lubango, Malanje, Namibe, Soro, Cabinda, Uíge, Tombo, Saurimo, Sumbe, Caluquembe, Gabela, Caxito, Longonjo, M' Banza Kongo.

Principais indicadores sócio-econômicos

PIB (em US\$)

2008 2009 est.

84,944,837,899 \$70.53 bilhões

Fonte: Banco Mundial (www.worldbank.org)

PIB (em preços correntes US\$)*

2007 est. 2008 est. 2009 est.

101.6 bilhões 115.1 bilhões 114.4 bilhões

* Dados em dólares americanos de 2009



PIB per capita (ppc/ppp US\$)

2007 est.	2008 est.	2009 est.
8,300	9,200	8,900

* Dados em dólares americanos de 2009

Renda bruta interna (GNI) per capita (US\$): 3.446,75

Origem do PIB por setor (2008)



Fonte: African Economic Outlook
(www.africaneconomicoutlook.org)

Taxa de Crescimento Real do PIB - quadro comparativo:

Economias Subsaarianas	2006	2007	2008
África do Sul	5,4	5,1	3,8
Nigéria	6,2	6,4	9,1
Quênia	6,1	7,0	2,5
Angola	18,6	23,3	15,6
Importadores de petróleo	5,7	5,2	5,1
Exportadores de petróleo	6,3	8,0	8,4
África Subsariana	6,4	6,8	6,6

Fonte: ANIP (www.anip.co.ao)

Crescimento econômico em 2009 (comparativo entre as fontes):

- 1,9% (estimativa) - Universidade Católica Angolana
- 2,74% (estimativa) - Governo de Angola
- 0,4% (estimativa) - Fundo Monetário Internacional
- 2% (estimativa) - Economist
- 0,1% (estimativa) - Banco Africano de Desenvolvimento

Comércio exterior:

Exportações: US\$ 40,02 bilhões (est. 2009)
petróleo bruto, diamantes, refinados de petróleo, café, sisal, peixe e derivados, madeira e algodão.

Importações: US\$ 12,81 bilhões (est. 2009)
veículos e peças, medicamentos, alimentos, têxteis e bens militares.

Outros indicadores:

Número de telefones fixos por 100 hab. – 29 (2007)
Densidade de telefones fixos combinados com celular:
+ de 50 telefones por 100 hab. (2008)

Telefones fixos e celulares (assinantes)

2006	2007	2008
3.152.785	5.055.830	6.887.652

População coberta por rede de telefonia celular:
40% (2006)

Tarifa telefone celular pré-pago (US\$ por mês):
US\$ 12

Número de aparelhos de TV por domicílios:
2007 - 34,0%



Internet

	2005	2006	2007	2008
International Internet banda larga (bits por pessoa)	4.09	11	17	
Assinantes fixos de Internet (Fixed broadband Internet subscribers) – por 100 habitantes	0.00	0.04	0.07	0.09
Usuários de Internet – por 100 habitantes	1.14	1.91	2.84	3.05
Computadores – por 100 habitantes	0.56	0,65		

Consumo de energia

Ano	2005	2006	2007
Energia elétrica - kWh/per capita (a)	135	148	185
Energia proveniente de combustíveis fósseis – % do total (b)	28,0%	31,0%	34,0%
Combustíveis renováveis e resíduos – % do total (c)	70%	67%	63%
Energia nuclear e alternativa – % do total (d)	2,09%	2,33%	2,59%

(a) Fonte: Banco Mundial (www.worldbank.org); (b) Produtos de carvão, óleo, petróleo e gás natural. Fonte: Agência Internacional de Energia - <http://datos.bancomundial.org/indicador/EG.USE.COMM.FO.ZS>; (c) Biomassa sólida, biomassa líquida, o biogás, resíduos industriais e municipais, medidos como porcentagem do consumo total de energia. Fontes: Agência Internacional de Energia e Indicadores de desenvolvimento; (d) A energia limpa é energia não proveniente de hidrocarburos cuja geração não produz

dióxido de carbono. Inclui a energia hidroelétrica, nuclear, térmica, solar, entre outras. Fonte: Agencia Internacional de Energia.

Acesso a água potável

(% população urbana): 62,0%

Uso de fontes melhoradas de água potável				
Ano	Áreas urbanas		Áreas rurais	
	Cobertura Total	Estimativa HC	Cobertura Total	Estimativa HC
1990	30%	1%	40%	0%
1995	32%	1%	40%	0%
2000	43%	12%	40%	1%
2005	54%	26%	39%	1%
2008	60%	34%	38%	1%

Fonte: World Health Organization and United Nations Children's Fund (WHO /UNICEF) Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation - Estimates for the use of Improved Drinking-Water Sources

Educação

De acordo com o Ministério da Educação, as matrículas no ensino primário deverão crescer 5,6%, entre 2010 e 2011. O governo quer atingir uma taxa de conclusão do ensino primário de 90% das crianças, até 2015. Foi proposto projeto de refeições escolares gratuitas (merenda escolar).

No ensino superior, em 2008, havia 70.000 alunos matriculados na universidade, dos quais 80% em estabelecimentos públicos. A educação empregava um total de 162.766 pessoas. O governo central controla menos de 20% do orçamento do setor. As províncias administram os 80% restantes.

Taxa de alfabetização total (% acima de 15 anos): 69,6% (2008)

Taxa de alfabetização (% entre 15-24 anos): 72,9% (2008)



Taxa de alfabetização (% por gênero): Mulheres - 65,2 % (2008); Homens - 80,8 %

População com instrução primária: 34,7%

População com instrução secundária ou universitária: 9,3%

Escola primária: a taxa de matrículas subiu de 56% para 76%, com quase paridade, em termos de distribuição de gênero (cf. UNICEF 2010).

3. Transportes e comunicações

Transportes e infraestrutura

Rede Rodoviária

Automóveis:

40 por 1.000 hab.(2007)

Estradas:

72.000 km

Estradas pavimentadas:

5.850 km

Superada a situação de conflito militar durante as últimas três décadas, a infraestrutura viária está atualmente em reconstrução. Dos 75.000 km de estradas existentes, antes dos conflitos, 7.955 km são asfaltados e 7.870 km são estradas de cascalho. Algumas das estradas asfaltadas estão intransitáveis devido a pontes quebradas e minas terrestres, mas a maioria das estradas principais que ligam as capitais provinciais já desativaram as minas. Este total de cerca de 16.000 km de estradas é administrado pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA).

Os principais eixos que unem a capital ao o interior:

Direção Norte: (Bengo, Zaire, Uíge);

Direção Leste-Oeste: (Malanje, Luanda Norte, Huambo, Luanda Sul, Moxico, Kwanza-Norte, Huambo, Bié);

Direção Sul: (Kwanza Sul, Benguela, Namíbe).

Paralelamente, outros ramais secundários ligados aos principais eixos permitem a comunicação com os países limítrofes, em particular com a Namíbia, a República Democrática do Congo e a República do Congo.

Integrado a um plano de melhoria da infraestrutura rodoviária do país, iniciou-se, em 2007, a construção de várias estradas, principalmente a "Auto-Estrada Periférica", em torno de Luanda, que contará com 54 km de extensão, 2 faixas de rodagem em cada sentido (com possibilidade de alargamento para 3) e um canteiro central de 20m de largura.

Das 4.261 pontes existentes no país, de diversos tipos e dimensões, cerca de 1.500 estão destruídas, representando 35% do total. No que se refere a pontes rodoviárias, estão em curso obras de reabilitação nos seguintes rios: Dande, no trecho alternativo para o Ambriz; Mucoso, na estrada Luanda/Dondo; Lucala, na estrada Ndalatando/Malanje; Colui, no trecho Menongue/Lubango; Colele na estrada Katchiungo/Bailundo; Longa, no trecho Menongue/Cuito Cuanavale; Queve, no município do Waco Kungo.

A reconstrução das pontes sobre os rios Alto Zambeze e Lunguebungo, na província do Moxico, e Cuemba e Cuiva, no Bié, constitui um dos próximos grandes desafios do INEA.

Rede Ferroviária

Linhas férreas

Devido aos danos causados pelos anos de guerra civil, apenas uma pequena parte da outrora extensa estrutura ferroviária angolana funciona regularmente. Angola possui cerca de 2.700 km de ferrovias, mas apenas 850 km da rede estão



em operação. A ligação ao porto de Luanda ainda não está operacional. O trabalho de reconstrução, incluindo retirada de minas, está em curso e interrompe o serviço de Luanda para Viana (35 km).

O Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), que antigamente cobria 1.340 km desde o porto de Lobito até a fronteira com a Zâmbia, atualmente cobre apenas 154 km, entre as cidades de Lobito, Benguela e Cubal. Apenas o serviço entre Namibe e Matala (320 km) se aproxima dos níveis anteriores à guerra. A reconstrução das vias férreas constitui uma prioridade para o governo de Angola.

No norte, a reconstrução do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), iniciada em 2003, inclui resparo de 2 km do trecho Bungo/Texatang, e 12 km entre Viana/Baía. Orçado em cerca de US\$ 90 milhões, o projeto de reconstrução do Caminho-de-Ferro de Luanda está sendo implementado pela empresa chinesa CMEC-TEC.

Em julho de 2010, o primeiro trem experimental de carga dos Caminhos-de-Ferro de Angola chegou ao Dondo, numa viagem a partir do quilômetro 30 (Baia), na qual fez paradas nas estações de Catete e Zenza do Itombe, e chegou 4 horas depois à estação do Dondo. O primeiro trem experimental de passageiros entre Luanda e o Dondo começou a circular no início de julho e está prevista para breve a chegada a Malange. Com essa reativação das linhas de trem entre Luanda e o Dondo, o escoamento dos produtos do campo e os abastecimentos ao comércio local vão ser facilitados. As obras de reconstrução da linha-férrea foram realizadas por uma empreiteira chinesa, que informou ter substituído, no trajeto Luanda-Dondo, todas as travessas e carris, além de ter reforçado o solo do canal e reconstruído pontes e pontões. A nova via férrea está então em condições técnicas para a circulação permanente de trens.

A empresa Caminhos-de-Ferro de Benguela, criada em 1903 por um consórcio entre Portugal, Bélgica e Inglaterra, visava ao escoamento do minério de países como a Zâmbia, a República Democrática do Congo e o Zimbábue, assim como outros que atualmente pertencem à Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). A sua construção, com

origem numa lei de agosto de 1899, foi iniciada em 1º de março de 1903, tendo sido concluída em fevereiro de 1929. O contrato de concessão de exploração, de 99 anos, atribuído à Companhia do Caminho de Ferro de Benguela SARL, terminou em 28 de novembro de 2001, revertendo a favor do Estado angolano todos os meios fixos e circulantes da empresa, que se tornou estatal. Hoje, no rescaldo de 30 anos de guerra, pode novamente vir a tornar-se fundamental para a retomada do desenvolvimento de Angola.

Há 1.344 km (840 milhas) de vias, de oeste a leste, a partir do porto atlântico de Lobito até Luau, na fronteira com a República Democrática do Congo. Foi um elo importante de comércio para os produtos naturais de Angola, como o milho, o trigo, o café, o algodão, o açúcar e gado, além de ter aberto uma rota de comércio vital para a Zâmbia, que não possui saída para o mar. Depois de Luau, a linha encontrava-se ligada aos sistemas ferroviários da República Democrática do Congo e da Zâmbia. Através da ligação com a Zâmbia, era possível chegar à cidade de Beira, em Moçambique, e a Dar es Salaam, na Tanzânia, junto ao oceano Índico. Desta forma, fazia parte de uma linha ferroviária transcontinental. Também se encontrava ligada indiretamente ao sistema ferroviário da África do Sul. Nos seus tempos áureos, o caminho de ferro de Benguela era o caminho mais curto para transportar as riquezas minerais do Congo para a Europa.

Em 2005, foram iniciadas negociações entre os governos de Angola e da Zâmbia, para retomar o funcionamento da linha. A China forneceu cerca de US\$ 500 milhões em ajuda financeira para a reconstrução da linha, danificada pela guerra. Atualmente, encontra-se em funcionamento entre Lobito e Cubal. Um projeto de US\$ 4 bilhões foi proposto para restaurar e estender as linhas férreas.



Fonte da imagem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho_de_Ferro_de_Benguela

É esperado que o trem chegue a Luau, município na fronteira da província do Moxico com a Zâmbia, em 2011. O projeto de reabilitação da CFB está orçado em US\$ 1,9 bilhão e permitirá à companhia, quando todas as infraestruturas estiverem reabilitadas e modernizadas, transportar anualmente 40 milhões de passageiros e 20 milhões de toneladas de mercadorias.

Um contrato foi assinado recentemente entre a Direção da CFB e a empreiteira chinesa China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR-20), para a aquisição de novas locomotivas. O material ferroviário inclui 8 locomotivas com 2 cabines, 66 vagões de primeira, segunda e terceira classes, 94 vagões para transporte de containers, cisternas de combustível, de água e de cereais a granel. O contrato contempla também a capacitação, na China, do pessoal da CFB, e o fornecimento de peças e material sobressalente.

O Governo angolano investiu US\$ 1,8 bilhão de dólares na reparação das linhas da CFB, incluindo desminagem, reposição de linhas, construção de pontes e construção de 16 estações. A reabertura do tráfego interno e do tráfego internacional para a rede da SADC, diretamente à República Democrática do Congo, e, numa segunda fase, tão logo esteja terminado o ramal que ligará diretamente as linhas da CFB à rede ferroviária da Zâmbia, irão proporcionar uma diminuição significativa dos custos da logística dos países internos da África Austral.

No sul, a reconstrução dos Caminhos-de-Ferro de Mo-

çâmedes prevê a construção de 56 estações, de importância diversa, ao longo de 907 km, segundo informação do Instituto Nacional dos Caminhos-de-Ferro de Angola (INCFA). Estações de primeira, segunda e terceira classe estão sendo construídas em pontos distintos da linha ferroviária. Fundada em 1905, a empresa do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes tem a sua sede na cidade de Lubango, e a linha parte da cidade de Namibe (antiga Moçâmedes), indo até Menongue, província de Kuando Kubango. A reabilitação total da linha ferroviária de Moçâmedes está a cargo da empresa indiana Rail India Technical and Economic Consultancy Services (RITES).

Cidades servidas por ferrovias

Linha Norte

Conhecida como Caminhos de Ferro de Luanda (CFL), originalmente com bitola de 1000 mm, hoje com bitola de 1067 mm:

Luanda - porto - Capital Nacional ; junção
Caxito (80m) - ramal terminal; capital de província

Quicabo (200m)
Fundá (75m)

Cabiri (87m) - ramal terminal
Cacuaco (9m) - junção

Viana (84m) - estação suburbana
Baía (89m) ramal terminal

Camizunzo (116m)
Catete (90m)

Zenza do Itombel (128m) - junção
Dondo (134m) - ramal terminal



Quixinge (147m) - ramal de extensão
Beira Alta

Canhoca (362m) - junção
Cambondo - ramal terminal

N'dalatando (688m)
Cacuso (946m)

Lombe (1088m)
Malanje (1155m) (479km) – terminal

Golungo Alto - ramal terminal
Musseques (11m)

Bungo
Texatang

Boavista
Cazenga (16m) - obras

Luinha (365m) - ramal curto
Linha do Meio
(bitola 610mm = fechada)

Gunza - porto
Gabala - terminal na mina

Linha Central

Caminhos de Ferro de Benguela, sempre com bitola de 1067 mm:

Lobito - porto	Catumbela (93m)
Benguela - porto	Catengue

Cubal (928m) - 171 km	Ganda (1264m) -
Caála (1746m) - junção	Huambo (1721m) - (380 km) (se chamava Nova Lisboa) - workshops
Kuito (1700m)	Camacupa (1448m)
Cuamba (1357m)	Chicala
Luena (1746m) ^[3]	Luau (1071m) - (1269 km) - fronteira com o Congo
Dilola, Congo Kinshasa	Cavaco Rio
Caála (1746m) - junção	Cuima (1677m) - ramal terminal

Linha do Sul

Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, originalmente bitola de 600 mm, convertida a 1067 mm em 1950:

Namibe (44m) - porto	Sacomar (14m) - (5km) - triagem
Bibala (906m)	Lubango (1718m) (246km) - junção
Matala (1219m) - estação intermediária	Dongo (1452m) - (500km) - junção
Dongo Novo	Entroncamento
Cubango	Cuchi (1315m)
Menongue (1353m) - terminal (756km)	Caraculo (532m) - fábrica de dormentes de concreto em 2008
Lubango (1718 m) - junção	Chibia (1437 m) - estaleiros
Ondjiva (1098 m) - capital da província	Dongo, Huila, Angola - junção
Cassinga (1235m) - minério de ferro	Chamutete (1276m) - ramo terminal



Cuto (507m)	Cuvelai (1231 m)
Chiange (1253 m) - ramal terminal (150km) que pode ser estendido ao link com a Namíbia.	

Estava prevista para julho de 2009 a conclusão das obras de reparo do trecho entre Matala e Kuando-Kubango, cuja extensão é de 505 km. Também foram previstas obras em trechos nas localidades de Dongo, distrito de Jamba, Matala-Dongo, Kuvango, Cuchi, Menongue, assim como de Namibe para Lubango e para Matala, em uma extensão de 903 km.

Linhas ferroviárias para países limítrofes

As três linhas de Caminho-de-Ferro existentes em Angola (Luanda, Benguela e Namibe) serão ligadas às redes ferroviárias existentes nos países vizinhos (República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia). Os planos fazem parte de um programa designado "Desenvolvimento do Sistema Integrado dos Caminhos-de-Ferro", que foi aprovado pelo governo em 2001.

Assim, o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), que chegaria em agosto à cidade do Huambo, no centro do país, estava previsto para atingir, em novembro de 2010, a fronteira entre a província do Moxico e a República da Zâmbia, ligando-se à Zambian Railways. Um ramal especial será construído entre a estação de Luacano, no Moxico, e a nova mina de Lumwana, em construção na Zâmbia.

O Caminho-de-Ferro do Namibe vai ligar-se à linha ferroviária da Namíbia, partindo da estação do Cuvango, numa extensão de 343 km, até Oshikango, em território namibiano, junto à fronteira com a província angolana do Cunene.

Está em estudo a construção dos caminhos-de-ferro do Congo, que ligarão Luanda às províncias do Bengo, Uíge, Zaire e Cabinda, numa extensão de 950 km, interligando-se depois com o Chemin de Fer du Congo Ocean, no Congo Brazzaville.

Rede de hidrovias

Os 4 rios principais

O principal rio de Angola é o Kwanza, com mil quilômetros de comprimento, dos quais apenas 240 km são navegáveis. Este é seguido pelos rios Kubango (extensão de 975 km), o Cunene (800 km) e, por fim, o rio Zaire (150 Km), todo ele navegável.

Os rios angolanos oferecem oportunidades para a implementação de negócios de interesse turístico ou misto, do tipo-comércio-turismo.

Ainda não existem empresas organizadas de transporte fluvial de passageiros.

Vias navegáveis

Extensão: 1.300 km (dados de 2008)

Rios: 1.295 km (699 navegáveis).

Oleodutos

Petróleo bruto: 179 km (97 milhas).

Transportes Marítimos e Portos

Marinha mercante:

Navios mercantes registrados com bandeira angolana:

Frota total: 59

Petroleiros: 5

Cargueiros: 12

Outros tipos: 42

O transporte marítimo constitui a principal meio de comércio externo, cuja infraestrutura, em termos gerais, apresenta-se em condições bastante aceitáveis. O país é dotado de 3 grandes portos comerciais e centenas de outros de pequena dimensão, voltados fundamentalmente para a pesca e para o escoamento do petróleo.

Entre as principais companhias de navegação que operam em Angola, destacam-se a Cabotang, a Empromar, a NDS e a Secil Marítima, transformada em companhia de bandeira



após a extinção da Angonave. O ramo de transporte marítimo também oferece excelentes oportunidades de negócios turísticos, com a exploração de embarcações do tipo 'ferry-boat' e de barcos de recreio.

Portos, cais e marinas:

Ambriz, Cabinda, Lobito, Luanda, Malongo, Moçamedes, Namibe, Porto Amboim e Soyo (2000).

Principais Portos Comerciais	Volume de Carga	Volume de Tráfico
Porto de Luanda	10.000 m ²	+ 710.000 TM
Porto de Lobito	-	600.000 TM
Porto de Namibe	-	+ 115.000 TM

Porto de Luanda

É o principal porto de Angola, movimentando mais de 70% das importações e exportações do país (excluído o petróleo cru). Situa-se na baía abrigada de Luanda, local com excelentes condições naturais, ondulação fraca e ventos calmos. A entrada da baía mede cerca de 1,5 milhas de largura, o que facilita o acesso ao porto. A profundidade ao longo do cais varia entre 10,5 e 12,5 m, exceto no terminal de cabotagem, cujo calado vai de 3,5 a 5,5 m. O porto apresenta as seguintes características e equipamentos:

- Cais de acostagem: extensão de 2.738 m, divididos em 7 terminais e uma plataforma logística de apoio à indústria petrolífera;
- Calado máximo no canal de aproximação: 9,50 m;
- Calado na boca do porto: 27,5m;
- Calado no cais: 10,0m;
- Cais ou atracadores: 5 cais (atracadores) de carga até 180 m de comprimento;
- Guindastes: 25 guindastes no cais, com elevadores de 3t e 10t;
- Guindaste móvel : 20 t (o guindaste móvel pode ser rebocado de Lobito a um custo);

- Rebocadores: 3 (de 750 e 2.500 HP);
- Conexões com via férrea: sim;
- Conexões com via aérea: Aeroporto Internacional de Belas, a 5 km;
- Entrepósitos de armazenamento: 18 (55.000m² de espaço coberto; há espaço descoberto disponível);
- Os terminais: Unicargas, Intertransit, SGEPE e um cais convencional;
- O Terminal Polivalente do Porto: gerido pela UNICARGAS, que se ocupa do carregamento, descarregamento e transporte de mercadorias e ainda é responsável pela operação dos navios que atracam no Porto de Luanda.

O porto trabalha 24 h e é gerido pela Empresa Portuária de Luanda E.P. Atualmente, chegam a Luanda uma média de 3 navios ao dia, principalmente com produtos importados.

Movimenta cerca de 1,5 milhões de t/ano, sobretudo carga de importação (1,2 milhões ton.), metade da qual, carga temporizada.

Transitam pelo porto mercadorias variadas, tais como farinha, arroz ou cereais para moagem, materiais de construção, produtos manufaturados, automóveis e veículos e equipamentos de transporte.

As tonelagens de saída e de exportação são, sobretudo, de café, tráfego local de cabotagem e contêineres vazios.

Em 2009, houve redução de 4,64% na entrada de contêineres de 40 pés, com 81.176 unidades; em 2008, houve entrada de 85.129 unidades. Em relação aos contêineres de 20 pés, houve um decréscimo de 9,01%, em 2009 (entrada total de 114.476 unidades). Em 2010, a redução foi muito maior, estimada em 50%.

O Porto, em 2008, operou 6 milhões de toneladas em volume de mercadorias.



Estatísticas do Porto de Luanda		
	2008	2009
Tráfego (milhões de toneladas)	6	6,6
Navios recebidos	4/dia	-
Navios estacionados no porto	35/dia	-

Entrada de veículos:

2009 – 89.273 veículos

2008 – 94.411 veículos

Acordo para modernização do Terminal II de contêineres do Porto de Luanda:

Em 3 de julho de 2010, a Agência para o Investimento Privado (ANIP) e a Sogester assinaram, em Luanda, um contrato, avaliado em US\$ 56 milhões, para remodelar e modernizar o Terminal II de contêineres do Porto de Luanda. A Sogester, empresa gestora do terminal de contêineres, responsável por 70% das mercadorias que saem e entram no Porto de Luanda, iniciou as suas atividades em novembro de 2007, assumindo, por via do contrato de concessão do espaço, 521 trabalhadores da empresa portuária. Atualmente, a firma conta com 740 funcionários.

O futuro porto de Luanda

Conforme notícias publicadas na imprensa local, o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) angolano procede à desminagem do terreno na província do Bengo, onde será construído o futuro porto de Luanda. Já foram removidas 119 munições de diversos calibres e foram recolhidos 5.773 metais. O processo deve ser concluído em dois anos.

Informação e detalhes de contato

Nome: Porto de Luanda

Autoridade portuária: Administração do Porto de Luanda
Largo 4 de Fevereiro – Luanda 1229 – Angola

Tel. +244 2 335975 - <http://www.portoluanda.com.ao/>

Latitude: 8° 47' 2" S /

Longitude: 13° 15' 5" E / UN/LOCODE: AOLAD

Tipo de porto: Porto marítimo de águas profundas

Tamanho de porto: Médio

Porto de Lobito

Situa-se na baía de Lobito, contando com a proteção natural da sua restinga. No passado, foi o principal porto de Angola, em grande parte devido ao fato de ser o terminal oceânico do importante Caminho de Ferro de Benguela. O seu potencial permanece, embora a guerra tenha praticamente fechado o acesso ao interior e ao minério explorado no Sul da República Democrática do Congo e da Zâmbia. Apresenta as seguintes características e equipamentos:

- Ancoradouro: 5,2km de comprimento x 300m de largura, na entrada, e 2000m, na parte mais larga, com uma área de cerca de 6 km²;
- Profundidade: de 10,5 a 34m, o que permite a atracação simultânea de 6 embarcações de longo curso; as máximas praiamares e baixamares atingem valores entre os 2 e 0,20 m;
- Cais de acostagem: 1.122 m, dividido em 2 zonas e trabalhando das 7h às 24h;
- Rebocadores: 2 (de 2000HP e 1454HP);
- Guindastes (gruas): 15 gruas em terra, com capacidades entre 5 e 22 t, e ainda 1 grua flutuante, com capacidade de elevação de 120 t;
- Lanchas passa-cabos, equipadas com radar e VHF;
- Lanchas (Cataglop) para recolhimento de resíduos sólidos e líquidos no mar;
- Grua Flutuante ou Cábrea Ucua, com capacidade de carga de 120 t, 25 m de elevação máxima;
- Batelão com capacidade para 300 m³ de água;
- Segurança: lanchas de patrulha, bombeiros;
- Bocas para abastecimento de água ao longo do cais: 34 bocas para abastecimento de água, sendo 17 no cais norte e 17 no cais sul. O rendimento por hora é teoricamente de 20 m³, embora essa média dependa da rede de abastecimento de água da cidade;



- Além de estaleiros navais e do fornecimento de combustível para navios, o porto possui linhas e material ferroviário, com capacidade superior a 500 t/ dia;

- Terminal moderno de contêineres frigoríficos, com capacidade para armazenagem de 64 contêineres, capazes de atender às exigências relativas à conservação de produtos hortifrutícolas e perecíveis;

- Silos para cereais com capacidade de armazenamento de 25.000t, distribuídos por 53 células: 32 com 550t, 7 com 200t e restantes de 170t; os silos estão equipados com um dispositivo mecânico que permite a carga de navios a uma média de 400 t/hora;

- Dois terminais para recepção de combustíveis destinados aos reservatórios da Sonangol, situados na parte final do cais sul;

- Câmaras frigoríficas: 10 (5 para temperaturas positivas, normalmente + 3º C, e as restantes para temperaturas negativas, de - 16º C a - 18º C; a capacidade de cada câmara é de 100/120 m³ P;

- Para outras mercadorias, há uma extensa área para armazenagem a descoberto, que oferece todas as condições para um elevado número de contêineres e para minérios a granel.

Produtos

O Porto movimenta cerca de 600.000 t/ano, incluindo as tonelagens referentes aos cerca de 15.000 teus que são anualmente movimentados. Trata-se, sobretudo, de mercadorias descarregadas, tais como cereais para moagem e matérias primas, para a zona industrial vizinha da Catumbela, bem como farinha, açúcar, arroz e materiais diversos para construção e equipamentos, para as cidades do Lobito e Benguela.

Parcerias profissionais

C. F. de Benguela
Hamburg Port Consulting
Lobinav
Gabrielitos

Informações e detalhes de contato

Nome: Porto de Lobito

Autoridade Portuária: Empresa Portuaria Do Lobito, E.P.
Avenida da Independência – CP 16 – Lobito – Angola
Tel. 244 722 23439 | Fax 244 272 222719

Latitude: 12º 20' 13" S; Longitude: 13º 34' 15" E; UN/
LOCODE: AOLOB

Web site: www.portodolobito.com

Porto do Namibe

Anteriormente conhecido como Moçâmedes, o Porto do Namibe foi fundado por brasileiros, em meados do século 19. Está localizado em uma faixa costeira árida, a partir da qual ergue-se Huíla, em escarpa íngreme. O Porto do Namibe situa-se na baía da cidade do Namibe. Suas instalações se dividem em 2 setores: um, destinado a mercadorias gerais e passageiros (porto comercial situado na Torre do Tombo, entre a ex-Ponta do Noronha e a ex-Fortaleza de S. Fernando), e outro, específico para a movimentação de minério de ferro e produtos petrolíferos (Porto Mineraleiro ou ex-Salazar, situado no Saco do Giraul, vulgo sacco-mar). A proximidade da província da Huíla, com as suas terras de grande potencial agrícola, permite prever desenvolvimentos importantes no futuro para este porto. Namibe também é servida por um aeroporto.

Na costa do Namibe há algumas infraestruturas de pesca artesanal e industrial, necessitando entretanto de apoio, reabilitação e desenvolvimento. A pesca representa atualmente a principal atividade econômica da região.

Características e equipamentos

- Área do porto comercial: 135.000 m2, rodeado por muro;

- Cais contínuo: 680m de cais contínuo, dos quais: 480m, com profundidade de 10,5m, para os navios de longo curso; 130m, com profundidade de 6,1m, para navios de cabotagem; 70m, com profundidade de 3m, para rebocadores e lanchas de pilotos;

- No prolongamento deste cais e no exterior do muro



limítrofe do Porto Comercial, existem 195m de cais com 3m;

- Restrições: o calado máximo permitido é de 10m (na Zona 3);
- Cais de acostagem: 870m, divididos em 3 zonas, a maior das quais com 480m;
- Rebocador: 1;
- Guindastes (gruas): 3 gruas de 5 a 15t;
- Empilhador para contêineres com capacidade para 40t, nas zonas 2 e 3;
- Empilhadeiras porta-contêineres de 40t: 3;
- Contêineres embarcados e desembarcados ao ano: 8.096 unidades;
- Acesso ferroviário para o interior;
- Parques: o comprimento varia entre 125m e 200m (limitados a oeste por uma estrada estreita, que serve de acesso a um entreposto frigorífico e a um estaleiro naval, dotado de plano inclinado, utilizado sobretudo pela pesca artesanal).

O cais do porto comercial está equipado com:

- Armazéns: 2 de 3.600m² (100x36m) cada, implantados a 25m do cais;
- Guindastes elétricos: várias vias de caminho de ferro de aproximadamente 15 Km, com ligação ao Porto Mineraleiro do Saco Mar e à Linha Geral dos Caminhos de Ferro do Namibe;
- Bocas para fornecimento de água e energia eléctrica para abastecimento aos navios;
- A rede ferroviária compreende, ainda, 2 vias atrás dos armazéns, cuja fachada está equipada com um cais de descarga e feixe de triagem, numa segunda zona.

Produtos

Movimenta cerca de 200.000t/ano, incluindo as referentes aos cerca de 2.500 Teus que são anualmente movimentados: produtos manufaturados, alimentos, materiais e equipamentos diversos para a província vizinha da Huíla, pescado e produtos agro-alimentares carregados em cabotagem para outros portos de Angola, bem como algumas exportações de

mármore e granito.

Informações e detalhes de contato para o Porto de Namibe

Nome: Porto de Namibe
 Autoridade Portuária: Empresa Portuaria do Namibe
 CP 16 – Namibe – Angola
 Tel. 244 222 390034 | Fax 244 217 653435
 Latitude: 15° 11' 37" S / Longitude: 12° 8' 12" E / UN/
 LOCODE: AOMSZ
 Tipo de porto: ancoradouro
 Tamanho de porto: pequeno
 Web site: www.otal.com/angola

Porto de Cabinda



É localizado na província de Cabinda, um exclave de Angola. Em 2005, o Porto de Cabinda lançou uma estratégia de 4 anos para modernização de sua infraestrutura e ampliação da capacidade, com o objetivo de reforçar a sua importância regional. Em 2007, como parte do Programa de Investimento Público do governo central para Cabinda, foram concedidos US\$ 100 milhões para financiar os custos de sua expansão. A obra permitiu que o porto recebesse navios de grande capacidade e também movimentasse cargas para os países vizinhos. De fato, um dos maiores objetivos da expansão era atrair negócios dos países interiores, sem acesso ao litoral. Cabinda faz



fronteira com a República Democrática do Congo, sem litoral, e a província é uma passagem natural regional. Possui as seguintes características (dados são referentes a 2007):

- Ponte-cais (renovada em 2009): 120m;
- Área de 45 mil m²;
- Capacidade de atracagem: 5 navios simultaneamente;
- Movimentação: aproximadamente 500 mil contêineres, ou seja, 1 milhão de toneladas de carga em contêineres/ano;
- Bacia de manobras: 9 m de profundidade para navios com uma capacidade de carga de mais de 1.000 t.
- Canal de acesso: 80 m de largura, permitindo a passagem simultânea de 2 navios;
- Armazéns: 2 que ocupam 1.246m² (para mais 10t de carga);
- Parque para contêineres cheios
- Parque para contêineres frigoríficos e veículos (altura máxima para empilhar contêineres frigoríficos é equivalente a 3 andares);
- Parque para contêineres vazios;
- Serviços de embarque/desembarque: 24 h dia;
- Terminal de passageiros: com a entrada em funcionamento do ferry boat "Luje", antes pertencente à Secil Marítima, agora sob responsabilidade da E.P.C., a gare marítima atende aos passageiros que usam a via marítima para ir a Soyo e a Luanda;
- Atende cerca de 97.327 passageiros/ano, incluindo os estrangeiros da multinacional Chevron-Texaco, que trabalham em Cabinda, no campo petrolífero de Malongo.

Operadores de linha

NDS		
SAFMARINE-MA-ERSK	Av. Agostinho Neto/Cabinda	244-231223817
ANGOLANA DE NAVEGAÇÃO	Rua Irmão Evaristo/Cabinda	

SDV/ AMI	Rua Elias Garcias/ Cabinda	244-913130466
LIN - LINE		
PANALPINA	Rua A. Pereira Neves/Cabinda	244-2312310034

Polícia Fiscal

Capitania de Cabinda
 Direção Regional da Alfândega de Cabinda
 Sanidade Marítima de Cabinda
 S.M.E – CABINDA

Informações e detalhes de contato para o Porto de Cabinda

Nome: Porto de Cabinda
 Autoridade Portuária: Autoridade Portuária de Cabinda - CP 68 – Cabinda - Angola
 Tel. 244 2312 23007 | Fax: 244 231222464
 Latitude: 5° 33' 0" S; Longitude: 12° 11' 39" E; UN/LOCODE: AOCAB
 Tipo do porto: pier, molhe ou ancoradouro (pier, jetty or wharf)
 Tamanho do porto: muito pequeno
 E-mail: Geral@portodecabinda.com
 Web-site: <http://www.portodecabinda.com/>

Conselho Nacional de Carregadores – CNC:

É um instituto público do Ministério dos Transportes angolano, que coordena e controla as operações de comércio e transporte marítimo internacionais, bem como a atualização, uniformização e simplificação dos métodos e normas de execução.

SIGA - Sistema de Informação, Gestão e Análise

Cuida da emissão de certificados de embarque, seu controle e o respectivo retorno financeiro. Até 31/12/2009, o SIGA já havia emitido 413.279 certificados de embarque.



Os dados armazenados neste sistema servem de suporte à elaboração de informações estatísticas que têm sido publicadas pelo CNC, na forma de boletins estatísticos, com periodicidade trimestral, com informações sobre o volume das importações marítimas efetuadas em Angola, a descrição dos produtos e análises comparativas de mercado. Tem sido possível também extrair do sistema outras informações relativas às mercadorias que entram em Angola, para suporte à tomada de decisão/ação de vários organismos do estado angolano (INA-DEC, Ministério do Comércio e outros).

É uma ferramenta de controle e geração de informações detalhadas sobre toda mercadoria que entra e sai do país, bem como informações relativas a todos os fatores intervenientes no transporte marítimo de e para Angola.

TMA - Tráfego Marítimo de Angola

Visualização gráfica e em tempo real do tráfego marítimo de Angola, possibilitando a localização de navios e controle do movimento nos portos, disponível no site da BNF. Faz parte de um projeto do CNC de aumentar a oferta de serviços aos agentes econômicos e dinamizar a zona costeira e fronteiriça de Angola.

A Organização Marítima da África do Oeste e do Centro – OMAOC

Angola é signatária (desde 2007) da Organização Marítima da África do Oeste e do Centro – OMAOC – que tem como objetivo principal a promoção da cooperação inter-regional no desenvolvimento da indústria dos transportes marítimos, gestão portuária, segurança da navegação, proteção do ambiente marinho e fluvial-lacustre. A organização é composta por: Angola, Benin, Burkina Faso, Congo, Camarões, Cabo Verde, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Serra Leoa, Chade, Togo, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Nigéria e Costa do Marfim.

A guarda costeira marítima africana, dividida anteriormente em 4 centros de coordenação, em Abidjan (Costa

do Marfim), Dakar (Senegal), Lagos (Nigéria) e Ponta Negra (Congo), foi reduzida, por unanimidade, em 2 zonas principais.

A 1ª zona, pela qual Angola passou a ser responsável, compreende os centros de Lagos e Ponta Negra, e a 2ª zona, sob responsabilidade de Gana, situa-se ao norte, onde estão os centros de Dakar e Abidjan.

O Porto de Luanda é membro da Associação de Gestão dos Portos da África Ocidental e Central (AGPAOC) que é um organismo especializado da Organização Marítima da África Ocidental e Central (OMAOC). É Uma organização econômica e intergovernamental sub-regional, criada após a histórica Assembleia Constituinte, em outubro de 1972, em Freetown (Serra Leoa), pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNCEA).

Os seus primeiros estatutos foram assinados por representantes de nove portos-membros e pelo Secretário-Geral da CEA. São compostos, atualmente, por 21 portos-membros, todos localizados na costa ocidental africana, de Mauritânia a Angola. Reúne, assim, países de língua inglesa, francesa, portuguesa e espanhola e conta, por outro lado, com nove membros associados e 2 membros observadores. As suas atividades cobrem um total de quase 94.000 km de linha costeira atlântica.

A associação tem como membros:

Titulares

PORTO DE LUANDA, Luanda / ANGOLA; PAC, Cotonou / BENIM; ENAPOR, Mindelo / CABO VERDE; PAD, Douala / CAMARÕES; APN, Yaoundé / CAMARÕES; PAPN, Pointe Noire / CONGO; PAA, Abidjan / COSTA DO MARFIM; PASP, San Pedro / COSTA DO MARFIM; OPRAG, Libreville / GABÃO; GPA, Banjul / GÂMBIA; GPHA, Tema / GANA; PAC, Conakry / GUINÉ; APGB/ GUINÉ-BISSAU; APGE, Malabo / GUINÉ EQUATORIAL; NPA, Monróvia / LIBÉRIA; PANPA, Nouakchott / MAURITÂNIA; NPA, Lagos / NIGÉRIA; PAD, Dakar / SENEGAL; SLPA, Freetown / SERRA LEOA; PAL, Lomé / TOGO, ONATRA, Kinshasa / R. D.



CONGO;

Associados:

SOBEMAP, Cotonou / Benim; APS / Gana; CNUT / Níger; ECOMARINE International, Lomé / Togo; CBC / Burkina Faso; NIMASA, Lagos / Nigéria; CAP DAKAR, Dakar / Senegal; GPM, / Gabão;

Observadores:

PAH, Le Havre / França; LAS PALMAS Fundação Las Palmas / Espanha.

Adicionalmente, Angola é membro da International Maritime Organization – IMO que é uma agência especializada das Nações Unidas para medidas de aperfeiçoamento da segurança da navegação internacional e para prevenir poluição marinha.

As informações sobre as rotas marítimas para o porto de Luanda a partir do Brasil devem ser atualizadas em função do período do embarque, de acordo com a disponibilidade da informação nos sites relacionados ao tema (Ver Anexo II – FRETES E COMUNICAÇÃO COM O BRASIL - Frequências de navios do Brasil para Angola - julho-agosto de 2010).

Conforme tem sucedido com as empresas que operam para Angola, o envio de carga de navio do Brasil para o porto de Luanda pode demorar em média 12 dias. Acrescente-se o tempo de espera de 25 a 30 dias para o desembarque, mais 8 dias para desembarço. Assim sendo, recomenda-se o envio da mercadoria com antecedência de pelo menos 60 dias da data prevista para entrega em Angola.

Transportes aéreos

A maior parte do tráfego aéreo em Angola chega através do Aeroporto Internacional Quatro de Fevereiro, em Luanda. A TAAG (Linhas Aéreas de Angola) opera por todo o país e assegura ligações com as seguintes capitais africanas: Johannesburg, Windhoek, Harare, São Tomé, Kinshasa, Brazzaville, Ponta Negra, Lusaka e Sal. A TAAG assegura também ligações para o exterior, conectando Luanda a Lisboa, Moscovo, Paris,

Rio de Janeiro, São Paulo e Havana.

Serviços internacionais são providos pela TAAG, Lufthansa, LAM, Hainan Airlines, South African Airways, Emirates, Aeroflot, Air France, Ethiopian Airlines, Air Namibia, British Airways, Brussels Airlines, Lac (RDC), Lima-Congo (Congo), Air-Gabon e SAA.

Para vôos domésticos, existem as companhias de aviação ligeira e de charter, que prestam serviços de transportes de passageiros e cargas. Entre elas estão a SAL (Sociedade de Aviação Ligeira), a AAC (Angola Air Charter Ltda) e a Transáfrica, as quais dispõem de ligações regulares entre as principais cidades – Luanda, Huambo, Benguela, Lubango, Cabinda, Moxico e Malanje. Além destas, há também a Air Gemini, que opera na região leste do país, e a Sonair, com operações aéreas ligadas à empresa petrolífera Sonangol. A Houston Express faz serviço privado de voos charter, operado pela World Airways (com sede nos EUA), para a companhia petrolífera nacional subsidiária, Sonair, e está disponível apenas para os membros da Associação U.S. Africa Energy.

As taxas aeroportuárias estão, normalmente, incluídas no preço do bilhete. Os voos diretos do Brasil para Angola são operados pela TAAG, nas seguintes frequências (sempre consultar antes, pois os dados estão sujeitos a alterações):

Vôos diretos do Brasil para Angola					
São Paulo	Luanda	SEG, QUA, SAB,	DT746	17h00	04h45+
Rio de Janeiro	Luanda	DOM, TER, QUI,	DT742	19h00	05h30+
Rio de Janeiro	Luanda	SEX	DT744	22h00	08h30+
Rio-Luanda: 7h30min de vôo					



Aeroportos (*2009)						
Pistas	Total	Mais de 3.047m	2.438 a 3.047m	1.524 a 2.437m	914 a 1.523m	Menos de 914 m
Pavimentadas	30	5	9	12	4 *	0
Não-pavimentadas	162	2	4	32	78	46 *

Principais aeroportos:

O único aeroporto de status internacional fica em Luanda (Aeroporto 4 de fevereiro). A Província de Namibe possui um aeroporto com dimensões internacionais, a cerca de 7 km da cidade. Existem ainda pequenos aeródromos (20 no total), dos quais vale destacar o de Lucira, Tômbwa, Bibala e Bentiaba, em terra batida, e um com pista pavimentada na Baía dos Tigres, todos capazes de receber pequenas aeronaves.

A Empresa Nacional de Navegação Aérea (Enana) anunciou, em 10 de agosto de 2010, que vai ser construído um aeroporto internacional em Soyo, nas imediações da área de Lumueno, 20 km ao sul da cidade, segundo informações da agência Angop. A pista atual, com apenas 400 m, impede o tráfego de aviões de médio e grande porte. O aeródromo de Soyo recebe cerca de 28 voos diários.





Aeroportos em Angola:

Cidade	Aeroporto	ICAO	IATA	Uso	Alfand	Pista	IFR	comprimento
Ambriz	Ambriz	FNAM	AZZ	Priv.	Não	Não Pavimentada	No	7800 pés
Benguela	17th Of November	FNBG	BUG	Civ.	Não	Pavimentada	No	5300 pés
Cabinda	Cabinda	FNCA	CAB	Civ.	Não	Pavimentada	No	8200 pés
Huambo	Albano Machado	FNHU	NOV	Civ.	Não	Pavimentada	Yes	8700 pés
Kuito	Bie	FNKU	SVP	Civ.	Não	Pavimentada	No	8200 pés
Lobito	Lobito	FNLB		Mil.	Não	Pavimentada	No	4900 pés
Luanda	4th Of February	FNLU	LAD	Civ.	Sim	Pavimentada	Yes	12100 pés
Lubango	Lubango	FNUB	SDD	Civ.	Não	Pavimentada	No	9800 pés
Luená	Luená	FNUE	LUO	Civ.	Não	Pavimentada	No	7800 pés
M'banza Congo	M'banza Congo	FNBC	SSY	Civ.	Não	Não Pavimentada	No	5900 pés
Malange	Malange	FNMA	MEG	Civ.	Não	Pavimentada	No	7200 pés
Maquela	Maquela	FNMQ		Civ.	Não	Não Pavimentada	No	5900 pés
Menongue	Menongue	FNME	SPP	Civ.	Não	Pavimentada	No	11400 pés
N'giva	N'giva	FNGI	NGV	Priv.	Não	Não Pavimentada	No	7800 pés
N'zeto	N'zeto	FNZE	ARZ	Priv.	Não	Não Pavimentada	No	7200 pés
Namibe	Namibe	FNMO		Civ.	Não	Pavimentada	No	8200 pés
Negage	Negage	FNNG	GXG	Mil.	Não	Pavimentada	No	7800 pés
Porto Amboim	Porto Amboim	FNPA	PBN	Priv.	Não	Pavimentada	No	3300 pés
Saurimo	Saurimo	FNSA	VHC	Civ.	Não	Pavimentada	No	11100 pés
Soyo	Soyo	FNSO	SZA	Civ.	Não	Pavimentada	No	6800 pés
Sumbe	Sumbe	FNSU		Civ.	Não	Pavimentada	No	3600 pés
Uige	Uige	FNUG	UGO	Civ.	Não	Pavimentada	No	6500 pés
Wako Kungo	Wako Kungo	FNWK	CEO	Civ.	Não	Não Pavimentada	No	6500 pés
Xangongo	Xangongo	FNXA	XGN	Civ.	Não	Não Pavimentada	No	6500 pés



Comunicações

Sistema telefônico:

Evolução recente - O sistema de telecomunicações detinha o monopólio das linhas fixas até 2005. A demanda ultrapassava a capacidade, os preços eram altos, e os serviços eram precários. Após essa fase, a Telecom Namíbia, por meio de uma empresa angolana, tornou-se a primeira operadora privada com licença para operar a rede de telefonia fixa. Em 2010, o número de provedores de linhas fixas expandiu-se para 5; a Angola Telecom estabeleceu o serviço de telefonia móvel em Luanda em 1993 e a rede se estendeu para as grandes cidades; um provedor de serviço de telefonia móvel privado entrou em operação em 2001.

Conforme dados de 2005, Angola contava com 100.000 telefones fixos e mais de 1.300.000 usuários de celulares. O sistema nacional de telecomunicações detinha o monopólio das linhas fixas até 2005. A demanda ultrapassava a capacidade, os preços eram altos, e os serviços eram precários. A Telecom Namíbia, através de uma empresa angolana, tornou-se a primeira operadora privada com licença para operar a rede de telefonia fixa. Em 2010, o número de provedores de linhas fixas se expandiu para 5.

A Angola Telecom estabeleceu o serviço de telefonia móvel em Luanda em 1993 e a rede se estendeu para as grandes cidades. Um provedor de serviço de telefonia móvel privado entrou em operação em 2001. Hoje, os dois principais operadores telefones celulares são Unitel e Movitel que fornecem serviços para as principais capitais. Em 2008 o número de usuários de celulares dobrou. Assim este rápido crescimento do número de celulares sobrecarregou o sistema, tornando difíceis as ligações, tanto nacionais quanto internacionais.

A maioria dos escritórios e dos hotéis de classe turística tem telefones e faxes. Além disso, muitas das grandes corporações e organizações humanitárias também contam com rádios de alta frequência para a comunicação de rotina. A maior parte dos hotéis oferece acesso à internet em seus business

centers. Há alguns cybercafés na capital e em algumas capitais do interior.

De acordo com a International Telecommunications Union, aproximadamente 41.000 pessoas utilizam a internet em Angola. Atualmente há 12 servidores de Internet disponíveis ao público, segundo dados de 2009.

Para chamadas internacionais, o código do país é 244;

Facilidades internas e internacionais (telefones, telex, fax e correios):

- Landing point para o SAT-3/WASC, do cabo submarino de fibra ótica, que fornece conectividade à Europa e Ásia;
- 29 estações de terra para conexão com satélites (dados de 2008);
- Número de telefones fixos por 100 hab. – 29 (dados de 2007);
- Densidade de telefones fixos combinados com celular – mais de 50 tel. por 100 hab. (dados de 2008);
- População coberta por rede de telefonia celular: 40% (2006);
- Tarifa telefone celular pré-pago (US\$ por mês): US \$12;
- Há uso difundido de celulares (telefones móveis) com venda de cartões pré-pagos UNICEL e NOVICEL em toda a cidade.

Telefones fixos e celulares (assinantes):

2005	2006	2007	2008
1.707.878	3.152.785	5.055.830	6.887.652

Autoridade regulatória:

O Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) foi criado pelo Decreto nº 12/99, de 25 de Junho, e é o organismo responsável por, em Angola, assegurar a regulamentação



e monitorando da atividade de prestação de serviços de telecomunicações. Competem-lhe ainda a planificação, gestão e fiscalização da utilização do espectro radioelétrico, em todo o território nacional. O INACOM é um instituto público, tutelado pelo Ministério dos Correios e Telecomunicações, dotado de personalidade jurídica e com autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial.

Terminais Eletrônicos de Autoatendimento

O sistema de pagamentos eletrônicos de Angola é gerido pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), que tem como acionistas o Banco Nacional de Angola, com 51 por cento, e os bancos comerciais que operam no mercado, com os 49 por cento restantes. Segundo a EMIS, a rede de autoatendimento de Angola está assim equipada:

Terminais de pagamento automático (TPA):

2009 – 7.587 TPAs, realizando 2,89 milhões de transações (314,3 milhões de dólares);

2008 – 2 660 TPAs, realizando 1,49 milhão de transações (166,8 milhões de dólares).

Terminais multicaixa (ATM):

2009 – 995 ATMs, realizando 41,35 milhões de transações (2,11 bilhões de dólares);

2008 – 717 ATMs, realizando 31,6 milhões de transações (1,64 bilhões de dólares).

Rádio:

AM – 21

FM – 6

Ondas curtas -7 (2001)

Televisão:

Canais - 6 (2000)

Internet host: 3.508 (2009)

Internet usuários: 550.000 (2008)

4. Organização política e administrativa

Organização político – administrativa

Em 1992 é implantada a democracia pluripartidária e realizam-se as primeiras eleições democráticas. A Constituição estabelece o sistema semi-presidencialista com os seguintes órgãos do Estado: Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo, com um mandato de 5 anos, e os Tribunais.

Divisão político-administrativa: 18 províncias, 163 municípios, 475 comunas.

Partidos políticos: 78 com status legal; em 2008, 5 tem assentos na Assembleia Nacional.

Partido governante: Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).

Partidos de oposição: União Nacional pela Independência de Angola (UNITA), Partido de Renovação Social (PRS), Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA) e a Coalizão Nova Democracia (ND).

Sufrágio universal: acima de 18 anos; voto não é obrigatório.

Estrutura Constitucional - República Presidencial

Desde 1975, a República de Angola é independente.

Segundo a Constituição aprovada em 1991, é um estado democrático e unitário, tendo por fundamento a unidade nacional, cuja soberania reside no povo; é um estado laico com separação entre o Estado e a Igreja. O sistema econômico baseia-se na coexistência de diversos tipos de propriedade (pública, privada, mista e de cooperação familiar), cada um com igual proteção.

A revisão da Constituição, votada e aprovada pela Assembleia Nacional em janeiro de 2010, entrou em vigor no dia 5 de fevereiro de 2010, estabelecendo 3 órgãos soberanos: o Presidente da República (PR); a Assembleia Nacional; e os Tribunais.

Na Constituição anterior, o Presidente da República era



um órgão de soberania, e havia mais três: o Governo, os Tribunais e a Assembleia Nacional.

Desta forma, deixa de haver um órgão de soberania chamado Governo, visto que as funções do Governo, na qualidade de órgão executivo, passam a ser afetos ao Presidente da República.

A revisão da Constituição angolana suprime a eleição presidencial (o presidente do país passará a ser designado pelo partido ou coligação que vencer as eleições legislativas) e substitui a figura do primeiro-ministro pela de um vice-presidente, que se reportará diretamente ao presidente. Esta revisão concentra ainda mais o poder nas mãos do presidente. A possibilidade de exercer dois mandatos consecutivos de cinco anos também foi assegurada ao governante, após a revisão constitucional.

Deixa de haver o Conselho de Ministros, como órgão colegiado que discutia, aprovava e emitia Decretos – Lei e resoluções, passando esta função a ser desempenhada pelo PR.

Assim, de acordo com o estabelecido na Nova Constituição, o Conselho de Ministros passa a ser um órgão auxiliar do PR, porque todas as questões de interesse fundamental são auscultadas pelos seus membros, antes da aprovação pelo Presidente. O Conselho de Ministros continua a ser um órgão importante, porém não tem poder deliberativo, apenas funciona como um órgão consultivo.

Por esta razão, a Assembleia Nacional não mais possui o poder de chamar os membros do Governo para prestarem esclarecimentos ou serem ouvidos sobre determinadas matérias, tal como acontecia até findar a antiga Constituição.

Assim sendo, o Parlamento tem uma função de fiscalização diferente daquela que exercia anteriormente. Na divisão de poderes, a atual Constituição confere a função legislativa à Assembleia Nacional.

Presidente da República

Simboliza a unidade nacional e representa a nação no interior e no exterior. É também o garantidor da lei constitucional e Comandante em Chefe das Forças Armadas.

O PR é eleito por sufrágio universal, direto, igual e secreto, por um período de 5 anos, entre os cidadãos angolanos com idade superior a 35 anos. Segundo a Constituição de Angola, é eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais. O presidente pode desempenhar no máximo dois mandatos. Ele designa os Ministros, o Governador do Banco Central, o Chefe do Estado Maior do Exército, os governadores, o Procurador Geral e os Juizes, os Embaixadores e ratifica as Leis.

Os Órgãos Constitucionais são os seguintes:

Assembleia Nacional

É o órgão que representa todos os angolanos e exprime a vontade soberana do povo. É composta por 223 eleitos por sufrágio universal, igual, direto e secreto, por um período de 4 anos, segundo o sistema de representação proporcional. Três lugares são reservados à eleição de deputados residentes no estrangeiro.

Governo

Cuida da política geral do País e é o órgão superior da administração pública. É politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia Nacional. É composto por 58 elementos (Ministros e Vice-Ministros), dos quais 20 são mulheres.

**Composição do Governo:**

Conforme o Portal da Presidência da República, em 16 de março de 2010:

Presidente da República e Chefe do Executivo: José Eduardo dos Santos

Vice-Presidente da República: Fernando da Piedade Dias dos Santos

Presidência da República:

Secretário-Geral dos Serviços Auxiliares do Presidente da República e Chefe do Executivo – José Mateus de Adelino Peixoto

Diretor de Gabinete de Quadros dos Serviços Auxiliares do Presidente da República e Chefe do Executivo - Aldemiro Justino de Aguiar Vaz da Conceição

Secretária para os Assuntos Judiciais do e Jurídicos do Presidente da República – Antónia Florbela de Jesus Rocha Araújo

Secretário para os Assuntos Locais do Presidente da República - André Rodrigues Mingas Júnior

Secretário para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República - José Manuel Feio Mena Abrantes

Secretário para os Assuntos Políticos e Constitucionais do Presidente da República – Francisco Manuel Monteiro Queiroz

Secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República - Rosa Escórcio Pacavira de Matos

Secretário para os Assuntos Diplomáticos e de Cooperação Internacional do Presidente da República - Carlos Alberto Saraiva de Carvalho Fonseca

Secretário para os Assuntos Econômicos do Presidente da República - Armando Manuel

Diretor de Gabinete do Presidente da República - Manuel Paulo da Cunha

Diretor do Cerimonial do Presidente da República - José Filipe

Diretor-Adjunto do Cerimonial do Presidente da República - Pedro António Saraiva

Secretária-Adjunta do Conselho de Ministros - Ana Maria de Sousa e Silva

Chefe do Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado - Sebastião José António Martins

Diretor-Geral do Serviço de Inteligência Externa - André de Oliveira João Sango

Chefe do Serviço de Inteligência Militar - António José Maria

Ministros:

Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil - Carlos Maria da Silva Feijó

Ministro de Estado e Chefe da Casa Militar - Manuel Hélder Vieira Dias Jr.

Ministro de Estado e da Coordenação Econômica - Manuel Nunes Jr.

Secretário de Estado da Coordenação Econômica - Job Graça

Ministro das Relações Exteriores - Assunção Afonso de Sousa dos Anjos

Secretário de Estado das Relações Exteriores - George Rebello Chicoty

Secretária de Estado da Cooperação - Exalgina René Vicente Olavo Gamboa

Ministro da Defesa Nacional - Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem

Vice-Ministro para a Política de Defesa Nacional - Gaspar Rufino dos Santos

Vice-Ministro para os Recursos Materiais - Salviano de Jesus Sequeira

Vice-Ministro para a Administração e Finanças - Agostinho Fernandes Nelumba

Ministro do Interior - Roberto Leal Ramos Monteiro "Ngongo"



Vice-Ministro para a Ordem Interna - Ângelo de Barros Veiga Tavares
Vice-Ministro para a Migração - Eduardo de Almeida Ferreira Martins
Vice-Ministro para os Serviços Penitenciários - José Bamokina Zau
Vice-Ministro para a Proteção Civil e Bombeiros - Eugénio César Laborinho
Vice-Ministra para a Administração e Finanças - Margarida de Jesus da Trindade Jordão de Barros
Ministro dos Assuntos Parlamentares - Norberto Fernando dos Santos
Ministro da Administração do Território - Bornito de Sousa Baltazar Diogo
Vice-Ministro para os Assuntos Institucionais e Eleitorais - Adão Francisco Correia de Almeida
Vice-Ministro para a Administração Local - Graciano Francisco Domingos
Ministra da Justiça - Guilhermina Contreiras da Costa Prata
Vice-Ministro da Justiça - João Alves Monteiro
Vice-Ministra para os Serviços Auxiliares de Justiça - Ana Carlos Canene Meirelles de Vasconcelos
Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - António Domingos da Costa Pitra Neto
Vice-Ministro para o Emprego e Segurança Social - Sebastião Constantino Lukinda
Ministra da Comunicação Social - Carolina Cerqueira
Vice-Ministro da Comunicação Social - Manuel Miguel de Carvalho
Ministro da Juventude e Desportos - Gonçalves Manuel Muandumba
Vice-Ministro da Juventude - Yaba Pedro Alberto
Vice-Ministro dos Desportos - Albino da Conceição José
Ministra do Planeamento - Ana Afonso Dias Lourenço
Vice-Ministro do Planeamento - Pedro Luís da Fonseca
Ministro das Finanças - Carlos Alberto Lopes
Secretária de Estado das Finanças - Valentina Matias de Sousa Filipe
Secretário de Estado do Orçamento - Alcides Safeca
Secretário de Estado do Tesouro - Manuel Neto Costa
Vice-Ministro das Relações Exteriores para a Administração e Finanças - Carlos Alberto Teixeira de Alva Sequeira Bragança
Ministra do Comércio e do Turismo - Maria Idalina de Oliveira Valente
Vice-Ministro do Comércio - Augusto Archer de Sousa Manguera
Ministro da Hotelaria e Turismo - Pedro Mutinde
Vice-Ministro de Hotelaria e Turismo - Paulino Baptista
Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Afonso Pedra Canga
Secretário de Estado da Agricultura - José Amaro Tati
Secretária de Estado do Desenvolvimento Rural - Maria Filomena de Fátima Lobão Telo Delgado
Secretária de Estado das Pescas - Vitória Francisco Lapas Cristóvão de Barros Neto
Vice-Ministro para as Florestas - André de Jesus Moda
Ministro da Geologia e Minas e da Indústria - Joaquim Duarte da Costa David
Secretário de Estado da Geologia e Minas - Mankenda Ambroise
Secretário de Estado da Indústria - Kiala Ngone Gabriel



Ministro dos Petróleos - José Maria Botelho da Vasconcelos
Vice-Ministro dos Petróleos - Aníbal Octávio Teixeira da Silva
Vice-Ministro para a Administração - José Gualter dos Remédios Inocêncio
Ministra do Ambiente - Maria de Fátima Monteiro Jardim
Vice-Ministro do Ambiente - Syanga Kivuila Samuel Abílio
Ministro do Urbanismo e Construção - José dos Santos da Silva Ferreira
Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação - Joaquim Silvestre António
Secretário de Estado da Construção - José Joanes André
Vice-Ministro do Ordenamento do Território - Manuel Francisco da Silva Clemente Jr.
Ministro dos Transportes - Augusto da Silva Tomás
Vice-Ministra para os Transportes Rodoviários - Carla Leitão Ribeiro de Sousa
Vice-Ministro para os Transportes Ferroviários - José João Kovíngua
Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação - José de Carvalho da Rocha
Vice-Ministro das Telecomunicações - Aristides Frederico Safeca
Vice-Ministro das Tecnologias de Informação - Pedro Sebastião Teta
Ministra da Energia e Águas - Emmanuela Bernardeth Afonso Vieira Lopes
Secretário de Estado da Energia - João Baptista Borges
Secretário de Estado das Águas - Luís Filipe da Silva
Ministro da Saúde - José Vieira Dias Van-Dúnem
Vice-Ministra da Saúde - Evelize Joaquina da Cruz Frestas
Ministro da Educação- M 'Pinda Simão
Vice-Ministra para o Ensino Geral e Acção Social - Ana Paula Inês Luís Ndala Fernando
Vice-Ministro para a Formação e Ensino Técnico-Profissional - Narciso Damásio dos Santos Benedito
Ministra do Ensino Superior e Ciência e Tecnologia - Maria de Cândida Pereira Teixeira
Secretário de Estado do Ensino Superior - Adão Gaspar Ferreira do Nascimento
Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia - João Sebastião Teta
Ministra da Cultura - Rosa Maria Martins da Cruz e Silva
Vice-Ministro da Cultura - Cornélio Caley
Ministro da Assistência e Reinserção Social - João Baptista Kussumua
Vice-Ministra da Assistência Social - Maria da Luz do Rosário Cirilo de Sá Magalhães
Vice-Ministro da Reinserção Social - Mateus Miguel Ângelo
Ministra da Família e Promoção da Mulher - Genoveva da Conceição Lino
Vice-Ministra da Família - Ana Paula da Silva Sacramento Neto
Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria - Kundi Paihama
Vice-Ministro dos Antigos Combatentes - Clemente Conjuca
Secretário de Estado para os Direitos Humanos - António Bento Bembe
Governadora da Província de Luanda: Francisca do Espírito Santo
Governador da Província de Benguela: General Armando da Cruz Neto



Vice-Governador da Província de Benguela para o setor de Organização e Serviços Técnicos - Eliseu Epalanga Domingos
Boaventura Cardoso

Governador da Província de Malanje – Boaventura Cardoso

Vice-Governador da Província de Malanje para o setor Económico e Social – António David Dias da Silva

Governador do Banco Nacional de Luanda: Abraão Pio do Amaral Gourgel

Tribunais

Além do Tribunal Constitucional, o sistema judiciário angolano prevê o Tribunal Supremo (espécie de Tribunal de Cassação), o Tribunal de Contas e os Tribunais Municipais e Provinciais, que administram a justiça ordinária.

Sistema Eleitoral

São eleitores os cidadãos maiores de 18 anos, regularmente registrados e isentos de qualquer impedimento previsto pela lei. O Conselho Nacional Eleitoral é o órgão encarregado pela coordenação, execução, condução e realização do registro eleitoral e de todas as outras atividades relativas ao referido processo. O sistema eleitoral é proporcional.

Os deputados são 223, dos quais: 3 reservados ao círculo estrangeiro; 130 ao círculo nacional; 90 aos círculos provinciais (5 por cada região).

Os 3 deputados reservados ao círculo estrangeiro ainda não foram eleitos, por isso a Assembléia é constituída de 220 deputados.

Atualmente, o partido majoritário (MPLA) Movimento Popular de Libertação de Angola, detém 191 assentos, o segundo partido (UNITA) União Nacional para a Independência Total de Angola, detém 16 assentos, enquanto outros partidos menores têm, em conjunto, 13 deputados.

5. Organizações e acordos internacionais

Angola é membro com plenos direitos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), da Comissão do Golfo da Guiné, da União Africana e das Nações Unidas. No nível das três Organizações Económicas Regionais e na Comissão do Golfo da Guiné, o prestígio e o poder de influência de Angola estão bem assegurados: Angola está entre os maiores contribuintes e a sua participação é ativa.

Angola participa das seguintes organizações internacionais regionais:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

UA - União Africana

A UA foi fundada em 2002 e é a organização que sucedeu à Organização da Unidade Africana. Baseada no modelo da União Europeia (mas atualmente com atuação mais próxima à da Comunidade das Nações), ajuda na promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento na África, especialmente no aumento dos investimentos estrangeiros por meio do programa Nova Parceria



para o Desenvolvimento da África. Seu primeiro presidente foi o presidente sul-africano Thabo Mbeki. A União Africana possui 53 membros, cobrindo quase todo o continente africano.

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

São membros da SADC, atualmente, os seguintes países, cada qual com uma função: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botswana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malauí, florestas e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transportes, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo e as Ilhas Seichelles aderiram posteriormente ao bloco.

CEEAC - Comunidade Econômica dos Estados da África Central

Inclui 11 países: Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africano, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Chade. Línguas oficiais: inglês, francês, português e espanhol. É uma comunidade econômica da África Central, criada em Libreville, Gabão, em dezembro de 1981.. A CEEAC tornou-se operacional em 1985 e seus objetivos são promover a cooperação e o desenvolvimento autosustentável, com particular ênfase na estabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida. É uma instituição regional de âmbito político, diplomático e social.

A política da CEEAC inclui um plano de 12 anos para eliminar impostos de alfândegas entre os Estados membros e estabelecer uma pauta externa comum; consolidar o livre movimento de bens, serviços e pessoas; melhorar a indústria, o transporte e as comunicações; a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento. A sede da CEEAC está em Libreville, Gabão.

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

A organização conta atualmente com 12 países membros:

- África: Angola, Argélia, Líbia, Nigéria;
- América do Sul: Venezuela, Equador;
- Oriente Médio: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar.

Embora 7 dos 12 membros e ex-membros da OPEP sejam nações árabes, a língua oficial da OPEP é a inglesa. São ex-membros o Gabão (de 1975 a 1994) e a Indonésia (de 1962 a 2009). O Equador suspendeu a sua adesão em dezembro de 1992 e a reativou em dezembro de 2007.

CEA - Comunidade Econômica Africana

É uma organização de Estados da União Africana que estabelece fundamentos para o desenvolvimento econômico entre a maioria dos países do continente. Os Estados-membros envidam esforços para colaborar economicamente, mas a CEA é prejudicada por guerras civis em algumas partes da África. Os objetivos da organização são: a criação de zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercado único, banco central e moeda comum e, assim, estabelecer uma união econômica e monetária.

Desde o início da vigência do Tratado de Abuja (maio de 1994), que estabeleceu a Comunidade Econômica Africana, a Organização da Unidade Africana, organização continental africana, havia passado a funcionar com base em dois instrumentos legais: a Carta da OUA, de 1963, e o Tratado da Comunidade Econômica Africana.

O lançamento da União Africana veio marcar o início de uma transição gradual da OUA e da Comunidade Econômica Africana para uma organização única, no espírito de uma verdadeira unidade - política e econômica - em nível continental. No quadro da UA foram retomados os objetivos do Tratado de Abuja no sentido da criação gradual - até 2028 - de uma Comunidade Econômica Africana (CEA), mediante o reforço, coordenação, harmonização e integração progressiva das ativi-



dades das Comunidades Econômicas Regionais Africanas, que deverão estar na base da constituição da CEA (v.g. UMA, EC-CAS, COMESA, SADC, ECOWAS).

Comissão do Golfo da Guiné

Organização regional voltada para a cooperação e prevenção de conflitos no setor do petróleo, criada na Cimeira dos Chefes de Estado, em 2006, em Libreville, Gabão. Começou a funcionar em 2007, com sede em Luanda. Membros: Angola, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo e pela República Democrática do Congo.

OMAO - Organização Marítima da África do Oeste e do Centro:

O objetivo principal é a promoção da cooperação inter-regional no desenvolvimento da indústria dos transportes marítimos, gestão portuária, segurança da navegação, proteção do ambiente marinho e fluvial-lacustre. Os 25 países membros da OMAOC são: Angola, Benin, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Chade, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Rep. do Congo, Rep. Centroafricana, Rep. Democrática do Congo, Senegal, Serra Leoa, Togo, São Tomé e Príncipe, Nigéria e Costa do Marfim.

DPA - Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes

Uma associação para a defesa dos interesses dos países no desenvolvimento de suas indústrias diamantíferas, para alcançarem seus objetivos econômicos e sociais. Inclui atividades de consulta, coordenação efetiva, cooperação e ajuda mútua em políticas e estratégias, no domínio da prospecção, exploração, produção, lapidação e comercialização de diamantes; soluções jurídico-legais harmonizadas, no sentido de conferir maior segurança jurídica aos investidores do setor diamantífero.

Os 16 países-membros, que representam 60% da pro-

dução mundial, assinaram uma declaração comum, na qual se comprometem a cumprir o Processo de Kimberley, o sistema de certificação apoiado pelas Nações Unidas. Na sua Resolução 56/263, de 13 de Março de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas comunicou a criação do sistema de certificação desenvolvido no âmbito do Processo de Kimberley. O Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK) é essencialmente um mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes brutos, classificados nas subposições 7102.10, 7102.21 e 7102.31 do Sistema Harmonizado (SH) de Codificação e Designação de Mercadorias destinadas à exportação e à importação, visando impedir o financiamento de conflitos por seu comércio.

Membros: Angola, África do Sul, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Namíbia, Rep. Centroafricana, Rep. Democrática do Congo, Rep. do Congo, Tanzânia, Zimbábue, Mauritânia, Argélia e Botsuana.

Angola é membro-fundador: a ADPA foi criada em Luanda, em novembro de 2006.

Outros acordos multilaterais político-econômicos dos quais é membro ou parte:

Angola assinou tratados de investimento bilaterais com Portugal, África do Sul, Reino Unido, Itália e Alemanha. Após a ratificação, estes tratados disponibilizarão incentivos e proteções adicionais aos investidores oriundos destes países. Adicionalmente, foi ratificado um acordo de investimento bilateral com Cabo Verde.

Angola assinou Acordos de Cooperação Aduaneiros com Portugal e São Tomé e Príncipe e está em negociação com a África do Sul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Namíbia, a Zâmbia e a República Democrática do



Congo, para a celebração de acordos semelhantes.

Angola participa nas seguintes organizações internacionais:

ACP Group- African, Caribbean, and Pacific Group of States
 AfDB- African Development Bank Group
 AU- African Union CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
 FAO-Food and Agriculture Organization
 G-77- Group of 77
 IAEA- International Atomic Energy Agency
 IBRD- International Bank for Reconstruction and Development
 ICAO- International Civil Aviation Organization
 ICCt (signatory) - International Criminal Court
 ICRM- International Red Cross and Red Crescent Movement
 IDA- International Development Association
 IFAD- International Fund for Agricultural Development
 IFC- International Finance Corporation
 IFRC- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies
 ILO- International Labor Organization
 IMF- International Monetary Fund
 IMO- International Maritime Organization
 Interpol- International Criminal Police Organization
 IOC- International Olympic Committee
 IOM- International Organization for Migration
 IPU- Inter-Parliamentary Union
 ISO (correspondent)- International Organization for Standardization
 ITSO- International Telecommunications Satellites Organization
 ITU- International Telecommunication Union
 ITUC- International Trade Union Confederation
 MIGA- Multilateral Investment Guarantee Agency
 NAM- Nonaligned Movement
 OAS (observer)- Nordic Council
 OPEC- Organization of Petroleum Exporting Countries
 SADC- Southern African Development Community
 UN- United Nations
 UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development
 UNESCO- United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
 UNIDO- United Nations Industrial Development Organization
 Union Latina- Union Latina
 UNWTO- World Tourism Organization



UPU- Universal Postal Union
 WCO- World Customs Organization
 WFTU- World Federation of Trade Unions
 WHO- World Health Organization
 WIPO- World Intellectual Property Organization
 WMO- World Meteorological Organization
 WTO- World Trade Organization
 Fonte: Central Intelligence Agency – World Fact Book (www.cia.gov)

Atos em Vigor Assinados entre Brasil e Angola

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Científica. Decreto nº 99.558 de 05/10/1990	11/06/1980	11/02/1982
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Decreto nº 99.559 de 05/10/1990	11/06/1980	11/02/1982
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/06/80, na Área de Comércio.	12/04/1983	12/04/1983
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80.	20/10/1983	20/10/1983
Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional.	10/09/1991	10/09/1991
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços. Decreto nº 3.616 de 29/09/2000	31/05/1999	30/09/2000
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública.	14/11/2000	14/11/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para Todos", em sua fase Emergencial (2002-2015).	01/08/2002	01/08/2002
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola".	03/11/2003	03/11/2003
Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente.	03/11/2003	03/11/2003



Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária.	03/11/2003	03/11/2003
Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).	03/11/2003	03/11/2003
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para todos" em sua fase Emergencial (2004-2007).	03/11/2003	03/11/2003
Ajuste Complementar no Domínio do Desporto.	03/11/2003	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola".	03/11/2003	03/11/2003
Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	03/11/2003	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola".	03/11/2003	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional.	03/11/2003	03/11/2003
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica.	03/11/2003	03/11/2003
Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006.	04/11/2003	04/11/2003
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999.	04/11/2003	04/11/2003
Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo	04/11/2003	04/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva"	19/01/2005	19/01/2005
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública	03/05/2005	03/05/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	26/05/2006	26/05/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"	09/07/2007	9/7/2007



Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola"	09/07/2007	9/7/2007
Memorando de entendimento para Incentivo à Formação Científica de Estudantes	18/10/2007	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto " Escola para todos"	18/10/2007	18/10/207
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular"	18/10/2007	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"	18/10/2007	18/10/2007
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	18/10/2007	18/10/2007
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública	09/11/2007	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola"	17/07/2008	17/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	17/07/2008

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil (www.mre.gov.br)



II – ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Conjuntura econômica

A economia angolana é altamente dependente das receitas petrolíferas. Nos últimos anos, o setor petrolífero e os altos preços internacionais do petróleo alimentaram a elevação da taxa de crescimento do país. A produção de petróleo e suas atividades de apoio contribuem com a parte mais importante do PIB. O aumento da produção de petróleo sustentou um crescimento médio de mais de 15% ao ano, de 2004 a 2007.

No entanto, pelo terceiro ano consecutivo, os outros setores registraram um aumento maior do que o do setor de petróleo. Esta é uma tendência encorajadora, tendo em vista as duas prioridades de Angola: o emprego (especialmente dos jovens) e a diversificação econômica. O crescimento das atividades não petrolíferas é apoiado pelos esforços para a melhoria da infraestrutura do país e pelo relançamento da atividade econômica em todo o território. Luanda continua a ser o centro econômico e político, com 70 a 75% da atividade e do consumo.

Em 2009, Angola foi profundamente afetada pelo colapso dos preços do petróleo. O crescimento econômico estagnou, justamente quando, antes da crise global, registrava um dos crescimentos mais rápidos do mundo. O país registrou um crescimento negativo do PIB de -0.6%, no ano. Somado a isto, a inflação manteve-se elevada, em 14%.

O boom de reconstrução do pós-guerra e o reassentamento das pessoas deslocadas pela guerra elevaram as taxas de crescimento na construção civil e na agricultura. Entretanto, a maior parte da infraestrutura do país permanece ainda danificada ou subdesenvolvida, devido aos 27 anos de guerra civil. Problemas remanescentes ao conflito, tais como minas terrestres, ainda ameaçam o campo, embora, aparentemente, uma paz duradoura tenha sido estabelecida, após a morte do líder rebelde Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002. A agricul-

tura de subsistência é o principal meio de sobrevivência para a maioria das pessoas, porém metade dos alimentos do país ainda precisa ser importada.

Desde 2005, o governo tem utilizado bilhões de dólares, provenientes de linhas de crédito da China, do Brasil, de Portugal, da Alemanha, da Espanha e da UE, para a reconstrução da infraestrutura pública. Embora a inflação ao consumidor tenha decrescido, de 325% ao ano, em 2000, para menos de 13%, em 2008, a política de estabilização mostrou-se insustentável e Angola decidiu abandonar o câmbio fixo, em 2009.

Análise econômica

Segundo o Banco Mundial, Angola figura no 7º lugar entre as maiores economias do continente africano. Apesar dos efeitos da crise financeira global, estima-se que a economia de Angola tenha tido um comportamento mais positivo em 2010 do que em 2009. Segundo projeções com base em dados do Banco Mundial, a expectativa é de que o PIB do país tenha saltado dos pouco mais de US\$ 70 bilhões, registrados em 2009, para cerca de US \$ 86 bilhões, em 2010.

No entanto, há alguns riscos no curto-prazo, relacionados com esta perspectiva moderadamente otimista. Os importadores de bens e serviços, por exemplo, continuam a enfrentar restrições à compra de divisas, uma vez que a disponibilidade de dólares do Banco Central é limitada, apesar dos leilões efetuados, desde outubro de 2009, e da manutenção de rigorosos controles sobre as divisas estrangeiras.

Outras estimativas, elaboradas com base em dados do Banco Mundial, incluem o provável crescimento de 6,5% do setor petrolífero, com o aumento da produção de petróleo de 1,79 milhão de barris diários, em 2009, para 1,9 milhão de barris diários, em 2010. O crescimento do setor não petrolífero receberá o impacto positivo da expansão do setor do petróleo, do aumento das despesas públicas de investimento e de algum investimento privado na agricultura e na indústria de transformação. No entanto, deve ocorrer uma recuperação, em 2010, para 7,4%, em razão do aumento esperado dos preços dos hidrocarbonetos.



Angola tornou-se membro da OPEP em 2007 e no fim desse mesmo ano foi-lhe atribuída uma quota de produção de 1,9 milhão de barris/dia, bem menos do que os 2,5 milhões barris/dia que o governo angolano pretendia produzir. O ano de 2009 foi um ano difícil, de muita incerteza, afetando o crescimento econômico do país, quando houve ainda um corte na extração do petróleo, definido pela OPEP, bem como a queda contínua do preço do produto, gerando, conseqüentemente, menores receitas.

De acordo com os dados mais recentes do International Trade Centre (ITC), o aumento na aquisição de petróleo por parte da China levou o país asiático a ultrapassar os Estados Unidos como principal destino das exportações angolanas (35,4%), em 2008. A União Europeia (UE27) representou cerca de 13% das exportações de Angola, em 2008, destacando-se como principais clientes a França (3º lugar), a Holanda (8º), o Reino Unido (10º) e a Alemanha (11º).

A julgar pelos números, trata-se de fenômeno verificado em todo o continente: o comércio entre a África e a China aumentou dez vezes, de US\$ 10 bilhões, em 2000, para US\$ 108 bilhões, em 2008, reduzindo-se apenas em 2009, durante a recessão global. O investimento direto chinês também está cada vez maior, inclusive em Angola, embora os ingressos estejam ainda menores do que os dos Estados Unidos e da Europa. O crescente intercâmbio da China com a África está tendo um efeito transformador sobre as relações do continente com o mundo exterior, que em muito diferem do panorama anterior, baseado, principalmente, na relação com doadores estrangeiros.

Desafios para o desenvolvimento

Em 2010, oito anos após o final de uma guerra de quase 3 décadas, Angola apresenta um substancial progresso em termos econômicos e políticos. No entanto, o país continua a enfrentar enormes desafios ao desenvolvimento, incluindo a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução de sua infraestrutura, o melhoramento da capacidade institucional, da governança, dos sistemas de

administração financeira pública, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população.

Apesar de ser rico em recursos naturais, apresenta uma ampla desigualdade na distribuição de renda com 87% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Apesar de imensos investimentos em infraestrutura, o serviço de saúde e o setor educacional continuam ainda inadequados e não respondem às necessidades da população. O sistema sanitário ainda é muito precário e desorganizado. Muitas estruturas hospitalares não estão devidamente equipadas ou localizam-se nas províncias, em zonas não facilmente alcançáveis pela população.

O país possui enormes recursos hídricos e grandes potencialidades agrícolas e zootécnicas. Nos últimos anos registrou-se um crescimento econômico que produziu uma ligeira melhoria das condições gerais de vida, conforme os indicadores de desenvolvimento das Nações Unidas que classificam Angola em 143º lugar entre 177 países.

Angola adotou um programa de estabilização macroeconômica e de reformas estruturais com o objetivo de completar o processo de transição para a economia de mercado. Durante anos, o país foi caracterizado por forte instabilidade macroeconômica, hiperinflação, sobrevalorização da taxa de câmbios e escassos investimentos no setor social.

Entre fins de 2006 e princípios de 2007, Angola extinguiu completamente sua dívida com os países do Clube de Paris, pagando US\$ 2,3 bilhões. Desde então, passou a pagar as taxas de juros atrasadas, no valor total de US\$ 1,8 bilhão (US\$ 800 milhões já pagos e US\$ 1 bilhão em fase de pagamento, com estimativa de ter sido quitado no decorrer de 2010).

Em novembro de 2009, o FMI anunciou a aprovação da requisição de Luanda de um Stand-By Arrangement: o empréstimo de US\$ 1,4 bilhão para a recomposição das reservas internacionais.

Esforços têm sido empreendidos com vistas a melhorar a governança do país. O governo vem envidando esforços no sentido de conferir maior transparência à gestão dos recursos



públicos e anunciou uma atitude de “tolerância zero”. Como consequência, foi aprovada pela Assembleia Nacional, em março de 2010, uma Lei da Probidade Administrativa.

PIB

Previsões para o crescimento angolano (Taxa de variação real do PIB)						
PIB - Fevereiro 2009				PIB total		
Ano	Total	Não-petrolífero	Petrolífero	Gov. angolano (Nov-08)	FMI (out-07)	EIU (Jan-09)
2004	11%	9%	14%	11%	11%	11%
2005	21%	14%	25%	21%	21%	21%
2006	19%	26%	10%	19%	19%	19%
2007	24%	26%	28%	24%	24%	17%
2008E	15%	19%	11%	15%	27%	13%
2009P	-3%	12%	-14%	12%	4%	-2%
2010P	6%	13%	0%	-	12%	6%
2011P	13%	13%	12%	-	4%	-

Fonte: Min. das Finanças (Angola), FMI, EIU

PIB – Produto Interno Bruto			
Ano	PIB em US\$	PIB - preços correntes (est.)	PIB per capita - ppc/ppp (est.)
2007	-	101.6 bilhões	\$ 8,300
2008	84,944,837,899	115.1 bilhões	\$ 9,200
2009	70.53 bilhões (est.)	114.4 bilhões	\$ 8,900

Fonte: Banco Mundial (dados em US\$)



PIB por setores

Composição do PIB (%)	Peso em 2008	Tx variação nominal		Tx variação real		Contributo aproximado para o cresc. real 2008 (p.b.)
		2007	2008	2007	2008	
Agricultura, pecuária e pesca	8,2	23%	47%	33%	32%	2.5
Indústrias Extractivas	59.4	15%	43%	19%	10%	5.9
Petróleo Bruto e Gás	58.3	16%	44%	20%	12%	6.5
Diamantes e outras extractivas	1.2	-9%	-8%	-2%	-17%	-0.3
Indústria transformadora	6.6	28%	72%	39%	55%	2.9
Energia Elétrica	0.1	16%	38%	26%	24%	0.0
Construção	4.4	32%	24%	43%	12%	0.6
Serviços Mercantis	15.3	17%	25%	26%	12%	2.1
Outros	6.1	1%	17%	9%	5%	0.4

Fonte: Orçamento de Estado, cálculos BBPI

Taxas reais médias de crescimento por setor – 2005- 2009:

Agrícola: 16%

Industrial: 24%

Construção civil: 26%

Fonte: Banco Nacional de Angola – 2010

Indicadores macroeconômicos

Indicador	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	13.2	-0.6	7.4	7.9
Inflação medida pelo IPC	13.2	14.0	15.0	9.9
Saldo Orçamental % PIB	8.8	-7.7	-3.9	-1.7
Balança Corrente % PIB	7.5	-3.8	2.6	3.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais, estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos elaboradores deste estudo.

Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções.



Quadro macroeconômico			
Indicador	2007	2008	2009
Inflação anual	11,8	13	10
Produção petrolífera anual (milhões de barris)	619,8	693,6	739,7
Preço médio de exportação do óleo bruto (US\$)	72,4	97,08	55
PIB (bilhões de kwanzas)			
Valor nominal	4.637.7	6.413.4	5796
Taxa de crescimento real	23,3	15,6	11,8
Setor petrolífero	20,4	11,7	5,9
Setor não petrolífero	25,7	18,6	16,3

Fonte: Banco Nacional de Angola – BNA

Indicador	2001	2008	2009	2010	2011
Formação Bruta de Capital	13.4	15.8	-6.0	1.7	1.9
Publico	6.4	14.0	-6.7	0.8	0.8
Privado	7.1	1.8	0.7	0.9	1.1
Consumo	86.2	59.3	8.2	6.0	6.6
Publico	34.6	26.2	0.3	1.3	1.2
Privado	51.6	33.1	7.9	4.7	5.4
Procura Externa	0.4	24.9	-2.8	-0.2	-0.6
Exportações	75.4	75.6	-2.5	5.3	7.5
Importações	-74.9	-50.8	-0.3	-5.6	-8.0
Taxa Crescimento Real do PIB	-	-	-0.6	7.4	7.9



Indicador	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Totais e Donativos	44.5	46.4	46.7	50.5	42.7	44.5	43.3
Receitas fiscais	7.3	5.8	6.4	6.1	8.0	7.5	7.3
Receitas do Petróleo	36.9	38.0	38.7	40.8	31.0	33.4	32.5
Outras Receitas	0.3	2.6	1.5	3.5	3.7	3.6	3.5
Total expenditure and net lending (a)	50.7	35.5	35.2	41.6	50.4	48.4	45.0
Despesas Correntes	43.5	23.5	23.5	27.6	38.1	35.1	32.7
Excluindo Juros	38.3	22.0	22.4	26.2	36.0	31.7	29.8
Remunerações e Salários	8.1	8.6	8.0	8.5	12.6	10.1	9.1
Bens e Serviços	24.6	8.5	7.6	8.5	10.9	10.1	9.5
Juros	5.2	1.5	1.1	1.5	2.1	3.4	2.9
Despesas de Capital	6.3	12.0	11.7	14.0	14.6	13.4	12.3
Balança Primária	-0.9	12.4	12.7	10.3	-5.6	-0.5	1.2
Balança Global	-6.1	10.9	11.6	8.8	-7.7	-3.9	-1.7
Balança Comercial	37.5	51.1	51.9	50.5	28.0	34.7	35.5
Exportação de bens (f.o.b.)	73.1	70.5	74.9	75.2	57.9	61.9	60.1
Importação de bens (f.o.b.)	35.6	19.4	23.1	24.7	29.9	27.2	24.6
Serviços	-37.1	-13.3	-20.8	-25.7	-17.0	-20.7	-20.4
Rendimento dos Factores	-17.5	-12.1	-14.8	-17.1	-14.4	-11.1	-11.9
Transferências Correntes	1.1	-0.4	-0.4	-0.2	-0.4	-0.3	-0.2

Fonte: Ministério de Finanças de Angola

Índice de Desenvolvimento Humano – 143^a, do conjunto dos 177 países, na classificação de Desenvolvimento Humano Média do UNDP

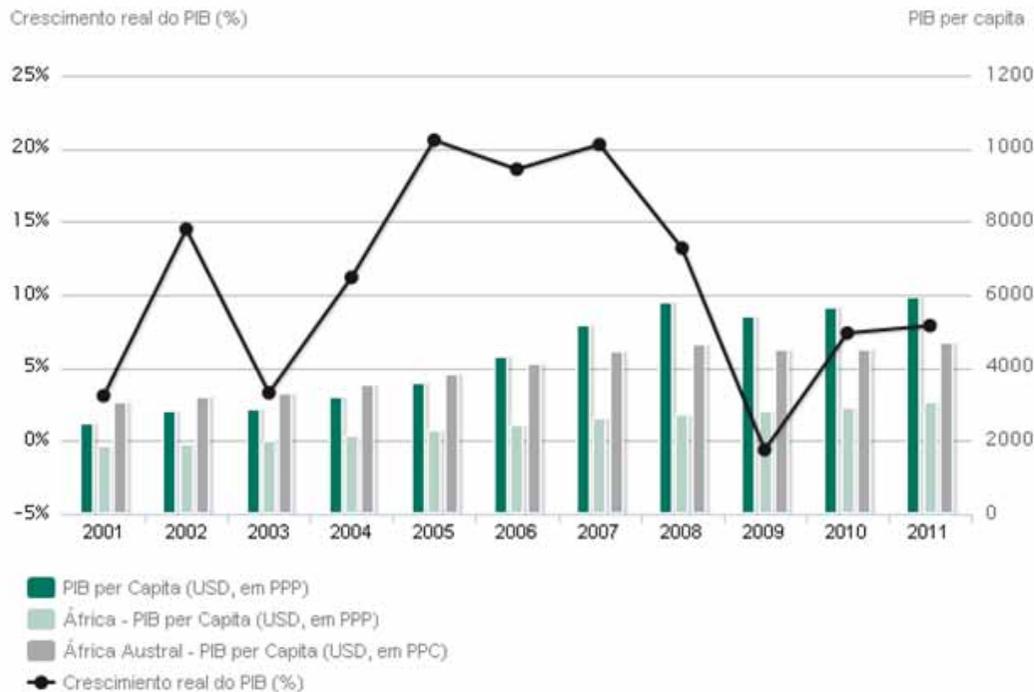
Taxa de crescimento econômico

O crescimento econômico foi impulsionado, em parte, pela produção de petróleo e de diamantes. Além disso, as condições criadas pela paz manifestaram-se na retomada do setor de construção civil e de infraestrutura, reabilitando as estruturas públicas e de serviços, as telecomunicações e o comércio.



Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB (incl. Stk)	3.1	14.5	3.3	11.2	20.6	18.6	20.3	13.2	-0.6	7.4	7.9
Inflação medida pelo IPC	116.1	105.6	76.7	31.0	18.5	12.2	11.8	13.2	14.0	15.0	9.9
PIB (US\$ atualizados)	197.1	225.8	233.2	259.3	312.8	370.8	446.0	504.8	502.9	526.4	553.5
RPIB	8.9	11.4	14.0	19.8	30.6	45.2	59.3	84.9	65.5	79.7	93.2
Taxa de Câmbio	22.1	43.7	74.6	83.4	87.2	80.4	76.7	75.0	79.5	85.4	85.4

Crescimento do PIB Real e PIB per Capita (US\$/PPA a preços atuais)



Balança Corrente (em percentagem do PIN)



Resultados Sumários

	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Balança Comercial	37.5	51.1	51.9	50.5	28.0	34.7	35.5
Exportação de bens (f.o.b.)	73.1	70.5	74.9	75.2	57.9	61.9	60.1
Importação de bens (f.o.b.)	35.6	19.4	23.1	24.7	29.9	27.2	24.6
Serviços	-37.1	-13.3	-20.8	-25.7	-17.0	-20.7	-20.4
Rendimento dos Factores	-17.5	-12.1	-14.8	-17.1	-14.4	-11.1	-11.9
Transferências Correntes	1.1	-0.4	-0.4	-0.2	-0.4	-0.3	-0.2
Balança Corrente	-16.0	25.2	15.9	7.5	-3.8	2.6	3.0

Resultados Sumários

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB (incl.Stk)	3.1	14.5	3.3	11.2	20.6	18.6	20.3	13.2	-0.6	7.4	7.9
Inflação medida pelo IPC	116.1	105.6	76.7	31.0	18.5	12.2	11.8	13.2	14.0	15.0	9.9
PIB (scaled USD)	197.1	225.8	233.2	259.3	312.8	370.8	446.0	504.8	502.9	526.4	553.5
RPIB	8.9	11.4	14.0	19.8	30.6	45.2	59.3	84.9	65.5	79.7	93.2
Taxa de Câmbio	22.1	43.7	74.6	83.4	87.2	80.4	76.7	75.0	79.5	85.4	85.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais, estimativas (e) e as projeções (p) com base em cálculos dos elaboradores deste estudo. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projeções.

2. Principais setores de atividade

Petróleo

A extração de petróleo desenvolve-se, principalmente, na modalidade offshore - em parte porque as atividades de exploração e produção onshore concentravam-se basicamente em torno da província de Cabinda e foram paralizadas durante a guerra civil de Angola. A província de Cabinda é o foco dos movimentos separatistas, que exigem acesso às receitas do petróleo e uma maior participação na política do petróleo. Embora o governo tenha nomeado membros para cargos políticos e a segurança tenha melhorado, ainda ocorrem confrontos entre o exército e os rebeldes na área. Alguns poços existentes, que foram perfurados antes da guerra, e o vizinho "Bloco Zero" provaram ser extremamente bem sucedidos. Existem também reservas no interior do país, com descobertas



recentes ao largo da costa meridional, em particular na província do Namibe. Os principais poços de petróleo estão situados perto da costa, nas províncias de Cabinda e do Zaire (Soyo) no Norte.

Em 1910, foram iniciadas as atividades de prospecção e pesquisas de hidrocarbonetos em Angola, quando foi concedida à Companhia Canha & Formigal uma área de 114.000 Km², no offshore do Congo e na Bacia do Kwanza, sendo o primeiro poço perfurado em 1915. A Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair, dos EUA, estiveram também envolvidas, desde cedo, na atividade de prospecção e pesquisa em Angola.

Em 1976, o governo criou a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol). Em 1978, a Sonangol tornou-se a única concessionária para exploração e produção de gás e petróleo em Angola. A Sonangol trabalha com empresas estrangeiras através de joint ventures (JVs) e partilhas de produção (production sharing agreements - PSAs).

Em 2009, Angola foi o maior produtor de petróleo da África, ultrapassando a Nigéria, onde a crescente instabilidade no Delta do Níger parou a produção de grandes volumes de produção de petróleo. A capacidade total de produção de petróleo de Angola vem crescendo de forma importante nos últimos 10 anos, atingindo uma média de cerca de 2,1 milhões barris/dia, em 2009, contra os 750 mil barris/dia registrados em 1999, sendo a maior parte da produção em offshore.

No primeiro semestre de 2009, Angola exportou mais de 1,7 milhão de barris/dia de petróleo bruto (mais de 90% da produção total) principalmente para China e Estados Unidos. Os Estados Unidos importaram 535.000 barris/d de petróleo bruto de Angola (547.000 barris/dia do total de sua importação de petróleo) no período, fazendo do país uma das maiores fontes das importações de petróleo dos EUA.

Em janeiro de 2010, de acordo com o Oil and Gas Journal (OGJ), Angola tinha reservas comprovadas de petróleo de 9,5 bilhões de barris, embora o Ministério do Petróleo angolano tenha estimado as reservas do país em um total de 13,1 bilhões de barris. Ainda em 2010, no 1º trimestre, Angola foi o

2º exportador de petróleo para os Estados Unidos da América, com cerca de 433 milhões barris/dia, e o maior exportador para a China, superando a Arábia Saudita.

As principais companhias estrangeiras que operam no país são as norte-americanas Chevron Texaco e Exxon Mobil, a italiana Eni, a francesa Total, a britânica BP, a anglo-holandesa Shell e a brasileira Petrobrás. As chinesas Sinopec e CNOOC estão entre as novas empresas internacionais que operam em Angola e estão sendo importantes players em termos de ajuda ao desenvolvimento, concessão de empréstimos garantidos por petróleo e comércio. A China é o país que demonstrou maior dinamismo recentemente nas relações com Angola no campo energético: concluiu um importante acordo de pesquisa e produção e importa quase 9 bilhões de dólares de petróleo, vindo logo a seguir os Estados Unidos.

Em julho de 2010, a Petrobrás anunciou a nova descoberta de petróleo no Bloco 15/06, no litoral de Angola. A descoberta ocorreu com a perfuração do poço Cabaça Sudeste-1, localizado a uma profundidade de 470 m e a 100 km da costa. Foi comprovada a existência de reservatórios de 450 m de espessura. Avaliações iniciais indicam a existência de pelo menos 500 milhões de barris de petróleo de alta qualidade ("in place"). O poço Cabaça Sudeste-1 é o 7º de oito poços de exploração previstos nos compromissos contratuais da licença. Seis dos sete poços perfurados até hoje comprovaram sucesso nas atividades de exploração no bloco. O bloco é operado pela Eni (35%), em parceria com Petrobras (5%), Sonangol Pesquisa e Produção (15%), SSI Fifteen Limited (20%), Total (15%), Falcon Oil Holding Angola SA (5%), e a Statoil Angola Block 15/06 Award SA (5%). Os espaços de exploração ("blocos") têm uma dimensão standard de 5.000 Km² e estão disponíveis em concessão para um período que varia de 5 a 20 anos.

Segundo previsões, a produção de petróleo em Angola deverá crescer cerca de 16%, em 2011, com os novos projetos de águas profundas que entrarão em operação. Angola já



está produzindo bem acima da cota de produção da OPEP, de 1,571 milhão de barris/dia (b/d). Apesar das limitações definidas pela OPEP, as empresas que operam em Angola estão aumentando significativamente suas operações offshore a curto e médio prazo. Os principais projetos resumidos abaixo representam empreendimentos existentes e empreendimentos em andamento. Analistas da indústria estimam que a capacidade de produção de Angola poderá atingir o pico entre 2,5 e 3 milhões de barris/dia, em 2015, com base em descobertas existentes.

Futuros Projetos de Petróleo em Angola				
Project	Location	Operator	Peak Production (total liquids)	Expected Start-up Peak
Negage	Block 14	Chevron	75,000 bbl/d	2010+
Pazflor	Block 17	Total	200,000 bbl/d	2011
PSVM (a)	Block 31 NE	BP	150,000 bbl/d	2011
Kizomba D	Block 15	ExxonMobil	120,000 bbl/d	2011+
CLOV	Block 17	Total	150,000 bbl/d	2011+
Other Block 31	Block 31	BP	300,000 bbl/d	2012+
PCC (b)	Block 18	BP	100,000 bbl/d	2012+
Other Block 32	Block 32	Total	120,000 bbl/d	2012+
a) Plutão, Saturno, Vênus and Marte				
b) Platino, Chumbo, Cesio				

Fontes: BP, Total, ExxonMobil, Afroil, Oil and Gas Journal, International Oil Daily, Petroleum Intelligence Weekly, Reuters, Petroleum Economist, U.S. Energy Information Administration



Posição da produção angolana em relação aos outros países produtores

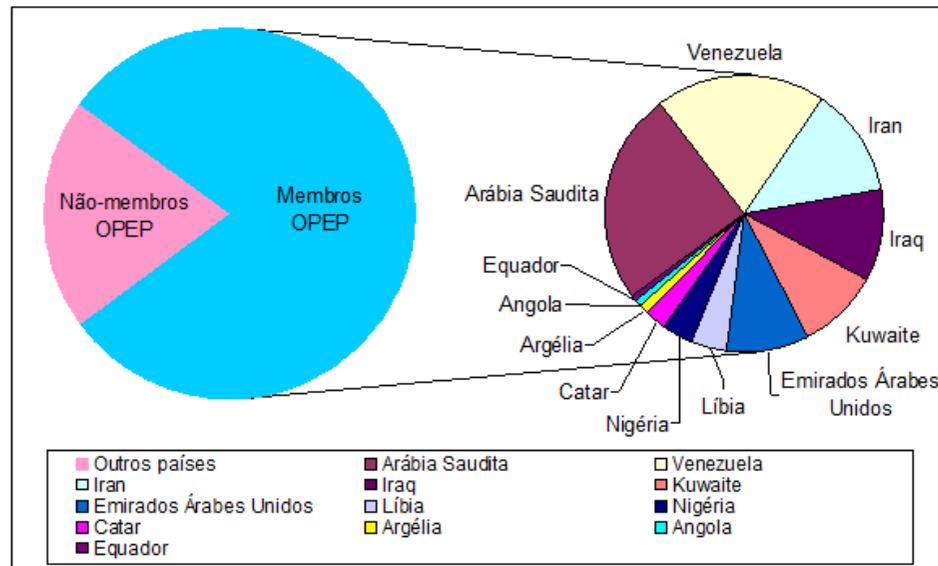
Produção de Petróleo Cru (Tb/d)

	Fevereiro-2010	Março-2010	Abril-2010	Maió-2010
Argélia	1272	1269	1275	1274
Angola	1940	1900	1894	1868
Equador	475	477	475	470
Iran, I.R.	3748	3750	3763	3744
Kuwait	2291	2289	2301	2305
Libia, S.P.A.J.	1545	1544	1558	1561
Nigéria	1957	2009	1985	1943
Catar	808	814	813	819
Arábia Saudita	8118	8126	8151	8183
Emirados Árabes Unidos	2281	2283	2291	2299
Venezuela	2284	2295	2302	2312
OPEC-11	26718	26756	26806	26778
Iraque	2549	2385	2310	2425
Total OPEC	29267	29141	29116	29203

Fonte: OPEC (www.opec.org)



Participação dos membros da OPEP nas reservas de petróleo cru mundiais – 2009



País	Reserva em Barris (bilhões)	Participação (%)
Países-Membros OPEP	1.064	79,6
Arábia Saudita	264,59	19,82
Venezuela	211,17	15,76
Iran	137,01	10,26
Iraq	115	8,6
Kuwait	101,5	7,56
Emirados Árabes Unidos	97,8	7,33
Líbia	46,42	3,5
Nigéria	37,2	2,79
Catar	25,38	1,91
Argélia	12,2	0,88
Angola	9,5	0,71
Equador	6,51	0,48
Outros países	2.729	20,41

Fonte: OPEP (www.opec.org)



Gás natural

O setor de gás natural apresenta um considerável potencial de crescimento e poderá ser usado para a produção de eletricidade e para a distribuição a pequenos consumidores. Nesse contexto, o projeto de exploração de gás liquefeito chamado "Projecto Angola LNG (Gás Natural Liquefeito)", na província do Soyo é considerado prioritário para o país.

Angola é autossuficiente na produção de gás butano e apresenta uma quota total da ordem de 600 mil toneladas/dia, conforme informa a Direção Nacional de Comercialização do Ministério dos Petróleos.

O "Projecto Angola LNG"

A fábrica de gás em construção na cidade petrolífera do Soyo, província do Zaire, vai produzir o primeiro gás natural liquefeito em 2012. As instalações fabris estão 80% concluídas e o empreendimento emprega 6.500 trabalhadores, dos quais mais de 3.000 são residentes na província do Zaire.

Na primeira fase, a capacidade de produção será de 5,2 milhões de toneladas de gás por ano. Grande parte da produção será exportada para os EUA e Europa. Da produção obtida, cerca de 125 milhões de pés cúbicos de gás (2,1 milhões de metros cúbicos por dia) estarão disponíveis para o uso doméstico, servindo para a produção de gás butano (gás de cozinha) e de matéria-prima para a indústria petroquímica.

O "Angola LNG" vai processar gás transportado em alta pressão através de uma rede de condutos de 500 km, que está sendo construída na zona marítima angolana. A rede de condutos traz o gás dos blocos 0, 14, 15, 17, e 18. Já foram lançados os gasodutos para o mar, a fim de colher o gás de vários blocos ligados ao empreendimento. O projeto contempla ainda uma fábrica para produção de 240m³ de cimento armado por hora. As 6 turbinas a gás, cada uma com 21 MW de potência e que vão assegurar o fornecimento de energia elétrica à área fabril, também já foram instaladas. Dois tanques de armazenamento, com altura de 45m e revestida internamente por mistura contendo 9% de níquel, cuja tampa vai ser montada com sistema de ar à pressão, está igualmente em obras no Soyo. A fábrica

ca tem ainda uma estação de tratamento de águas residuais. Existem também brigadas permanentes com sofisticados equipamentos para extinção de eventuais incêndios.

O aeroporto do município do Soyo, que está em fase de reabilitação, com o apoio do "Angola LNG", recebe diariamente 12 voos de diferentes companhias aéreas, trazendo pessoas para trabalhar no empreendimento. As empresas que participam no "Projecto Angola LNG" são a Sonangol, com 22,8%, a Chevron com 36,4%, a Total com 13,6%, a BP com 13,6% e a ENI, igualmente com 13,6 %.

O "Angola LNG" já atraiu para o Soyo muitos serviços: no município estão instaladas 15 agências bancárias e vão surgindo quase todos os dias novos hotéis, restaurantes, lojas e outros estabelecimentos comerciais, que começam a mudar a paisagem urbana da cidade. Para apoiar este crescimento da economia local, o "Angola LNG" trabalha em conjunto com o Centro de Apoio Empresarial (CAE) no programa de formação empresarial, para auxiliar, promover e habilitar as empresas locais com capacidades suficientes para garantir a prestação de serviços ao projeto e às operações da fábrica de gás e criar mais postos de trabalho para a juventude.

O "Projecto Angola LNG" criará oportunidades de emprego e possibilitar o desenvolvimento industrial com base no gás natural, por meio do fornecimento de gás para consumo doméstico.

Agropecuário e florestal

Agricultura:

Em termos agrícolas, Angola é potencialmente um dos países mais ricos da África subsaariana. Antes da guerra civil, o país era autossuficiente na maioria das colheitas e era um dos maiores produtores de café, sisal, óleo de palma, banana e cana-de-açúcar. Na parte cultivável de seu território, algumas terras são tão férteis que podem suportar até duas colheitas por ano. No entanto, apenas 3% da terra arável são utilizados. Toda esta capacidade de produção perdeu-se durante o período da guerra civil, mas, com a paz, o país vai recuperando



paulatinamente essas produções.

O declínio da produção de culturas de alimentos comercializados e o rápido crescimento da população urbana têm causado uma crise de alimentos nas cidades. Em meados da década de 80, moradores urbanos dependiam quase que inteiramente das importações de cereais, e cerca de 600.000 moradores rurais desalojados eram completamente dependentes do fornecimento de alimentos por doadores estrangeiros. A produção local de cereais atingiu apenas metade das necessidades nacionais em 1986 e totalizou apenas 300 mil toneladas - cerca de 60% da média anual em meados da década de 1970. A diminuição da produção foi resultado de problemas gerais associados à guerra civil, incluindo a degradação do transporte e a falta de incentivos comerciais para os produtores camponeses. Até o final dos anos 80, a desnutrição era generalizada.

Os esforços de remoção de minas terrestres e a reparação de pessoas deslocadas após a guerra civil terminada em 2002 viram aumentar a produção agrícola em pequena escala. No entanto, minas e bombas não detonadas continuam a impedir o acesso e o cultivo de suas terras a um grande número de agricultores. Nesse sentido o Instituto de Desminagem de Angola, em parceria com as Forças Armadas Angolanas, organizações não governamentais nacionais e internacionais, administrações municipais, comunais e autoridades, tem trabalhado bastante para desminar as terras. A falta de estradas e pontes impede também o acesso aos mercados e o desenvolvimento do comércio, enquanto para alguns agricultores faltam ainda as ferramentas básicas e sementes para reiniciar o cultivo.

Dois terços dos angolanos dependem da agricultura, principalmente para subsistência. Mandioca, batata-doce e milho são os principais alimentos de base. No entanto, menos de 10% dos 35 milhões de hectares de terras aráveis estão disponíveis para cultivo. O desenvolvimento da agricultura é potencialmente muito promissor, pois Angola importa, atualmente, metade dos alimentos consumidos. A superpopulação, devido ao deslocamento, também tem contribuído para

a cultura intensiva da terra em certas áreas, diminuindo a fertilidade do solo e reduzindo os rendimentos. Entretanto, um maior investimento tem contribuído para a recuperação de algumas culturas de rendimento, especialmente café, banana, sisal, cana-de-açúcar e óleo de palma.

Existe uma série de produtos e serviços proporcionados pelo setor florestal que não são totalmente contabilizados, tais como os produtos pesqueiros provenientes da pesca continental, plantas medicinais, frutas e folhas comestíveis, cogumelos, papiro, capim para a construção de habitações rurais, "vinho" de palma, carne de caça, mel, resinas e cera, dentre outros materiais.

Principais Culturas:

Entre as culturas comerciais, destacam-se o algodão, o fumo e a borracha. A produção de batata, arroz, cacau e banana são relativamente importantes. Com um clima diversificado, Angola fornece oportunidades para a agricultura comercial de uma grande variedade de colheitas tropicais e semitropicais, incluindo: mandioca, inhame, sisal, milho, feijão, madeira, soja, arroz, tabaco, bananas, óleo de palma, cítricos, e outros frutos tropicais; cana-de-açúcar, café, algodão, girassol.

Produção de Angola em 2007

Posição	Commodity	Produção (int. \$ 1000)	Produção (MT)
1	Mandioca	634128	8840000
2	Batata	71799	615000
3	Batata doce	70343	710000
4	Milho	61555	570000
5	Leite e vaca integral, fresco	51858	200000
6	Vegetais (hortícolas)	45974	248000



7	Feijões secos, vagens	42956	105000
8	Bananas	42753	300000
9	Mel natural	40085	23000
10	Frutos cítricos	28017	78000
11	Amendoim, com casca	26384	60000
12	Milho miúdo ou painço	24451	147000
13	Óleo de palma	16651	55000
14	Carne de caça	12281	7500
15	Abacaxi	7735	40000
16	Cana de açúcar	7402	360000
17	Tabaco, não manufacturado	6016	3300
18	Frutas frescas	5104	32000
19	Tomates	3080	14000
20	Palm kernels	3005	23000

Fonte: FAO

Café

O clima diversificado possibilita a plantação de várias espécies de café, como o café "arábica" (planta das zonas subtropicais) e o café "robusta" (planta de clima mais quente). Até 1975, Angola foi o 4º produtor mundial de café, atingindo produção de cerca de 220 mil toneladas. O café constituiu a principal exportação de Angola até 1973, ano em que foi ultrapassado pelo petróleo. A cultura concentrava-se nas províncias do noroeste e nos limites ocidentais do planalto. Com o início da guerra, a produção diminuiu, levando ao desaparecimento da estrutura comercial.

Açúcar

Como nos outros setores agrícolas, devido às condições conjunturais pelas quais o país passou e conforme o que aconteceu em todos os setores da indústria transformadora, Angola investiu pouco, o que provocou o sucateamento dos equipamentos, a conseqüente redução contínua da produção, até a sua paralisação total, como aconteceu em todos os subramos da indústria alimentar. A partir das colheitas de 1974/75, a produção de açúcar foi decrescendo até o encerramento da última companhia açucareira (Dombe-Grande), em 1991. Atualmente, o Ministério da Indústria de Angola (MIND) decidiu reconverter as usinas de açúcar (com exceção de Dombe-Grande) em Pólos de Desenvolvimento Agro-Industriais, com o envolvimento do Ministério da Agricultura, para permitir a geração de excedentes agrícolas industrializáveis, a médio e longo prazo. Os órgãos iniciaram, também, estudos para a implementação de novas companhias açucareiras em outras províncias, como Malanje (Norte), Cunene (Sul).

Utilização das terras

Superfície das terras (1000 ha): 124.670
Terras aráveis (1000 ha): 3.000
Pastagens (1000 ha): 54.000
Área agrícola: 57.590 (1000 Ha)
Culturas permanentes (1000 ha): 300
Terras irrigadas (1000 ha): 80

Uso da água

(em % de participação no total utilizado)

Para a agricultura: 60%
 Para a indústria: 17,1%
 Para uso doméstico: 22,9%



Produção e Comércio Exterior

Cereais (1 000 ton.): 725
 Carnes (1 000 ton.): 139
 Peixes do mar (1 000 ton.): 224
 Exportações agrícolas (milhões de \$EUR): 2
 Parte das exportações agrícolas (% das exportações totais): 0,01%
 Importações agrícolas (milhões de \$EUR) : 983
 Parte das importações agrícolas (% das importações totais): 27,5%

Pecuária

A pecuária é geralmente uma atividade de subsistência. Os maiores rebanhos são o bovino, o caprino e o suíno.

Assim como na agricultura, a produção pecuária também entrou em declínio. O gado e os porcos ainda são criados, mas a produção caiu de 36.500 toneladas abatidas, em 1973, para apenas 5.000 toneladas, no início de 1980. Esta enorme redução foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo a saída dos agricultores comerciais, a crescente influência de fatores ligados à guerra civil, e a deterioração das instalações e serviços, especialmente na área de vacinas, ponto crucial para a produção pecuária. Durante a ocupação da Província do Cunene, em 1975, os conflitos teriam ocasionado a destruição de cerca de 1.500 poços de água, utilizados na produção de gado, prejudicando severamente a produção na região.

A falta de uma tradição pastoril entre os angolanos do norte, a ocorrência endêmica da doença transmitida pela mosca tsé-tsé em muitas regiões e a má qualidade das pastagens naturais são alguns dos fatores mais citados para explicar o atraso na agropecuária de Angola. O pouco que havia da indústria pecuária foi praticamente destruído durante a guerra civil.

Angola dispõe de diversas coberturas herbáceas, que, de acordo com a respectiva composição florística, valor forrageiro e grau de palatabilidade correspondem a três tipos de pasto (doce, misto ou acre). Esta diversidade constitui uma condição natural, favorável ao exercício da pecuária. E como o país é bastante rico em petróleo, diamante e minério de ferro, possui riqueza suficiente para erguer a agricultura angolana se forem feitos investimentos em pesquisa e tecnologia.

Dados de 1999, estimavam que Angola possuía 3,9 milhões de cabeças de gado, 2 milhões de caprinos, 800 mil suínos e 336 mil ovinos. Havia, ainda, 7 milhões de frangos. Os produtos da pecuária incluíam cerca de 85 mil toneladas de carne bovina e 191 mil toneladas de leite, no mesmo ano. A produção de mel totalizava 22 mil toneladas, a 4ª maior da África. Os quadros abaixo constam do estudo da FAO sobre o setor:

Tendências nas terras agrícolas ¹ (valores expressos em km ²)						
Tipo de terra	Ano				Taxa de Crescimento anual (%)	
	1980	1990	2000	2002	1980-1990	1990-2000
Total	574.000	574.040	573.000	573.000	0.0	0.0
Lavoura	34.000	34.000	33.000	33.000	0.0	-0.3
Pastagem	540.000	540.040	540.000	540.000	0.0	0.0

1. Soma da área em terras aráveis, culturas permanentes e pastos permanentes.



Recursos Pecuários – População Animal (valores expressos em 1000)						
Espécies	Ano				Taxa de Crescimento anual (%)	
	1980	1990	2000	2002	1980-1990	1990-2000
Gado	3.100	3.100	4.042	4.150	0.0	2.7
Ovinos e caprinos	1.495	1.740	2.500	2.390	1.5	3.7
Suínos	600	800	800	780	2.9	0.0
Aves domésticas	5.400	6.100	6.800	6.800	1.2	1.1
Total de UAs	1.874	1.945	2.499	2.538	0.4	2.5

UA: unidade de animais; fatores de conversão: gado (0.50), ovinos e caprinos (0.10), porcos (0.20) e aves domésticas (0.01)

Fonte: FAO - The Livestock Sector Briefs (LSB) Angola – fev/2005.

Índice de Produção Agro-pecuária *					
1999 a 2002	2003	2004	2005	2006	2007
100	99	92	100	98	98

* O Índice de Produção pecuária inclui carne e leite, de todas as fontes, derivados do leite como queijo, ovos, mel, seda crua, lã, couros e peles

Fonte: Banco Mundial.

Produção Pecuária – Tendência da produção anual de carnes, leite e ovos (1000 toneladas métricas)						
Produto	Ano				Taxa de Crescimento anual (%)	
	1980	1990	2000	2002	1980-1990	1990-2000
Carne - total	81,1	98,7	139,8	138,6	2,0	3,5
Carne de boi	48	59	85	85	2,1	3,7
Carne de carneiro e de cabra	3,9	4,6	11	10,5	1,6	9,1
Carne de porco	16,5	22	28,6	27,9	2,9	2,7
Aves	6,7	7,1	7,7	7,7	0,6	0,9



Produção de leite e proporção de gado leiteiro e ovos e proporção de aves poedeiras – (Espécies/ano)									
Produção (kg/ano)	1980	1990	2000	2002	porcentagem	1980	1990	2000	2002
Gado (Leite)	500	484	483	483	Ordenhada	10,0	10,0	10,0	9,7
Frango (ovos)	2,0	2,0	2,0	2,0	postura	33,8	32,0	31,6	31,6

Fontes: FAO.

Produção Pecuária Cooperada:

A Cooperativa dos Criadores de Gado do Sul de Angola (CCGSA) foi fundada em 2004 com a missão de zelar pelos interesses de seus 49 associados, atuando no melhoramento do setor agropecuário da região. A meta da cooperativa é reduzir em até 40% a importação de carne, sobretudo bovina, em cinco anos. As fazendas associadas estão criando efetivo, estruturas e organização para, com o surgimento do matadouro industrial, iniciar o abate de animais para o fornecimento de carne no mercado interno, desenvolvendo ações que visam à redução das importações. Já existe um rebanho estimado em 25 mil animais reprodutores, de raças melhoradas. A CCGS também colabora nos programas de reativação do comércio rural, na estratégia da reabilitação da infraestrutura rodoviária, com realce para as estradas secundárias e terciárias, e para o estabelecimento das políticas de crédito do setor agropecuário.

Pesca

Angola tem 1.650 km de litoral, com um mar rico em peixes (cavala, atum, marisco, sardinhas, entre outros), moluscos e crustáceos. A maior atividade está situada na Província do Namibe, onde as espécies de água fria são predominantes. As espécies tropicais aparecem no Norte, na Província de Benguela, onde a pesca desempenha um papel importante.

A pesca, em Angola, aumentou 39%, de 2006 para 2007, elevando a produção para um valor de 300.000 toneladas, contudo o recorde pesqueiro do país permanece sendo o ano de 1972, quando as pescas somaram 607.000 toneladas. A taxa média de crescimento do setor, nos últimos 4 anos, foi

de cerca de 6,6%. Recentemente foi estimado o limite de captura sustentável para Angola na ordem de 450.000 toneladas/ano.

A aquicultura é ainda uma atividade recente, com poucos recursos especializados e competências para a produção de peixe. Uma parceria entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a República de Angola concluiu em 2009 a operação chamada "Projecto Pesca Artesanal". O projeto visava melhorar as condições de vida de 10 comunidades pesqueiras, através do desenvolvimento de infraestrutura e capacitação profissional para produção, processamento e comercialização de peixe, aprovando o crédito agrícola. A zona pesqueira do Namibe é a mais importante do país, representando mais de 65% de toda a atividade do setor. Com cerca de 480 km de orla marítima, é rica em recursos pesqueiros muito diversificados, tanto pelágicos como demersais, exibindo um potencial natural de crustáceos em que se destacam o caranguejo, mexilhão e amêijoia. O setor sofre com a falta de barcos e equipamentos de pesca, motores interiores e equipamentos para as salinas. A infraestrutura de apoio necessita de reabilitação. O setor está na sua pior crise desde a independência.

Na província de Benguela, a pesca artesanal é praticada por uma larga parcela da população que vive ao longo do litoral. A atividade de pesca artesanal é coordenada pelo Instituto de Pesca Artesanal - IPA, que tem representação nos principais núcleos de concentração dos pescadores, nomeadamente, nas localidades do Cuio, Vitula, Caota, Quioche, Damba-Maria, Praia - Bebé, Lobito - Velho e Hanha da Praia, ou através das respectivas associações de pescadores.

Na província da Huíla, a pesca nas águas fluviais ren-



deu, em 2010, grandes quantidades de quimaia, bagre, viama, chimbululu e tainha. As atividades piscatórias desenvolvidas por associações de pescadores ocorreram no rio Cunene, Quê, Kuando e nos afluentes dos grandes rios. O aumento da captura de pescado é reflexo da distribuição de embarcações e outros meios aos pescadores associados. O escritório do IPA na província da Huíla tem, registradas, 1.905 associações de pescadores.

A legislação do país sobre o setor pode ser obtida no site do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (<http://www.minaderp.gov.ao>).

Recursos florestais

Angola possui uma extensão florestal equivalente a 53 milhões de hectares, ou seja, 35% do território, e sua superfície considerada economicamente produtiva é de aproximadamente 2,4 milhões de hectares, o que equivale a 2% do território nacional.

A floresta densa úmida reveste o relevo acidentado do lado atlântico, desde Cabinda até o rio Balombo, com acentuada expressão no Alto Maiombe e no Dembos. Apresenta composição florística muito variada, com diversos estratos arbóreos mais elevados, dos quais se destacam diversas espécies de Ibiza, Celtis, Ficus, Chlorophora campanulata, Pycnanthus angolensis, Combretodendron africanum e Sterculia purpurea. A floresta úmida do Maiombe é por sua vez mais rica em espécies arbóreas, onde se encontram a Gilbertiodendron ogoonense, Gossweileidendron balsamiferum, Pentadesma leptanema, Oxystigma oxyphyllum, etc.

Há grandes recursos florestais em Maiombe (Cabinda) e Dembos (Cuanza Norte). Nestas florestas existem espécies tropicais variadas, madeiras de grande valor econômico, como ébano, sândalo africano, pau-rosa, pau-preto e pau-ferro. Além destas madeiras nobres, existem ainda plantações de madeiras mais comerciais, como o eucalipto e o pinheiro, desenvolvidos no período colonial, principalmente no Alto Catumbela e na província de Benguela.

A parte setentrional do país é um mosaico composto por

savana guineense e floresta densa e úmida, ocupando grande parte da zona úmida do território nacional. Predomina a savana do tipo guineano, com arbustos dispersos, mais frequentemente de Nauclea latifolia, Hymenocordia acida, Annona arenaria, Maprouena africana, psorospermum febrifugum e Piliostigma thonningii, alternando-se com a floresta de galeria.

Considerando o leque de espécies de utilização industrial, a capacidade anual de corte de madeira em toras é estimada em 326.000 m³. Devido ao crescimento acumulado ao longo das três últimas décadas, em que não se exploraram de forma intensiva os recursos florestais em grande parte dessas áreas, considera-se que as florestas produtivas de Angola comportam um potencial anual de corte superior ao estimado.

Existe uma série de produtos e serviços proporcionados pelo setor florestal que não são totalmente contabilizados. Além dos 326.000 m³ de madeira em tora provenientes da floresta natural, Angola pode produzir outros 850.000 m³ de madeira proveniente de plantações, o que corresponderia a um aporte de US\$ 150 milhões à economia nacional, elevando-se a participação do setor de 0,1% para 4% do atual PIB nacional, cifra equivalente a 25% do setor agrícola.

Florestais plantadas (reflorestamento)

As plantações florestais cadastradas ocupavam até 1980 mais de 148.000 hectares de espécies de eucaliptos e pinheiros, destinadas principalmente ao abastecimento de matéria-prima para a Fábrica de Celulose e Papel de Angola (CCPA) e de energia para as locomotivas do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), sem contribuição significativa para a produção de madeira e seus derivados.



Espécie	Proprietário	Superfície (ha)
Eucaliptus spp.	Companhia de Celulose e Papel de Angola (CCPA)	60.000
	Caminho-de-ferro de Benguela (CFB)	38.000
	Estado	10.000
	Diversos privados	20.000
	Sub-total	128.000
Pinus Patula	CCPA	8.000
	Estado	4.500
	Diversos privados	3.500
	Sub-total	16.000
Cupressus spp.	CCPA	2.000
	Estado	500
	Diversos privados	1.500
	Sub-total	4.000
	Total Geral	148.000

Estima-se que tanto a cobertura florestal natural quanto a plantada tenham se reduzido drasticamente ao longo dos anos, por fatores naturais e, sobretudo humanos, ligados aos assentamentos precários, à excessiva produção e consumo de lenha e carvão, práticas tradicionais e insustentáveis de agricultura itinerante sempre acompanhada de queimadas, além da exploração ilegal da madeira.

Cobertura/Período	1990	2000	2005	%
Floresta Natural (ha)	51.940.000	50.880.000	50.880.000	0,2
Plantações Florestais (ha)	144.300	140.600	138.750	0,25

Fonte: Prege/ BM 1996; IDF/ Angola Allince 2005: Avaliação Espacial do estado das Florestas e Ecossistemas Sensíveis de Angola.

O país possui plantações florestais de espécies exóticas, tais como Eucaliptos s.p e Pinus s.p., numa área de aproximadamente 148.000 hectares, com um volume comercial em pé de aproximadamente 17.450.000 m³, à média de 130 m³/hectare, o que permite um corte anual de 850 mil metros cúbicos. O planalto central é o seu núcleo principal, compreendendo as partes convergentes das províncias de Benguela, Huambo, Bié e Huíla.



Florestas e Biodiversidade	Ano	Angola
Área Florestal (km ²)	2005	591.040
Desflorestamento anual (% de transformação)	2005	0,2
Área sob proteção nacional (% de terra)	2004	10,1
Espécies de mamíferos, número	2004	296
Espécies ameaçadas de mamíferos	2004	11
Espécies de pássaros, número	2004	930
Espécies ameaçadas de pássaros	2004	20
Espécies de plantas, número	2004	5.185
Espécies ameaçadas de plantas	2004	26

Fonte: Banco Mundial.

A produção em florestais naturais não ultrapassa, em média, os 52.867,8 m³/ano. A indústria florestal ainda é incipiente, constituída fundamentalmente por unidades processadoras de madeira de pequena e média dimensão (serrarias e carpintarias), com capacidade instalada estimada em 600–700 m³/dia, ou seja, 100.000 – 150.000 m³/ano.

Apesar de ser um país produtor de petróleo, Angola tem ainda um consumo de derivados da biomassa (lenha e carvão) da ordem dos 60% do balanço energético nacional, seguido do petróleo, com 41,7%, da eletricidade, com 1,4% e do gás butano ou de cozinha, com apenas 0,1%. Os níveis de produção e consumo de carvão vegetal são da ordem de 253.103,6 toneladas/ano.

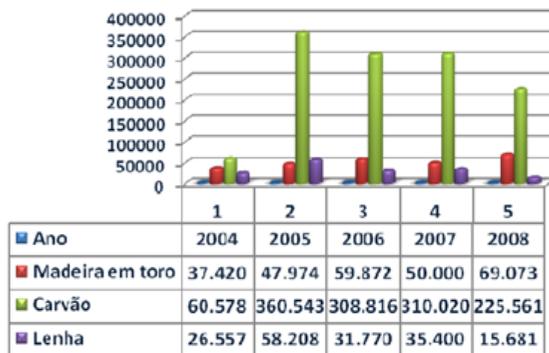
Recursos florestais

- Floresta densa e úmida: 2%
- Mosaico floresta-savana: 19,8%
- Floresta aberta (Miombo): 45,4%
- Chana e Anhara (prado): 5,2%
- Savana seca com árvores e/ou arbustos ou matas tropicais secas: 24,2%
- Estepe: 3,1%
- Deserto: 0,3%

Evolução da venda de madeira em tora					
1999	2000	2001	2002	2003	2004
19.900	30.650	27.641	38.712	52.784	37.420



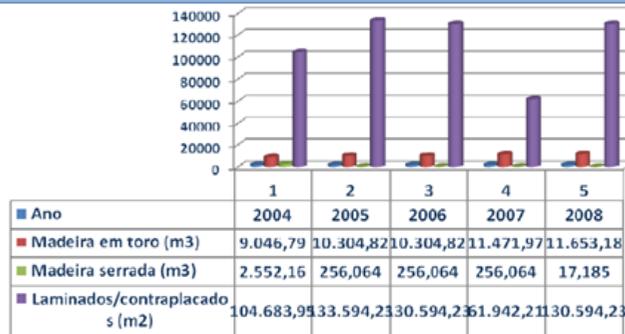
Quadro Demonstrativo da Produção Florestal nos últimos 5 Anos



Fonte: IDF- Relatórios de Balanço Anuais

Em termos de exportações, no período de 2004 – 2008, a madeira em tora atingiu, em média, 10.556,316 m³/ano; a madeira serrada 667,5074 m³/ano e os laminados diversos 112.281,77m².

Quadro Demonstrativo da Exportação de Produtos Florestais nos últimos 5 anos



Fonte: IDF- Relatórios de Balanço Anuais



Na estrutura do governo angolano, a administração do setor florestal, fora do regime de proteção, está sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP), que é dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e tem representações em todas as províncias e municípios.

Está em curso, desde 2008, o Inventário Florestal Nacional, que estratifica o País em 587 UAs (Unidades de Amostragens), cobrindo todo o tipo de vegetação ou florestas existentes.

Além das estimativas de cobertura florestal anteriormente referidas, a informação estatística florestal disponível refere-se, sobretudo, à produção e ao consumo da madeira e do combustível vegetal (carvão e lenha). Em menor escala, também alguns dados sobre as exportações de madeira em tora e serrada. Ainda não há dados sobre os volumes de biomassa e de carbono acumulado na biomassa viva e morta que começarão a ser efetivamente obtidos depois de concluído o inventário florestal nacional.

O IDF foi criado em 2007, de modo a contribuir para a melhoria da segurança alimentar e redução da pobreza, coordenando iniciativas agro-silvo-pastoris e viabilizando esforços privados, governamentais e não governamentais para melhorar a produtividade agro-alimentar e florestal bem como a comercialização assentes no uso sustentável dos recursos naturais Instituto do Desenvolvimento Florestal.

O Instituto tem por finalidade executar, acompanhar e controlar a aplicação de normas e preceitos que regem o desenvolvimento, a exploração, a utilização sustentada, a proteção e a conservação dos recursos florestais e da fauna. O IDF é a autoridade administrativa competente para a concessão de Licenças e Certificados para os fins da CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, sendo a Faculdade de Ciências da UAN a autoridade científica.

No quadro das políticas ambientais e com vistas a garantir a sustentabilidade dos recursos, foram aprovados os se-

guintes instrumentos:

- Lei de Base do Ambiente, nº 5/98;
- Programa Nacional de Gestão Ambiental;
- Programa de Conscientização e Educação Ambiental.

Estão em fase de revisão:

- Regulamento Florestal;
- Regulamento de Caça;
- Regulamento de Parques.

Estão em fase de consultas para sua elaboração:

- Legislação e Regulamento sobre Florestas, Fauna Selvagem e Áreas Protegidas;
- Lei Florestal;
- Estratégia e Desenvolvimento Florestal.

Programas em Execução:

- Programa Nacional de Reforestamento;
- Programa de Combate à Desertificação;
- Programa de Combate às Ravinas.

Em junho de 2010, a Estratégia Nacional de Repovoamento Florestal foi apresentada no seminário regional de consultas para a finalização da Estratégia Nacional de Povoamento e Repovoamento Florestal. O evento contou com a participação de 75 especialistas das províncias do Huambo, Bié, Kwanza Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Kubango, numa iniciativa do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, por meio do IDF. Esta estratégia visa, essencialmente, ao desenvolvimento de plantações florestais com espécies de crescimento rápido, para fins de comercialização e exportação de produtos florestais, bem como para o abastecimento de matéria-prima a uma indústria potencial, para produção de bens de consumo doméstico e redução substancial das importações.

Atualmente o país importa quase todos os bens de consumo de origem florestal, incluindo o papel, que no passado



era produzido pela Companhia de Celulose e Papel de Angola (CCPA). O governo angolano pretende captar investimentos para a recuperação do complexo industrial da CCPA, na Província de Benguela. A CCPA teve a produção de celulose e papel totalmente paralisada desde 1983, devido à destruição das instalações durante o conflito armado em Angola. Atualmente, a CCPA, também atingida por um incêndio em 2004, controla plantações de eucaliptos nos municípios da Ganda (Benguela), Ukuma e da Caála (Huambo), assim como em algumas regiões da província do Bié. Hoje, a atividade empresarial está limitada à exploração de madeira de eucaliptos, pinho e cedro destinada à comercialização nas indústrias de móveis.

Superfície florestal (1 000 ha): 59.104

Combustível de madeira/lenha (1 000 m³): 3.487

Madeira redonda industrial (1 000 m³): 1096

Mineração

Angola dispõe de vastos depósitos de minerais, tais como: diamante, vanádio, ferro, titânio, ouro, crômio, fosfatos, berilo, manganês, caulim, cobre, quartzo, chumbo, gipsita, zinco, mármore, estanho, granito, volfrâmio. Só uma pequena parte destes recursos se encontra completamente avaliada. Desde a independência, a atividade mineira angolana se resume à extração de diamantes, nas províncias de Luanda, a nordeste, e em escalas mais reduzidas às extrações de mármore e granito no sudoeste.

Diamante

É o 2º produto mais importante de exportação, depois do petróleo. Angola é o 4º produtor mundial de diamantes. As áreas com maior concentração diamantífera estão na província nordeste de Lunda Norte, em particular nas bacias hidrográficas dos rios Cuango, Luachimo e Luacana.

O Ministério da Geologia e Minas é responsável pela negociação de todos os contratos (prospecção, extração e comercialização). Com a lei 39/99 de 3 de Dezembro de 1999, as autoridades angolanas cancelaram todas as licenças de co-

mercialização existentes. A partir de 2000, a concessão dos direitos de extração foi limitada a uma superfície não superior a 3.000 Km². Os royalties pela extração são de 5% do valor bruto dos diamantes produzidos, enquanto as taxas são de 6%. O efeito mais importante da reorganização normativa e fiscal do setor foi um notável crescimento da produção, facilitado pelo fim da guerra civil, tendo passado de US\$ 750 milhões, em 2000, para mais de US\$ 2,5 bilhões, em 2008 (cerca de 12 milhões de quilates), com a perspectiva de atingir brevemente uma produção de 15 milhões de quilates.

Um pouco da história do setor em Angola

Os primeiros 7 diamantes foram descobertos por Johnston e Mac Vey, prospectores da Société Internationale Forrestière et Minière du Congo (Forminière), no ribeirão Mussalala, afluente do Rio Chiumbe, perto da fronteira com o Congo Democrático, o que deu lugar à constituição da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA), a 4 de Setembro de 1912, com sede em Lisboa e um Comitê em Paris, visando efetuar pesquisas mineiras em Angola.

Em 1917, os direitos da PEMA foram transferidos para a nova Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG), empresa que se dedicou especificamente à exploração de diamantes de Angola, com sede em Lisboa e escritórios em Bruxelas, Londres e Nova York, sendo que 80% das ações pertenciam a empresas belgas, inglesas, francesas e americanas, e os 20% restantes a Portugal.

Em 1977, com Angola independente, o Estado nacionaliza a DIAMANG e em 1981 cria a estatal Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), cuja missão é gerir o cluster diamantífero angolano, fomentando o desenvolvimento comunitário, nacional e ambiental, e realizando prospecção, pesquisa, reconhecimento, exploração, lapidação e comercialização dos diamantes de Angola, de acordo com a legislação nacional. A empresa pode, ainda, associar-se a outras entidades, criando Sociedades ou Associações para o exercício do seu objeto social. Assim ENDIAMA é a concessionária exclusiva de direitos de mineração no setor de diamantes e controla todas as con-



cessões em 100 minas abertas a investidores privados.

São particularmente ativos em Angola os maiores grupos industriais de diamantes da África do Sul (Africa Trans Hex, De Beers, Petra Diamonds), Rússia (Alrosa), Canadá (Diamondworks), Austrália (BHP), Holanda (Billiton), Brasil (Odebrecht Mining), e Israel (Lev Leviev Group). Grande parte da produção é exportada diretamente para o mercado belga, holandês, israelita e canadense.

Com um investimento de US\$ 10 milhões e sede em Luanda, foi inaugurada, em 2006, a primeira fábrica de lapidação de diamantes, que até aquele momento eram exportados brutos.

A demanda crescente por diamantes no mercado mundial deverá levar à duplicação da produção até 2020, no compasso da provável recuperação da economia americana e também devido às necessidades dos países emergentes, como Índia e China. A empresa Escom Mining planeja investir US\$ 750 milhões no setor de diamantes de Angola até 2014, somados aos US\$ 430 milhões já investidos desde 2001, segundo informações da empresa, pertencente ao grupo Espírito Santo, em Lisboa.

Projeto Diamantífero Luana

Inaugurado em abril de 2010, na província da Lunda Norte, com US\$ 28 milhões investidos pelas empresas Endiama, Transex, Za-kufuna, Wengi e Caxingi, o "Projeto Diamantífero Luana" vai produzir, na primeira fase, 3 mil quilates de diamantes/mês, podendo aumentar depois para 5 mil. Neste projeto, cabe à Endiama 39%, ficando o restante distribuído entre a Transex (37%), Wengi (15%), Caxingi (13%) e Za-kufuna (5%). Luana é uma localidade situada no município de Lucapa. A sua população dedica-se, majoritariamente, à agricultura, à caça e à pesca de água doce.

Projeto Luxinge

Um contrato de exploração de diamantes no "Projeto Luxinge" foi assinado em junho de 2010, em Luanda, entre a Endiama e as empresas Compesa Angola, Sheffield, Synte-

chron Tríade e a sueca Internacional Gold Exploration (IGE). O projeto, uma exploração em aluvião, terá a duração de mais de 6 anos e está localizado na província da Lunda Norte, município do Nzagi, comuna do Cambulo. Na fase de prospecção geológica do projeto, foram investidos US\$ 13 milhões, enquanto, na fase de implantação, prevê-se a aplicação de US\$ 6,5 milhões. Neste projeto, a Endiama detém uma quota de participação de 18%, a Compesa Angola 10%, a Sheffield e a Syntechron 10%, enquanto a IGE tem uma participação de 42%.

Endiama (Empresa de Diamantes de Angola)

Tel: +244 222 33-4585 / Fax: +244 222 33-7276

Sede: Rua Major Kanhangulo, n.100, Luanda - Uíge, Angola - Caixa Postal 1247

Indústria

O parque industrial angolano, com exceção do refino de petróleo, ainda é incipiente.

É focado na indústria leve (têxtil, agroalimentar, bens de consumo não duráveis, entre outros) e na indústria de transformação de produtos primários.

Há poucas indústrias de base (siderurgia, indústria metalomecânica, química) e estaleiros para reparo de embarcações de pesca. Como o país necessita diversificar sua economia e gerar emprego e renda para uma população em franco crescimento, prevê-se que o parque industrial angolano venha a crescer nos próximos anos.

Em virtude da disponibilidade de divisas, decorrente das exportações de petróleo e diamantes, Angola está capacitada a importar os bens e serviços necessários para a expansão do setor.

Nesse quadro, empresas brasileiras prestadoras de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção podem se inserir competitivamente em Angola, disputando espaço com as concorrentes estrangeiras.



Principais empresas

A maior companhia de Angola é a paraestatal petrolífera Sonangol.

O Grupo Sanangol compreende várias subsidiárias do setor de serviços, que têm como principal cliente a própria petrolífera.

Essas subsidiárias atuam nos setores de transporte, logística, locação e assistência técnica de máquinas e equipamentos, telecomunicações, engenharia e construção civil e serviços financeiros.

O faturamento do Grupo Sonangol representa boa parte do PIB angolano.

Outras grandes empresas de capital majoritariamente angolano são Angola Air Charter, Caminhos de Ferro de Angola e TAAG Angola Airways.

Todas essas empresas são grandes adquirentes de serviços no mercado interno e, principalmente, no exterior.

Ainda não há empresas angolanas listadas entre as 2000 maiores empresas de capital aberto do mundo pela Forbes. Para efeitos comparativos, o Brasil tem 34 empresas relacionadas no referido índice. Estas empresas representam 16,7% do PIB brasileiro e somam US\$ 319 bilhões em valor de mercado.

Em abril de 2010, na conferência sobre o relançamento da indústria transformadora, realizada em Luanda, foi anunciada a reabilitação do parque industrial, com maior ênfase na infraestrutura (estradas, águas, energia elétrica, pontes e estradas de ferro).

Os bancos comerciais e o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) manifestaram a sua total disposição em trabalhar com o Governo no financiamento dos projetos que forem aprovados. O Ministério da Indústria empreendeu esforços na atração de recursos, que resultaram em respostas positivas dos Estados Unidos, Canadá, Espanha e Brasil, interessados em estabelecer parcerias e em contribuir para o financiamento de alguns projetos.

Na indústria têxtil, foram iniciados estudos para o relançamento de um projeto de reconstrução das empresas África Têxtil, Textang e Satec, no Dondo, província do Kwanza Norte,

enquanto na agroindústria aguarda-se pelas garantias do governo para o surgimento de fábricas de diversos segmentos.

Os setores de moagem e panificação, agroindústria e apoio à agricultura, indústria alimentar e de materiais de construção, bem como a construção de pólos industriais também têm merecido particular atenção dos órgãos envolvidos.

Pólos de desenvolvimento

Os pólos de desenvolvimento de Viana, Fútila e de Bom Jesus constituem na grande aposta do setor industrial.

Para apoiar a construção dos pólos de desenvolvimento de Catumbela, Matala e Caála, entre outros, deu-se início a negociações com vários países e instituições financeiras. Em 2008, foi criado o Pólo Agro-Industrial de Capanda (PAC), na província de Malanje. A área compreende os municípios de Cacuso, Malanje, Cangandala e Quizenga, numa extensão de 443.332,63 hectares, aproveitando o potencial hídrico e energético do complexo hidroelétrico de Capanda.

Instrumentos de apoio ao desenvolvimento

Para a reconstrução industrial de Angola, o Ministério da Indústria criou o Plano Diretor de Reindustrialização (PDR) para atingir os objetivos principais do desenvolvimento industrial da iniciativa privada, assim como a criação de empresas competitivas.

Como a indústria angolana é constituída em grande parte por equipamentos com mais de 25 anos, o Ministério criou o "Programa de Actualização Tecnológica da Indústria Angolana" (PATIA), para fomentar a transferência de equipamentos de países tecnologicamente mais evoluídos, quer pela aquisição direta, quer sob a forma de investimento estrangeiro. O PATIA desenvolve-se através da aquisição de ativos de segunda mão para introduzir tecnologia intermediária. Numa fase posterior prevê-se a introdução de meios de produção informatizados.

Para apoiar a criação de empresas competitivas, o Ministério da Indústria criou um fundo de apoio - o FAEN - que se destina a ajudar os empresários que enfrentam problemas de falta de recursos financeiros ou que pretendam investir na modernização ou na recuperação de empresas, bem como em



projetos inovadores.

O Instituto para o Desenvolvimento Industrial de Angola - IDIA - é um instituto público criado em 1995 para promoção do investimento. É uma instituição do Ministério da Indústria que trata das questões relativas ao surgimento de novas indústrias e a construção de infraestruturas de base para tal, tendo como missão o desenvolvimento de sociedades de desenvolvimento industrial e de sociedades de capitais de risco, contando com projetos com a participação do setor privado. Promove parcerias entre investidores estrangeiros e nacionais, trabalhando junto com a Agência Nacional para Investimento Privado – ANIP - na atração de investimentos e na emissão de pareceres sobre a implantação de indústrias em Angola, sobretudo em tecnologia, para decisão final do setor privado.

Organismos oficiais para o desenvolvimento econômico:

GARE - Gabinete de Apoio ao Redimensionamento Empresarial

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 9º | Telefone: 39 04 96 / Fax: 39 29 87

IDIA - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 8º | Telefone: 33 84 92

INAPEM - Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

Rua Mota Feo, 18 | Telefone: 33 29 74 / 39 33 86 / Telefone/Fax: 33 11 46

INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional

Rua Timor, 53 | Telefone: 34 32 40

IIE - Instituto de Investimento Estrangeiro

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 9º

Telefone: 33 37 27 / 47 00 / 75 65 / 39 26 20 / 27 42 / 29 54 | Fax: 39 33 81 - P.B.X.: 33 12 52

UTC - Unidade Técnica Administrativa de Cooperação UE-Angola

Avenida Comandante Valódia | Telefone: 34 47 65 / 34 40 34

Direção Nacional do Desenvolvimento Tecnológico

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 8º | Telefone: 33 84 92 / Fax: 39 24 00

Gabinete de Redimensionamento das Pescas

Avenida 4 de Fevereiro - Edifício Atlântico | Telefone: 39 27 82

Gabinete do Planeamento da Agricultura

Avenida Comandante Gika | Telefone: 32 07 21 / 32 19 43 | Fax: 32 05 53

Gabinete de Redimensionamento do Comércio

Avenida 4 de Fevereiro | Palácio de Vidro, 3º | Telefone: 33 20 27

Gabinete Jurídico das Obras Públicas

Edifício da Mutamba, 4º | Telefone: 33 59 09 / Fax: 39 25 39

Gabinete Técnico do Ministério dos Transportes e Comunicações

Rua Tipografia Mamã Tita, 32, 3º | Telefone: 33 01 99

Comissão de Redimensionamento das Obras Públicas

Edifício Mutamba, 4º, Porta B | Telefone: 33 12 27 - 8

Comissão de Redimensionamento Sectorial do Café

Rua Amílcar Cabral, 45 / 47 | Telefone: 39 29 70



ANIP - Agência Nacional de Investimento Privado

Rua Cerqueira Lukoki, 25 | Edifício do Ministério da Indústria, 9º Andar, Luanda - <http://www.anip.co.ao/>

IAPI - Instituto Angolano da Propriedade Industrial

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 6º | Telefone/Fax: 33 29 74

IANORQ - Instituto Angolano de Normalizações e Qualidade

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 7º | Telefone/Fax: 33 72 94

FIL - Feira Internacional de Luanda

Rua: Estrada do Catete C.P. 6127 - Município do Cazenga, Luanda

Telefone: +244 - 917 664 000/ 926 405 985 | Município do Cazenga

ANIFIL - Centro Internacional de Negócios de Angola

Rua Fernando Manuel Caldeira, 6 - Coqueiros, Luanda

Telefone: + 244 - 222 339 598 / 926 405 985

Energia

Em termos energéticos, Angola possui diversidade e quantidade.

Além de possuir inúmeras reservas de petróleo e de gás natural, detém um potencial hidroelétrico notável.

Eletricidade

O território angolano é atravessado por rios com um poderoso caudal, isto é, com um enorme potencial em termos de produção de energia hidroelétrica. Os seus níveis de produção são suficientes para que Angola possa planejar vir a ser um exportador regional de energia hidroelétrica. Angola faz também parte de uma associação internacional que visa à implementação de centrais hidroelétricas ao longo da fronteira com a Namíbia.

Com a guerra, o consumo de energia estagnou, especialmente na indústria, e o setor residencial tornou-se o principal consumidor de energia. A participação da energia térmica aumentou durante a guerra, pois as estações hidroelétricas foram sendo danificadas. Cerca de 80% da produção provém da energia hidroelétrica e os 20% restantes provêm de instalações térmicas. Foram efetuados investimentos para aumentar a capacidade térmica em Luanda. A capital consome cerca de 65% da eletricidade produzida.

A Empresa Nacional de Electricidade (ENE) tem uma organização descentralizada que integra 15 das 18 províncias num sistema com três zonas geográficas:

- O sistema Norte (Luanda), com a barragem de Kambambe, no rio Kwanza, que tem uma capacidade de produção de 180 MW;

- A barragem de Mabubas (17,8 MW), no rio Dande;

- O sistema Centro (Benguela), com energia elétrica da barragem de Biopio (11 MW) e uma turbina de gás (20 MW);

- O sistema Sul (Namibe), com a barragem de Matala (51 MW), no rio Cunene.

O Projeto Complexo Hidrelétrico de Capanda:

É o maior empreendimento energético implantado em Angola, com uma capacidade de produção de 520 Megawatts. Localiza-se na bacia do Rio Kwanza, no Município de Cacuso, na Província de Malange, ao norte de Angola. A construção da barragem insere-se no projeto de regularização da Bacia do Médio Kwanza, onde se estima um potencial hidroelétrico de 6.180 megawatts. Este projeto de regularização do caudal do rio prevê a construção de 9 empreendimentos hidroelétricos.



Capanda começou a produzir energia elétrica em janeiro de 2004, com a entrada em funcionamento da primeira turbina, tendo a segunda iniciado a gerar energia em 2009 já com duas turbinas operacionais, alimentando as cidades de Launda, Malanje e o município de Cacuso.

O processo de construção da Barragem de Capanda foi iniciado em 1982, quando foi criado um consórcio formado pelas empresas Technopromexport (Rússia) e Odebrecht (Brasil) que assinaram com o governo angolano o contrato para a construção do empreendimento. Possui capacidade total de geração de energia elétrica de 520 MW. A barragem tem 128 Megawatts (4 turbinas de 32MW).

Em 2000 foi inaugurada a primeira fase do projeto. A segunda fase foi iniciada em agosto de 2009.

A entidade do Governo de Angola responsável pela implantação e gestão da barragem de Capanda é o Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK), que depende do Ministério da Energia e Águas e é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

O governo oficializou em 2008 a criação do Pólo Agro-Industrial de Capanda (PAC), na província de Malanje. A área compreende os municípios de Cacuso, Malanje, Cangandala e Quizenga, numa extensão de 443.332,63 hectares. Pelo seu potencial hídrico e energético, o complexo hidroelétrico de Capanda oferece boas perspectivas de desenvolvimento das potencialidades agrícolas, pecuárias, silvícolas e agro-industriais nos territórios vizinhos. (Fonte: Angola Press, 26 de Julho de 2008).

Energia - visão geral

Reservas de Petróleo comprovadas (jan. 2010) - 9,5 bilhões de barris

Produção de Petróleo (2008) - 2,0 milhões de barris por dia (1,9 bruto)

Consumo de petróleo (2008) - 64 mil barris por dia

Capacidade de refino de Petróleo (2009) - 39 mil barris por dia

Reservas de gás natural comprovadas (2010) - 9.6 trilhões de pés cúbicos

Produção de Gás Natural (2008) - 24 bilhões de pés cúbicos

Consumo de Gás Natural (2008) - 24 bilhões de pés cúbicos

Capacidade de Eletricidade Instalada (2007) - 0,84 gigawatts

Geração de Eletricidade (2007) - 3.7 bilhão horas de quilowatt

Consumo de Eletricidade (2007) - 3.2 bilhão horas de quilowatt

Consumo total de Energia (2007) - 0,19 quatrilhões de BTUs*

Consumo Total de Energia Per Capita (2007) - 15.100.000 Btus

O setor de serviços ainda é pequeno (cerca de 25% da economia do país) e muito concentrado no setor do petróleo, isto é, nas atividades relativas à extração e ao refino.

Angola tem sido a economia que cresce mais rápido na África nos últimos anos e o setor de serviços tem acompanhado esta expansão, atraindo empresas de diversas nacionalidades, inclusive brasileiras.

A reconstrução da infraestrutura do país, a expansão da infraestrutura de geração e transmissão de energia e o crescimento urbano oferecem oportunidades no setor de serviços relativos à engenharia, construção civil e arquitetura. E a expansão do turismo em Angola abre mais um espaço de mercado para as empresas de construção civil, engenharia e arquitetura pela necessidade de melhorias nos aeroportos, expansão da rede hoteleira, etc.



Existem ainda relevantes oportunidades de negócios nos setores de distribuição e vendas (inclusive franquias), consultoria e assistência técnica e serviços afeitos às tecnologias da informação e da comunicação.

O crescimento da classe média angolana, com possibilidade de comprar casa própria, abre perspectivas para o setor imobiliário e de construção em Angola, conforme estudo feito pela empresa de consultoria Deloitte em agosto de 2010.

O estudo "Pesquisa: 10 Fatores de competitividade do setor imobiliário angolano", elaborado pela Deloitte para a ESCOM Imobiliária e Mota-Engil Imobiliária, conclui que a oferta é ainda insuficiente para as necessidades do mercado. No entanto, os autores notaram que os indicadores demográficos mostram o surgimento de uma classe média jovem. Com níveis de instrução superiores ao da média, essas pessoas muitas vezes trabalham para as multinacionais estabelecidas em Angola, no setor público ou no setor financeiro, disse o estudo. Eles estão se beneficiando de uma maior estabilidade em seus contratos com os empregadores e têm capacidade financeira para comprar sua própria casa. Há ainda a considerar ainda o grande número de expatriados que trabalham em Angola. A análise concentrou-se em seis cidades principais (Luanda, Benguela, Lobito, Uíje, Soyo e Lubango) e aborda quatro segmentos de mercado (residencial, escritórios, comercial e industrial). De acordo com o estudo, o setor é limitado pela forte atratividade do mercado de Luanda, a existência de rendas altas, o acesso difícil ao crédito, a ausência de registro predial, a questão da propriedade dos terrenos, a burocracia associada aos licenciamentos e à carga fiscal, os preços elevados dos imóveis, falta de adequação do produto razão dos preços, assim como dos preços em relação aos clientes e o elevado custo do capital. Eis as dez tendências.

O número médio de pessoas por unidade familiar diminuiu ao longo dos últimos anos, e um número crescente de casais jovens à procura de casa própria, e de pequenas casas, (1 a 3 quartos) são os que trouxeram o maior aumento nas vendas.

O turismo é um setor de grande potencial para o au-

mento do investimento entre Brasil e Angola. Devido ao exotismo das paisagens e riqueza da fauna angolana, o país pode se tornar uma destinação turística relevante para os brasileiros, como já são a África do Sul e a Namíbia. Além disso, as visitas feitas por brasileiros a negócios funcionam como estímulo ao desenvolvimento do interesse brasileiro pelo país. Por outro lado, comerciantes angolanos vêm ao Rio de Janeiro para comprar os mais diversos produtos para revenda em Angola, já indicando um relevante turismo de negócios.

O turismo de saúde, focado em serviços médicos e odontológicos, por causa da excelência dos profissionais brasileiros e a carência desses serviços em Angola, é uma área de grande potencial de negócios para as empresas brasileiras. Muitos angolanos viajam para a Europa em busca desses serviços quando esses estão acessíveis em condições mais vantajosas no Brasil.

Como Angola é um dos países da África subsaariana com maior renda per capita, as elites viajam regularmente ao exterior. Para esses, o Brasil tem atrativos como destino turístico, devido à proximidade geográfica, à afinidade linguística-cultural e à facilidade de locomoção. A TAAG (Linhas Aéreas de Angola) opera vôos diretos entre Luanda e Rio de Janeiro. A ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil autorizou a empresa Oceanair a operar voos entre Luanda e São Paulo.

Há ainda oportunidades para empresas de consultoria especializada, operadoras de turismo e empresas especializadas na qualificação de recursos humanos. Há necessidade de capacitar a mão de obra angolana para atender os altos padrões internacionais: pode aproveitar a experiência brasileira. O diretor do Instituto de Fomento Turístico angolano, Amaro Francisco, disse que Angola, depois de resolver seus problemas de infraestrutura, tem potencial de ser um dos destinos turísticos mais importantes na África 24. Em 2010, Luanda sediou o Campeonato Africano das Nações (CAN2010) que representou um impulso para a expansão da rede hoteleira da capital.



3. Moeda e finanças

Moeda: Kwanza

Câmbio: Kwanza 1US\$ = 93 KZ (jun2010)

TAXAS DE CÂMBIO DO Kz EM RELAÇÃO AO USD:

Câmbio diário		
Cód.	Compra	Venda
CAD	89.566	89.988
CHF	83.446	83.848
DKK	15.25	15.324
EUR	113.421	114.016
NOK	14.308	14.362
ZAR	12.164	12.289
SEK	11.916	11.964
USD	92.325	92.786
GBP	137.324	138.066
Data Valor: 24/06/2010		

Fonte: <http://www.bna.ao/>

Taxa de Câmbio

Em 2009, o aumento da demanda de divisas num contexto de oferta limitada devido à redução dos fluxos financeiros externos, em particular os provenientes da exportação de petróleo, contribuiu para a depreciação da moeda angolana na ordem de 3,5%. As cotações do Kwanza em relação ao dólar norte-americano passaram de Kz 75,169 para Kz 77,806, respectivamente em dezembro de 2008 e junho de 2009.

Durante esse período, a moeda nacional, devido à evolução desfavorável do dólar norte-americano em relação ao euro, depreciou-se igualmente em relação à moeda europeia na ordem de 3,13%. Com relação ao rand sul-africano a depreciação foi muito mais acentuada (24,93%), ao passo que em

relação ao yen japonês se registrou uma apreciação de 1,81% (Fonte: Banco Nac. de Angola).

Balanco de Pagamentos

Discriminação	US\$ milhões 2008
A. Balança Comercial	42.931,8
Exportações (FOB)	63.913,9
Importações (FOB)	-20.982,2
B. Serviços (líquido)	-21.809,9
Receita	329
Despesa	22.139,0
C. Renda (líquido)	-14.504,1
Receita	422
Despesa	14.926,0
D. Transferências unilaterais	-210,100
E. Transações correntes (A+B+C+D)	6.407
F. Conta capital (líquido)	7
G. Conta financeira (líquido)	-439
Investimentos diretos (líquido)	-891
Portfólio (líquido)	-1758
Outros	2.210
H. Erros e omissões	-461,8
I. Saldo (E+F+G+H) = Superávit (+) ou Déficit (-)	5.603

Reservas Internacionais

Angola tem uma reserva externa próxima dos 20 bilhões de dólares, consequência do crescimento registrado de dezembro de 2009 a junho de 2010, conforme anunciou fonte do Banco Nacional de Angola (BNA). Os dados foram avançados pela diretora do gabinete de Gestão de Reservas do BNA,



Marta Paixão e Silva, em declarações à Rádio Nacional de Angola.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em junho de 2009 estavam em USD 12.148,71 milhões, representando uma redução de USD 5.350,6 milhões em relação ao acumulado em dezembro de 2008. A perda de reservas internacionais no primeiro trimestre do ano foi resultado das intervenções efetuadas no mercado cambial, por um lado, e da redução da entrada de recursos financeiros externos, por outro.

A salvaguarda da sustentabilidade externa do país determinou a tomada de medidas de política cambial tais como o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à compra e venda de moeda estrangeira e a definição dos termos e condições para a titularidade, em particular, de contas em moeda estrangeira. Na mesma perspectiva, as operações de correntes de valor superior a USD 100.000,00 passaram a estar sujeitas à autorização e licenciamento prévio do BNA.

Nessa perspectiva foi possível estancar, essencialmente, a partir da segunda quinzena de abril, a redução substancial das disponibilidades cambiais do país.

O FMI aprovou um Stand-By Arrangement de SDR 858.9 milhões (300% da quota) em novembro de 2009.

O Stand-By Arrangement do FMI constitui uma ajuda importante, permitindo enfrentar os efeitos da deterioração observada na conta corrente. Em 2010, à medida que o mercado internacional de petróleo se recupera, a retomada do setor exportador irá permitir que o saldo da balança corrente retorne a um valor positivo.

Composição das reservas internacionais (Posição em 31 /12/ 2008):

Discriminação	US\$ milhões 2008	
	Valor	%
Ouro	0.00	0.00
Direitos Especiais de Saque (DES)	286.30	100.0
Posição de reservas no FMI	0.00	0.00
Divisas conversíveis	0.00	0.00

Fonte: FMI. International Financial Statistics



Reservas totais (inclui ouro, US\$)

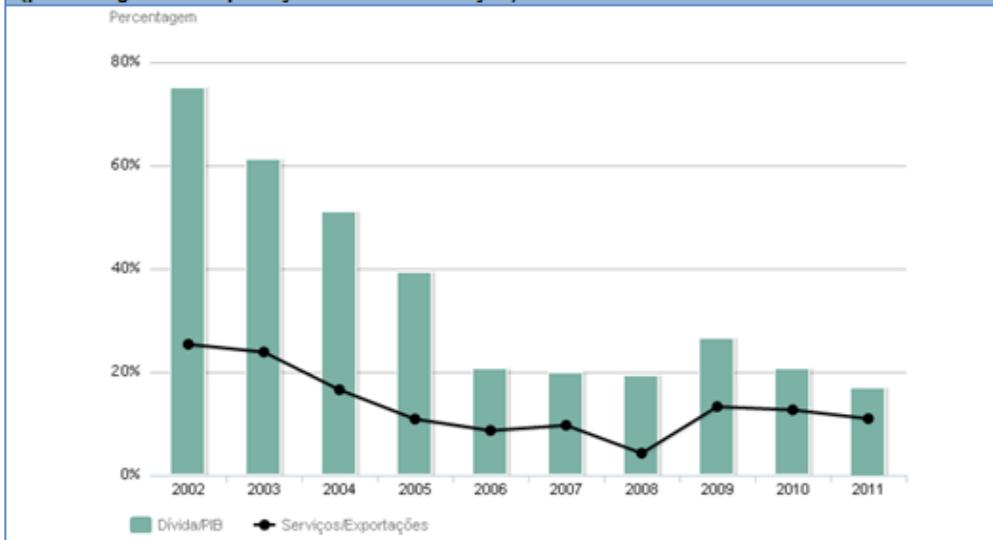
As reservas totais compreendem ouro monetário, direitos especiais de saque, as reservas dos membros do FMI em poder do FMI, e participações em divisas de câmbio sob o controle das autoridades monetárias. O componente ouro dessas reservas é avaliado no final do ano (31 de dezembro) a preços de Londres. Os dados são em dólares americanos (Fonte: FMI, International Financial Statistics and data files).

Angola	2005	2006	2007	2008
	\$3,196,850,750	\$8,598,584,122	\$11,196,800,894	\$17,869,411,577

Sintese do Banco Nacional de Angola

RIL (milhões USD)	Dez/08	Dez/09	Jan/10	Fev/10
	17.499,32	12.635,78	12.016,83	13.759,78

Dívida externa total (porcentagem do PIB) e serviço da dívida (porcentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/southern-africa/angola/>



Finanças públicas

Orçamento: nível atual (em US dólares) da receita e despesa global.
Distribuição da despesa, por principais setores ou rubricas (em %).

Indicador	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Totais e Donativos	44.5	46.4	46.7	50.5	42.7	44.5	43.3
Receitas fiscais	7.3	5.8	6.4	6.1	8.0	7.5	7.3
Receitas do Petróleo	36.9	38.0	38.7	40.8	31.0	33.4	32.5
Outras Receitas	0.3	2.6	1.5	3.5	3.7	3.6	3.5
Total expenditure and net lending (a)	50.7	35.5	35.2	41.6	50.4	48.4	45.0
Despesas Correntes	43.5	23.5	23.5	27.6	38.1	35.1	32.7
Excluindo Juros	38.3	22.0	22.4	26.2	36.0	31.7	29.8
Remunerações e Salários	8.1	8.6	8.0	8.5	12.6	10.1	9.1
Bens e Serviços	24.6	8.5	7.6	8.5	10.9	10.1	9.5
Juros	5.2	1.5	1.1	1.5	2.1	3.4	2.9
Despesas de Capital	6.3	12.0	11.7	14.0	14.6	13.4	12.3
Balança Primária	-0.9	12.4	12.7	10.3	-5.6	-0.5	1.2
Balança Global	-6.1	10.9	11.6	8.8	-7.7	-3.9	-1.7

Fonte: Banco Nacional de Angola

Desenvolvimento Monetário e Financeiro

Sistema bancário

Em 1975, no ano da independência, havia em Angola um sistema bancário relativamente bem desenvolvido, com 8 bancos estrangeiros operando no país e uma rede com mais de 200 agências, com ampla cobertura geográfica. Adicionalmente, 12 companhias estrangeiras de seguros operavam no país.

Em 1975: a nacionalização dos bancos e seguradoras. Após a independência, em 1975, ocorreu a nacionalização dos bancos e seguradoras, tendo o sistema bancário ficado reduzido a 2 bancos: o Banco Nacional de Angola (BNA), que sucedeu ao Banco de Angola, com funções de Banco Central, Banco Emissor, Caixa do Tesouro e de Comércio Bancário e o Banco Popular de Angola (BPA), que sucedeu ao Banco Comercial de Angola S.A.R.L., atuando principalmente como banco de captação de poupanças individuais.

Em 1976: A Lei da Moeda Nacional, nº 71-N76, de 11 de novembro de 1976, criou o Kwanza, a moeda em curso legal no país.

Em 1978: A atividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado, encerrando-se formalmente os bancos comerciais privados, o que facilitou a extensão da rede de balcões do B.N.A. por todo o território nacional.



Em 1987: Transição para uma economia de mercado com reformas institucionais formuladas pelo Governo, dentre as quais foi priorizada a reforma do setor financeiro devido à sua importância na mobilização das poupanças, na distribuição de recursos e na estabilização macroeconômica.

Em 1990: Troca da moeda, substituindo-se o Kwanza pelo novo Kwanza, que se enquadrou no conjunto de reformas que vinham sendo feitas no âmbito do setor financeiro.

Em 1991: Implementação da reforma do setor financeiro com aprovação de nova legislação criando um sistema bancário de 2 níveis, que terminavam com o monopólio do Estado no setor financeiro.

A nova Lei Orgânica institucionaliza o B.N.A. como Banco Central de um sistema bancário de 2 níveis, consagrado como autoridade monetária, agente da autoridade cambial e separado das funções comerciais, enquanto a Lei das Instituições Financeiras, o exercício de funções de crédito e a constituição de outras instituições não monetárias, assegura a abertura do sistema à instituições de capitais privados, nacionais e estrangeiros, possibilitando a constituição de:

- Instituições bancárias abrangendo os bancos comerciais de investimento ou de desenvolvimento;
- Instituições especiais de crédito, cobrindo, designadamente, cooperativas e caixas mútuas de crédito, para além de instituições de poupança e de crédito imobiliário;
- Instituições para bancárias, tais como sociedades de investimento, de capital de risco, locação financeira, de financiamento de aquisições a crédito, de factoring e holdings financeiras.

O sistema bancário nacional passou então a ser composto, além do B.N.A., por 2 bancos comerciais angolanos constituídos sob forma de sociedades anônimas de capitais públicos - o Banco de Poupança e Crédito (B.P.C., ex- B.P.A.) e o Banco de Comércio e Indústria (B.C.I.), este último, criado de raiz - além da Caixa de Crédito Agro-pecuária e Pescas (C.A.P.), uma instituição com o objetivo de apoiar a expansão da capacidade produtiva dos setores agrícola e de pesca.

Em 1991: O BNA deixou de abrir contas de depósitos

tanto em moeda local como em moeda estrangeira; foi aprovado um programa de cessação de atividades comerciais em Luanda, para posteriormente se estender às restantes províncias do país. Em março de 1992 já tinham sido encerradas 20 das 21 agências do BNA na capital.

Em 1992: Estabeleceram-se sucursais de bancos estrangeiros, o Banco Totta e Açores (BTA), o Banco de Fomento ao Exterior (BFE) e o Banco Português do Atlântico (BPA).

A abertura da economia para um sistema liberal de mercado levou a alterações no conceito de funcionamento do BNA e da gestão econômica do país, decorrendo daí a redefinição das atribuições funcionais e executivas do BNA enquanto Banco Central, Banco Emissor e Autoridade Cambial do país.

Em 1997: Reestruturação do sistema bancário, com a aprovação em julho de 1997, pela Assembleia Nacional da nova Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola, - Lei nº 6/97, de 11 de Julho, e da Lei Cambial - Lei nº 5/97, de 11 de Julho, passando o BNA a atuar como Banco Central, com maior responsabilidade e autonomia para conduzir e executar a política monetária e cambial no país. O B.N.A. delegou aos Bancos Comerciais e Casas de Câmbio a competência para licenciar e executar um conjunto de operações de invisíveis correntes em divisas. Assim, os Bancos Comerciais e Casas de Câmbio licenciadas pelo B.N.A. podiam realizar operações cambiais a taxas fixadas pelo B.N.A., atuando este último, no mercado primário de divisas, nas operações com as instituições financeiras. Entretanto, todas as importações e exportações estavam sujeitas a licença prévia; as transferências de capital estavam também sujeitas a licenciamento prévio por parte do BNA.

A atividade bancária em Angola era até então regida pela Lei nº 5/91, de 20 de Abril - Lei das Instituições Financeiras - e, uma vez que, daquela data a esta parte, o sistema financeiro angolano conheceu uma gradual transformação estrutural associada ao surgimento de novas instituições, tornou-se necessário proceder à reforma do seu quadro jurídico em harmonia com as alterações políticas e econômicas em curso.

Em 1999 entrou em vigor uma nova Lei das Instituições Financeiras - a Lei nº 1/99, de 23 de Abril - que regula



o processo de estabelecimento, o exercício das atividades, a supervisão e o saneamento das instituições de crédito e das sociedades financeiras. A lei 1/99 atribui maiores poderes ao Banco Central no capítulo da autorização de constituição das referidas instituições e procede à reclassificação das mesmas.

Ainda em 1999, por razões operacionais, foi decidida a extinção e liquidação da Caixa de Crédito Agro-Pecuária e pescas (CAP).

Atualmente, exercem atividade no sistema bancário angolano 10 bancos, dos quais 2 de capitais públicos, 7 de capitais privados, sendo o Banco Africano de Investimentos (BAI), o Banco Comercial Angolano (BCA), o Banco Sol e o Banco Regional do Keve de capitais nacionais, o Banco Totta de Angola (BTA), o Banco de Fomento Angola (BFA) e o Banco Espírito Santo Angola (BESA) de capitais essencialmente portugueses e espanhóis e, por último, uma sucursal de banco estrangeiro, o Banco Comercial Português (ex - BPA e proximamente com a marca de Banco Millenium). Duas novas instituições já autorizadas, e em curso de constituição, completam o quadro de instituições bancárias. Paralelamente, estão em atividade alguns escritórios de representação de bancos estrangeiros, como o HSBC/ Equator Banc, o Banque Paribas e o Banco Rural Europa.

Para o futuro próximo, prevê-se considerável tendência de crescimento do mercado bancário, considerando os estudos prospectivos por parte de algumas entidades, nacionais e estrangeiras, particularmente de entidades residentes na região austral do continente africano.

As casas de câmbio exercem, nos termos da Lei das instituições financeiras, a atividade exclusiva de compra e venda de moeda estrangeira e cheques de viagem. Atualmente há cerca de 12 instituições, principalmente em Luanda e nas cidades com comércio fronteiriço.

Atividade seguradora

Conforme mencionado acima, após a independência ocorreu a nacionalização dos bancos e seguradoras. A atividade seguradora ficou a cargo de uma única empresa esta-

tal, a Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (ENSA), estabelecida também em 1978. Em 1981, todas as companhias seguradoras privadas foram liquidadas e os seus ativos e passivos transferidos para a ENSA. Foi descentralizada em 1999 com a aprovação e publicação de respectiva Lei, quebrando-se assim o monopólio do Estado no setor, exercido através da ENSA. A criação da Seguradora AAA, essencialmente de capitais públicos, iniciou o processo de partilha do mercado segurador. Todavia, o crescimento deste setor é ainda embrionário.

O desenvolvimento do mercado financeiro angolano tem registrado consecutivas alterações com vista a sua modernização e adequação aos padrões financeiros internacionais e para responder às exigências que caracterizam a passagem para uma economia de mercado. Nesse sentido, no mercado monetário foram criadas através do Decreto nº 32/00 as Obrigações do Tesouro (OT), as quais visaram numa primeira fase a titulação da dívida interna passada contraída pelo Estado angolano e, mais recentemente os Bilhetes do Tesouro (BT) que, paralelamente com os Títulos do Banco Central (TBC), constituem instrumentos de financiamento do Estado de forma não inflacionária e simultaneamente de regulação da liquidez do sistema financeiro através de operações de mercado aberto por parte do Banco Central.

A criação de um Sistema de Pagamentos (SPA) caracterizou-se como meta prioritária tendo a sua regulamentação culminado com a criação, em 2001, da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) – empresa de propriedade partilhada pelo Banco Nacional de Angola e pelos bancos, responsável pela prestação de serviços eletrônicos de compensação das transações processadas na rede eletrônica de pagamentos. Foi ainda criado suporte regulamentar para entidades operadoras. Com a sua oficialização em abril de 2002, o sistema financeiro passou a dispor de uma importante e moderna ferramenta de realização de operações financeiras, estimando-se para 2006 a sua efetiva implementação do SPA, cuja Lei aguarda a aprovação e publicação.

Em 2003 foram alteradas ou criadas normas relativas a



operações do mercado de títulos e mercado cambial visando uma maior dinamização dos mercados monetário e cambial. O Instrutivo nº 14/2003, de 14.10.2003, regulamentou as operações a Títulos e Obrigações do Tesouro, permitindo ao mercado secundário dispor de instrumentos de financiamento à economia com menor risco. O Aviso nº. 12/2003 e o Instrutivo nº 11/2003, ambos de 28.08.2003 definiram o novo mecanismo operacional do mercado cambial, permitindo ao mercado bancário e à economia, maiores facilidades na realização das suas operações.

A harmonização do setor financeiro com os padrões internacionais de referência para o setor tem mobilizado um conjunto de ações multisetoriais. A integração regional nos vários domínios do setor financeiro, e em particular no domínio da modernização do sistema bancário. Finalmente, no domínio da supervisão de instituições previstas na lei das instituições financeiras, estão em elaboração algumas ações com vista à adequação do exercício da supervisão aos padrões internacionais de referência.

BANCO BIC, S.A.

BANCO REGIONAL DO KEVE, S.A. – BRK

BANCO SOL – SOL

BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S.A. – BAI

BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.A. – BPC

BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A. – BCI

BANCO PRIVADO DO ATLANTICO, S.A. – BPA

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA – BDA

VTB ÁFRICA, S.A. – VTB

BANCO ANGOLANO DE NEGÓCIOS E COMERCIO, S.A. - BANC

BANCO DE FOMENTO ANGOLA, S.A. – BFA

BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA S.A. – BCGTA

BANCO MILLENIUM ANGOLA S.A. – BMA

BANCO COMERCIAL ANGOLANO, S.A. – BCA

BANCO QUANTUM CAPITAL - BQC

BANCO COMERCIAL DO HUAMBO – BCH

NOVO BANCO – NVB

BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA, S.A. – BESA

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL S.A.- BNI

FINIBANCO ANGOLA, S A



III – COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS

1. Evolução recente: considerações gerais

As exportações de Angola constituem a maior fonte de riqueza do país. Seus produtos exportados são, principalmente, petróleo bruto, diamantes, petróleo refinado, gás, café, sisal, peixe e produtos processados de peixe, madeira não processada e algodão. Os produtos petrolíferos representam aproximadamente 97% do total das exportações, enquanto os bens de consumo compõem 60% do total importado pelo país.

Em 2008, Angola esteve na 48ª posição (OMC 2008) no rank das exportações mundiais. Em 2009 a crise econômica e a baixa nos preços do petróleo afetaram as receitas petrolíferas, que tiveram uma redução dramática.

Em 2009, Angola exportou 40.65 bilhões de dólares o que a colocou em 53º lugar em relação aos outros países. No mesmo ano importou 15.74 bilhões de dólares, ficando na 76ª posição no mundo

Segundo a Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola, as exportações de Angola têm como principais destinos: EUA (44,2%), China (18,7%), França (9%), Bélgica (8,8%) e Espanha (2,1%), em dados de setembro de 2009.

As importações de Angola representam cerca de 3.379 bilhões de euros em bens e serviços por ano, sendo as principais importações de máquinas e equipamentos elétricos, veículos e peças, medicamentos, produtos alimentares e têxteis. O país exporta cerca de 9.805,5 milhões de euros por ano, constituindo as principais exportações o petróleo e derivados, diamantes, gás e café, além do algodão.

Em decorrência da desestruturação da capacidade produtiva causada por décadas de guerra civil, podemos inferir que o país importa grande parte dos bens que consome e dos serviços que utiliza. Assim, as importações abrangem um leque bastante diversificado em sua balança comercial. De acordo com o Banco Mundial, Angola importa 40% do que consome de bens e serviços.

Em 2009, Portugal foi o principal país exportador para Angola, com uma quota de 20%, seguido da África do Sul (13%), Estados Unidos (13%), França (7%) e Brasil (6%). Segundo a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Angola importa cerca de € 3,37 bilhões em bens e serviços por ano, sendo as principais importações de maquinaria e equipamento eléctrico, veículos e sobressalentes, medicamentos, produtos alimentares e têxteis.

No primeiro trimestre de 2010, as exportações da China para Angola aumentaram 45,7%, colocando aquele país como o principal parceiro comercial angolano, no período, conforme relatório do Conselho Nacional de Carregadores (CNC). Portugal, apesar de ter registado uma queda de 5% nas exportações para Angola, manteve o 2º lugar. A 3ª posição é da França, que também viu as exportações caírem (8,8%), mas conseguiu ultrapassar o Brasil, que teve uma queda ainda maior, da ordem de 25%. É possivelmente efeito resultante de gestões recentes nas políticas económico-financeiras, particularmente de câmbio e reservas, daqui e de lá, sem demérito da estratégia, competência e competitividade dos concorrentes.

O comércio exterior angolano está caracterizado por superávit na balança de bens e déficit na de serviços.

Em relação ao comércio mundial, conforme dados da Organização Mundial do Comércio, Angola esteve na seguinte posição (2008):

Posição no comercial mundial 2008	Exportação	Importação
Mercadorias	48º	72º
Excluindo comércio intra-UE	33º	50º
Serviços, comércio	150º	36º
Excluindo comércio intra-UE	124º	22º

Fonte: Organização Mundial do Comércio



Participação angolana nas exportações mundiais - 0,47% (2008)

Participação angolana nas importações mundiais - 0,1% (2008)

As exportações da China para Angola aumentaram 45,7% no 1º trimestre de 2010, colocando-a como principal parceiro comercial, conforme relatório do Conselho Nacional de Carregadores (CNC). Portugal, apesar de ter registado uma queda de 5% nas exportações para Angola, manteve o 2º lugar. A 3ª posição é da França, que também viu as exportações caírem (8,8%), mas conseguiu ultrapassar o Brasil, que teve uma queda maior, da ordem de 25%.

A China foi responsável por 40 % das mercadorias que entraram em Angola e Portugal teve um saldo de 13,2%. O mesmo documento relata que a África do Sul, 6º na linha geral, continua a ser o principal parceiro comercial africano de Angola. No mesmo período, Angola importou da China 959.297,22 toneladas de produtos diversos, 316.732,50 de Portugal, 138.274,57 da França, 123.721,74 do Brasil e 97.286,93 da Bélgica.

Da África do Sul foram exportadas 66.192,17 toneladas de produtos diversos, dos Estados Unidos, 63.205,78, da Turquia 54.756,04, do Vietnã, 54.428,12, e dos Emirados Árabes Unidos, 48.820,10.

As trocas comerciais entre Angola e a Índia em 2010 poderão atingir os 4 bilhões de dólares (3,25 mil milhões de euros) e assim ultrapassar os 3 bilhões alcançados em 2009, de acordo fonte diplomática. Essas trocas comerciais, segundo a embaixada da Índia em Angola, baseiam-se, sobretudo, na importação deste país de carnes, automóveis, equipamentos para trens, tratores, medicamentos e tecidos e fibras para a indústria têxtil. |De Angola para a Índia é apenas exportado petróleo.

Entre as maiores empresas importadoras, aparece à frente da lista a Chinangol, que aumentou as importações em 93,7%. A Nova Cimangola, que foi o maior importador do ano passado, caiu para a 8ª posição, depois de ter registado uma queda de 81,5%. A Socodiba foi o 2º maior importador do

trimestre, registando um aumento de 292%. O 3º lugar foi ocupado pela Angola LNG, apesar de ter registado uma queda de 31,7% nas importações. A companhia Sun Shipping foi a mais produtiva, seguida da Nile Dutch África Line. Nos lugares seguintes ficaram a Delmas, a Charters Parties, a Maersk, Safrmarine e a Grimaldi Group.

O documento mostra ainda que o CNC registrou no 1º trimestre uma redução de 35.962,5 toneladas de carga transportada pelos agentes de navegação. O total transportado entre janeiro a março foi de 2.401.108,66 toneladas, contra 2.437.071,10 toneladas do último trimestre de 2009.

Ainda no 1º trimestre de 2010 registrou-se a entrada de 48.833 contêineres, contra 56.412 contêineres (menos 7.579) no 4º trimestre do ano passado. No total, entraram no país 31.882 contêineres de 20 pés e 16.951 de 40 pés. Quanto aos contêineres frigoríficos, o CNC registou a entrada de 3.618 contêineres contra 3.267 do último trimestre de 2009.

O relatório indica também a entrada no primeiro trimestre de 16.276 veículos, contra 19.657 no último trimestre do ano passado. Pelo Porto de Luanda entraram 14.772 veículos. O do Lobito registou a entrada de 998 e o do Namibe, de 347.

Em relação ao setor de alimentos, os destaques vão para o aumento de 54,7% na importação de carnes e miudezas, da farinha de trigo (73,7) e do açúcar, 21,3. Realce, ainda, para a importação de malte, usado na fabricação de cerveja, que aumentou 710%. A importação de arroz caiu 48,5%, a do vinho, 36% e de massa alimentar, quase 1%. A importação de cerveja aumentou 58%.

O cimento foi, mais uma vez, o produto mais importado. No 1º trimestre houve um aumento de quase 20% . As importações de granito tiveram uma queda de quase 66% e as de tubo de ferro ou ferro, um aumento de 82%.

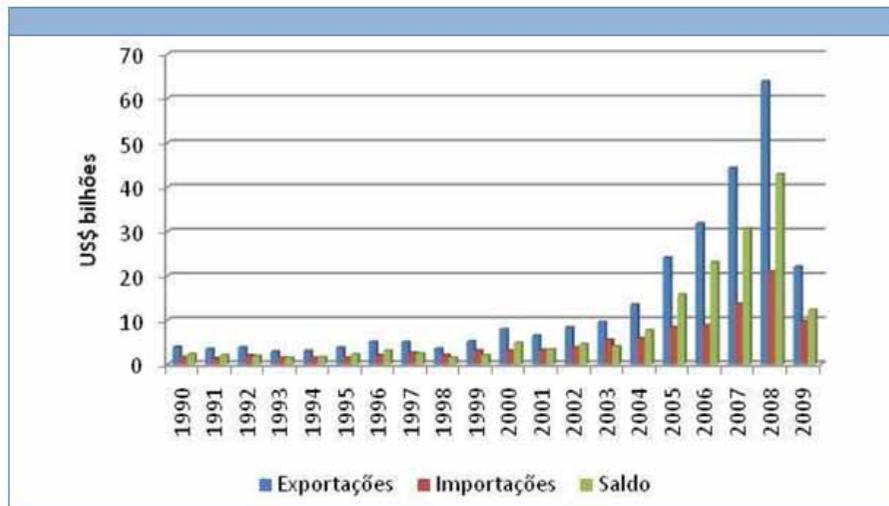
No 1º trimestre de 2010, ano houve aumento de 9,2% na entrada de veículos para transporte de mercadorias e a importação de automóveis de passageiros caiu 24%.



Importância atual do comércio exterior na economia do país (em termos de PIB ou PNB).

As exportações representam 89% do PIB sendo o petróleo responsável por 98% do total exportado. Angola importa quase todos os bens e serviços de maior valor agregado, inclusive alimentos.

O setor petrolífero do país contribui atualmente com 55 % para o PIB, seguido pelo comércio/serviços com pelo menos 20% e o ramo de pecuário/pescas com 10%. Fonte: Banco Nacional de Angola, 2010 (BNA).



Fonte: MDIC/APEX

Taxas reais de crescimento

Taxas reais de crescimento (%)	2004	2005	2006	2007
PIB (%)	11,3	20,6	18,6	23,3
PIB petrolífero (%)	13,1	26,0	13,1	20,4
PIB não petrolífero (%)	9,3	13,6	25,9	25,7
PIB por habitante (USD)	1191,1	1843,6	2484,7	3419,4
Exportações totais (milhões de dólares)	13475,2	23918,5	32034,9	39925,7
Exportações de petróleo (milhões dólares)	12441,9	22583,2	29928,6	37800,0
Importações totais (milhões de dólares)	10108,5	15658,0	25509,6	33098,2



Comércio Exterior* (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009**
Exportações (FOB)	11.526	20.208	29.303	37.456	61.827	28.299
Importações (CIF)	7.032	8.252	11.331	13.107	21.229	14.176
Saldo comercial	4.494	11.956	17.972	24.349	40.598	14.123
Intercâmbio comercial	18.558	28.460	40.634	50.563	83.056	42.475

* Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

** janeiro-setembro / última posição disponível em 13/05/2010

Previsão de longo prazo do FMI	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Crescimento real do PIB	11.2	13.8	24.5	20.5	7.1	6.3	6.3
Deflator do PIB em USD	27.0	7.5	-2.1	-2.6	-1.4	-0.9	3.0
Taxa de juro efectiva	3.7	5.1	5.3	5.3	5.4	5.7	5.6
Crescimento das exportações (B&S)	43.5	26.2	28.5	21.2	2.0	2.3	6.1
Crescimento das importações (B&S)	17.7	36.0	22.5	16.2	0.0	-2.0	6.6
Parcela de doação do financiamento público (%)	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	3.7

Fonte: FMI



2. Direção

IMPORTAÇÕES por principais áreas e países		
Países	Milhões euros	(%)
Mundo (todos os países)	13.237,5	100%
UE27	5.709,2	43,1%
China	2.298,9	17,4%
EUA	1.121,8	8,5%
Brasil	1.098,0	8,3%
Coréia do Sul	890,3	6,7%
África do Sul	551,9	4,2%
Singapura	258,1	2,0%
Índia	238,2	1,8%
Argentina	147,4	1,1%
Japão	144,2	1,1%
Blocos/Regiões	Milhões euros	(%)
ACP	660,5	5,0%
ASEAN	452,1	3,4%
BRIC	3.656,4	27,6%
EFTA	136,7	1,0%
Países latinos americanos	1.271,2	9,6%
MERCOSUL	1.266,3	9,6%
NAFTA	1.178,6	8,9%

Fonte: FMI (2009)

EXPORTAÇÕES por principais áreas e países		
Países	Milhões euros	(%)
Mundo (todos os países)	23.555,3	100%
China	8.572,7	36,4%
EUA	6.333,9	26,9%
UE27	4.469,2	19,0%
África do Sul	999,4	4,2%
Chile	871,7	3,7%
Canadá	862,1	3,7%
Índia	754,1	3,2%
Peru	222,9	0,9%
Brasil	99,3	0,4%
Hong Kong	90,8	0,4%
Blocos/Regiões	Milhões euros	(%)
ACP	1.070,0	4,5%
ASEAN	13,7	0,1%
BRIC	9.426,1	40,0%
EFTA	45,1	0,2%
Países latinos americanos	1.317,4	5,6%
MERCOSUL	145,7	0,6%
NAFTA	7.196,0	30,5%

Em 2010 (1º. trimestre)

1º	2º	3º	4º
China	Portugal	França	Brasil

Fonte: CNC



3. Composição

Importações - principais produtos:

US\$ 12.81 bilhões (2009 est.): veículos e peças, medicamentos, alimentos, têxteis, bens militares, máquinas e equipamentos elétricos.

Importações por principais produtos ou grupos de produtos

Descrição	2008 (US\$ milhões, CIF)	Part % total
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.765	18,4%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	3.004	14,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.676	8,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.507	7,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	1.176	5,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	721	3,5%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	692	3,4%
Ferro fundido, ferro e aço	608	3,0%
Móveis, mobiliário médico cirúrgico, colchões	570	2,8%
Carnes e miudezas comestíveis	510	2,5%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	492	2,4%
Plásticos e suas obras	412	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	325	1,6%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	281	1,4%
Gorduras, óleos e ceras minerais ou vegetais	259	1,3%
Cereais	247	1,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	217	1,1%
Subtotal	16.462	80,5%
Outros	3.982	19,5%
Total geral	20.444	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC



Exportações - principais produtos.

Exportações: US\$ 40.02 bilhões (2009 est.): petróleo bruto, diamantes, refinados de petróleo, café, sisal, peixe e derivados, madeira, algodão

Fonte: CIA Factbook - <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>

Exportações por principais produtos ou grupos de produtos

Descrição	2008 (US\$ milhões, FOB)	Part % total
Combustíveis, óleos e ceras minerais	65.575	98,2%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	894	1,3%
Subtotal	66.469	99,6%
Outros	278	0,4%
Total geral	66.747	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC

Petróleo

No 1º semestre de 2009, Angola exportou 1.7 milhões de barris de petróleo bruto por dia (mais de 90% da produção total), principalmente para China e Estados Unidos. Os Estados Unidos importaram 535.000 bbl/d de petróleo bruto de Angola (547.000 bbl/d do total de importações de petróleo) ao longo do período tornando o país uma das principais fontes de importação de petróleo dos Estados Unidos.

Angola também exportou aproximadamente 500.000 bbl/d para a China tornando-se a 3ª maior fonte das importações chinesas, ficando atrás apenas da Arábia Saudita (740.000 b/d) e Irã (530.000 b/d) na primeira metade de 2009, de acordo com o FACTS Global Energy.

bbl/d = barris por dia



Sources: Global Trade Atlas, FACTS Global Energy (Chinese import data), EIA (U.S. import data)



Angola

■ Sumário

Pipelines

Gasodutos: 2 km

Oleodutos: 87 km (2008)

Diamante

É o 2º produto mais importante de exportação depois do petróleo.

Angola é o 4º produtor mundial de diamantes.



IV – RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-ANGOLA

1. Intercâmbio comercial bilateral

Brasil e Angola foram as duas colônias mais importantes do Império Marítimo Português, do final do século XVI ao início do século XIX. Angola ainda permaneceu sob o colonialismo português até 1975, quando conquistou sua independência. Neste período, mantinha poucos elos com o Brasil.

A independência angolana foi seguida por 27 anos de guerra civil, o que desestruturou sua economia e afastou o investidor estrangeiro. Os únicos setores que prosperaram foram a exploração de petróleo e a mineração de diamantes. Atualmente, as receitas geradas por esses setores servirão de impulso para que o país empreenda seu projeto de desenvolvimento que inclui os diversos recursos e potencialidades do setor primário (mineração, agropecuária e florestas, pesca, etc), junto com o desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Para isto, empenha-se na construção de parcerias com empresas e governos estrangeiros, em especial com o Brasil, pelas afinidades de idioma e cultura, para obter capital, tecnologia, capacidade institucional, formação e treinamento de quadros e o conhecimento de gestão de negócios de que necessita.

Angola é um país prioritário e relevante para os negócios internacionais do Brasil, não só pelas demandas de serviços especializados e produtos, já que ainda importa quase tudo o que consome, mas principalmente pelos laços culturais e idiomáticos, que nos unem e facilitam entendimentos – uma grande vantagem comparativa em relação aos demais países.

Nos últimos anos, as relações comerciais entre o Brasil e os países africanos tiveram forte impulso com o aumento das exportações de produtos brasileiros para diversos países da África e, em especial, para Angola. De 2005 a 2009, as trocas comerciais entre o Brasil e Angola cresceram 185%, passando de 520 milhões de dólares para 1.500 bilhões de dólares.

Desde 2003, o Brasil participa da Feira Internacional de Luanda - FILDA. Em 2010, quarenta empresas brasileiras par-

ticiparam da FILDA e faturaram 50 milhões de dólares, contra 30 milhões registrados em 2009, segundo informação da APEX. Essas empresas participaram com os seguintes setores: agronegócio (alimentos e bebidas e tecnologia agropecuária); artigos pessoais como calçados, vestuário, perfumaria, produtos de limpeza; casa e construção; produtos químicos e farmacêuticos; máquinas, equipamentos e motores; veículos; e serviços de cinematografia, impressos, arquitetura e engenharia.

Para dar apoio às empresas brasileiras, a Apex-Brasil pretende inaugurar um Centro de Negócios (CN) em Luanda (Angola), cujo trabalho consistirá em identificar oportunidades comerciais, articular com instituições governamentais e trabalhar para incrementar as exportações brasileiras, além de auxiliar na internacionalização das empresas. O apoio às empresas se dará em três áreas principais: inteligência de mercado, que fornece listas de contatos qualificados de importadores e distribuidores, estudos customizados e planos de negócio para entrada no mercado; promoção de negócios, que inclui encontros e rodadas de negócios com potenciais compradores; e ainda apoio à instalação local.

Um levantamento da Agência de Promoção de Exportações (Apex - Brasil) indica que as exportações para Angola cresceram 54% entre outubro de 2008 (início da crise) e fevereiro de 2009. O ritmo foi o mesmo de outubro de 2007 a fevereiro de 2008. Em ambos os casos, a comparação é com igual período do ano anterior.

Entre 2005 a 2009, o volume de negócios entre os dois países evoluiu de 520 milhões de dólares para 1,5 bilhões, esperando-se que até ao final de 2010 atinja o número de 2 bilhões de dólares. Em 2009 o Brasil foi o 4º maior fornecedor angolano.

Em 2000, Angola foi o 52º mercado de destino das exportações brasileiras

Em 2008, Angola foi o 23º mercado de destino das exportações brasileiras.

Em 2009, Angola foi o 29º mercado de destino das exportações brasileiras.



Em 2010, (1º semestre), Angola foi o 39º mercado de destino das exportações brasileiras.

A relação do Brasil com Angola cresceu além do petróleo.

O comércio entre Brasil e Angola sofreu uma drástica redução das importações brasileiras de petróleo, produto que compõe praticamente toda a pauta de exportação do parceiro. Em 2009, o Brasil adquiriu apenas 76 milhões de dólares, o que acarretou uma redução acima de 90% das suas compras na comparação com 2008, a maior entre os 47 parceiros analisados na edição. O movimento afetou os resultados em 2009, contudo, na década, o comércio avançou significativamente.

O comércio total foi ampliado em mais de 15 vezes. O Brasil possui uma pauta diversificada de exportações para Angola, e alcançou uma parcela de 83% de produtos industrializados em 2009.

Em 2010 (1º. semestre) Angola foi o 3º principal destino das exportações brasileiras para a África, segundo dados do MDIC/ APEX. O Brasil já exporta mais para Angola do que para Austrália, Canadá e a própria África do Sul.

Ranking 39º		Angola (AGO)	
2009	2008	(US\$ milhões)	
39º	22º	Comércio bilateral total	1.471
15º	105º	Saldo comercial	1.195
29º	23º	Exportações do Brasil para Angola (AGO)	1.333
60º	22º	Exportações da AGO para o Brasil	138

Com o aumento das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos, foi realizada em Salvador, em agosto de 2010, o Encontro Interregional Brasil-África em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico, promovido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O objetivo é a cooperação para capacitar micro, pequenas e mé-

dias empresas, universidades e instituições de ensino e pesquisa no uso do sistema de propriedade industrial. Outro eixo que o Brasil pretende fortalecer com a África é a cooperação técnica entre os institutos de propriedade industrial. Isto poderá ocorrer tanto em nível intrarregional, envolvendo o Brasil, a América do Sul e países africanos, quanto no âmbito multilateral, por meio do desenho conjunto de propostas para o aperfeiçoamento do sistema multilateral de propriedade intelectual. O INPI tem ajudado muitos países em desenvolvimento a organizar melhor seus institutos de propriedade industrial e suas políticas para o setor. Um dos objetivos do seminário é conhecer as necessidades prioritárias dos países africanos e ver em que estágio se encontra a discussão sobre propriedade intelectual, sua proteção e comercialização como peças-chave para ganhar competitividade e promover o desenvolvimento econômico.

A EMBRAPA

Em janeiro de 2008, representantes da Embrapa Gado de Leite estiveram em Angola para discutir futuras ações conjuntas entre o Brasil e aquele país africano. Há alguns anos técnicos da Embrapa Gado de Leite, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos institutos de Agronomia e Veterinária da Angola têm se encontrado para discutir um acordo de cooperação técnica entre as instituições. Dentre as ações previstas, inclui-se o treinamento de técnicos africanos por pesquisadores brasileiros por meio de cursos de capacitação. Os cursos seriam realizados tanto no Brasil quanto na África e os técnicos seriam multiplicadores de tecnologia em seu país.

A Angola é hoje o principal mercado para o leite brasileiro no continente africano. Martins diz que o país tem um enorme potencial para adquirir insumos agropecuários produzidos no Brasil. Além disso, com a expansão da pecuária angolana, o país pode se tornar um grande comprador da genética bovina desenvolvida no Brasil, já que as condições climáticas dos dois países são bastante semelhantes.



1. Intercâmbio comercial bilateral

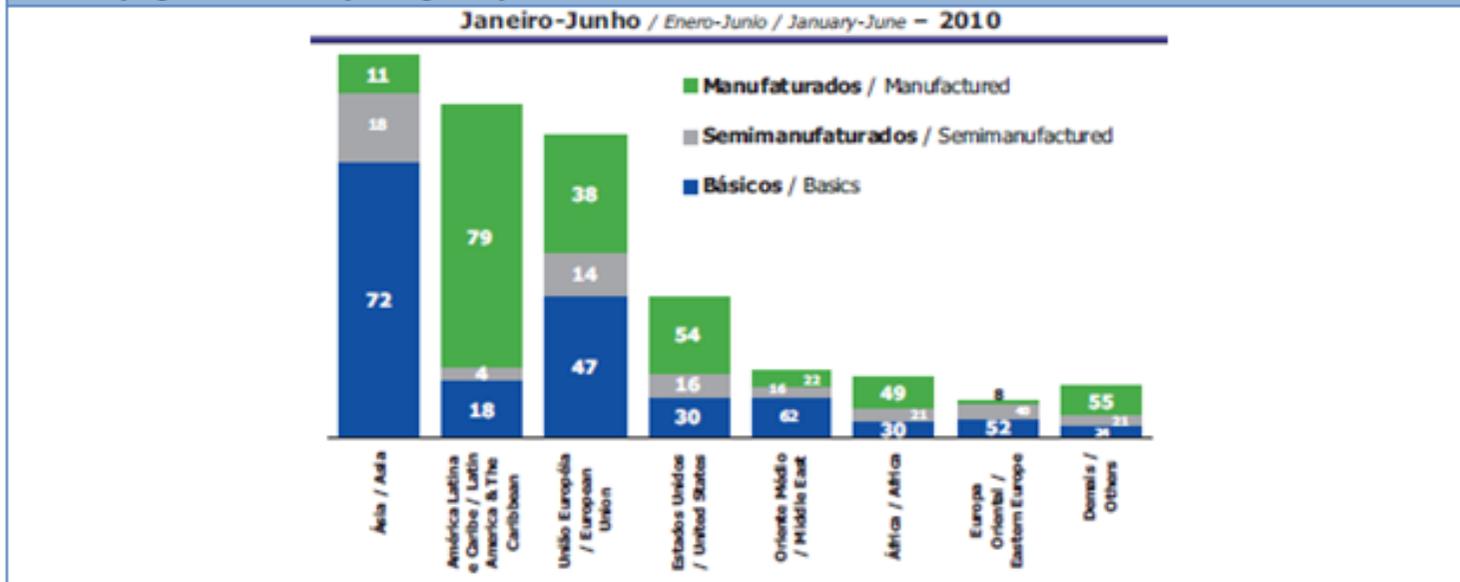
Evolução recente

Comércio bilateral (US\$ milhões FOB):

Brasil -Angola (jan-mar)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	103,2	387,9	789,3	830,3	794,6	2.149,9	4.214,6	1.470,8	356,6
Exportações	103,2	262,4	371,6	725,3	791,5	2.149,9	1.974,6	1.333	187,3
Importações	0	125,5	417,6	105	3,1	0	2.240	137,7	169,2
Saldo	+103,2	+136,9	-46	+620,3	+788,4	2.149,90	-265	1.195,20	18,1

Fonte: MDIC

Participação % das exportações por Bloco Econômico



Fonte: SECEX/MDIC



Exportações de Angola por principais áreas e países

Países	Milhões euros	(%)
Mundo (todos os países)	23.555,3	100%
China	8.572,7	36,4%
EUA	6.333,9	26,9%
UE27	4.469,2	19,0%
África do Sul	999,4	4,2%
Chile	871,7	3,7%
Canadá	862,1	3,7%
Índia	754,1	3,2%
Peru	222,9	0,9%
Brasil	99,3	0,4%
Hong Kong	90,8	0,4%
Blocos/regiões	Milhões euros	(%)
ACP	1.070,0	4,5%
ASEAN	13,7	0,1%
BRIC	9.426,1	40,0%
EFTA	45,1	0,2%
Países latinos americanos	1.317,4	5,6%
MERCOSUL	145,7	0,6%
NAFTA	7.196,0	30,5%

Fonte: FMI (2009)



Direção do Comércio Exterior de Angola

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES						
China	11.713	31,3%	20.336	33,1%	12.105	35,6%
Estados Unidos	11.751	31,4%	17.725	28,9%	8.821	26,0%
França	2.159	5,8%	3.681	6,0%	2.997	8,8%
África do Sul	1.660	4,4%	2.809	4,6%	1.404	4,1%
Canadá	1.159	3,1%	2.545	4,1%	1.217	3,6%
Chile	875	2,3%	1.493	2,4%	1.215	3,6%
Índia	749	2,0%	1.201	2,0%	1.050	3,1%
Países Baixos	1.102	2,9%	2.220	3,6%	907	2,7%
Espanha	600	1,6%	1.641	2,7%	724	2,1%
Suécia	0	0,0%	134	0,2%	474	1,4%
Reino Unido	287	0,8%	982	1,6%	388	1,1%
Peru	307	0,8%	350	0,6%	307	0,9%
Alemanha	178	0,5%	637	1,0%	281	0,8%
Bélgica	258	0,7%	184	0,3%	228	0,7%
Portugal	462	1,2%	549	0,9%	196	0,6%
Brasil	945	2,5%	1.999	3,3%	138	0,4%
SUBTOTAL	34.204	91,3%	58.485	95,3%	32.452	95,6%
DEMAIS PAÍSES	3.252	8,7%	2.909	4,7%	1.506	4,4%
TOTAL GERAL	37.456	100,0%	61.394	100,0%	33.958	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD June 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Última posição disponível em 16/06/2010.



Composição do Intercâmbio Comercial Bilateral

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA * (US\$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	521.327	837.779	1.218.236	1.974.576	1.333.009
Variação em relação ao ano anterior	46,0%	60,7%	45,4%	62,1%	-32,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	8,7%	11,2%	14,2%	19,4%	15,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,6%	0,8%	1,0%	0,9%
Importações	120	459.500	946.332	2.236.427	137.760
Variação em relação ao ano anterior	-96,6%	382816,7%	105,9%	136,3%	-93,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	5,7%	8,3%	14,2%	1,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,5%	0,8%	1,3%	0,1%
Intercâmbio Comercial	521.447	1.297.279	2.164.568	4.211.003	1.470.769
Variação em relação ao ano anterior	44,6%	148,8%	66,9%	94,5%	-65,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	4,1%	8,3%	10,9%	16,2%	8,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,6%	0,8%	1,1%	0,5%
Saldo Comercial	521.207	378.279	271.904	-261.851	1.195.249

** as discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração....*



Direção do Comércio Exterior de Angola

Exportação brasileira para Angola – totais por fator agregado

Ano Mês	TOTAL		Produtos Básicos		Industrializados					Operações Especiais	
					Subtotal (A+B)	Semimanuf (A)		Manufaturados (B)			
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %
2010	443.569.746	-42,06	99.563.325	-15,31	343.826.611	3.525.028	-63,80	340.301.583	-46,64	179.810	-67,38
Jan	49.024.121	---	11.737.531	---	37.246.749	496.294	---	36.750.455	---	39.841	---
Fev	57.763.352	17,83	14.789.693	26,00	42.929.808	453.502	-8,62	42.476.306	15,58	43.851	10,07
Mar	80.537.832	39,43	16.254.572	9,90	64.250.125	615.297	35,68	63.634.828	49,81	33.135	-24,44
Abril	101.427.098	25,94	21.709.897	33,56	79.696.598	352.551	-42,70	79.344.047	24,69	20.603	-37,82
Mai	80.066.625	-21,06	18.646.543	-14,11	61.392.365	786.039	122,96	60.606.326	-23,62	27.717	34,53
Jun	74.750.718	-6,64	16.425.089	-11,91	58.310.966	821.345	4,49	57.489.621	-5,14	14.663	-47,10

Fonte: SECEX 2010

Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Angola 2002-2008 e 2009 (jan.- maio)

Descrição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008 (jan-mai)	2009 (jan-mai)	var. % 1998-2007	var % 2008-09 jan-maio
Exportações brasileiras	199.562	235.469	357.151	521.327	837.779	1.218.136	1.974.576	606.095	660.171	889,5%	8,9%
Importações brasileiras	11.629	7.552	3.581	120	459.500	946.332	2.240.264	531.132	76.410	19164,5 %	-85,6%
Intercâmbio comercial	211.191	243.021	360.732	521.447	1.297.279	2.164.568	4.214.840	1.137.22	736.581	1895,7%	-35,2%
Saldo comercial	187.933	227.917	353.570	521.207	378.279	271.904	-265.688	74.963	583.761	-	-

Fonte: MDIC

Em 2009 as trocas comerciais entre Angola e o Brasil chegaram a 4 bilhões de dólares.



Em 2009 as trocas comerciais entre Angola e o Brasil chegaram a 4 bilhões de dólares.

Balança Comercial Brasil – Angola – 2008

Em dados de 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Angola envolveu exportações de US\$ 1.974.575.752 e importações de US\$ 2.240.263.807, resultando em um saldo comercial negativo de - US\$265.688.055 e uma corrente de comércio de US\$ 4.214.839.559, conforme a Balança Comercial Brasil – Angola abaixo.

Balança Comercial Brasil - Angola / 2008 (valores em US\$ FOB)				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	112.058.412	904	112.057.508	112.059.316
FEV	93.094.064	0	93.094.064	93.094.064
MAR	115.302.683	188.422.053	-73.119.370	303.724.736
ABR	121.679.436	102.481.769	19.197.667	224.161.205
MAI	163.960.506	240.227.664	-76.267.158	404.188.170
JUN	138.410.000	683.104.342	-.544.694.342	821.514.342
JUL	167.398.011	297.647.848	-.130.249.837	465.045.859
AGO	213.335.412	421.143.262	-.207.807.850	634.478.674
SET	160.249.601	113.790.577	46.459.024	274.040.178
OUT	182.942.896	97.954.823	84.988.073	280.897.719
NOV	205.651.868	95.490.565	110.161.303	301.142.433
DEZ	300.492.863	0	300.492.863	300.492.863
Acumulado	1.974.575.752	2.240.263.807	-.265.688.055	4.214.839.559

Fonte: Aliceweb



O Brasil exportou US\$1.974.575.752 FOB para Angola, em 2008, uma pauta bastante diversificada de produtos. Destacaram-se chassis c/motor diesel e cabina, carga > 20t, outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quím.pura, sol., tratores rodoviários p/semi-reboques, outras gasolinas, carnes desossadas de bovino, congeladas, outros moveis de madeira, outros reboques e semi-reboques p/transp. de mercadorias e carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congeladas.

Os principais produtos aqui listados abrangem apenas 25% de nossas exportações para aquele país, sendo uma enorme gama de demais produtos pouco significativos em termos percentuais. Já nas exportações de Angola para o Brasil - US\$ 2.240.263.807 FOB em 2008 - merece destaque os óleos brutos de petróleo que totalizam mais de 97% dos produtos exportados.



Fonte: Aliceweb



Fluxo Comercial – Quadro Comparativo Brasil e Angola - US\$ bilhões

	2005	2006	2007	Var.% 2007/06
Exportações de serviços do Brasil (A)	14,86	17,95	22,62	25,99
Exportação de bens do Brasil (B)	118,53	137,81	160,65	16,57
Relação (A / B)	12,54	13,03	14,08	
Exportações de serviços da Angola (A)	0,18	-	0,31	-
Exportação de bens da Angola (B)	24,11	31,86	44,4	39,36
Relação (A / B)	0,75	-	0,7	-
Importações de serviços do Brasil (A)	22,41	27,15	34,7	27,81
Importação de bens do Brasil (B)	77,63	95,85	126,57	32,05
Relação (A/B)	28,87	28,33	27,42	-
Importações de serviços da Angola (A)	6,19	6,86	11,61	69,24
Importação de bens da Angola (B)	8,35	8,78	13,66	55,58
Relação (A / B)	74,13	78,13	84,99	-

Fonte: OMC. - Elaboração: DECOS/SCS

OBS: Os dados referentes à exportação e importação de serviços da Angola do ano de 2007 não estão disponíveis no site. Fonte: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1257766509.pdf

Composição do intercâmbio comercial bilateral

Como a indústria angolana ainda não se consolidou, comprar no exterior é uma necessidade para os angolanos. Os setores de alimentação, agroindústria, calçados, cutelaria, móveis, embalagens, produtos de madeira, químicos e farmacêuticos, máquinas, motores, veículos e serviços têm potencial para negócios. Portugal, China e Estados Unidos ainda estão na frente do Brasil como fornecedores para Angola. Em 2009, as exportações brasileiras para Angola totalizaram US\$ 1,3 bilhões.

A pauta de exportações do Brasil para Angola é bastante diversificada, incluindo automóveis, tratores, aço, vidros, chassis e peças, carnes e derivados, máquinas, equipamentos elétricos, móveis, equipamentos cirúrgicos, material escolar, material médico, dentre outros, e serviços, sendo apenas 11% de produtos primários. Inclui até exportação de aviões da EMBRAER. As exportações angolanas para o Brasil são representadas por petróleo, subprodutos e derivados.



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- ANGOLA (US\$ mil-fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores e ciclos	231.009	19,0%	402.805	20,4%	204.192	15,35
Chassis c/ motor diesel e cabina, carga > 20T	67.039	5,5%	92.075	4,7%	44.747	3,4%
Carroçarias para automóveis de transporte > = 10 pessoas ou carga	4.685	0,4%	28.359	1,4%	30.298	2,3%
Chassis c/ motor para automóveis de transporte > = 10 pessoas ou carga	3.160	0,3%	25.669	1,3%	25.146	1,9%
Carnes e miudezas, comestíveis	101.834	8,4%	176.062	,9%	189.178	14,2%
Pedaços e miudezas, comest. De galos/galinhas, congelados	17.637	1,4%	29.165	1,5%	47.881	3,6%
Outras carnes de suíno, congeladas	17.130	1,4%	26.747	1,4%	40.615	3,0%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	29.982	2,5%	35.567	1,8%	38.405	2,9%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	15.718	1,3%	41.589	2,1%	22.431	1,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	137.025	11,2%	300.568	15,2%	64.061	12,35
Máquinas e aparelhos para ind. de açúcar	1	0,0%	0	0,0%	16.197	1,2%
Máquinas para aglomerar/moldar combustíveis minerais sólidos, etc.	18.006	1,5%	14.658	0,7%	8.327	0,6%
Máquinas para misturar matérias minerais com betume	6.739	0,6%	13.219	0,7%	7.440	0,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	122.432	10,0%	126.122	6,4%	96.458	7,2%
Outras construções pré-fabricadas, de ferro ou aço	57.180	4,7%	26.094	1,3%	28.213	2,1%
Outros móveis de madeira	21.345	1,8%	38.704	2,0%	26.482	2,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	78.372	6,4%	99.414	5,0%	81.986	6,2%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	68.03	5,6%	8.107	4,5%	69.789	5,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	60.266	4,9%	164.430	8,3%	72.772	5,5%
Aparelhos p/ cozinhar/aquecer, de ferro, etc.	15.427	1,3%	18.317	0,9%	10.909	0,8%



Torres e pórticos	1.097	0,1%	13.290	0,7%	10.625	0,8%
Chapas / barras para construções	5.297	0,4%	35.219	1,8%	8.205	0,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	59.892	4,9%	108.945	5,5%	72.634	5,4%
Ferro fundido, ferro e aço	29.432	2,4%	41.121	2,1%	56.044	4,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	18.729	1,5%	53.876	2,7%	40.353	3,0%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	26.378	2,2%	36.700	1,9%	32.863	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	76.785	6,3%	74.104	3,8%	32.163	2,4%
Plásticos e suas obras	28.185	2,3%	38.152	1,9%	28.063	2,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	13.684	1,1%	30.410	1,5%	26.570	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amido	18.623	1,5%	34.462	1,7%	23.389	1,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	8.298	0,7%	11.165	0,6%	14.671	1,1%
Subtotal	1.010.944	83,0%	1.698.336	86,0%	1.135.397	85,2%
Demais Produtos	207.292	17,0%	276.240	14,0%	197.612	14,8%
TOTAL GERAL	1.218.236	100,0%	1.974.576	100,0%	1.333.009	100,0%

Produtos exportados pelo Brasil para Angola em 2008:

- Veículos e suas partes e acessórios: US\$ 402,8 milhões
- Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos: US\$300,6 milhões
- Carnes e miudezas, comestíveis: US\$ 176,1 milhões
- Obras de ferro fundido, ferro ou aço: US\$ 164,4 milhões
- Móveis: US\$ 126,1 milhões
- Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes: US\$ 108,9 milhões
- Açúcares e produtos de confeitaria: US\$ 99,4 milhões
- Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas e ceras minerais: US\$ 74,1 milhões
- Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos: US\$ 53,9 milhões
- Ferro fundido, ferro e aço: US\$ 41,1 milhões



Exportações de serviços do Brasil para Angola - 2008 Participação dos principais setores por atividade

Setor CNAE	Receitas (%)
Obras de infraestrutura	27,6%
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	14,4%
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	11,8%
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	5,5%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	3,3%
Publicidade e pesquisa de mercado	3,0%
Comércio varejista	2,8%
Atividades de serviços financeiros	2,8%
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	2,2%
Demais	26,7%
TOTAL	100,0%

Fonte: Bacen - Elaboração: DECOS / SCS

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- ANGOLA (US\$ mil-fob)						
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
Combustíveis, óleos e ceras minerais	946.322	100,0%	2.236.356	100,0%	137.727	100,0%
Óleos brutos de petróleo	841.402	88,9%	2.170.835	97,1%	76.380	55,4%
Outros propanos liquefeitos	50.824	5,4%	54.757	2,4%	44.463	32,3%
Butanos liquefeitos	32.029	3,4%	10.761	0,5%	16.883	12,3%
Naftas para petroquímica	13.527	1,4%	0	0,0%	0	0,0%
Propano em bruto, liquefeito	8.540	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	946.322	100,0%	2.236.352	100,0%	137.727	100,0%
Demais Produtos	10	0,0%	75	0,0%	33	0,0%
TOTAL GERAL	946.332	100,0%	2.236.427	100,0%	137.760	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb



2. Balanço de pagamentos bilateral

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008*
Balança comercial (líquido - fob)	23.084	30.734	42.932
Exportações	31.862	44.396	63.914
Importações	8.778	13.662	20.982
Serviços (líquido)	-6.027	-12.719	-21.810
Receita	1.484	311	329
Despesa	7.511	13.030	22.139
Renda (líquido)	-6.178	-7.599	-14.504
Receita	145	623	422
Despesa	6.323	8.222	14.926
Transferências unilaterais (líquido)	-190	-222	-211
Transferências correntes (A+B+C+D)	10.689	10.194	6.407
Conta de capitais (líquido)	0	109	7
Conta financeira (líquido)	-5.601	-11.930	-439
Investimentos diretos (líquido)	-229	-1.805	-891
Portfólio (líquido)	-1.439	-2.015	-1.758
Outros	-3.933	-8.110	2.210
Erros e Omissões	290	-1254	-365
Saldo (E+F+G+H)	5.378	-2.990	5.603

* Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, CD April 2010. (1) Última posição disponível em 13/05/2010 <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDAngola.pdf>


Balança de pagamentos Angola de 2004 a 2008 (Apresentação Anual Resumida)

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
CONTA CORRENTE	686,2	5.137,9	10.689,8	9.402,1	6.407,7
Conta Comercial	7.643,2	15.756,2	23.084,6	30.734,7	42.931,8
Exportações f.o.b.	13.475,0	24.109,4	31.862,2	44.396,2	63.913,9
Setor petrolífero	12.619,9	22.854,4	30.483,1	43.003,4	62.457,4
Setor diamantífero	789,6	1.092,0	1.154,6	1.182,0	1.209,8
Outros setores	65,4	162,9	224,5	210,8	246,8
Importações f.o.b.	-5.831,8	-8.353,2	-8.777,6	-13.661,5	-20.982,2
B. Conta Serviços (líquido)	-4.480,0	-6.614,2	-6.027,0	-12.332,5	-21.809,9
Setor petrolífero	-2.167,5	-3.149,4	-3.052,0	-5.447,9	-7.592,0
Setor diamantífero	-4,7	-69,8	-9,6	-64,9	-83,8
Governo	-518,2	-464,4	-479,4	-830,6	-2.768,5
Outros setores	-40,6	-45,5	-30,9	-6,9	-129,8
CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	1232,83	-2746,42	-5.554,61	-5.921,2	630,4
	1.222,2	-2.754,2	-5.556,1	-5.928,4	-
Investimento Direto (líquido)	1.414,0	-1.523,2	-228,3	-1.805,1	-
No Exterior	-35,2	-219,4	-190,6	-911,8	-
No País	1.449,2	-1.303,8	-37,7	-893,3	-

Fonte: <http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=105&a=165>



Indicadores Económicos – Banco Nacional de Angola 2003 à 2007
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007
VARIAÇÃO ANUAL PERCENTUAL					
Exportações	14.2	41.7	78.9	32.2	39.3
Petróleo	13.6	45.3	81.1	33.4	41.1
Outras	20.4	3.8	46.8	9.9	1.0
Importações	45.7	6.4	43.2	5.1	55.6
Balança Comercial	29.1	38.7	48.0	56.4	51.7
Exportações	68.8	68.2	73.5	77.8	74.7
Importações	39.6	29.5	25.5	21.4	23.0
Conta Corrente	-5.2	3.5	15.7	26.1	15.8
Conta Financeira e de Capitais	11.9	5.6	-9.5	-9.7	-9.8
Investimento directo estrangeiro (líq)	25.2	7.2	-4.6	-0.6	-3.0
Total da dívida externa (stock)	61.2	45.6	31.2	18.6	16.5
Balança Global	0.7	3.3	4.4	17.0	5.3
Rácios das reservas brutas/meses de importações de bens	1.4	2.8	4.6	11.1	9.8
Rácio das reservas brutas/meses de importações de bens e serviços não factoriais	0.9	1.5	2.5	6.3	5.1
Rácio das reservas brutas / semanas de importações de bens serviços não factoriais.	3.7	6.7	11.0	27.3	22.1
Rácio do serviço da dívida / exportações de bens e serviços não factoriais *	-17.7	-10.8	-6.3	-4.7	-5.4
Rácio da dívida / exportações de bens e serviços não factoriais (excluí perdão e reescalamento vincenda) *	-17.9	-10.8	-6.3	-4.7	-5.4
Rácio da dívida / exportações de bens e serviços não factoriais (excluí perdão, reescalamento vincenda e corrente) *	-17.9	-10.9	-6.7	-4.7	-5.5
Rácio da dívida m/l prazo (stock)/exportações de bens e serviços não factoriais *	87.1	65.2	42.1	22.8	21.9
Rácio do total da dívida (stock)/exportações de bens e serviços não factoriais *	87.1	65.2	42.1	22.8	21.9



Itens do memorando					
PIB	13,825.7	19,752.1	32,810.7	40,938.4	59,448.2
Exportações de bens e serviços não factoriais	9,709.3	13,797.8	24,286.2	33,346.5	44,706.9
(Em % do PIB)	70.2	69.9	74.0	81.5	75.2
Importações de bens e serviços					
não factoriais	8,801.3	10,634.5	15,144.2	16,288.8	26,304.7
(Em % do PIB)	63.7	53.8	46.2	39.8	44.2
Exportações de volume de petróleo (milhões barris)	302.6	344.5	452.0	487.8	605.3
Preço Médio por Barril	28.2	36.1	50.0	61.4	70.0

Fonte: Banco Nacional de Angola

Investimentos

Apesar da acentuada desaceleração do ritmo de crescimento econômico devido à crise, o investimento privado cresceu em 2009, em comparação ao ano anterior. Até novembro de 2009 a ANIP aprovou projetos no valor de USD 1.472.312.000,00, quando em 2008 o valor havia sido de USD 1.105.084.000,00.

Se forem incluídos os projetos aprovados pelo Conselho de Ministros, os novos e os projetos em andamento, até novembro de 2009 houve um valor global de investimento privado não-petrolífero ou petrolífero de USD 3.306.551.010,00 e uma previsão de criação de 27.729 postos de trabalho, dos quais 23.042 para nacionais e 4.687 para estrangeiros, segundo a ANIP.

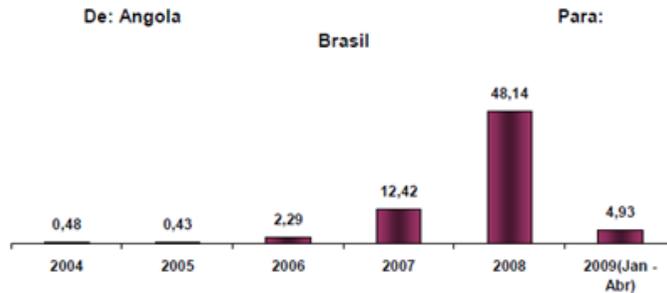
Fonte: (em jan. 2010) <http://www.anip.co.ao/>



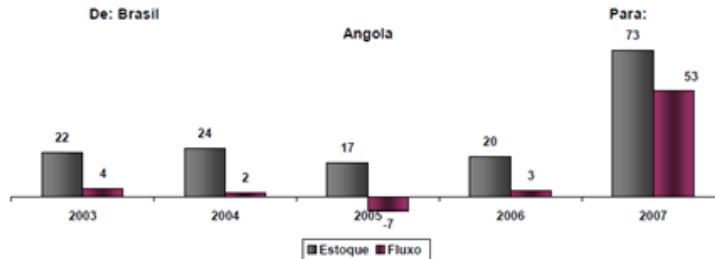
3. Investimentos bilaterais

Investimentos Recíprocos⁵³

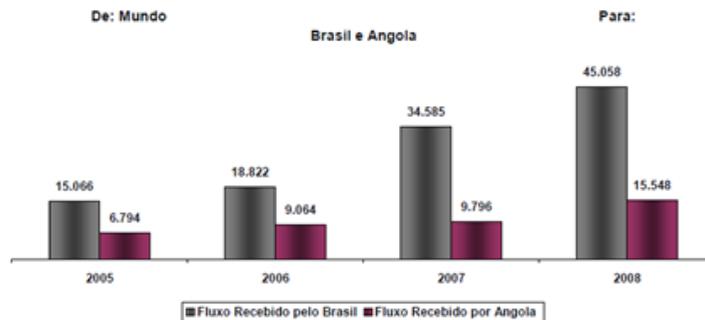
Ingressos e estoque de investimentos direto estrangeiro – US\$ milhões



Fluxo de investimentos Recebidos e Enviados por Brasil e Angola – US\$ milhões



Fluxo de investimentos Recebidos e Enviados por Brasil e Angola – US\$ milhões



Fonte: Bacen e UNCTAD – Elaboração: DECOS/SCS



Atualmente operam em Angola mais de 30 empresas brasileiras. As afinidades lingüísticas e culturais e a proximidade política entre os governos de Angola e do Brasil, com vários projetos de cooperação técnica e econômica assinados, são fatores que favorecem a implantação de empresas brasileiras no mercado angolano. Ainda assim o investidor brasileiro tem perdido terreno para competidores estrangeiros mais ágeis em identificar oportunidades de negócios em Angola: o setor de petróleo é dominado por empresas americanas e europeias, o setor ferroviário por uma empresa anglo-belga, o setor financeiro, pesca e consultorias pelos portugueses e no que se refere aos serviços de engenharia e construção civil, os chineses vêm se colocando com muita agressividade. Angola já é o mais importante parceiro comercial da China na África, à frente da Nigéria e da África do Sul.

Há três dezenas de operações de financiamento do BNDES para Angola. Metade dos projetos é para financiar a construção de rodovias por construtoras brasileiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Há também financiamentos para bens e serviços diversos como a construção da Hidrelétrica de Capanga, centros de pesquisa e tecnologia etc.

A verdadeira empresa gigante brasileira em Angola é a Construtora Norberto Odebrecht, que, em 2009, completou 25 anos de atividades no país. Possui em torno de 25 mil integrantes – dos quais 23 mil são nascidos em Angola. Presente em Angola desde 1984, a Odebrecht transferiu tecnologia, formou mais de 10 mil profissionais angolanos e, além da construção civil, participa de empreendimentos nos setores de mineração, diamantífero, de biocombustíveis e imobiliário (residencial e comercial).

Na produção de diamantes, a Odebrecht é sócia de dois projetos: Sociedade de Desenvolvimento Mineiro de Angola (SDM), em parceria com a Endiama (Empresa Nacional de Diamantes, de Angola) e Sociedade Mineira de Catoca (SMC), juntamente com a Endiama e dois outros sócios, Alrosa S.A. e Daumonty Finance.

A Odebrecht já participou e está participando de deze-

nas de obras públicas e privadas no país, como a construção da Hidrelétrica de Capanda, de 520 megawatts, a maior obra do país. Além da Odebrecht e de outras construtoras do primeiro time do Brasil, como a Camargo Corrêa e a Queiróz Galvão, e das pretensões da Petrobras, as empresas brasileiras estão espalhadas por praticamente toda a renascente economia angolana.

Na produção de biocombustíveis, com previsão de transferência de tecnologia brasileira, a Odebrecht anunciou o início oficial do investimento de USD 220 milhões através do consórcio Biocom, que integra com a Sonangol, na produção de açúcar e energia em Malange, Angola. O contrato para a produção de açúcar e energia elétrica em Malange foi assinado em agosto de 2009 pelo presidente da Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP), Aguinaldo Jaime, e por Rui Gourgel, da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom). O projeto prevê, numa primeira fase, a produção anual de 268 mil toneladas de açúcar e 45 megawatts (MW), permitindo também a extração de etanol. Nos próximos anos, a quantidade de açúcar produzido deverá duplicar, permitindo aliviar as necessidades de consumo no país, que importa anualmente cerca de 400 toneladas. A Biocom é um consórcio entre a Odebrecht (40% do capital), a companhia petrolífera angolana Sonangol e a Damer, um grupo privado angolano. O grupo apontou inicialmente 2012 como o prazo para entrada do projeto em funcionamento. Este projeto no município de Cacusso deverá criar pelo menos 500 empregos diretos e 700 indiretos. A Biocom é o primeiro investimento direto da empresa brasileira em Angola em produção agrícola e geração de energia. Além disso, a Odebrecht desenvolve, de forma voluntária, diversos projetos sociais no país, nomeadamente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e cultura.

ODEBRECHT Angola

Rua Eng. Pedro de Castro Van-Dunem "Loy", S/N
Parque Emp. Odebrecht Luanda Sul/Luanda Angola -
Tel. + 244 222 67 - 8452

Ainda em produção agrícola, o grupo "Build Angola",



filial da empresa brasileira “Build Brasil” vai lançar o projeto agropecuário Sistema Agro-Pecuário de Produção Integrada (SAPI), que prevê a criação de fazendas em Angola com áreas entre 500 e 1.000 hectares. Na primeira fase, o SAPI visa desenvolver a pecuária nas províncias do Huambo, Malange e Kwanza-Sul, com fazendas que serão divididas em lotes dimensionado de maneira a torná-las sustentáveis. A empresa investiu já US\$ 3 milhões na localidade de Cabiri, na província do Bengo, na produção de legumes e de frutas. O projeto Cabiri emprega 300 angolanos, número que deverá passar para 3.000 nas próximas fases de desenvolvimento do empreendimento.

A “Build Angola” atua igualmente nos setores imobiliário e de restauração/alimentação.

A empresa que atua há seis anos em Angola lançou um projeto habitacional de mil casas denominado “Nosso Lar” destinado ao segmento médio-baixo angolano com valores inferiores aos anteriores projetos denominados Bem-Morar e Quintas do Rio Bengo.

Serviços relativos às tecnologias da informação e comunicação, inclusive serviços de valor adicionado a telecomunicações são um segmento com amplo potencial para o incremento de comércio e investimentos entre Brasil e Angola. Recentemente, o governo de Angola tem envidado esforços para viabilizar infraestruturas e capacitação de mão-de-obra nessa área indispensável para a expansão dos setores mais modernos da economia.

A AEBRAN – Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola – congrega cerca de 40 empresas. Como um grupo empresarial brasileiro em Angola tem às vezes mais de 3 empresas, estima-se que existam pelo menos 200 empresas com participação societária de brasileiros. Em dados de 2009, o volume total de negócios dos associados da AEBRAN é cerca de mais de meio bilhão de dólares anuais - e a diversidade das áreas em que atuam constituem um indicativo das oportunidades existentes em Angola.

Os associados da AEBRAN têm negócios nas seguintes

áreas: agroindústria, agropecuária, alimentação industrial, comércio geral varejista e atacadista, comunicações, concessionária de veículos, construção civil, consultoria empresarial, educação, eletrodomésticos, energia, engenharia e projetos, equipamento de refrigeração industrial, formação e capacitação técnico-profissional, incorporação e promoção imobiliária, informática, loterias, medicamentos, mineração, navegação marítima, petróleo, propaganda e marketing, representações comerciais, restaurantes, saúde, telecomunicações e transportes. A AEBRAN estima que existem aproximadamente 25 mil brasileiros vivendo em Angola.

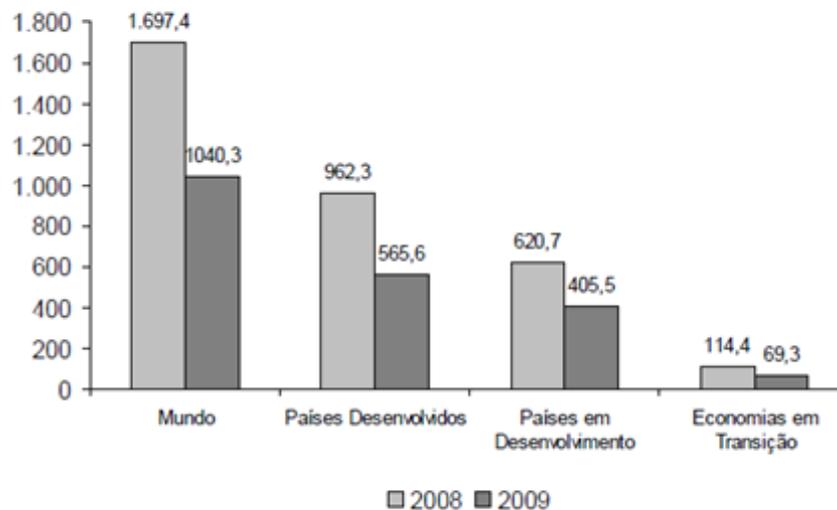
A presença comercial de instituições financeiras estrangeiras tende a fomentar o fluxo de comércio e investimentos entre o país de origem e o país anfitrião, dado que, via de regra, as instituições financeiras têm investimentos cruzados com empresas do setor secundário e terciário.

O Bradesco e o Banco do Brasil assinaram, em agosto de 2010, um memorando de entendimentos com o Banco Espírito Santo (BES) português, para iniciar atividades no continente africano. A iniciativa vem se somar à criação de uma holding que irá relançar a bandeira de cartões elo, além de um projeto de compartilhamento dos terminais de autoatendimento (ATMs). Ambos os empreendimentos ganharam, ontem, a adesão também da Caixa Econômica Federal (CEF). O compartilhamento de caixas inclui ainda o Santander.

Grandes empresas brasileiras de Software como Stefanini e Totvs já atuam no mercado angolano. Mas ainda há espaço para crescimento das empresas brasileiras do setor em Angola. Um campo que tem se mostrado promissor refere-se ao desenvolvimento de softwares relacionados às atividades do petróleo, tendo em vista a atual base econômica angolana e também pela tentativa do país em diversificar a economia do petróleo. O Brasil é grande fornecedor de tecnologias relacionadas, sendo líder mundial em tecnologia de exploração de petróleo em águas super-profundas.



Ingresso de IED por região – US\$ milhões (fonte: UNCTAD)



Investimento estrangeiro direto em Angola	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento direto estrangeiro (líq)	25.2	7.2	-4.6	-0.6	-3.0

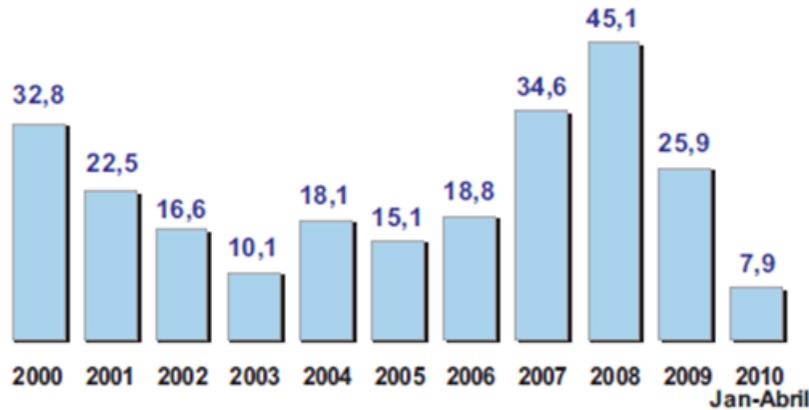
Fonte: Banco Nacional de Angola

Investimento Externo Direto no Brasil – US\$ milhões (fonte: Banco Central do Brasil)

	2008	2009	Var. %
Investimento Externo Direto	45.058,16	25.948,58	-42,4
Participação no capital	30.064,03	19.906,35	-33,8
Empréstimos intercompanhias	14.994,13	6.042,23	-59,7



Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil 2000/2010 – US\$ milhões



Fonte: Source / Bacen – Os valores correspondem ao montante líquido (entradas e saídas)

Investimento Estrangeiro Direto (IED), segundo Setores Econômicos 2008/2010 – participação %



Fonte: Source / Bacen



Investimento externo direto (IED) de Angola no Brasil

O investimento direto estrangeiro de Angola no Brasil, de 2007 a abril de 2009, concentrou-se nos seguintes setores (valores em US\$ milhões):

Atividade Econômica	US\$ milhões ingressos
Aqüicultura em água doce	0,08
Extração de petróleo e gás natural	0,03
Incorporação de empreendimentos imobiliários	0,63
Construção de edifícios	0,12
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	0,02
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	0,07
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	0,03
Holdings de instituições não-financeiras	3,08
Atividades de consultoria em gestão empresarial	0,02
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	8,32
Educação superior – graduação	0,01
TOTAL	12,42

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL / Investimentos Estrangeiros Diretos 1/ Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos 2/ País de Origem dos Recursos – ANGOLA - Ano 2007

País de Origem dos Recursos – ANGOLA Ano 2008

Atividade Econômica	US\$ milhões Ingressos
Criação de bovinos	1,70
Aqüicultura em água doce	0,01
Extração de petróleo e gás natural	18,14
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	21,58
Incorporação de empreendimentos imobiliários	0,12
Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	0,13



Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	0,12
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	0,05
Hotéis e similares	0,17
Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	0,33
Holdings de instituições não-financeiras	2,49
Atividades imobiliárias de imóveis próprios	1,12
Atividades de consultoria em gestão empresarial	0,07
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	2,10
TOTAL	48,14

País de Origem dos Recursos – ANGOLA (Período: janeiro a abril de 2009)

Atividade Econômica	US\$ milhões
Ingressos	
Criação de bovinos	0,55
Aqüicultura em água doce	0,11
Extração de petróleo e gás natural	0,56
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	2,51
Incorporação de empreendimentos imobiliários	0,02
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	0,03
Holdings de instituições não-financeiras	1,15
TOTAL	4,93

Notas:

1/ Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e de financiamentos em investimento direto com base nos registros constantes, no módulo IED, do sistema RDE (Registro Declaratório Eletrônico). Conversões em dólares às paridades históricas.

2/ Conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-2.0, do IBGE.



Participação dos principais setores nas importações de serviços do Brasil para Angola (2008):

Setor (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE)	Receitas (%)
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	57,2%
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	15,6%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6,6%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	4,0%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquina e equipamentos	2,7%
Publicidade e pesquisa de mercado	2,3%
Extração de minerais metálicos	2,1%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçado	2,1%
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	1,8%
Demais	5,5%
Total	100,0%

OBS.: Vide Notas Explicativas

4. Linhas de crédito de bancos brasileiros

Sobre Linhas de Crédito para Angola

Desde 2005, o governo angolano tem utilizado bilhões de dólares de linhas de crédito da China, do Brasil, de Portugal, da Alemanha, da Espanha e da EU para a reconstrução da infraestrutura pública.

Mais da metade dos recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), administrados pelo Banco do Brasil, foi destinado, no ano passado, à economia angolana.

Os financiamentos diretos do Brasil para projetos em Angola são da ordem de USD 2 bilhões renováveis. Há uma linha de crédito aberta Brasil- Angola de USD 1,75 bilhões, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). À medida que é utilizada, vai sendo recomposta.

Em outubro de 2007, Angola e Brasil assinaram uma linha de financiamento de 1 bilhão de dólares no âmbito do Memorando de Entendimento assinado pelos dois países em 1995. Desde então existe um stock de financiamento para Angola avaliado em 1.030 milhões de dólares. A maior parte desta verba se destina a programas de financiamento de infraestrutura.

Ainda sobre linhas de crédito para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para Angola, em novembro de 2007, no 27º. ENAEX, o representante do BNDES apresentou os dados abaixo na palestra "O apoio do BNDES às exportações brasileiras":



Linha de crédito para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para Angola, 2007

Protocolo 2006: US\$ 750 milhões

Protocolo 2007: US\$ 1 bilhão

Carteira de Operações em 2007: 29 projetos aprovados (US\$ 742,4 milhões) nos setores:

- Construção / reabilitação da infra-estrutura viária de Luanda
- Construção de centros de formação tecnológica
- Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros e serviço de proteção civil
- Ampliação do projeto hidrelétrico de Capanda
- Ampliação de projetos de abastecimento de água e saneamento básico

Desembolsos na linha BNDES Exim Pós-Embarque em operações com importadores na América Latina e Angola – 2000-2009 – em US\$ milhões

Desembolsos na linha BNDES Exim Pós-Embarque em operações com importadores na América Latina e Angola – 2000-2009 – em US\$ milhões

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
América Latina	326,4	194,6	201,4	222,4	331,5	466,0	388,5	490,0	650,7	726,0
Angola	-	0,1	-	-	-	0,1	-	148,9	539,4	766,2

Fonte: O BNDES EM UM BRASIL EM TRANSIÇÃO | O BNDES e o apoio às exportações

Linhas de crédito dos seguintes países:

China (Export-Import Bank)	USD 4.5 bilhões
China (Chinese Investment Fund)	USD 2.9-9.0 bilhões
Brasil	USD 1.8 bilhões
Espanha	USD 600 milhão
Alemanha	USD 500 milhão
União Européia	USD 200 milhão
India	USD 50 milhão
Portugal	USD 1.4 bilhões

Em fins de 2009, devido à crise, o governo angolano solicitou a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI injectou 1.4 bilhões de USD, através do stand-by arrangement (SBA), destinados a apoiar a balança de pagamentos de Angola. Mais tarde, o FMI concordou em apoiar o país com mais um bilhão de USD.



O Banco Mundial, Brasil e Portugal têm assumido todos os compromissos assumidos, mas Angola tem dificuldades na emissão de 9 bilhões de dívida soberana nos mercados internacionais. Para aumentar a confiança dos mercados financeiros, Angola poderia pedir a classificação do seu risco de crédito por agências mundiais de rating.

5. Principais acordos econômicos com o Brasil

Atos em Vigor Assinados entre Brasil e Angola

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Cultural e Científica.	11/06/1980	11/02/1982	99.558	05/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	11/06/1980	11/02/1982	99.559	05/10/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/06/80, na Área de Comércio.	12/04/1983	12/04/1983		
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80.	20/10/1983	20/10/1983		
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	31/05/1999	30/09/2000	3.616	29/09/2000
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para Todos", em sua fase Emergencial (2002-2015).	01/08/2002	01/08/2002		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola".	03/11/2003	03/11/2003		
Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente.	03/11/2003	03/11/2003		
Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária.	03/11/2003	03/11/2003		



Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para todos" em sua fase Emergencial (2004-2007).	03/11/2003	03/11/2003		
Ajuste Complementar no Domínio do Desporto.	03/11/2003	03/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agrônômica e Veterinária de Angola".	03/11/2003	03/11/2003		
Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	03/11/2003	03/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola".	03/11/2003	03/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional.	03/11/2003	03/11/2003		
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica.	03/11/2003	03/11/2003		
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999.	04/11/2003	04/11/2003		
Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo	04/11/2003	04/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola"	17/07/2008	17/07/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	17/07/2008		

Fonte: MRE

Acordos de Cooperação Brasil- Angola em 2010

Os presidentes das Repúblicas de Angola e Federativa do Brasil assinaram em 23 de junho de 2010, em Brasília, um Protocolo de Cooperação Financeira e uma Declaração Conjunta sobre o estabelecimento de parceria estratégica.

Foram assinados outros acordos de cooperação nos setores de Defesa, Ensino e Formação Profissional. Acordos de ajustes



complementares relativos à cooperação econômica, científica e técnica para a implementação dos projetos de capacitação na assistência e extensão rural para angolanos, e de apoio ao sistema nacional de pesquisa agrária de Angola, foram igualmente assinados. Os acordos contemplam ainda ajustes de cooperação econômica, científica e técnica para implementação da formação profissional rural e promoção social em Angola, a implantação do projeto do serviço de sanidade vegetal e capacitação fitossanitária e para a implementação do projeto-piloto em doenças falsiforme.

Em 14 de julho de 2010, a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e o governador do Estado do Paraná (Brasil), Orlando Pessuti, definiram em Luanda, as áreas de cooperação entre Curitiba e Luanda: as duas partes definiram um quadro de cooperação nos vários domínios, com destaque para as áreas da saúde, educação, cultura e mobilidade urbana.

6. Matriz de oportunidades: principais produtos importados pelo país-alvo

Intercâmbio Comercial Brasil-Angola		
(em US\$ - FOB)	2009	2010 (jan/jun)
Exportações (a)	1.333.008.513	443.569.746
Importações (b)	137.760.201	249.876.147
Saldo da balança comercial (a-b)	1.195.248.312	193.693.599
Corrente de comércio (a+b)	1.470.768.714	693.445.893
Intercâmbio comercial Angola-Brasil		
(em US\$ - FOB)	2009	2010 (jan/jun)
Exportações (a)	137.760.201	249.876.147
Importações (b)	1.333.008.513	443.569.746
Saldo da balança comercial (a-b)	-1.195.248.312	-193.693.599
Corrente de comércio (a+b)	1.470.768.714	693.445.893

Fonte: SECEX/DECEX



Composição do intercâmbio comercial bilateral

Brasil: intercâmbio comercial com Angola, por categoria de produtos, segundo o grau de elaboração em US\$ 1.000 - FOB				
Categorias	2009	Var. %	2010 (jan/jun)	Var. %
EXPORTAÇÕES				
Produtos básicos	220.660.427	2,52	99.563.325	-15,31
Produtos industrializados				
Semimanufaturados	13.505.544	42,45	3.525.028	-63,80
Manufaturados	1.097.983.845	-37,22	340.301.583	-46,64
Transações especiais	858.697	-9,90	179.810	-67,38
IMPORTAÇÕES				
Produtos básicos	-	-	-	-
Produtos industrializados				
Semimanufaturados	-	-	-	-
Manufaturados	-	-	-	-
Transações especiais	-	-	-	-

Fonte: SECEX



Brasil: principais produtos exportados para Angola 2009 (Jan/Jun) 2010 (Jan/Jun)

Seq.	NCM	Descrição	Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Valor US\$ F.O.B.	Part %
TOTAL GERAL			765.567.290	100,00	443.569.746	100,00
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS			460.307.886		361.558.253	81,51
1	17019900	Outs. açucares de cana, beterraba, sacarose quim. pura, sol.	38.253.641	5,00	52.250.094	11,78
2	02071200	Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congel.	17.996.694	2,35	21.877.498	4,93
3	02071400	Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, congelados	28.121.093	3,67	19.343.968	4,36
4	84248121	Irrigadores e sistemas de irrigação, por aspersão	158.088	0,02	16.520.383	3,72
5	02032900	Outras carnes de suino, congeladas	24.481.903	3,20	16.350.387	3,69
6	02023000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	13.234.089	1,73	11.387.675	2,57
7	84021100	Caldeiras aquatubulares, com producao de vapor > 45 t/hora	---	---	10.935.000	2,47
8	16010000	Enchidos de carne, miudezas, sangue, suas prepar. aliments	11.088.167	1,45	10.398.898	2,34
9	94036000	Outros móveis de madeira	13.422.428	1,75	9.248.976	2,09
10	73089090	Outs. construções e suas partes, de ferro fund/ferro/aço	5.659.269	0,74	8.836.866	1,99
11	04070090	Outros ovos de aves, com casca, frescos, conservad. cozidos	3.066.120	0,40	8.264.396	1,86
12	84383000	Maquinas e aparelhos p/ind. de açúcar	---	---	7.283.123	1,64
13	85016400	Geradores de corrente alternada, pot > 750kva	4.322	---	6.896.165	1,55
14	87163900	Outros reboques e semi-reboques p/transp. de mercadorias	12.936.699	1,69	6.450.278	1,45
15	11022000	Farinha de milho	16.060.316	2,10	5.586.563	1,26
16	85042300	Transformador de dieletrico liquido, pot > 10000kva	---	---	5.005.209	1,13
17	94060091	Outras construções pré-fabricadas, de madeira	5.629.830	0,74	4.978.746	1,12



Angola

■ Sumário

18	02102000	Carnes de bovinos, salgadas/em salmoura/secas/defumadas	9.227.785	1,21	4.834.776	1,09
19	02072700	Carnes de peruas/perus,em pedaços e miudezas, congeladas	4.011.822	0,52	4.821.978	1,09
20	73211100	Aparelhos p/cozinhar/aquecer,de ferro,etc.com-bustiv.gas	6.870.392	0,90	4.790.820	1,08
21	04029900	Outros leites, cremes de leite,concentrados,adocicados	9.873.424	1,29	4.569.893	1,03
22	85371090	Outs. quadros, etc.c/apars.interrup.circuito eletr.t < = 1kv	1.248.670	0,16	4.213.224	0,95
23	94035000	Móveis de madeira p/quartos de dormir	4.467.655	0,58	4.196.577	0,95
24	94060092	Outras construções pré-fabricadas, de ferro ou aço	17.519.899	2,29	3.611.769	0,81
25	69089000	Outros ladrilhos, etc.de ceramica, vidrados, esmaltados	4.221.059	0,55	3.480.122	0,78
26	64022000	Calçados de borracha/plast. c/parte super.em tiras,etc.	2.911.745	0,38	3.160.845	0,78
27	87012000	Tratores rodoviários p/semi-reboques	9.026.811	1,18	3.247.547	0,75
28	22071000	Alcool etilico n/desnaturado c/vol.teor alcoólico > = 80%	2.802.698	0,37	3.220.181	0,73
29	11031300	Grumos e semolas, de milho	7.123.058	0,93	3.127.186	0,71
30	84389000	Partes de maqs. e apars.p/prepar.fabr.de alimentos,etc.	16.700	---	3.120.268	0,70
31	02064900	Outras miudezas comestiveis de suino, congeladas	1.738.751	0,23	3.064.609	0,69
32	94032000	Outros móveis de metal	3.585.102	0,47	3.039.431	0,69
33	19053100	Bolachas e biscoitos adicion. de edulcorantes	5.572.373	0,73	3.029.551	0,68
34	39172900	Tubo rigido, de outros plásticos	4.364.687	0,57	3.092.104	0,65
35	72142000	Barras de ferro/aço, lamin. quente,dentadas,etc.	36.720.091	4,80	2.786.409	0,63
36	85372090	Outs quadros etc.c/apar interrup circuito eletr t > 52kv	---	---	2.634.719	0,59



37	02022090	Outras peças não desossadas de bovino, congeladas	2.760.217	0,36	2.473.426	0,56
38	84659290	Outs. maqs.ferram.p/desbastar,etc. madeira,cortiça,etc.	14.719	---	2.445.078	0,55
39	73089010	Chapas, barras, etc. p/construções, de ferro fund/ferro/aço	5.677.722	0,74	2.328.509	0,52
40	84137090	Outras bombas centrifugas	689.134	0,09	2.105.964	0,47
41	83091000	Cápsulas de coroa, de metais comuns, p/embalagem	---	---	2.090.689	0,47
42	84068200	Outras turbinas a vapor, de potencia<=40mw	3.561	---	2.010.000	0,45
43	84171090	Outs.fornos n/eletr.p/ustulacao, etc. de minerios/metais	---	---	1.972.370	0,44
44	94034000	Móveis de madeira p/cozinhas	1.677.052	0,22	1.888.311	0,43
45	19053200	"waffles" e "wafers"	2.006.129	0,26	1.855.721	0,42
46	85444900	Outros condutores eletr.p/tensao<=80v	4.352.299	0,57	1.552.287	0,35
47	15079011	Óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade<=5l	2.714.013	0,35	1.500.555	0,34
48	84378090	Outs. maqs.e apars.p/ind.de moagem,tratam.de cereais,etc	11.924	---	1.488.974	0,34
49	64029990	Outs. calç.cobr.tornoz.part.sup.borr.,plást.	2.461.329	0,32	1.452.028	0,33
50	34011900	Outs. sabões/produtos/preparações,em barras,pedaços,etc.	714.697	0,09	1.404.320	0,32
51	84194020	Aparelhos de destilação ou retificação,de alcoois,etc.	4.732	---	1.398.092	0,32
52	84101300	Turbinas e rodas hidraulicas,de potencia > 10000kw	---	---	1.393.834	0,31
53	17041000	Gomas de mascar,sem cacau,mesmo revestidas de acucar	2.256.946	0,29	1.377.539	0,31
54	15171000	Margarina, exceto a margarina liquida	1.529.259	0,20	1.353.450	0,31
55	76101000	Portas, janelas,seus caixilhos,alizes,etc.de aluminio	1.141.668	0,15	1.335.453	0,30



56	39012029	Outros polietilenos s/carga, d > = 0.94, em formas primarias	449.990	0,06	1.293.870	0,29
57	05040090	Bexigas e estomagos, de animais, exc. peixes,frescas,etc.	21.805	---	1.221.347	0,28
58	87042310	Chassis c/motor diesel e cabina,carga > 20t	40.048.267	5,23	1.174.400	0,26
59	87059090	Outros veiculos automoveis para usos especiais	1.633.095	0,21	1.118.993	0,25
60	32149000	Indutos n/refratarios do tipo utilizados em alvenaria	484.440	0,06	1.107.782	0,25
61	22060010	Sidra	12.317	---	1.107.173	0,25
62	69051000	Telhas de ceramica	1.787.183	0,23	1.103.309	0,25
63	84212990	Outros aparelhos p/ filtrar ou depurar liquidos	292.476	0,04	1.064.557	0,24
64	84818097	Valvulas tipo borboleta	72.240	0,01	1.038.126	0,23
65	87019090	Outros tratores	10.259.550	1,34	1.027.003	0,23
66	44182000	Portas, respect.caixilhos,alizares e soleiras,de madeira	2.503.049	0,33	1.021.349	0,23
67	19011010	Leite modificado,para alimentacao de criancas	472.898	0,06	1.013.997	0,23
68	68022300	Granito talhado ou serrado, de superficie plana ou lisa	498.837	0,07	1.008.154	0,23
69	84193900	Outros secadores	1.717.599	0,22	985.782	0,22
70	17049090	Outros produtos de confeitaria,sem cacau	1.930.119	0,25	979.701	0,22
71	84743200	Maquinas p/misturar materias minerais c/betume	5.610.869	0,73	955.290	0,22
72	69079000	Outros ladrilhos,etc.de ceramica,n/vidrados,n/esmaltad.	633.643	0,08	938.511	0,21
73	10063011	Arroz semibranqueado, etc. parboilizado, polido ou brunido	105.072	0,01	931.757	0,21
74	31023000	Nitrato de amonio, mesmo em solucao aquosa	931.056	0,12	903.033	0,20
75	32091010	Tintas de polim.acril/vinil. Dispers/dissolv.meio aquoso	551.098	0,07	836.161	0,19
76	93033000	Outras espingardas/carabinas p/caca/tiro-ao-alvo	---	---	827.643	0,19



77	39233000	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelh. de plasticos	542.614	0,07	822.712	0,19
78	68109900	Outras obras de cimento,concreto ou de pedra artificial	40.641	0,01	807.554	0,18
79	22029000	Outras bebidas n/alcoolicas, exc.suco frutas,prods.horts	691.618	0,09	801.116	0,18
80	87079090	Carroçarias p/veic.automov. transp > = 10 pessoas ou p/carga	30.139.783	3,94	799.192	0,18
81	49019900	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes	1.136.347	0,15	774.443	0,17
82	84659120	Maqs. ferram. de serrar madeira, cortiça, etc. circulares	40.952	0,01	761.439	0,17
83	02062990	Outras miudezas comestiveis de bovino, congeladas	539.356	0,07	748.296	0,17
84	94016100	Assentos estofados, com armação de madeira	859.212	0,11	734.092	0,17
85	72085100	Lamin.ferro/aço,quente,l > = 60cm, n/enrolado, e > 10mm	103.299	0,01	725.030	0,16
86	76042920	Outros perfis de ligas de aluminio	474.339	0,06	709.242	0,16
87	94051093	Lustres e apars. ilumin.eletr.de met.comum, p/teto/parede	184.291	0,02	707.005	0,16
88	22041090	Outros vinhos de uvas frescas, espumantes e espumosos	26.113	---	672.168	0,15
89	85176212	Multip. div.temp.dig.síncr.transm. > = 155mbits/s	---	---	671.209	0,15
90	36030000	Estopins/rastilhos, de segurança, cordeis detonantes,etc.	539.002	0,07	670.860	0,15
91	84136090	Outras bombas volumetricas rotativas	44.929	0,01	646.771	0,15
92	85045000	Outras bobinas de reatancia e de auto-indução	2.968	---	644.212	0,15
93	73083000	Portas e janelas,etc.de ferro fundido, ferro ou aço	237.392	0,03	643.288	0,15
94	84269100	Maquinas e aparelhos p/montagem em veiculos rodoviaros	---	---	643.233	0,15



95	84295219	Outs. escavadoras com capacid.carga > = 19m3	---	---	632.404	0,14
96	76141010	Cordas e cabos, de aluminio, c/alma de aco, n/ isol.p/eletr	2.878.439	0,38	632.235	0,14
97	39172300	Tubo rigido, de polimeros de cloreto de vinila	890.038	0,12	600.963	0,14
98	84798999	Outras maquinas e aparelhos mecanicos c/função propria	1.047.129	0,14	596.376	0,13
99	33059000	Outras preparações capilares	420.019	0,05	590.082	0,13
100	72085200	Lamin. ferro/aco,quente, l > = 60cm, n/enrolado, 4.75 < = e < = 10mm	23.020	---	583.559	0,13
Demais produtos			305.259.404	39,87	82.011.493	18,49

Fonte: SECEX

Oportunidades

É de se supor que, à medida que as economias dos dois países evoluam, o setor de serviços cresça não só quantitativamente, inclusive em setores bem consolidados como engenharia e construção civil, mas também venha incluir ou reforçar a participação de setores ainda subexplorados como turismo, franquias e audiovisual.

Listam-se abaixo, de forma não exaustiva, os setores de serviço nos quais a complementaridade de interesses é mais evidente e a viabilidade de comércio e investimentos imediata. Foram identificados a partir de prospecção tentativa baseada nas características da economia angolana face às capacidades empresariais existentes no Brasil com provável interesse de inserção no mercado angolano e vice-versa:

- Engenharia, construção civil e arquitetura
- Incorporação e promoção imobiliária residencial e comercial
- Serviços afeitos às tecnologias da informação e comunicação
- Transporte e logística
- Propaganda e marketing
- Serviços educacionais
- Audiovisual, inclusive serviços de apoio para produções locais
- Serviços afeitos a atividades fabris e comerciais (projeto e instalação da planta industrial e escritórios, assistência técnica, consultoria, capacitação da mão-de-obra, aluguel de equipamentos etc)
- Serviços de apoio à mineração (prospecção geológica, sondagens, análises mineralógicas)
- Serviços de apoio à cadeia de extração e processamento de petróleo e gás
- Vendas (atacado e varejo, inclusive franquias)
- Geração e distribuição de energia
- Serviços afeitos à manutenção e reparo de maquinaria e equipamento
- Serviços afeitos à pesca e à agropecuária e florestas e à agroindústria



- Serviços afeitos à saúde, inclusive turismo de saúde
- Serviços de alimentação industrial e restaurantes
- Representação comercial e trading
- Serviços financeiros

Oportunidades de produtos em Angola

- Calçados e suas partes
- Embarcações
- Frutas
- Impressos
- Máquinas e motores
- Plásticos e suas obras
- Preparações de carnes, peixes e crustáceos
- Produtos cerâmicos
- Veículos automotores
- Metais não-ferrosos
- Obras diversas
- Peixes e crustáceos
- Soja
- Tintas
- Vidro e suas obras
- Vinhos, vermutes e vinagres

IED – Brasil

Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Angola 2002-2008 e 2009 (jan.- maio)

FDI flows	1995-2005	2006	2007	2008	2009	as a percentage of gross fixed capital formation			
	(Annual average)					1995-2005 (Annual average)	2007	2008	2009
Brazil									
Inward	18 801	18 822	34 585	45 058	25 949	16.1	14.5	14.7	9.9
Outward	1 942	28 202	7 067	20 457	- 10 084	1.7	3.0	6.7	- 3.8
FDI stocks	1995	2000	2007	2008	2009	as a percentage of gross domestic product			
Brazil						1995	2007	2008	2009
Inward	47 887	122 250	309 668	287 697	400 808	6.2	22.7	17.6	25.5
Outward	44 474	51 946	136 103	162 218	157 667	5.8	10.0	9.9	10.0



Visão Geral das Fusões entre Transnacionais e Aquisições, 1995-2009 (US\$ milhões)

Region/economy	Sales(net)				Purchases(net)			
	1995-2005 (Annual average)	2007	2008	2009	1995-2005 (Annual average)	2007	2008	2009
Brazil	6 535	6 539	7 568	- 1 369	1 468	10 785	5 243	2 501
<i>Memorandum</i>								
Argentina	3 687	877	- 3 283	111	401	569	274	- 77
Mexico	3 207	3 717	2 304	104	1 665	18 226	- 463	3 247
South America	13 552	13 697	8 121	- 5 342	2 311	13 152	4 765	3 104
Latin America and the Caribbean	18 417	20 648	15 452	- 4 358	5 256	40 195	2 466	3 740
Developing economies	40 624	100 381	104 812	39 077	25 868	144 830	105 849	73 975
World	357 132	1 022 725	706 543	249 732	357 132	1 022 725	706 543	249 732

Source: UNCTAD, *World Investment Report 2010*; www.unctad.org/wir or www.unctad.org/fdistatistics.

Ranking dos Países por Índice de Desempenho dos IED Internos e Índice de Potencial dos IED Internos, 1995-2009

Economy	Inward FDI Performance			Economy	Inward FDI Potential Index		
	2007	2008	2009		2007	2008	2009
Austria	35	91	82	Thailand	61	62	-
Côte d'Ivoire	109	103	83	Panama	63	63	-
Sierra Leone	69	98	84	Angola	72	64	-
Togo	115	124	85	Romania	64	65	-
Norway	122	110	86	Bahamas	60	66	-
Brazil	101	90	87	Brazil	71	67	-
Senegal	104	104	88	Tunisia	68	68	-
Moldova, Republic of	18	18	89	Mongolia	70	69	-
United Arab Emirates	47	58	90	Algeria	69	70	-
Argentina	103	87	91	Armenia	74	71	-
Cameroon	125	119	92	South Africa	67	72	-

Source: UNCTAD, *World Investment Report 2010*; www.unctad.org/wir or www.unctad.org/fdistatistics.

Note: Ranking is that of the latest year available. Covering 141 economies. The potential index is based on 12 economic and policy variables.



IED - Angola

Resumo dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) – anos selecionados

(milhões de dólares e porcentagens)

Foreign direct investment (FDI) overview, selected years										
(Millions of dollars and percentages)										
FDI flows	1995-2005	2006	2007	2008	2009	as a percentage of gross fixed capital formation				
	(Annual average)					1995-2005	2007	2008	2009	
						(Annual average)				
Angola										
Inward	2 627	9 064	9 796	16 581	13 101	148.1	118.1	123.2	109.0	
Outward	25	194	912	2 570	8	1.4	11.0	19.1	0.1	

FDI stocks	1995	2000	2007	2008	2009	as a percentage of gross domestic product			
						1995	2007	2008	2009
Angola									
Inward	2 922	7 978	11 202	12 880	16 515	58.5	21.4	15.2	24.0
Outward	-	2	1 127	3 502	3 509	-	2.2	4.1	5.1



Resumo das Fusões e Aquisições Transfronteiriças, 1995-2009 (milhões de dólares)

Cross-border merger and acquisition overview, 1995–2009								
(Millions of dollars)								
Region/economy	Sales(net)				Purchases(net)			
	1995-2005	2007	2008	2009	1995-2005	2007	2008	2009
	(Annual average)				(Annual average)			
Angola	18	-	- 475	- 471	-	- 60	-	-
Memorandum								
Nigeria	- 8	490	- 597	- 241	1	-	418	-
South Africa	1 652	4 301	6 676	4 215	725	8 541	2 817	1 491
Southern Africa	1 732	4 310	6 225	3 672	763	8 461	2 822	1 506
Africa	3 054	8 076	21 193	5 140	1 685	9 891	8 216	2 702
Developing economies	40 624	100 351	104 812	39 077	25 868	144 830	105 849	73 975
World	357 132	1 022 725	706 543	249 732	357 132	1 022 725	706 543	249 732

Source: UNCTAD, *World Investment Report 2010*; www.unctad.org/wir or www.unctad.org/fdistatistics.



Ranking dos Países por Índice de Desempenho dos IED Internos e Índice de Potencial dos IED internos 2007-2009

Country rankings by Inward FDI performance Index and Inward FDI Potential Index, 2007–2009

Economy	Inward FDI Performance			Economy	Inward FDI Potential Index		
	2007	2008	2009		2007	2008	2009
Luxembourg	141	7	1	Mexico	58	59	..
Cyprus	25	8	2	Argentina	59	60	..
Congo	4	3	3	Bulgaria	54	61	..
Hong Kong, China	5	2	4	Thailand	61	62	..
Angola	8	6	5	Panama	63	63	..
Lebanon	16	10	6	Angola	72	64	..
Niger	95	22	7	Romania	64	65	..
Kazakhstan	22	17	8	Bahamas	60	66	..
Guyana	14	9	9	Brazil	71	67	..
Malta	15	20	10	Tunisia	68	68	..
Ireland	29	141	11	Mongolia	70	69	..

Source: UNCTAD, *World Investment Report 2010*; www.unctad.org/wir or www.unctad.org/dfdstatistics.

Note: Ranking is that of the latest year available. Covering 141 economies. The potential index is based on 12 economic and policy variables.

Sistema de Informações de Comércio Exterior

Exportações do Brasil

Montantes em milhares de dólares FOB

Ano: 2010

País co-participante: Angola

TAXAS PORTUÁRIAS RELACIONADAS ÀS EMBARCAÇÕES

Ordinal	Descrição	Valor	% Total	% Acum
1	Capítulo: 17 açúcares e produtos de confeitaria partida: 1701 açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido apertura: 17019 outros item: 17019900 outros	10,132	9.50%	9.50%
2	capítulo: 02 carnes e miudezas, comestíveis partida: 0207 carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05 apertura: 02071 de galos ou de galinhas item: 02071400 pedaços e miudezas, congelados	5,817	5.45%	14.95%



3	<p>Capítulo: 02 Carnes E Miudezas, Comestíveis Partida: 0203 Carnes De Animais Da Espécie Suína, Frescas, Refrigeradas Ou Congeladas Apertura: 02032 Congeladas Item: 02032900 Outras</p>	4,939	4.63%	19.58%
4	<p>capítulo : 02 carnes e miudezas, comestíveis partida : 0207 carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05 abertura : 02071 de galos ou de galinhas: item : 02071200 não cortadas em pedaços, congeladas</p>	4,930	4.62%	24.20%
5	<p>capítulo : 85 máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios partida : 8504 transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de auto-indução abertura : 85042 transformadores de dielétrico líquido item : 85042300 de potência superior a 10.000kva</p>	4,203	3.94%	28.13%
6	<p>capítulo : 94 móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas partida : 9403 outros móveis e suas partes abertura : - item : 94036000 outros móveis de madeira</p>	3,831	3.59%	31.73%
7	<p>capítulo : 85 máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios partida : 8537 quadros, painéis, consoles, cabinas, armários e outros suportes com dois ou mais aparelhos das posições 85.35 ou 85.36, para comando elétrico ou distribuição de energia elétrica, incluídos os que incorporem instrumentos ou aparelhos do capítulo 90, bem como os aparelhos de comando numérico, exceto os aparelhos de comutação da posição 85.17 abertura : 853710 para tensão não superior a 1.000v item : 85371090 outros</p>	3,093	2.90%	34.62%



8	capítulo : 02 carnes e miudezas, comestíveis partida : 0202 carnes de animais da espécie bovina, congeladas apertura : - item : 02023000 desossadas	2,820	2.64%	37.27%
9	capítulo : 04 leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos partida : 0407 ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos apertura : 040700 ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos item : 04070090 outros	2,329	2.18%	39.45%
10	Capítulo : 87 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, CICLOS E OUTROS VEÍCULOS TERRESTRES, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS Partida : 8716 REBOQUES E SEMI-REBOQUES, PARA QUAISQUER VEÍCULOS; OUTROS VEÍCULOS NÃO AUTOPROPULSADOS; SUAS PARTES Apertura : 87163 Outros reboques e semi-reboques, para transporte de mercadorias: Item : 87163900 Outros	2,247	2.11%	41.56%
11	Capítulo : 16 Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos Partida : 1601 ENCHIDOS E PRODUTOS SEMELHANTES, DE CARNE, MIUDEZAS OU SANGUE; PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS À BASE DE TAIS PRODUTOS Apertura : - Item : 16010000 ENCHIDOS E PRODUTOS SEMELHANTES, DE CARNE, MIUDEZAS OU SANGUE; PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS À BASE DE TAIS PRODUTOS	2,160	2.02%	43.58%
12	Capítulo : 84 REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES Partida : 8417 FORNOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS INCINERADORES, NÃO ELÉTRICOS Apertura : 841710 Fornos para ustulação, fusão ou outros tratamentos térmicos de minérios ou de metais Item : 84171090 Outros	1,972	1.85%	45.43%



13	<p>Capítulo : 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios</p> <p>Partida : 8537 QUADROS, PAINÉIS, CONSOLES, CABINAS, ARMÁRIOS E OUTROS SUPORTES COM DOIS OU MAIS APARELHOS DAS POSIÇÕES 85.35 OU 85.36, PARA COMANDO ELÉTRICO OU DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUÍDOS OS QUE INCORPOREM INSTRUMENTOS OU APARELHOS DO CAPÍTULO 90, BEM COMO OS APARELHOS DE COMANDO NUMÉRICO, EXCETO OS APARELHOS DE COMUTAÇÃO DA POSIÇÃO 85.17</p> <p>Apertura : 853720 Para tensão superior a 1.000V</p> <p>Item : 85372090 Outros</p>	1,809	1.70%	47.12%
14	<p>Capítulo : 73 OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO</p> <p>Partida : 7308 Construções e suas partes (por exemplo, pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, portas de correr, balaustradas), de ferro fundido, ferro ou aço, exceto as construções pré-fabricadas da posição 94.06; chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, próprios para construções</p> <p>Apertura : 730890 Outros</p> <p>Item : 73089010 Chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, próprios para construções</p>	1,500	1.41%	48.53%
15	<p>Capítulo : 02 CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS</p> <p>Partida : 0207 CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS, FRESCAS, REFRIGERADAS OU CONGELADAS, DAS AVES DA POSIÇÃO 01.05</p> <p>Apertura : 02072 De peruas ou de perus:</p> <p>Item : 02072700 Pedações e miudezas, congelados</p>	1,364	1.28%	49.81%
16	<p>Capítulo : 73 OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO</p> <p>Partida : 7321 Aquecedores de ambiente, caldeiras de fornalha, fogões de cozinha (incluídos os que possam ser utilizados acessoriamente no aquecimento central), churrasqueiras (grelhadores), braseiras, fogareiros a gás, aquecedores de pratos, e aparelhos não elétricos semelhantes, de uso doméstico, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço</p> <p>Apertura : 73211 Aparelhos para cozinhar e aquecedores de pratos:</p> <p>Item : 73211100 A combustíveis gasosos, ou a gás e outros combustíveis</p>	1,332	1.25%	51.06%



17	<p>Capítulo : 22 BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES</p> <p>Partida : 2206 Outras bebidas fermentadas (sidra, perada, hidromel, por exemplo); misturas de bebidas fermentadas e misturas de bebidas fermentadas com bebidas não alcoólicas, não especificadas nem compreendidas em outras posições</p> <p>Apertura : 220600 Outras bebidas fermentadas (sidra, perada, hidromel, por exemplo); misturas de bebidas fermentadas e misturas de bebidas fermentadas com bebidas não alcoólicas, não especificadas nem compreendidas em outras posições</p> <p>Item : 22060010 Sidra</p>	1,327	1.24%	52.30%
18	<p>Capítulo : 94 MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; COLCHÕES, ALMOFADAS E SEMELHANTES; APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS; ANÚNCIOS, CARTAZES OU TABULETAS E PLACAS INDICADORAS, LUMINOSOS E ARTIGOS SEMELHANTES; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Partida : 9406 CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Apertura : 9406009 Outras</p> <p>Item : 94060092 Com estrutura de ferro ou aço e paredes exteriores constituídas essencialmente dessas matérias</p>	1,107	1.04%	53.34%
19	<p>Capítulo : 69 Produtos cerâmicos</p> <p>Partida : 6908 LADRILHOS E PLACAS (LAJES), PARA PAVIMENTAÇÃO OU REVESTIMENTO, VIDRADOS OU ESMALTADOS, DE CERÂMICA; CUBOS, PASTILHAS E ARTIGOS SEMELHANTES, PARA MOSAICOS, VIDRADOS OU ESMALTADOS, DE CERÂMICA, MESMO COM SUPORTE</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 69089000 Outros</p>	1,094	1.03%	54.36%
20	<p>Capítulo : 84 REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES</p> <p>Partida : 8419 Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente (exceto os fornos e outros aparelhos da posição 85.14), para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como aquecimento, cozimento, torrefação, destilação, retificação, esterilização, pasteurização, estufagem, secagem, evaporação, vaporização, condensação ou arrefecimento, exceto os de uso doméstico; aquecedores de água não elétricos, de aquecimento instantâneo ou de acumulação</p> <p>Apertura : 84193 Secadores:</p> <p>Item : 84193900 Outros</p>	1,067	1.00%	55.36%



21	<p>Capítulo : 02 CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS</p> <p>Partida : 0210 CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS, SALGADAS OU EM SALMOURA, SECAS OU DEFUMADAS; FARINHAS E PÓS, COMESTÍVEIS, DE CARNES OU DE MIUDEZAS</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 02102000 Carnes da espécie bovina</p>	972	0.91%	56.27%
22	<p>Capítulo : 84 REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES</p> <p>Partida : 8474 MÁQUINAS E APARELHOS PARA SELECIONAR, PENEIRAR, SEPARAR, LAVAR, ESMAGAR, MOER, MISTURAR OU AMASSAR TERRAS, PEDRAS, MINÉRIOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SÓLIDAS (INCLUÍDOS OS PÓS E PASTAS); MÁQUINAS PARA AGLOMERAR OU MOLDAR COMBUSTÍVEIS MINERAIS SÓLIDOS, PASTAS CERÂMICAS, CIMENTO, GESSO OU OUTRAS MATÉRIAS MINERAIS EM PÓ OU EM PASTA; MÁQUINAS PARA FAZER MOLDES DE AREIA PARA FUNDIÇÃO</p> <p>Apertura : 84743 Máquinas e aparelhos para misturar ou amassar:</p> <p>Item : 84743200 Máquinas para misturar matérias minerais com betume</p>	969	0.91%	57.18%
23	<p>Capítulo : 04 LEITE E LACTICÍNIOS; OVOS DE AVES; MEL NATURAL; PRODUTOS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS</p> <p>Partida : 0402 Leite e creme de leite, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes</p> <p>Apertura : 04029 Outros:</p> <p>Item : 04029900 Outros</p>	955	0.89%	58.08%
24	<p>Capítulo : 11 PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE MOAGEM; MALTE; AMIDOS E FÉCULAS; INULINA; GLÚTEN DE TRIGO</p> <p>Partida : 1103 GRUMOS, SÊMOLAS E "PELLETS", DE CEREAIS</p> <p>Apertura : 11031 Grumos e sêmolas:</p> <p>Item : 11031300 De milho</p>	924	0.87%	58.94%
25	<p>Capítulo : 11 PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE MOAGEM; MALTE; AMIDOS E FÉCULAS; INULINA; GLÚTEN DE TRIGO</p> <p>Partida : 1102 FARINHAS DE CEREAIS, EXCETO DE TRIGO OU DE MISTURA DE TRIGO COM CENTEIO</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 11022000 Farinha de milho</p>	909	0.85%	59.79%



26	<p>Capítulo : 72 FERRO FUNDIDO, FERRO E AÇO</p> <p>Partida : 7214 Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluídas as que tenham sido submetidas a torção após laminagem</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 72142000 Dentadas, com nervuras, sulcos ou relevos, obtidos durante a laminagem, ou torcidas após a laminagem</p>	878	0.82%	60.62%
27	<p>Capítulo : 02 CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS</p> <p>Partida : 0206 MIUDEZAS COMESTÍVEIS DE ANIMAIS DAS ESPÉCIES BOVINA, SUÍNA, OVINA, CAPRINA, CAVALAR, ASININA E MUAR, FRESCAS, REFRIGERADAS OU CONGELADAS</p> <p>Apertura : 02064 Da espécie suína, congeladas:</p> <p>Item : 02064900 Outras</p>	864	0.81%	61.43%
28	<p>Capítulo : 93 ARMAS E MUNIÇÕES; SUAS PARTES E ACESSÓRIOS</p> <p>Partida : 9303 Outras armas de fogo e aparelhos semelhantes que utilizem a deflagração da pólvora (por exemplo, espingardas e carabinas, de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes e outros aparelhos concebidos apenas para lançar foguetes de sinalização, pistolas e revólveres para tiro de festim, pistolas de êmbolo cativo para abater animais, canhões lança-amarras)</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 93033000 Outras espingardas e carabinas, de caça ou de tiro-ao-alvo</p>	848	0.79%	62.22%
29	<p>Capítulo : 19 PREPARAÇÕES À BASE DE CEREAIS, FARINHAS, AMIDOS, FÉCULAS OU LEITE; PRODUTOS DE PASTELARIA</p> <p>Partida : 1905 Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau; hóstias, cápsulas vazias para medicamentos, obreias, pastas secas de farinha, amido ou fécula, em folhas, e produtos semelhantes</p> <p>Apertura : 19053 Bolachas e biscoitos, doces (adicionados de edulcorante); "waffles" e "wafers":</p> <p>Item : 19053100 Bolachas e biscoitos, doces (adicionados de edulcorante)</p>	826	0.77%	62.99%
30	<p>Capítulo : 39 PLÁSTICOS E SUAS OBRAS</p> <p>Partida : 3901 POLÍMEROS DE ETILENO, EM FORMAS PRIMÁRIAS</p> <p>Apertura : 3901202 Sem carga</p> <p>Item : 39012029 Outros</p>	825	0.77%	63.77%



31	<p>Capítulo : 94 MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; COLCHÕES, ALMOFADAS E SEMELHANTES; APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS; ANÚNCIOS, CARTAZES OU TABULETAS E PLACAS INDICADORAS, LUMINOSOS E ARTIGOS SEMELHANTES; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Partida : 9403 OUTROS MÓVEIS E SUAS PARTES</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 94035000 Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir</p>	792	0.74%	64.51%
32	<p>Capítulo : 94 MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; COLCHÕES, ALMOFADAS E SEMELHANTES; APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS; ANÚNCIOS, CARTAZES OU TABULETAS E PLACAS INDICADORAS, LUMINOSOS E ARTIGOS SEMELHANTES; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Partida : 9403 OUTROS MÓVEIS E SUAS PARTES</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 94032000 Outros móveis de metal</p>	751	0.70%	65.21%
33	<p>Capítulo : 19 PREPARAÇÕES À BASE DE CEREAIS, FARINHAS, AMIDOS, FÉCULAS OU LEITE; PRODUTOS DE PASTELARIA</p> <p>Partida : 1905 Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau; hóstias, cápsulas vazias para medicamentos, obreias, pastas secas de farinha, amido ou fécula, em folhas, e produtos semelhantes</p> <p>Apertura : 19053 Bolachas e biscoitos, doces (adicionados de edulcorante); "waffles" e "wafers":</p> <p>Item : 19053200 "Waffles" e "wafers"</p>	706	0.66%	65.88%
34	<p>Capítulo : 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios</p> <p>Partida : 8517 Aparelhos telefônicos, incluídos os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio; outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluídos os aparelhos para comunicação em redes por fio ou redes sem fio (tal como um rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)), exceto os aparelhos das posições 84.43, 85.25, 85.27 ou 85.28</p> <p>Apertura : 8517621 Multiplexadores e concentradores</p> <p>Item : 85176212 Multiplexadores por divisão de tempo, digitais síncronos, com velocidade de transmissão igual ou superior a 155Mbps/s</p>	689	0.65%	66.52%



35	<p>Capítulo : 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios</p> <p>Partida : 8517 Aparelhos telefônicos, incluídos os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio; outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluídos os aparelhos para comunicação em redes por fio ou redes sem fio (tal como um rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)), exceto os aparelhos das posições 84.43, 85.25, 85.27 ou 85.28</p> <p>Apertura : 8517621 Multiplexadores e concentradores</p> <p>Item : 85176212 Multiplexadores por divisão de tempo, digitais síncronos, com velocidade de transmissão igual ou superior a 155Mbps/s</p>	671	0.63%	67.15%
36	<p>Capítulo : 39 PLÁSTICOS E SUAS OBRAS</p> <p>Partida : 3917 TUBOS E SEUS ACESSÓRIOS (POR EXEMPLO, JUNTAS, COTOVELO, FLANGES, UNIÕES), DE PLÁSTICOS</p> <p>Apertura : 39172 Tubos rígidos:</p> <p>Item : 39172900 De outros plásticos</p>	650	0.61%	67.76%
37	<p>Capítulo : 84 REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES</p> <p>Partida : 8438 Máquinas e aparelhos não especificados nem compreendidos em outras posições do presente Capítulo, para preparação ou fabricação industrial de alimentos ou de bebidas, exceto as máquinas e aparelhos para extração ou preparação de óleos ou gorduras vegetais fixos ou de óleos ou gorduras animais</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 84383000 Máquinas e aparelhos para a indústria de açúcar</p>	645	0.60%	68.36%
38	<p>Capítulo : 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios</p> <p>Partida : 8504 TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS (RETIFICADORES, POR EXEMPLO), BOBINAS DE REATÂNCIA E DE AUTO-INDUÇÃO</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 85045000 Outras bobinas de reatância e de auto-indução</p>	632	0.59%	68.96%



39	<p>Capítulo : 73 OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO</p> <p>Partida : 7308 Construções e suas partes (por exemplo, pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, portas de correr, balaustradas), de ferro fundido, ferro ou aço, exceto as construções pré-fabricadas da posição 94.06; chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, próprios para construções</p> <p>Apertura : 730890 Outros</p> <p>Item : 73089090 Outros</p>	590	0.55%	69.51%
40	<p>Capítulo : 94 MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; COLCHÕES, ALMOFADAS E SEMELHANTES; APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS; ANÚNCIOS, CARTAZES OU TABULETAS E PLACAS INDICADORAS, LUMINOSOS E ARTIGOS SEMELHANTES; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Partida : 9406 CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Apertura : 9406009 Outras</p> <p>Item : 94060091 Com estrutura de madeira e paredes exteriores constituídas essencialmente dessa matéria</p>	581	0.54%	70.05%
41	<p>Capítulo : 32 Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever</p> <p>Partida : 3209 TINTAS E VERNIZES, À BASE DE POLÍMEROS SINTÉTICOS OU DE POLÍMEROS NATURAIS MODIFICADOS, DISPERSOS OU DISSOLVIDOS EM MEIO AQUOSO</p> <p>Apertura : 320910 À base de polímeros acrílicos ou vinílicos</p> <p>Item : 32091010 Tintas</p>	529	0.50%	70.55%
42	<p>Capítulo : 25 SAL; ENXOFRE ; TERRAS E PEDRAS; GESSO, CAL E CIMENTO</p> <p>Partida : 2524 Amianto</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 25249000 Outros</p>	521	0.49%	71.04%
43	<p>Capítulo : 44 MADEIRA, CARVÃO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA</p> <p>Partida : 4418 Obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis montados para revestimento de pavimentos (pisos) e as fasquias para telhados "shingles e shakes"), de madeira</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 44182000 Portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras</p>	479	0.45%	71.49%



44	<p>Capítulo : 19 PREPARAÇÕES À BASE DE CEREAIS, FARINHAS, AMIDOS, FÉCULAS OU LEITE; PRODUTOS DE PASTELARIA</p> <p>Partida : 1901 Extratos de malte; preparações alimentícias de farinhas, grumos, sêmolos, amidos, féculas ou de extratos de malte, não contendo cacau ou contendo menos de 40%, em peso, de cacau, calculado sobre uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas em outras posições; preparações alimentícias de produtos das posições 04.01 a 04.04, não contendo cacau ou contendo menos de 5%, em peso, de cacau, calculado sobre uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas em outras posições</p> <p>Apertura : 190110 Preparações para alimentação de crianças, acondicionadas para a venda a retalho</p> <p>Item : 19011010 Leite modificado</p>	460	0.43%	71.92%
45	<p>Capítulo : 94 MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; COLCHÕES, ALMOFADAS E SEMELHANTES; APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENSÍVEIS EM OUTROS CAPÍTULOS; ANÚNCIOS, CARTAZES OU TABULETAS E PLACAS INDICADORAS, LUMINOSOS E ARTIGOS SEMELHANTES; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS</p> <p>Partida : 9403 OUTROS MÓVEIS E SUAS PARTES</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 94034000 Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas</p>	444	0.42%	72.33%
46	<p>Capítulo : 17 AÇÚCARES E PRODUTOS DE CONFEITARIA</p> <p>Partida : 1704 PRODUTOS DE CONFEITARIA, SEM CACAU (INCLUÍDO O CHOCOLATE BRANCO)</p> <p>Apertura : -</p> <p>Item : 17041000 Gomas de mascar, mesmo revestidas de açúcar</p>	435	0.41%	72.74%
47	<p>Capítulo : 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios</p> <p>Partida : 8544 Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão</p> <p>Apertura : 85444 Outros condutores elétricos, para tensão não superior a 1000V:</p> <p>Item : 85444900 Outros</p>	433	0.41%	73.15%



48	Capítulo : 84 REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES Partida : 8417 FORNOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS INCINERADORES, NÃO ELÉTRICOS Apertura : 841780 Outros Item : 84178010 Fornos industriais para cerâmica	421	0.39%	73.54%
49	Capítulo : 87 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, CICLOS E OUTROS VEÍCULOS TERRESTRES, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS Partida : 8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias Apertura : 870423 De peso em carga máxima superior a 20 toneladas Item : 87042310 Chassis com motor e cabina	418	0.39%	73.93%
50	Capítulo : 64 CALÇADOS, POLAINAS E ARTEFATOS SEMELHANTES, E SUAS PARTES Partida : 6402 Outros calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos Apertura : - Item : 64022000 Calçados com parte superior em tiras ou correias, com saliências (espigões) que se encaixam na so	382	0.36%	74.29%

Fonte: Aladi

Empresas brasileiras que exportaram para Angola em 2008

Um grande número de empresas brasileiras exportou para Angola em 2008. Relacionamos as cinquenta mais representativas.

Empresa	Município	Estado
Acima de US\$ 50 milhões		
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	Rio de Janeiro	RJ
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	Curitiba	PR
Costa Negócios e Tecnologia Ltda.	São Paulo	SP
Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRÁS	Santos	SP
Entre US\$ 10 e 50 milhões		
Volkswagen Caminhões e Ônibus	Resende	RJ
ASPERBRAS Tecnologia	Penápolis	SP
Perdigão Industrial S.A.	Itajaí	SC
Queiroz Galvão -Serviços Especiais	Recife	PE



Cotia Comercial Exportadora e Importadora	São Paulo	SP
Soufer Exportação e Tecnologia	São João da Boa Vista	SP
ASPERBRAS – Nordeste Irrigação Ltda.	Santos	SP
Randon S.A.	Caxias do Sul	RS
PHE – União Importadora e Exportadora	Rio de Janeiro	RJ
IBT Trading S.A.	São Paulo	SP
ULTRASAT – Eletro, Eletrônica, Comercial	São João da Boa Vista	SP
AREVA – Transmissão e Distribuição	Canoas	RS
Kowaski Alimentos S.A.	Apucarana	PR
Indústria de Móveis Bechara Nasser	Tanabi	SP
CORIB – Importação e Exportação Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
Nova América S.A. - Trading	Taruma	SP
NIGATA Comércio Internacional Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
PALMALI – Indústria de Alimentos Ltda.	Rancharia	SP
TEREX CIFALI Equipamentos Ltda.	Cachoeirinha	RS
AGCOMEX – Comercial Exportadora Ltda.	São Paulo	SP
Agroexport Ltda.	Uberaba	MG
MABE Campinas Eletrodomésticos	Campinas	SP
Conservas Oderich S.A.	São Sebastião	RS
Mercedes Benz do Brasil Ltda.	São Bernardo do Campo	SP
Usina Santa Fé S.A.	Nova Europa	SP
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	Pederneiras	SP
ASPERBRÁS – Importação e Exportação	Penápolis	SP
Busscar Ônibus S.A.	Joinville	SC
Entre US\$ 1 e 10 milhões		
SBC – Sotrade Brasil	Rio de Janeiro	RJ
RAVIC Importadora Exportadora	São Caetano do Sul	SP
Montesinos Comercial Exportadora	Jaci	SP
Nestlé Brasil Ltda.	Araraquara	SP



Independência S.A.	Cajamar	SP
Proembarque Comércio Internacional	Itajaí	SC
DOUX Frangosul S.A.	Montenegro	RS
Construção e Comércio Camargo Correia	São Paulo	SP
Sadia S.A.	Ponta Grossa	PR
LAMESA Cabos Elétricos S.A.	São João da Boa Vista	SP
Caramuru Alimentos S.A.	Apucarana	PR
BRAMETAL S.A.	Linhares	ES
Açúcar Guarani S.A.	Olímpia	SP
BAUCHE ENERGY Brasil	São Paulo	SP
Marcopolo S.A.	Caxias do Sul	RS
MAQ – Mecânica Ltda.	São João da Boa Vista	SP
FIDENS Engenharia S.A.	Belo Horizonte	MG
Geral do Comércio Trading S.A.	São Paulo	SP

Fonte: http://www.brasilportugal.org.br/nacional_BKP/conteudo/banco/Documentos/angola_ficha.pdf



V- ACESSO AO MERCADO

1. Sistema tarifário

Território aduaneiro

Conforme o Artigo 20.º (âmbito e área de jurisdição) do Código Aduaneiro “toda a extensão geográfica da República de Angola sobre a qual as Alfândegas nacionais exercem a sua jurisdição”:

Direção-Geral das Alfândegas

Direção Regional da Alfândega de Luanda

Av. 4 de Fevereiro - Marginal - Largo Diogo Cão (Junto ao Porto de Luanda)

Caixa Postal nº 1254 - Luanda - Angola

Tel. 222 310620 / Fax: 222 310633 <http://www.alfandegas.gv.a0/>

Delegação Aduaneira do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola (Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)

Tel.: 222 357441 / Fax: 222 357441

Delegação Aduaneira do Piquete I do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola (Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)

Tel.: 222 350577/ 222 0046

Delegação Aduaneira do Piquete II do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola (Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)

Tel.: 222 353836

Delegação Aduaneira de Viaturas - Recinto da FILDA

Terminal da Multiparques, Rua paralela à estrada de Cate

Telefax: 222 003565

Lista de todos os Postos Aduaneiros de Angola em:

<http://www.alfandegas.gv.a0/Contactos.aspx>

Estrutura da Tarifa

Em Angola, a classificação de bens importados e expor-

tados é regida pelo Código Aduaneiro (publicado em 2006 no Diário da República, entrou em vigor em 2 de Janeiro de 2007) e pela nova Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação (Decreto-Lei 02/08, publicado no Diário da República em 4/8/2008):

O Código Aduaneiro integra as modificações necessárias à adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e à Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC): o Código rege o sistema alfandegário, define a disciplina jurídica fundamental do sistema aduaneiro, seus fundamentos legais, sua organização, as respectivas competências e o seu regime funcional.

Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação – 386 páginas contendo a listagem de designação das mercadorias, seus códigos e direitos de importação/ tarifas.

Mais detalhes ao longo deste capítulo.

Regimes Aduaneiros Especiais

Estrutura da Tarifa: As taxas aduaneiras aplicam-se sobre o valor aduaneiro das mercadorias, mas, importante observar que esse valor aduaneiro não é necessariamente o valor indicado nas faturas ou recibos de compra.

Nos termos da legislação angolana, o valor aduaneiro deve ser formado pela adição do valor do custo da mercadoria, frete, seguro e todas as despesas que tenham feitas pelo importador na compra da mercadoria importada e declarada para o desembarço alfandegário (desalfandegamento).

Além das imposições alfandegárias, é cabível também o pagamento de outros impostos, tais como o Imposto de Consumo (calculado sobre o valor CIF, varia entre 2% a 30% em função dos produtos; a maioria dos produtos está sujeita à taxa de 10%), o Imposto de Selo (0,5% “ad valorem” sobre o valor CIF), os Emolumentos Gerais Aduaneiros (2,5% “ad valorem” sobre o valor CIF), os Honorários dos Despachantes (variam entre 1% a 4% sobre o valor CIF da mercadoria) e a Taxa Ligação ao Cais (referente à permanência dos contêineres no cais: até 15 dias 50 USD/dia; mais de 15 dias 100 USD/dia).



Exemplo nº 1

Designação da mercadoria	eau de parfum
Código pautal	303.00.00
Valor aduaneiro da mercadoria, frete e seguro em moeda estrangeira:	USD 10.000,00
Taxa de câmbio:	kz 90,078
Valor aduaneiro:	10.000 x 90.078 = 900,780

Imposto/taxa	Cálculo	Total a pagar em kz
Taxa pauta aduaneira, 30%	900.780 x 30%	270.234
Imposto de selo (0,5%)	900.780 x 0,5%	4.504,00
Emolumentos gerais (2%)	900.780 x 2%	18.016,00
Imposto de consumo	900.780 x 30%	270.234
Sobretaxa 1%	900.780 x 1%	90,078
Total de direitos e demais imposições aduaneiras a pagar em Kz		653.066,00

Fonte: Boletim Informativo das Alfândegas de Angola – Ano 2010 - nº 54 Janeiro/Fevereiro 2010

No caso de veículos, as taxas variam de 0% (livre) a 30 (0%, 2%, 10%, 15%, 20% e 30%), no vestuário é de 15% a 20%, para alguns produtos alimentares de 2% a 15% (2%, 10% e 15%) e para as bebidas oscilam entre 20% e 30%, mais 1% do Imposto de Consumo – (20% - 30%) + 1%.

Exemplo nº 2

Designação da mercadoria	Veículos automóveis para transporte de mercadoria de peso bruto superior a 5 toneladas não superior a 20 toneladas (novos).
Código pautal	8704.22.10
Valor aduaneiro da mercadoria, frete e seguro em moeda estrangeira:	USD 30.000,00
Taxa de câmbio:	kz 90,078
Valor aduaneiro	30.000x90.078=2.702.34



Imposto/taxa	Cálculo	Total a pagar em kz
Taxa pauta aduaneira, livre	0 (livre)	0 (livre)
Imposto de selo (0,5%)	2.702,340 x 0,5%	13.512,00
Emolumentos gerais (2%)	2.702,340 x 2%	54.047,00
Imposto de consumo	0 (livre)	0 (livre)
Total de direitos e demais imposições aduaneiras a pagar em Kz		67.559,00

Exemplo extraído do Boletim Informativo das Alfândegas de Angola – Ano 2010 – nº 54 Janeiro/Fevereiro 2010 DI

Angola não atribui nenhuma tarifa preferencial aos países membros da ZEP (Zona Econômica Preferencial), nem aos países membros da SADC. No âmbito da formação da Zona de Comércio Livre em curso na SADC, a pauta reserva uma coluna para inserção das Taxas de Preferência, que apenas serão utilizadas quando Angola implementar o Protocolo da Zona do Comércio Livre da SADC.

Angola não assinou a Convenção Aduaneira ATA relativa à importação temporária de bens desde que sejam reexportados dois anos após a sua entrada no território.

Despachantes Autorizados

Ver a lista no site da Direção Nacional das Alfândegas (<http://www.alfandegas.gv.ao/Despachantes.aspx>)

Regulamento sobre Inscrição de Exportadores e Importadores no MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

disponível em http://www.dnci.net/comercio_externo/exportacao_importacao/

Classificação de Mercadorias

Várias Classificações no Ítem Pareceres. Lista disponível em: <http://www.alfandegas.gv.ao/Procedimentos.aspx>

Sistema Harmonizado (SH) das Alfândegas

Angola está entre os 127 países, mais a CE, que assinaram a Convenção sobre o SH e são Partes Contratantes

(fevereiro de 2007).

Regras gerais para a Interpretação da Nomenclatura do Sistema Harmonizado

Constam do texto da Pauta Aduaneira.

Em agosto de 2010 o Grupo de Trabalho da CPLP para o Sistema Harmonizado reuniu-se em Luanda para elaborar a Versão Unificada 2012, em português, da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, visando resolver as divergências existentes entre o português falado no Brasil e o falado nos demais países da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa.

Informação Aduaneira

No site das Alfândegas de Angola encontram-se informações sobre legislação, listagem de designação das mercadorias, seus códigos e direitos de importação/ tarifas, serviços, simulação de direitos, Documento Único – DU, etc.

A informação incluída na página-web <http://www.alfandegas.gv.ao/> não dispensa a consulta dos serviços especializados das Alfândegas para casos particulares.

Simulador de Tarifas: <http://www.alfandegas.gv.ao/frmSide1.aspx>

Sistema Integrado Aduaneiro - SIADU: <http://www.siadu.gv.ao/>

Guia Informativo para as Regras de Origem: <http://www.alfandegas.gv.ao/Files/Publicacoes/20080714095542>.



DNA_Brochura_Guia%20Informativo%20para%20as%20Regras%20de%20Origem.pdf

Documento Único – DU - Eletrônico: http://www.alfandegas.gv.ao/Files/Publicacoes/20100303013936.Saedu_PT_compress.pdf

A Pauta Aduaneira - Pode ser consultada através do site, onde se encontram os seguintes documentos: <http://www.alfandegas.gv.ao/Files/Legislacoes/20090519034116.Pauta082008.pdf>

Pauta Aduaneira - Fonte: <http://www.macmap.org/>
Isenções ou reduções de direitos, tarifa temporária:

Os insumos a aplicar no processo de produção, agricultura e indústria transformadora estão isentos de pagamento de Direitos Aduaneiros e Imposto de Consumo. Neste sentido, toda matéria-prima, bens de equipamentos, aparelhos, máquinas e veículos de cilindrada superior a 3,5 toneladas, ônibus para transporte público e tratores, bem como instrumentos agrícolas, estão isentos do pagamento dos Direitos Aduaneiros e do Imposto de Consumo, quando novos.

Existem ainda isenções do pagamento de direitos aduaneiros, concedidas pelo Ministério das Finanças e pela Direção Nacional das Alfândegas, no caso de as importações de mercadorias estarem relacionadas com:

- As companhias petrolíferas;
- As forças armadas;
- As organizações sem fins lucrativos;
- As missões diplomáticas;
- Os organismos internacionais;
- Os projetos de natureza econômica com direito de isenção;

A importação de materiais e equipamentos que serão utilizados diretamente no projeto de investimento.

Sistema Geral de Preferências (SGP)

Através do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da União Européia, desde janeiro de 2008, Angola pode exportar quase todo o tipo de produtos, menos armas, para o mercado da União Européia (UE). O regulamento vem substituir o regime comercial aplicável a países ACP (Angola incluída)

que terminou em 31 de Dezembro de 2007. O *SPG da União Européia oferece acesso isento de direitos e contingentes para quase todos os produtos para os mercados da UE. Angola se beneficia do SGP por estar classificada como país menos desenvolvido.

Obs.: Ver sobre SGP no Capítulo ANGOLA 12, item III, Informações sobre SGP

Outras tarifas:

Outros impostos e taxas que importa destacar são:

Os honorários dos despachantes: variam de 1% a 4% sobre o valor CIF da mercadoria;

A taxa de ligação ao cais (referente à permanência dos contêineres no cais): 50 dólares/dia (para contêineres frigoríficos);

A taxa para contêineres de 40: 200 dólares;

A taxa para contêineres de 20: 100 dólares;

A taxa para contêineres secos: 20 dólares a partir do 16º dia;

Quanto à estadia no porto: de 10 dólares a 50 dólares/dia em função do tamanho do contentor, sendo o limite máximo para estadia de mercadorias no porto de 60 dias, findo os quais as mesmas revertem a favor do Estado ou são vendidas em hasta pública.

2. Regulamentação de importação

No contexto do processo de simplificação e modernização dos procedimentos na área do comércio externo, Angola aprovou, no decurso de 2006, um novo quadro jurídico, que assenta na regra geral de dispensa de Inspeção Pré-Embarque obrigatória das mercadorias exportadas para o país, a qual passou a ser exercida apenas nos casos excepcionais previstos na lei. Contudo, foi consagrada a possibilidade de Inspeção Pré-Embarque facultativa e mantém-se a obrigatoriedade de inspeção de determinados produtos.

O novo regime jurídico de Inspeção Pré-Embarque, aprovado pelo Decreto nº 41/06, de 17 de Julho, entrou em vi-



gor em 16 de Agosto de 2006. Além desse Decreto que abarca as regras gerais da Inspeção Pré-Embarque, temos o Decreto Executivo nº 124/06, que aprova as Normas Complementares Relevantes que garantem a efetiva aplicação do Regulamento de Inspeção Pré-Embarque, bem como o Despacho nº 404/06 que Aprova o Regulamento de licenciamento das entidades de Inspeção. Assim foram definidos os princípios e as normas jurídicas fundamentais da atividade de inspeção de mercadorias no país de exportação antes do respectivo embarque para Angola. Conforme as situações, a inspeção de mercadorias pode abranger as seguintes modalidades:

Inspeção Pré-Embarque Facultativa

Os importadores que assim o entendam podem, voluntariamente, realizar a Inspeção Pré-Embarque das mercadorias.

Inspeção Pré-Embarque Obrigatória

Estão sujeitas a Inspeção Pré-Embarque Obrigatória as *mercadorias listadas a seguir e as mercadorias que vierem a ser definidas por decreto executivo conjunto dos Ministros das Finanças, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde, do Comércio, das Pescas e da Indústria. Esta modalidade de inspeção visa proteger a saúde pública, meio ambiente, indústria nacional e garantir a arrecadação das imposições aduaneiras.

Mercadorias sujeitas à inspeção Pré-Embarque Obrigatória

Animais vivos; Carnes; Peixes e crustáceos; Leite e laticínios; Plantas vivas, Produtos hortícolas e plantas; Frutas; Café, chá, malte e especiarias; Produtos da indústria de moagem; Açúcares e produtos de confeitaria; Sementes e frutos oleaginosos; Gorduras e óleos animais e vegetais; Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos; Açúcares e produtos de confeitaria; Cacao e suas preparações; Preparações alimentares diversas; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos; Combustíveis minerais; Produtos químicos

inorgânicos e orgânicos; Produtos farmacêuticos; Adubos ou fertilizantes; Motores e equipamentos usados; Veículos usados; Brinquedos.

Inspeção Local

As entidades públicas competentes (sanitárias, policiais e alfandegárias) podem determinar a realização da inspeção local de mercadorias importadas para Angola. Esta modalidade também pode ser solicitada pelos respectivos importadores.

O diploma estabelece, também, uma abertura do setor privado ao exercício da Inspeção Pré-Embarque. Atualmente, além da BIVAC Internacional, já foram credenciadas pelas Alfândegas de Angola (o Despacho do Ministro das Finanças n.º 404/2006, de 11 de Setembro, estabeleceu o novo regime de Licenciamento das Entidades responsáveis pela realização das inspeções pré-embarque) as empresas Cotecna e Société de Surveillance (SGS). E há uma quarta empresa, chamada Inter-tek, que está em vias de ser licenciada. Com a publicação deste Decreto Executivo n.º 124/2006, de 11 de Setembro, foram aprovadas as normas complementares e os procedimentos relevantes que garantam a efetiva aplicação do Regulamento de Inspeção Pré-Embarque.

A inspeção (verificação física das mercadorias realizada de forma visual ou por outro meio adequado) deve ser realizada antes do embarque das mercadorias nos respectivos locais de produção ou de armazenamento ou nos respectivos locais de embarque e inclui a verificação:

- Da qualidade, quantidade, preço, classificação pautal, características técnicas, comerciais, sanitárias e de segurança das mercadorias inspecionadas;
- De que os dizeres que constem de qualquer etiqueta estão escritos em língua portuguesa;
- De que as mercadorias embaladas para venda a retalho contêm a menção dos números de lote e datas de expiração e/ou de produção;
- De que, na data prevista para a chegada ao país, ainda não tenha decorrido mais de 3/4 do prazo de validade das mercadorias com duração limitada, sem prejuízo



do disposto nos anexos II e III para produtos farmacêuticos e produtos de perfumaria e cosméticos, respectivamente;

- De que todos os veículos importados têm volante à esquerda e observem os requisitos legais de segurança, produção e circulação.

A Inspeção Pré-Embarque inclui, ainda, a assistência pelas entidades de inspeção à operação de colocação das mercadorias nos contêineres completos, ao fechamento dos referidos contêineres e à aposição, nos mesmos, de um selo especial de segurança.

O exportador deverá adotar os seguintes procedimentos:

- Criar as condições necessárias para que a entidade de inspeção possa realizar as inspeções e os testes necessários;

- Acordar a data de realização de inspeção da mercadoria a exportar para Angola com uma antecedência mínima de três dias úteis da referida data;

- Assumir os eventuais custos de intervenções adicionais da entidade de inspeção (nos casos previstos na lei).

O relatório de inspeção deve estar concluído dentro de 24 horas após a realização da inspeção da mercadoria. A entidade de inspeção deve emitir uma Atestado de Não Verificação (ADNV) nos casos em que tenham sido detectadas discrepâncias e estas não tenham sido corrigidas no prazo de 30 dias. A emissão do ADV (Atestado de Verificação) não poderá ter lugar sem que o exportador entregue os documentos finais à entidade de inspeção:

- Fatura Comercial com menção do valor FOB e lista de embalagem;

- Documentos de transporte, nomeadamente o Conhecimento de Embarque (B/L) ou Carta de Porte (AWB);

- Outros documentos solicitados (certificados sanitários ou fitossanitários, certificados de origem e resultados de análises laboratoriais).

Pagamento dos honorários às empresas prestadoras de serviços de inspeção;

A responsabilidade pelo pagamento dos honorários às empresas prestadoras de serviços de inspeção em regra é dos importadores, segundo o artigo 9º do Decreto nº 41/06, de 17 de Julho. A remuneração ora referida está fixada em 0,75 % do valor FOB das mercadorias importadas atestado pelas entidades de inspeção. Todavia, dá-se aplicação dessa percentagem (0.75 %) resultar um valor inferior a USD 240.00, as entidades de inspeção poderão cobrar pelos serviços efetivamente prestados um valor igual a este montante (USD 240.00).

Informações adicionais podem ser obtidas no Ministério Angolano das Finanças,

Direção Nacional das Alfândegas

Tel. e fax: 00244 / 222 / 372 600 - www.alfandegasde-angola.com

comunicacoes@alfandegas.com / http://www.botschaftangola.de/wirtschaft/beschluesse_gesetze/regulamentos_de_angola.pdf

Língua de correspondência

Português, francês e inglês. Em caso de dificuldade, o importador é obrigado a traduzir a correspondência, faturas comerciais ou outra documentação de suporte, em língua portuguesa.

Prazos de armazenamento de mercadorias (tratamento das mercadorias não levantadas)

Nos termos do Decreto Executivo Conjunto nº 12/95 de 28 de Abril, o prazo máximo de armazenagem normal das mercadorias arrecadadas nos armazéns portuários e aeroportuários são os seguintes:

a) Até 60 dias, para as mercadorias estacionadas nos armazéns especiais dos portos;

b) Até 30 dias, para as mercadorias estacionadas nos armazéns aduaneiros situados nos aeroportos e para mercadorias em regime de trânsito e transferência;

c) Até 13 dias, para as mercadorias perecíveis estacio-



nadas nos armazéns especiais dos portos.

Todas as mercadorias que excedam os prazos legais de armazenagem são vendidas em hasta pública, mediante o competente processo de leilões ou reverterem a favor do Estado que lhes dá o destino que melhor lhe aprouver.

Sem prejuízo do processo de leilão a que estejam sujeitos, independentemente do seu regime pactual e do regime de depósito em que as mercadorias estejam arrecadadas, as mercadorias que excedam os prazos legais de armazenagem são passíveis do pagamento de 5 % ad valorem nos termos do artigo 258º do Contencioso Aduaneiro em vigor.

Despacho de carga marítima: ver Capítulo ANGOLA 11 II FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

a) Faturas comerciais

Nos termos do artigo nº 23 do Decreto-Lei nº 2/05 de 28 de Fevereiro, lei que aprova a Pauta Aduaneira em vigor, todas as mercadorias importadas devem ter uma fatura comercial com os seguintes requisitos: número e data da fatura, número de ordem ou de encomenda, nome completo e endereço do vendedor e do comprador, nome completo do consignatário se for diferente do comprador, descrição completa da mercadoria, quantidades de mercadorias fornecidas, preço unitário, preço total, moeda, outros custos (encargos adicionais e particularidades), acordos / termos de venda, acordos / termos de pagamento, país de origem e autenticação.

Também nos termos do artigo nº 24 da lei, supra, as Alfândegas exigem documentos complementares à fatura para efeitos de classificação pactual e tributação das mercadorias complementares.

b) Quanto aos Certificados de Origem e aos Atestados de Transporte EUR 1, o Documento faz uma descrição perfeita da atual situação dos Certificados de Origem e dos Atestados de Transporte EUR 1, por isso não descorremos sobre eles.

e) Já em relação ao Certificado de Inspeção (Atestado de Inspeção), que pressupomos tratar-se do regime de Inspeção Pré-Embarque, é notória a ideia de que o referido Documento refere-se ao Regime de Inspeção Pré-Embarque anterior ao Decreto nº 41/6 de 17 de julho, que traz uma nova disciplina

jurídica sobre a matéria.

Estas informações estão condensadas no Guia Breve para Importadores, copiado a seguir:

GUIA BREVE PARA IMPORTADORES DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

“1. As importações podem ser feitas por pessoas individuais ou coletivas desde que devidamente licenciadas pelo Ministério do Comércio.

Regulamento sobre inscrição de Exportadores e Importadores no MINISTÉRIO DO COMÉRCIO: disponível em http://www.dnci.net/comercio_externo/exportacao_importacao/

2. Cartão de Contribuinte e Código do Importador— Todo importador deve possuir um Cartão de Contribuinte, emitido pela Direção Nacional dos Impostos (DNI) no Ministério das Finanças. O número de Cartão do Contribuinte constituirá o Código do Importador que deve ser inserido no formulário de despacho aduaneiro (DU) no campo 2a. O sistema informatizado de processamento de despachos rejeitará as declarações que omitam o referido Código.

3. A partir de 2 de Janeiro de 2008, as Declarações Aduaneiras (DU) passaram a ser aceites nas estâncias aduaneiras sem a obrigatoriedade da apresentação do Código de Exportador, pois o funcionário da área de digitação deverá usar o código de exportador de uso genérico.

4. O valor máximo para a elaboração do Documento Único Simplificado (procedimento utilizado na importação de mercadorias trazidas ou despachadas por viajantes), é o equivalente em Kwanzas a USD 2.500.00 e que não excedam 100 kg (100 kilogramas) de peso.

Os importadores e/ou exportadores podem, voluntariamente solicitar a realização de Inspeção Pré-Embarque (IPE) das mercadorias a importar ou a exportar para Angola. Esta IPE denomina-se facultativa. Todos os importadores que realizarem a Inspeção Pré-Embarque facultativo poderão beneficiar do sistema do canal verde, um sistema expedito que possibilita o desembaraço célere de mercadorias, podendo a



Direção Nacional das Alfândegas dispensar a verificação física destas mercadorias que estejam em contêineres completos (FCL), designadamente nos casos que tratem de produtos perecíveis ou peças urgentes.

A IPE é obrigatória para todas as mercadorias indicadas no Decreto n.º 41/06, de 17 de Julho, independentemente do seu valor, das quais se destacam as seguintes: Animais vivos, carnes, peixe, leite e laticínios, ovos, produtos comestíveis de origem animal, plantas vivas e outros produtos de floricultura, hortícolas, café, chá, açúcar, produtos de confeitaria, cacau e suas preparações, bebidas, líquidos alcoólicos, vinagre, tabaco e seus sucedâneos manufacturados, produtos farmacêuticos, veículos automóveis, suas partes e acessórios, brinquedos, etc.

Para qualquer um dos casos de IPE, tanto a facultativa como a obrigatória, devem ser emitidos os respectivos Certificados de Verificação (ADV) pelas empresas responsáveis, devidamente licenciadas pelo Ministério das Finanças. Presentemente existem três empresas que participam no exercício da actividade de Inspeção Pré-Embarque: BIVAC Internacional, SGS e Cotecna.

O importador deve iniciar o processo de IPE em Angola, antes do embarque das mercadorias nos respectivos locais de produção, armazenamento ou de embarque, submetendo ao Ministério do Comércio para franqueamento da fatura pró-forma das mercadorias a serem importadas. Na fatura pró-forma deve constar a descrição da mercadoria, a quantidade, o preço unitário, o frete e o seguro. Nesta altura o importador escolhe a empresa fornecedora de serviços de IPE, de sua preferência. O Ministério do Comércio encaminha as facturas franqueadas à empresa escolhida pelo importador e esta por sua vez, emite o Número do Pedido de Inspeção Pré-Embarque ou PIP.

Antes do embarque, o importador em Angola deve contactar o seu fornecedor no exterior do país para providenciar o número do PIP e explicar sobre a necessidade deste procedimento para as mercadorias que estão sendo embarcadas para Angola. Os exportadores das mercadorias para Angola devem contactar a empresa de IPE ou os seus agentes no país de em-

barque das mercadorias e dar conhecimento ao PIP, a fim de esta fixar a data, a hora e o local da inspecção.

Nesta inspecção verificar-se-á o preço, a qualidade, a quantidade, as características técnicas, comerciais, sanitárias e a classificação pautal da mercadoria para a determinação do respectivo valor aduaneiro.

Os importadores devem assegurar-se que os seus fornecedores (exportadores das mercadorias para Angola) apresentem atempadamente toda a documentação solicitada pela empresa de IPE a fim de permitir a emissão do Atestado de Verificação (ADV) conhecido também como CRF—Clear Report of Findings, o documento que confirma que a IPE foi realizada e por isso deve ser incluído na documentação para o despacho aduaneiro das mercadorias.

Aplicar-se-á multa de UCF 400 a UCF 8000, aos importadores que não apresentam às Alfândegas a documentação de inspecção pré-embarque, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 211.º do Código Aduaneiro.

O pagamento dos serviços prestados pelas empresas de IPE ficará a cargo dos importadores. Recomenda-se aos importadores que contactem o seu Representante (Despachante) ou as empresas de IPE e que consultem a legislação em vigor, nomeadamente, o Decreto nº 41/06 de 17 de Julho de 2006 e o Decreto executivo 124/06 de 11 de Setembro de 2006, que abordam questões de inspecção.

6. Documentação exigida para as importações definitivas

6.1 Formulário de Despacho Aduaneiro - DU — comumente conhecido como Documento Único. O formulário deve ser adquirido na Imprensa Nacional por um valor equivalente em kwanzas a USD 10,00;

6.2 Fatura Comercial Original — em que conste o nome e o endereço do fornecedor/exportador, nome e endereço do importador, a descrição e quantidade da mercadoria, o valor fob, frete e seguro;

6.3 Título de Propriedade (original) - Conhecimento de Embarque (B/L via marítima); Carta de Porte (via aérea); Manifesto de Carga (via rodoviária); Boletim de Carga (Via ferro-



viária); CP2 (encomendas postais);

6.4 Atestado de Verificação (ADV) ou CRF — emitido pela empresa de Inspeção Pré-Embarque;

6.5 Certificados exigidos por natureza da mercadoria:

Certificado sanitário importação de animais e produtos do reino animal; certificado de fumigação importação de roupas usadas - fardo; certificado fitossanitário importação de plantas e produtos do reino vegetal; declaração de exclusividade de aplicação ou de compromisso de importação de matérias-primas, bens de equipamento, materiais subsidiários, meios para uso exclusivo na indústria petrolífera e mineira; Autorização (Declaração) do Instituto Nacional de Telecomunicações material de telecomunicações, rádios emissores e receptores; Nota de Isenção da Agência Nacional de Investimento Privado para investidores públicos e privados;

6.6 Livrete Original – para viaturas usadas;

6.7 Certificado do Conselho Nacional de Carregadores de Angola: Geralmente solicitado na origem pelo representante deste órgão, para a emissão do CRF;

7. Tempo de desalfandegamento: Prazo máximo de 48 horas, quando a documentação for apresentada de forma correta e completa às Alfândegas para o processamento dos despachos.

Os artigos 462º e 483º do Código Aduaneiro estabelecem que a mercadoria que permanece no Aeroporto por mais de 30 dias e no Porto por mais 60 dias, serão revertidas a favor do Estado angolano.

8. Direitos e outras imposições aduaneiras para Importação Definitiva em Angola:

8.1 Direitos Aduaneiros – Estão regulados pela Pauta dos Direitos de Importação e Exportação segundo o Sistema Harmonizado (SH) de 2002. As taxas aduaneiras contidas na Pauta são apenas seis, com um nível percentual de 2%, 5%, 10%, 15%, 20% e 30% aplicáveis às mercadorias, de acordo com a sua posição pautal. A Pauta Aduaneira Atualizada (SH 2002) entrou em vigor através do Decreto-Lei nº 2/05 de 28 de Fevereiro de 2005 e encontra-se à venda na Imprensa Nacional.

8.2 Emolumentos Gerais Aduaneiros — Decreto-Lei nº 11/01 de 23 de Novembro - 2% do valor aduaneiro;

8.3 Imposto de selo — Decreto - Executivo nº 85/99 de 11 de Junho - 0,5% do valor aduaneiro;

8.4 Emolumentos Pessoais — Pela prestação de serviços da Alfândega. Variam em função do valor aduaneiro:

Até Kz. 64.000.00 cobra-se 14 UCF.

De 64.001.00 à 1.900.000.00 cobra-se 36 UCF.

Aos valores superiores a 1.900.001.00, cobra-se 0,1% ou 40 UCF

8.5 Subsídio de Deslocações e Transporte – Pela prestação de serviços, segundo o meio de transporte usado na importação e o peso das mercadorias:

Para as mercadorias transportadas via marítima, aplica-se uma taxa fixa de Kz 0,53 por quilograma, (peso bruto da mercadoria). Se do cálculo dessa operação resultar um valor inferior ou equivalente a kz 16.430,00 cobra-se uma taxa mínima de Kz 16.430,00. Quando o resultado dessa operação for superior a 29.680,00 aplica-se uma taxa máxima de Kz 29.680,00.

Para as mercadorias transportadas por via aérea, terrestre ou ferroviária, aplica-se uma taxa fixa de Kz 18,02 por quilograma. Se do cálculo dessa operação resultar um valor inferior ou equivalente a kz 4.770,00 cobra-se uma taxa mínima de Kz 4.770,00. Quando o resultado dessa operação for superior a 9.540,00 aplica-se uma taxa de Kz 9.540,00.

8.6 Imposto de Consumo — Decreto Lei nº 41/99 de 10 de Outubro: varia de acordo com o tipo de mercadoria: 2%, 5%, 10%, 20% ou 30%.”

O Guia Breve para Exportadores da Câmara de Comércio e Indústria de Angola – no fim deste capítulo.

Política geral de importação

A nova Pauta Aduaneira angolana pretende estimular a industrialização e a diversificação da economia de Angola, hoje dependente em grande medida das exportações petrolíferas. A nova tabela da Pauta possui 6 níveis de taxas pois tem como objetivo central a promoção da produção interna,



desencorajando as importações de mercadorias que possam ser ou que já são produzidas no país. Por essa razão, as taxas mais baixas serão aplicadas às matérias-primas e insumos necessários para desenvolver a produção nacional. O agravamento das taxas em algumas categorias de bens que Angola tem possibilidade de produzir, tais como os produtos agrícolas, pescados, agro-industriais e bebidas, tem como objetivo proteger a indústria nacional e substituir as importações, para poupar divisas e assim aplicar estes recursos em áreas que são a alavanca do crescimento econômico e do desenvolvimento.

Na nova pauta existe uma tendência geral para o desagravamento, constatando-se que, nos seus 98 capítulos, as taxas baixam em 38, mantêm-se em 42 e sobem apenas em 18 itens. A maior incidência de desagravamento foi para os equipamentos, peças sobressalentes, matérias-primas, cimento, tecidos, e óleo alimentar, que genericamente apresentam taxas de 2%, e em alguns casos 5%, dependendo do grau de processamento.

Das mercadorias cuja taxa de direitos sobe, referência para as carnes de animais de espécie bovina, suína, de aves refrigeradas ou congeladas (de 2% para 10%), iogurte, manteiga e queijo (de 5% 10%), produtos hortícolas (de 5% para 15%), sabões e viaturas usadas. A taxa aplicada à importação de livros passou de 2% para 5%.

Importações incentivadas

Conforme o item anterior, as taxas mais baixas são aplicadas aos insumos necessários ao desenvolvimento da produção nacional. Para incentivar a produção nacional, efetuou-se um desdobramento do óleo alimentar, diferenciando as taxas para o óleo bruto (2%), refinado a granel (5%) e refinado (10%). A taxa de tecidos baixa de 20% para 5%, assim como a taxa de cimento, que passa de 35% para 10%.

Da mesma forma, o setor de equipamento e peças pagam menos taxas do que o setor de máquinas prontas, para propiciar a criação de fábricas, principalmente de computadores, eletrodomésticos ou mesmo automóveis, permitindo criar oportunidades de emprego.

O Decreto Presidencial nº 135/10, de 13 de julho, que aprova o regulamento sobre a atividade de importação, comércio e assistência técnica a equipamentos rodoviários e revoga toda a legislação anterior; admite também a importação de veículos automóveis pesados que tenham, no máximo, cinco anos de uso, contados a partir da data de fabricação e desde que obedeçam às condições exigidas. As autoridades angolanas pretendem desencorajar a importação de carros usados cujo tempo de vida útil seja reduzido.

Zonas de Desenvolvimento

Para efeitos da atribuição de incentivos fiscais e aduaneiros às operações de investimento, o país é organizado nas seguintes zonas de desenvolvimento:

Zona A - Província de Luanda, os municípios-sede das Províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e o Município do Loboito.

Zona B - Restantes municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e Províncias do Cuanza-Sul, Bengo, Uige, Cuanza-Norte, Lunda-Norte e Lunda-Sul.

Zona C - Províncias do Huambo, Bié, Moxico, Cuando Cubango, Cunene, Namibe, Malange e Zaire.

Zona Econômica Especial

A definição e os incentivos aos investimentos a realizar nas zonas econômicas especiais são definidos em diploma próprio (a Lei Sobre Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado, disponível em http://www.consuladogeralde-angolasp.org/legis_leiincdiscal.htm).

Licenciamento

O Conselho Nacional de Carregadores de Angola (CNCA) é o órgão disciplinador: toda carga destinada a Angola tem que ter uma licença de importação e cada conhecimento de embarque tem que ser acompanhado de um certificado de



embarque (ARC) emitido pelo CNCA (ou pelos seus agentes). O ARC é necessário para comprovar o embarque da carga e é necessário ao desalfandegamento da carga em Angola. Cada certificado tem um número de série, devidamente carimbado, assinado e datado.

Cópia do Formulário emitido pelo CNCA Conselho Nacional de Carregadores de Angola (em inglês, Angola National Shipper's Council; em francês, Conseil National des Chargeurs): disponível em <http://www.otal.com/angola/CNCA%200411090001.pdf>

Regulamento sobre inscrição de Exportadores e Importadores no MINISTÉRIO DO COMÉRCIO: disponível em http://www.dnci.net/comercio_externo/exportacao_importacao/

Importações proibidas ou suspensas:

Mercadorias de importação proibida, nos termos do artigo 30º destas Instruções Preliminares – página 503 no endereço eletrônico http://www.minfin.gv.ao/fsys/Pauta_Aduaneira.pdf

Conforme o Decreto-Lei 41/06 de 17 de julho de 2006, regulamentado pelo 45/08 de 29 /1/2008 do Ministério das Finanças, da nova Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação (Decreto-Lei 02/08, publicado no Diário da República em 4/8/2008).

- Mercadorias de importação proibida;
- Animais e produtos animais de regiões onde houver epizootia;
- Bebidas destiladas que contenham essências ou produtos reconhecidos como nocivos, tais como: absinto, aldeído benzóico, badia, éteres salicílicos, hisopo e tuionama;
- Caixas ou fardos, reunidos e atados que, com a mesma marca formem um só volume, contendo mercadorias diversas, ou que, contendo a mesma mercadoria não sejam acompanhados de declaração do número e peso total das caixas ou fardos reunidos;
- Imitações de café, com designação de café;
- Imitações de fórmulas nacionais de franquia postal;
- Livros de propriedade literária nacional, quando sejam

edições contrafeitas em país estrangeiro e exemplares fraudulentos de obras literárias e artísticas;

- Medicamentos e gêneros alimentícios nocivos à saúde pública;
- Bebidas ou comprimidos de estímulo sexual, fotografias, livros impressos, fitas cinematográficas, desenhos, estampas, escritos, publicações e objetos pornográficos ou de estímulo sexual, quando importados para fins comerciais;
- Plantas e quaisquer das suas partes, procedentes de regiões infectadas de fíloxa ou de qualquer outra epifítia;
- Substâncias alimentícias contendo sacarina;
- Mercadorias com direitos de autor pirateados e com marcas imitadas;
- Veículos automóveis com volante à direita, nos termos do Decreto Executivo nº77/04, de 23 de julho, do Ministério do Interior.

Mercadorias em regime especial de importação

- Alambiques, suas peças e anexos e quaisquer aparelhos próprios para obtenção ou retificação de álcoois, aguardentes e quaisquer outras bebidas alcólicas, os quais só podem ser importados mediante autorização do Ministério da Indústria;
- Álcool puro ou desnaturado, de qualquer graduação, que só pode ser importado nos termos da legislação vigente;
- Animais, despojos e produtos animais, que não podem ser importados sem autorização dos serviços de veterinária;
- Aparelhos radioelétricos, receptores ou emissores e seus acessórios, cuja importação depende de prévia licença da Direção Nacional dos Correios e Telecomunicações;
- Armas e munições, que só podem ser importadas com autorização do Ministério do Interior;
- Cães, que só podem ser importados quando se prove terem sido vacinados contra a raiva há menos de um ano ou mediante exame sanitário. Executam-se os trazidos por passageiros, que podem ser entregues aos seus donos antes do exame sanitário, desde que estes se comprometam a mantê-los sob seqüestro até a respectiva inspeção sanitária;
- Cartas de jogar, que devem ser seladas, nos termos



do Regulamento do Imposto do Selo, em vigor;

- Especialidades farmacêuticas, cuja importação exige de autorização do Ministério da Saúde;

- Explosivos e artifícios pirotécnicos, que só podem ser importados com autorização do Ministério do Interior;

- Explosivos, empregados na pesquisa e lavra mineira, que gozem da restituição de direitos nos termos da Lei de Minas;

- Diamantes em bruto, polidos ou lapidados, que só podem ser importados com autorização do Ministério da Geologia e Minas ou quem este designar;

- Medicamentos em cujos rótulos não constem as substâncias ativas de que são compostos, que só podem ser importados com autorização do Ministério da Saúde;

- Papel de fumar em bobinas, fitas de qualquer material para pontas de cigarros e composições de material simples destinadas a dar aos tabacos perfume ou paladar especial, que só podem ser importados pelas empresas concessionárias de fabricação;

- Plantas, raízes, tubérculos, bulbos, estacas, ramos, gemas, olhos, botões, frutos e sementes e assim como as caixas ou invólucros em que vierem acondicionados, que não podem ser importados sem licença do Ministério da Agricultura;

- Sacarina e produtos similares ou qualquer edulcorante com base na sacarina, que só podem ser importados com autorização do Ministério da Saúde;

- Espécie de peixe para aquacultura e peixes do tipo tilápia (cacusso e chopo), que não podem ser importados sem autorização do Ministério das Pescas;

- Sal não iodizado e sal iodizado, que só pode ser importado com autorização do Ministério das Pescas;

- Selos e valores selados, fiscais ou postais, que só podem ser importados pelo Estado;

- Substâncias venosas ou tóxicas e drogas, estupeficientes ou sais preparados, que só podem ser importados com autorização dos Ministérios da Agricultura, Indústria e Saúde, conforme os casos;

- Roletas e outros jogos, proibidos por lei;

- Mercadorias sem a etiqueta do país de origem;

- Energia elétrica, mediante autorização do organismo de tutela;

- Embarcações de pesca, novas ou usadas, exceto as de pesca, que só podem ser importadas mediante autorização do Ministério dos Transportes;

Mercadorias sujeitas á inspeção pré-embarque obrigatória;

- Animais vivos;

- Carnes e miudezas, comestíveis;

- Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos;

- Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal. Não especificados nem compreendidos em outros capítulos;

- Outros produtos de origem, não especificados nem compreendidos em outros capítulos;

- Plantas vivas e outros produtos de floricultura

- Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis;

- Frutas, cascas de citrinos e de melões;

- Café, chá, malte e especiarias;

- Cereais;

- Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; insulina; glúten de trigo;

- Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens;

- Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais;

- Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos;

- Gorduras óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal;

- Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos;

- Açúcar e produtos de confeitaria;



- Cacau e suas preparações;
- Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas;
- Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas;
- Preparações alimentícias diversas;;
- Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres;
- Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares: alimentos preparados para animais vivos;
- Tabaco e seus sucedâneos, manufaturados;
- Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais;
- Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos;
- Produtos químicos orgânicos;
- Produtos farmacêuticos;
- Adubos ou fertilizantes;
- Produtos diversos das indústrias químicas;
- Motores e equipamentos usados das posições 8407,

8408, 8426, 8427, 8429, 8430;

- Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios, usados, exceto os das posições 8706, 8707, 8708, 8710, 8713, 8714 e 8715;
- Brinquedos

Importações via postal (“colis postaux”, “mail orders”, etc.):

A remessa de encomenda comercial envolve um conjunto de formalidades. Em primeiro lugar, o pacote deve ser acompanhado de documentos (fatura pró-forma e guia de transporte) e de uma declaração anexa informando sobre o conteúdo do pacote em português. Os impostos são pagos no momento da chegada, se forem cobrados. A maioria das remessas de baixo valor não são tributadas, a isenção, porém, não pode ser garantida.

Quando a mercadoria é enviada via Correios, a entrega ocorre entre 7 a 15 dias. Atrasos podem ocorrer se houver demora no desembarço alfandegário executado pelas Alfândegas, Finanças ou pela Receita Federal.

Pelo sistema Exporta Fácil dos Correios:

ANGOLA	ECONÔMICO			PRIORITÁRIO		EXPRESSO (EMS)	
	Documento	Leve	Mercadoria	Documento	Leve	Documento	Mercadoria
Prazo Estimado de Entrega	13-17 dias úteis	13-17 dias úteis	13-17 dias úteis	4-8 dias úteis	5-9 dias úteis		
Peso Máximo	5,00 Kg	2,00 Kg	20,00 Kg	2,00 Kg			
Seguro Opcional (Valor Máximo) US\$	N	400	N	N	400		
AR				N	N		

Nota: Documentação preferencialmente em língua portuguesa ou francesa

Atenção: Os prazos estimados de entrega aqui apresentados são válidos apenas para

Postagens realizadas na cidade de São Paulo/SP. Para postagens realizadas em outras localidades, consultar em www.correios.com.br/internacional/cfm/precos/default.cfm



Os valores limites do seguro opcional estão expressos em dólar americano.

Quando a mercadoria é enviada via courier, a entrega ocorre entre 7 a 10 dias, dependendo apenas da sua localidade. A mercadoria enviada via courier ou carga aérea: os impostos podem ser pré-pagos ou pagos no momento da chegada da mercadoria.

A título de exemplo, segue a tabela de serviços e tarifas do courier UPS: Determine o número da zona de acordo com o país de destino e o serviço selecionado: Angola está na zona 6 da Tabela abaixo:

Tabela de Zonas				
Destino	Zonas			
	Express Plus	Express	Express Saver	Expedited
Afeganistão			6	
África do Sul ∞		6	6	
Albânia ∞			6	
Alemanha ∞	4	4	4	4
Andorra ∞			4	4
Angola			6	

Fonte: UPS Worldwide Express e UPS Worldwide Express Saver

Tabela de tarifas – importação com cobrança ao consignatário

As tarifas se aplicam para exportações porta-a- porta com a opção de pagamento pelo consignatário com destino para o Brasil.*



As tarifas referentes a Angola se encontram na coluna 6 do quadro abaixo:

UPS Worldwide Express - Tarifas para UPS Express Envelope* e documentos						
Zonas	1	2	3	4	5	6
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Envelope	42,00	55,70	61,80	74,20	97,00	132,90
0,5 Kg.	44,40	62,60	64,40	88,10	105,50	133,50
1,0	52,30	74,60	84,60	111,00	138,30	156,60
1,5	62,30	84,80	111,20	134,10	162,30	183,10
2,0	73,80	94,70	138,00	156,90	186,20	209,90
2,5	82,70	104,20	164,70	182,00	215,00	236,70
3,0	90,30	120,80	187,80	209,20	250,40	270,50
3,5	96,20	136,60	211,00	231,60	270,90	290,10
4,0	102,00	145,20	233,50	254,80	291,90	311,10
4,5	106,60	155,80	254,10	272,70	312,70	331,90
5,0	111,70	165,80	273,80	293,20	333,50	352,90

As remessas aéreas internacionais podem estar sujeitas à Convenção de Varsóvia, incluindo suas limitações de responsabilidade legal. Quando a pessoa que for pagar os custos de envio estiver localizada em um terceiro país (que não seja o país de origem, nem o país de destino), serão aplicadas as tarifas de exportação do país de origem, exceto quando houver acordo entre a UPS e a parte contratada.

* Todas as despesas serão faturadas para o consignatário no Brasil.

+ Para os envios através do UPS Express Envelope originados nos Estados Unidos cujo peso seja maior que 226.80 g, será aplicada a tarifa publicada para o peso correspondente.

Consultar a UPS em: http://www.ups.com/media/pt/br/rate_guide_br.pdf

A mercadoria enviada por carga aérea ou marítima: o seu representante em Angola e no Brasil podem desalfandegá-la, sendo os impostos pagos na respectiva alfândega.

Em consulta ao site da DHL Angola: "Se sua carga exceder algum dos limites a seguir, ela pode necessitar de tratamento especial. Favor entrar em contato com o departamento de serviço ao consumidor local em seu país.



Tamanho: Comprimento 118 cm (46 pol), Largura 88 cm (35 pol), Altura 120 cm (47 pol).

Peso: Peso máx. por carga 250,0 kg (551,0 lb), Peso máx. por peça 50,0 kg (110,0 lb) Parte Superior do Formulário.

Suporte Alfandegário da DHL: http://www.dhl.co.ao/pt/express/envio/suporte_alfandegario.html

Amostras, catálogos e material publicitário, com e sem valor comercial:

Amostras comerciais e mercadorias para distribuição gratuita: Existem limitações para a importação de amostras comerciais e bens de distribuição gratuita sem pagamento dos direitos. Se pretender importar mercadorias de distribuição gratuita, é necessário obter uma autorização individual (para cada caso) antes de efetuar a importação.

O pedido para aprovação deve ser apresentado às Alfândegas pelo do Gestor dos serviços ao Cliente indicado para a exposição, acompanhada de ma fatura que inclua quantidades, valores e a descrição da mercadoria.

As Encomendas Postais e Amostras sem carácter comercial não necessitam de Inspeção Pré-Embarque – IPE assim como os artigos sem carácter comercial, transportados em bagagem acompanhada.

Regulamentação específica

Ver no fim deste capítulo: Diretrizes Aduaneiras para Feiras e Exposições

Normas técnicas

Fitossanitárias ou zoossanitárias, de segurança, de qualidade, de defesa ao consumidor, produtos abrangidos:

- Importação apenas com licença do Ministério da Agricultura: Plantas, raízes, tubérculos, bulbos, estacas, ramos, gemas, olhos, botões, frutos e sementes e bem assim as caixas ou invólucros aonde vierem acondicionados;

- Importação apenas com autorização do Ministério da Saúde: Sacarina e produtos similares ou qualquer edulcorante com base na sacarina

- Importação apenas com autorização do Ministério das Pescas: Espécie de peixe para aquacultura e peixes do tipo tilápia (cacusso e chopá);

- Importação apenas com autorização do Ministério das Pescas: Sal não iodizado e sal iodizado

- Importação apenas pelo Estado: Selos e valores selados, fiscais ou postais importados

- Importação apenas com autorização dos Ministérios da Agricultura, Indústria e Saúde, conforme o caso: Substâncias venosas ou tóxicas e drogas, estupefacientes ou sais preparados

Embalagem e rotulagem

As embalagens contendo mercadorias classificam-se com estas últimas quando sejam do tipo normalmente utilizado para o seu acondicionamento. Todavia, esta disposição não é obrigatória quando as embalagens sejam claramente susceptíveis de utilização repetida.

Aspectos gerais da etiquetagem / rotulagem:

Conforme a Legislação sobre rotulagem e embalagem de produtos alimentares, de Bens de Consumo: é exigida a garantia da rotulagem em português.

Um rótulo de um produto alimentar deve incluir: a denominação de venda, isto é, a designação do produto pelo seu nome (bolacha, carne, gelado, ovos, etc.). A designação do produto é importante porque as normas de fabricação são aprovadas para determinados alimentos e podem não se aplicar aos que o consumidor reconhece como semelhantes;

- Lista de todos os ingredientes que fazem parte do produto e que devem estar indicados por ordem decrescente de quantidade;

- Data de durabilidade mínima (“consumir de preferência antes de...”), que indica o limite até ao qual o produto conserva as suas propriedades nas condições de conservação apropriadas;

- Data-limite de consumo (“consumir até...”). A partir desta data, os alimentos podem não estar próprios para consumo. Sempre que o produto apresentar a menção “data-



-limite de consumo”, tem de indicar obrigatoriamente as condições de conservação. É proibida a venda de produtos cuja data-limite de consumo tenha sido ultrapassada;

- Quantidade líquida ou quantidade de produto contido na embalagem, expresso em volume (litro ou fracção) ou em massa (quilograma ou fracção);

- Lote a que pertence o alimento, imprescindível para o consumidor apresentar reclamação. É também importante para identificar a origem do produto;

- Nome, firma ou denominação social e morada do fabricante ou embalador ou vendedor.

Marcas e patentes

Angola aderiu à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), da qual é um membro de pleno direito, e, em 1992, procedeu à harmonização da sua legislação com o regime de proteção da propriedade industrial da OMPI, através da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 3/92, de 28 de setembro de Fevereiro). Assinou a Convenção de Paris sobre Proteção da Propriedade Industrial e o Tratado de Cooperação sobre Patentes (dez. 2007).

Todavia, Angola ainda não procedeu ao depósito dos instrumentos necessários à adesão junto as OMPI. Assim, existe uma incerteza jurídica no que diz respeito aos direitos dos nacionais dos outros Estados, quanto à possibilidade de se beneficiarem da proteção conferida pelos mesmos tratados e convenção.

Esta Lei da Proteção da Propriedade Industrial regula os seguintes temas

- O registo e proteção de patentes;
- Os modelos de utilidade e desenhos e modelos industriais;
- As marcas;
- As recompensas;
- Os nomes e insígnias de estabelecimentos;
- As indicações de proveniência.

O órgão disciplinador é o Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), ao qual cabe a gestão e o registo dos direitos de propriedade industrial.

O prazo de duração das patentes é de 15 anos, contados a partir da data de depósito do pedido. Quanto ao registo das marcas, o prazo de duração é de 10 anos a contar do depósito do pedido de registo. Esse registo é renovável por iguais períodos da seguinte forma:

Até quatro meses após o seu término;

Até um ano, no caso de o requerente provar que houve justo impedimento para cumprir aquele prazo de quatro meses.

A legislação angolana protege os direitos relacionados com a propriedade industrial que abrange os setores da indústria, do comércio, da agricultura, da indústria extrativa e dos produtos naturais ou fabricados, tais como as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os modelos e desenhos industriais, as marcas de fabricação, de comércio e de serviços, as recompensas e o nome e a insígnia do estabelecimento.

Documentação necessária para registo de Marcas para Estrangeiros

- a) Três reproduções de marca com tamanho 8/8 cm o máximo;
- b) Uma procuração passada ao mandatário pela requerente, que dá poder para representar a marca e deve ser reconhecida pela Embaixada;
- c) Uma prova de atividade ou objecto social (escritura da Empresa);
- d) Certidão da conservatória do registo comercial;
- e) Certidão de matrícula.

Documentação necessária para registo de Marca para nacionais

- a) Uma declaração da Empresa dirigida ao IAPI, solicitando pedido de registo, assinada pelo representante máximo da empresa, dizendo em que qualidade está autorizado para fazê-lo;
- b) Um logotipo;



- c) Uma certidão da conservatória ou registro comercial (pacto social, constituição e objetivo social);
- d) Três reproduções de marca com tamanho 8/8 máximo e 3/3 mínimo;
- e) Quatro formulários.

Documentação necessária para registro de insígnia

- a) Um Alvará de Licença Comercial ou Industrial;
 - b) Três reproduções da insígnia com medida de 8/8 cm;
 - c) Dois formulários.
- Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI)
Rua Cerqueira Lukoki N.º 25, 6.º Andar – Luanda – An-

gola

Caixa Postal 3840
Tel.: (+244) 222 33 64 28/(+244) 222 332 974
e-mail: iapidg@ebonet.net / www.iapi.gv.ao

Combate à Contrafacção e à Pirataria

Em caso de esclarecimentos adicionais sobre o controle aduaneiro de mercadorias contrafeitas, contate:

Direção Nacional das Alfândegas
Departamento de Fiscalização Aduaneira (DFA)
Tel./Fax: (+244) 222 39 07 59 / e-mails : dfaintel@alfandega.gv.ao / denuncias@alfandega.gv.ao
Gabinete do Diretor Nacional (GDN)
Tel./Fax: (+244) 222 39 37 84 / 222 33 94 91 / e-mail: info@alfandega.gv.ao

Outros órgãos nos quais se podem obter informações sobre mercadorias contrafeitas, além do Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), acima citado:

Direção Nacional de Inspeção e Investigação das Atividades Económicas
Departamento de Informação e Análises
Tel.: (+244) 222 449 112 / 222 443 961 / 222 449 295
/ e-mail: dniiae@net.co.ao
Direção Nacional dos Direitos de Autor e conexos
Tel.: (+244) 222 333 841 / e-mail: dndaautor@hot-

mail.com

Direção Nacional de Entretenimento e Direitos Autorais
e-mail: mincultura@mincultura.gv.ao
Tel. : (244 222) 322 070 / 322 050 / Telefax : (244 222) 338 374 / 213 979
Comando Nacional da Polícia Fiscal
Telefax: (+244) 222 311 450
http://www.alfandegas.gv.ao/Files/Publicacoes/20100520063610.Pirataria_PT.pdf

NORMAS DO CODEX ALIMENTARIUS e ISO

ver em: <http://www.dnci.net/codex/normas/>

Regime cambial

O controle cambial surge em todas as transações que envolvam a abertura de contas bancárias em moeda estrangeira, bem como em operações de qualquer tipo de produtos ou serviços que desencadeiem a troca de moedas e a transferência de fundos.

Em Angola, o controle cambial ainda é uma realidade, e as operações cambiais só podem ser realizadas por intermédio de uma instituição financeira autorizada a exercer o comércio de câmbios, e sob tutela do Banco Nacional de Angola.

O Regime da detenção de contas bancárias

A lei cambial angolana classifica como residentes cambiais em Angola as pessoas físicas (singulares) que tenham residência habitual no país, bem como as pessoas coletivas com sede no país, ou as sucursais de pessoas coletivas com sede no estrangeiro e todas as pessoas singulares cuja ausência no estrangeiro, por período superior a 90 dias e inferior a um ano, tiver origem em motivo de estudos ou for determinada pelo exercício de funções públicas.

Em contraposição, consideram-se não residentes cambiais em Angola, as pessoas físicas (singulares) com residência habitual no exterior, as pessoas jurídicas (coletivas) com sede no exterior, as sucursais no exterior de pessoas jurídicas (coletivas) de direito angolano, bem como todas as pessoas



físicas (singulares) que se ausentarem do país por período superior a um ano.

Esta qualificação mostra-se essencial pelo fato de a legislação angolana estabelecer algumas restrições à detenção de contas bancárias em instituições bancárias localizadas fora do território angolano, por parte de residentes cambiais, a qual ficará sujeita à autorização prévia do BNA (Banco Nacional de Angola), atendendo às justificações do interessado.

Operações sujeitas a controle cambial

i) Operações de mercadorias e Operações de invisíveis correntes

A legislação angolana divide os vários tipos de transações que podem envolver operações bancárias sujeitas a controle cambial em três grandes grupos:

Vêm definidas na Lei, como sendo todos os atos e contratos entre residentes e não residentes que envolvam a transmissão de direitos de propriedade sobre bens móveis, que se consubstanciam em operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias entre a República de Angola e o estrangeiro.

As referidas operações de mercadorias passaram a ser obrigatoriamente registradas, mediante o preenchimento de um REM (Modelo de Registo de Entrada de Mercadorias) ou de um RSM (Modelo de Registo de Saída de Mercadorias), o qual é condição necessária para o prosseguimento do controle de entrada ou saída de divisas.

A lei dedica uma atenção especial às operações de importação, enfatizando, por um lado, o fato de que a liquidação das mesmas só poderá ser efetuada pela compra de divisas a uma instituição bancária domiciliada em território angolano, ou por afetação de contas em moeda estrangeira, e, por outro, a exigência da apresentação junto a instituição bancária do documento que comprove a entrada da mercadoria no país, ou prova da sua expedição.

No que concerne às operações de importação, a sua liquidação, só poderá ser efetuada pelas instituições bancárias angolanas.

Adicionalmente, foi restringida a emissão de ordens de pagamento para a liquidação de operações de mercadorias nos casos de importação de mercadorias no valor até USD 100.000,00 (cem mil dólares americanos), ou importação de mercadorias de qualquer valor desde que já se encontre no país, devendo para o efeito ser apresentado o respectivo documento alfandegário.

Em outros casos não será possível a emissão de ordens de pagamento e as respectivas operações deverão processar-se pela emissão de Cartas de Crédito.

Recomendações

No auge da crise ao fim de 2009, o dólar no banco valia 1,78 e na rua se trocava entre 1,100 e 1,120, quando se encontrava (em cambistas de lojas e de “esquinas”).

No aeroporto há uma revista física individual a todos. Não é permitido sair do país com kwanzas e o valor máximo para se levar em viagem saindo do país (somatório de todas as moedas) é de 15.000 dólares.

Uma alternativa prática para não se carregar todo o montante em espécie tem sido os cartões pré-pagos existentes, com os quais se pode carregar antecipadamente até 10.000 dólares e usá-lo como cartão de débito ou crédito nas lojas (sob bandeira VISA, p.ex) em pagamentos e compras individuais no exterior. Pode ser recarregado até o limite de 10.000 dólares, por cartão, até cinco vezes subsequentes.

Pagamento das importações

Procedimentos para pagamento envolvendo um banco de direito angolano:

No caso da liquidação antecipada da importação, deverá ser apresentada na fatura pró-forma, franqueada pelo Ministério do Comércio, que funciona como suporte servirá para se adquirir a moeda.

O prazo da utilização para a liquidação da operação ao exportador é de 48 horas. Neste caso, o importador deverá proceder à entrega dos documentos justificativos da importação, no prazo de 90 dias, a saber:



A fatura definitiva

O DU

O B/L - Bill of Lading (Conhecimento de embarque)-
-cópia não negociável

O certificado do BIVAC – ver em <http://www.schenker.pt/servicos/angola/bivac/index.htm>

Outra precaução antes da exportação diz respeito às Cartas de Crédito, irrevogáveis e confirmadas por um banco de primeira ordem, pronto pagamento, antes do embarque das mercadorias.

3. Documentação e formalidades

As importações de mercadorias só podem ser realizadas por agentes econômicos previamente inscritos e registrados como importadores no Ministério do Comércio/e ou Delegações Regionais do Comércio e que possuam uma licença de importadores que deve ser renovada todos os anos. Apenas as pessoas jurídicas com sede em Angola podem ser inscritas.

Regulamento sobre inscrição de Exportadores e Importadores no MINISTÉRIO DO COMÉRCIO: disponível em http://www.dnci.net/comercio_externo/exportacao_importacao/

Apesar de a ENSA – Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola não o obrigar, é conveniente estabelecer um contrato de seguro sobre as mercadorias e bens com destino a Angola junto a uma empresa brasileira ou outra.

Documentos de Exportação

B/L - Bill of Lading

Conhecimento de embarque, sendo o documento emitido por conta do transportador, descrevendo-se o tipo e quantidade de mercadorias embarcadas, mencionado igualmente, carregador, consignatário, portos (ou aeroportos) de embarque e desembarque, o nome do navio (ou avião), valores de frete.

Deve ser assinado pelo comandante do navio/avião (ou seu representante), admitindo o recebimento das mercadorias

descritas a bordo do navio ou avião mencionado, em boa ordem e condições, no local ou porto mencionado, com a obrigação de entregá-las, no porto ou local de destino mencionado, nas mesmas condições recebidas, ao consignatário nomeado ou o portador do conhecimento de embarque, mediante o pagamento de um frete.

ARC - Certificado do Conselho Nacional de Carregadores de Angola

Toda a carga destinada a Angola tem que ter uma licença de importação e cada conhecimento de embarque tem que ser acompanhado de um certificado de embarque (ARC). Emitido pelo CNCA (ou pelos seus agentes), o ARC é necessário para comprovar o embarque da carga e é necessário ao desalfandegamento da carga em Angola. Cada certificado tem um número de série, devidamente carimbado, assinado e datado.

Relatório de Pré-Inspeção para Embarque

Este relatório prova que a carga cumpriu os desígnios determinados pela Alfândega Angolana, havendo necessidade ao seu controle de qualidade, preço e condições de embarque, atestando da veracidade das mesmas.

Pedido de Pré-Inspeção Embarque

Documento tipo de solicitação da Pré-Inspeção para Embarque mencionada no ponto anterior. Ação realizada e a cargo do Exportador.

Documento Único do Exportador

A carga para Angola, sendo expedida para um país extra-CE, é isenta de IVA e verificada pela Alfândega, tanto documentalmente, como, por vezes, fisicamente.

O Documento Único prova a isenção do IVA à exportação, prova a exportação e que os trâmites fiscais e alfandegários forma cumpridos.

Para importação de alguns equipamentos de telecomunicações com rádios transmissores incorporados, é necessário autorização de importação do INACOM- Instituto Angolano das Comunicações.

Para ver os documentos (DU, ADV, I.G. Saúde), aces-



se: <http://www.schenker.pt/servicos/angola/documentos%20imp&exp/index.htm>

Desembarço alfandegário (desalfandegamento) em Angola

As cargas enviadas aos portos angolanos devem apresentar o Certificado de Embarque, o certificado de carga, para poderem ser descarregadas à chegada. Compete ao expedidor obter o documento, antes da carga sair do porto, junto do representante do Conselho Nacional de Carregadores (CNC) no porto de origem. A maioria dos portos de embarque tem um representante do CNC que fornece o certificado de carga.

Todas as mercadorias exportadas para Angola por pessoas jurídicas que tenham um valor CIF (custo, seguro e frete) igual ou superior USD 5000, devem obrigatoriamente ser submetidas à Inspeção Pré-Embarque (IPE), na origem.

No caso de exportações para pessoas físicas, aplicar-se-á esta medida se a mercadoria tiver um valor CIF igual ou superior a USD 10.000. A *BIVAC INTERNATIONAL, uma subsidiária de Bureau Veritas, é a empresa prestadora de serviços de IPE (Inspeção Pré-Embarque) autorizada pelo Governo angolano para realizar as inspeções. O custo das inspeções é financiado pelo Governo de Angola.

O importador deve iniciar o processo de IPE em Angola, antes do embarque das mercadorias. Para tanto, o fornecedor, ou exportador, deverá enviar ao consignatário das mercadorias em Angola uma Fatura Pró-forma das mercadorias a serem fornecidas. Nesta Fatura Pró-forma deve constar a descrição das mercadorias, valor, quantidade, preço unitário, Preço FOB, frete, seguro e preço CIF.

Antes do embarque das mercadorias, os exportadores para Angola devem contatar a BIVAC ou seus agentes, para marcar a hora, local e data da inspeção. Nesta inspeção serão verificadas a qualidade, quantidade, quantidade e preço das mercadorias.

Os Exportadores para Angola devem apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pela BIVAC para permitir a emissão do Atestado de Verificação (ADV) ou CRF (Clear Report of Findings), que deve ser incluído na documen-

tação de embarque e aquela correspondente ao despacho aduaneiro de mercadorias.

O CRF é um documento exigido pelas Alfândegas e o importador não poderá tramitar o despacho aduaneiro das mercadorias sem a sua apresentação.

É importante consultar seu cliente em Angola, a BIVAC e a legislação (Decreto 34/02 de 28/6 e Despacho 192/02 de 09/08), pois existem outras mercadorias que, independente do seu valor estão sujeitas à IPE.

Em caso de desobediência a esta disposição legal, os importadores sofrerão multas que podem ir de 100% a 1000% sobre o valor dos direitos aduaneiros devidos, além do custo da inspeção das mercadorias que deverá ser realizada no local de chegada das mercadorias.

Documentos de Importação

Formulário de Despacho Aduaneiro - DU — comumente conhecido como Documento Único. O formulário deve ser adquirido na Imprensa Nacional por um valor equivalente em kwanzas a USD 10,00;

Fatura Comercial Original — em que conste o nome e o endereço do fornecedor/exportador, nome e endereço do importador, a descrição e quantidade da mercadoria, o valor fob, frete e seguro;

Título de Propriedade (original) - B/L - Bill of Lading - Conhecimento de Embarque (B/L via marítima); Carta de Porte (via aérea); Manifesto de Carga (via rodoviária); Boletim de Carga (Via ferroviária); CP2 (encomendas postais); sendo o BL emitido por conta do transportador, descrevendo-se o tipo e quantidade de mercadorias embarcadas, mencionado igualmente, carregador, consignatário, portos (ou aeroportos) de embarque e desembarque, o nome do navio (ou avião), valores de frete.

A fatura franqueada tem que ter uma licença de importação e cada conhecimento de embarque tem que ser acompanhado de um certificado de embarque (ARC), emitido pelo CNCA (ou pelos seus agentes), o ARC é necessário para comprovar o embarque da carga e é necessário ao desalfandega-



mento da carga em Angola. Cada certificado tem um número de série, devidamente carimbado, assinado e datado.

Atestado de Verificação (ADV) ou CRF — emitido pela empresa de Inspeção Pré-Embarque (BIVAC ou CRF para as mercadorias sujeitas ao Regime de Inspeção de Pré-embarque;

Certificados de Origem da Mercadoria e demais certificados correspondentes a determinadas mercadorias, quando necessário (por exemplo, Certificado Sanitário, para importação de produtos de origem animal; Certificado de Fumigação, para importação de roupas usadas, fardo; Certificado Fitossanitário, para importação de plantas e produtos vegetais; Livrete Original, para viaturas usadas;

Observação: o Certificado de tipo “Modelo O” do CNC já não é exigido pelas Alfândegas. Mas, no caso de importação de um veículo e para poder proceder ulteriormente para registrá-lo, tal documento deverá ser preenchido pelo Despachante Oficial para ser apresentado na Direção Nacional de Viação e Trânsito, com uma cópia da nota de Desalfandegamento e do DAR – Documento de Arrecadação de Receitas.

Tempo de desalfandegamento (desembaraço aduaneiro)

No caso de cumprirem corretamente todos os procedimentos, isto é, se o despacho estiver completo, correto e os pagamentos forem efetuados a tempo, o sistema aduaneiro poderá realizar o desalfandegamento em 48 horas, ou em menos tempo.

As mercadorias que permaneçam no aeroporto ao cabo de 30 dias (ou 60 dias no porto) sem terem sido desalfandegadas, serão leiloadas, conforme decreta a lei.

Quando estas excedem o tempo de permanência permitido aplica-se uma multa com taxa de 5% sobre o valor das mercadorias.

Observação: Para Importação de Medicamentos é necessário apresentar, juntamente com todos os outros documentos, uma Autorização de Importação caso a caso, emitida pela Inspeção de Saúde.

Para Importação de perecíveis, será necessário autori-

zação de importação e/ou certificados fitossanitários emitidos pelo Ministério da Agricultura.

Para importação de alguns equipamentos de telecomunicações com rádios transmissores incorporados, é necessário autorização de importação do INACOM- Instituto Angolano das Comunicações.

Para ver os documentos (DU, ADV, I.G. Saúde) , acesse: <http://www.schenker.pt/servicos/angola/documentos%20imp&exp/index.htm>)

Procedimentos necessários para importar e exportar carga padronizada de mercadoria.

As tabelas abaixo listam os procedimentos necessários para importar e exportar carga padronizada de mercadoria. Os documentos necessários para a exportação e importação das mercadorias também são apresentados a seguir:

Procedimentos para Exportar	Duração (dias)	Custo (US\$)
Preparo dos documentos	25	550
Desembaraço aduaneiro e controle técnico	5	800
Manuseio no porto e no terminal	24	400
Manuseio e transporte em terra	11	500
Total	65	2250
Procedimentos para Importar	Duração (dias)	Custo (US\$)
Preparo dos documentos	25	790
Desembaraço aduaneiro e controle técnico	7	800
Manuseio no porto e no terminal	24	650
Manuseio e transporte em terra	3	1000
Total	59	3240



Exportar	Importar
Bill of lading - B/L (Conhecimento de Embarque)	Bill of lading - B/L (Conhecimento de Embarque)
Ordem de entrega	Certificado de Origem
Certificado de Origem	Certificado de verificação
Commercial invoice	Commercial invoice
Declaração aduaneira de exportação	Declaração aduaneira de exportação
Autorização de câmbio	Autorização para importação concedida pelo Conselho Nacional de Carregadores de Angola (CNC)
Relatório de inspeção	Packing list
Packing list	Recibo de manuseio no terminal
Certificado de impostos	
Padrão Técnico/Certificado de saúde	
Recibo de manuseio no terminal	

4. Regimes especiais

REGIME ADUANEIRO E PORTUÁRIO ESPECIAL PARA A PROVÍNCIA DE CABINDA

As mercadorias importadas para a Província de Cabinda sob o Regime Aduaneiro e Portuário Especial são para serem consumidas e usadas apenas na Província de Cabinda (Decreto Lei 4/04 de 21 de Setembro e Decreto Lei 6/06 de 20 de Dezembro).

No caso das mercadorias com carácter comercial, importadas sob o Regime Aduaneiro Portuário Especial para Cabinda,

saírem desta Província, os seus proprietários devem declará-las junto às Alfândegas de Cabinda, antes de fazer o check-in no Aeroporto ou de transportá-las por qualquer outro meio.

Para fins desta declaração, é necessário apresentar os documentos que comprovem a importação das mercadorias, nomeadamente, a cópia do(s) DU(s) franqueado(s) pelas Alfândegas no momento da sua importação sob o Regime Aduaneiro Especial de Cabinda; a cópia da(s) Nota de Desalfandamento e o(s) original (ais) do(s) DAR (s), respectivamente, a fim de efetuar o pagamento dos encargos aduaneiros adicionais correspondentes ao Regime Aduaneiro Geral.

Recomenda-se aos proprietários das mercadorias conservarem os documentos que comprovem o pagamento dos encargos aduaneiros adicionais. Recomenda-se ainda aos passageiros apresentarem-se no Aeroporto de Cabinda antecipadamente antes do check-in, para poder cumprir com este trâmite e evitar constrangimentos e demoras desnecessárias.

As falsas declarações são passíveis de multas e penalizações de conformidade com as disposições da lei.

Regime aduaneiro especial para o Setor Petrolífero

Em vigor:

O Sistema de Aceitação Eletrônica do Documento Único "SAEDU" é uma facilidade criada para os Declarantes e seus Representantes autorizados, a submeterem a partir das suas bancas, a versão eletrônica do Documento Único às Alfândegas, sendo recebida automaticamente no Sistema de Gestão e Informação Comercial (TIMS).

Admissão temporária

DIRETRIZES ADUANEIRAS PARA AS EXPOSIÇÕES COMERCIAIS

Mediante Circular 86/GETA/03 de 16 de Junho de 2003, foram preparadas as seguintes diretrizes gerais para darem uma breve explicação das exigências das alfândegas para com



as exposições e feiras comerciais a serem realizadas em Angola. Dão uma visão geral dos processos e procedimentos que foram estabelecidos com o objetivo de proteger as receitas do Governo de Angola e facilitar a entrada de mercadorias para exposições e feiras comerciais.

Caso necessite de uma informação específica, deve contactar a entidade organizadora da exposição ou um agente aduaneiro que será capaz de informá-lo sobre os assuntos inerentes à importação e exportação de mercadoria para e de Angola.

Processo de Solicitação

O corpo organizador responsável pelo estabelecimento de uma exposição comercial ou feira deve contactar a Direção Nacional das Alfândegas antecipadamente, de maneira a informar sobre a exposição pretendida, o local e sua duração, a natureza das mercadorias a serem provavelmente importadas e o volume pretendido de importações.

O Diretor Nacional pode aprovar o recinto da exposição como um armazém especial. Ao acontecer, as mercadorias poderão ser importadas e “armazenadas” durante o período da exposição sem que tenham sido nacionalizadas.

Ao deferir as solicitações relativas ao armazém especial, o Diretor Nacional terá, dentre outros requisitos, ter em conta a segurança do estabelecimento, as instalações providenciadas, os tipos de mercadorias a serem provavelmente importadas, o nome do solicitante e a natureza da exposição ou feira.

Em caso de deferimento, será atribuído um código identificador único a cada exposição. Este código deve ser inserido no campo 25c de cada Documento Único aceite para declarar a importação temporária, definitiva ou reexportação de mercadorias do expositor.

Importação de Mercadorias

Toda a documentação aduaneira para a importação de mercadorias para a exposição comercial deve ser entregue ao Balcão de Apoio (Área de Reclamações) da Alfândega de Luanda / Delegação Aduaneira do Aeroporto ou a outro local que

o Diretor Regional determinar. O Diretor Regional nomeará o Gestor dos serviços ao cliente para assegurar o processamento rápido dos documentos e prestar assistência se houver dificuldades.

Todas as mercadorias serão sujeitas ao tempo normal de processamento e verificações. A função do Gestor dos serviços ao cliente limitar-se-à à ação de conciliação e esclarecimento.

Os Despachantes Oficiais estão preparados para informar os expositores sobre a documentação exigida para o cumprimento das leis aduaneiras Angolanas.

No mínimo, esta documentação consistirá em:

- Documento Único;
- Fatura original;
- Original do BI ou carta de porte;
- Termo de responsabilidade da entidade organizadora da exposição assumindo que as mercadorias se destinam à exposição ou feiras;
- Qualquer certificado que possa ser exigido por causa da natureza da mercadoria.

Note-se que:

- A legislação aduaneira exige que o nome do importador deva ser o mesmo que consta do BI / carta de porte / fatura / Documento Único.

- A inspeção pré embarque (IPE) será exigida quando for aplicável. Geralmente, todas as mercadorias com valor CIF superiores a USD 5000 exigem certificado de I.P.E. Há algumas mercadorias que são de I.P.E obrigatória, independentemente do valor e há outras que estão isentas. É da responsabilidade do importador familiarizar-se com essas exigências. Em casos devidamente comprovados a inspeção pré-embarque poderá ser isenta.

- As mercadorias importadas para fins de exposição ou feira em nome de uma Missão Diplomática, geralmente não se enquadram na admissão “isenta de encargo”, pelo fato de a importação ter sido efetuada em nome da Missão Diplomáticas que só beneficiam do privilégio diplomático nas condi-



ções estipuladas na Convenção de Viena (sobre as relações diplomáticas de 18/04/61). Esta não inclui mercadorias para comércio, venda, exposições ou feiras.

- As taxas e os direitos associados à importação das mercadorias são devidos. O pagamento dessas taxas e encargos é exigido pela legislação vigente. Os despachantes oficiais e feiras devem ser capazes de informar os expositores sobre os encargos aduaneiros devidos.

As mercadorias só serão transportadas para o recinto da exposição, desde que satisfeitas as exigências aduaneiras. Assim que a documentação esteja completa as Alfândegas emitirão uma autorização de Remoção de mercadorias do aeroporto ou porto ao recinto da exposição ou feira, sob fiscalização dos agentes da Polícia Fiscal.

Na altura da remoção, o despachante oficial deve organizar o transporte das mercadorias com a Polícia Fiscal.

No local da exposição, os funcionários das Alfândegas reservam-se o direito de verificar as mercadorias na altura da sua abertura e em qualquer ocasião, enquanto permanecerem sob controle aduaneiro.

Todas as mercadorias não nacionalizadas que estejam no recinto na exposição ou feira só poderão ser removidas com autorização das Alfândegas, o que só poderá ocorrer após o processamento do competente despacho de reexportação ou importação definitiva das respectivas mercadorias.

Garantias e Cauções

Uma das principais atribuições das Alfândegas é garantir a cobrança das receitas sobre as mercadorias importadas ou exportadas de Angola.

Com vista a proteger a receita, é prática comum solicitar uma forma de garantia ou caução do organizador da exposição ou feiras, expositores individuais ou qualquer parte que tenha interesse em assegurar que a exposição seja bem sucedida. Cada pedido será apreciado causticamente.

O Diretor Nacional colocará a dispor do expositor várias opções, que vão desde a aceitação de um termo de responsabilidade em que assume o pagamento dos encargos aduanei-

ros devido, garantia bancária, caução e numerário para totalidade ou parte do montante dos direitos, e demais imposições aduaneiras.

Caso se achar conveniente a aceitação de uma garantia em forma de termo de responsabilidade, esta só pode ser dada por entidade de reconhecida idoneidade cívica e financeira, domiciliada em Angola.

Amostras Comerciais e Mercadorias para Distribuição Grátis

Existem limitações para a importação de amostras comerciais e bens de distribuição gratuita sem pagamento dos direitos. Se pretender importar mercadorias de distribuição gratuita, faz-se obter uma autorização individual (para cada caso) antes de efetuar a importação.

O pedido para esta anuência deve ser presente as Alfândegas pelo Gestor dos serviços ao Cliente indicado para a exposição, acompanhada duma fatura que inclua quantidades, valores e a descrição da mercadoria.

Reexportação/ Importação Definitiva de Mercadorias

No encerramento das exposições, deve-se completar a documentação aduaneira para as mercadorias. Cada despacho elaborado, quer seja de reexportação ou de importação definitiva, para declarar a remoção das mercadorias do recinto da exposição, deve indicar o código único identificador de armazém especial.

O Diretor determinará o tempo permitido para preenchimento das formalidades aduaneiras logo que aprovar o armazém especial. Toda mercadoria que não for declarada na altura do encerramento da exposição ou noutro momento, conforme determinar o Diretor Nacional, será apreendida e submetida a procedimento fiscal.

Caso não seja possível a localização das mercadorias e não houver prova da declaração das mercadorias às Alfândegas, as tomarão medidas para cobrança coerciva da dívida.



Responsabilidades

As Alfândegas esperam que as partes envolvidas cumpram integralmente as suas obrigações.

Organizador da Exposição

- Atua como central entre os importadores, despachantes, transitários e

Alfândegas;

- Solicitar antecipadamente ao Diretor Nacional das Alfândegas a autorização para a exposição;

- Informar os potenciais expositores sobre os procedimentos aduaneiros a cumprir;

- Emitir / distribuir temos de responsabilidades aos expositores oportunistas;

- Manter diálogo com as Alfândegas para evitar quaisquer desavenças;

Importador

- Certificar que a documentação está disponível atempadamente;

- Confirmar a realização da certificação de IPE no país de exportação antes do embarque das mercadorias, caso aplicável;

- Certificar que os transitários, despachantes e outros agentes aduaneiros receberam a documentação necessária oportunamente;

- Certificar que todas as mercadorias estão declaradas corretamente;

- Certificar que todas as mercadorias foram removidas legalmente do recinto da exposição e dentro do prazo exigido.

Transitários, Despachantes e outros Agentes Aduaneiros:

- Disponibilizar a documentação necessária para aceitação de um Documento Único;

- Entregar as Alfândegas um Documento Único preenchido corretamente com toda a documentação de apoio;

- Responder pontualmente a quaisquer questões das Alfândegas;

- Efetuar pontualmente o pagamento de quaisquer encargos aduaneiros.

- Assegurar a remoção das mercadorias antecipadamente;

- Informar o importador sobre os procedimentos aduaneiros correctos para a importação (armazém aduaneiros) / reexportação ou importação definitiva das mercadorias.

Alfândegas

- Receber e processar a documentação de importação definitiva ou temporária e reexportação e dar saída oportuna das mercadorias declaradas corretamente.

- Coordenar com o organizador e outras entidades para assegurarem um serviço eficiente antes, durante e depois da exposição ou feira.

- Garantir ao Governo angolano de que todas as receitas estão sendo arrecadadas corretamente.

Papel da Polícia Fiscal

• Trabalhar conforme orientação da Direção Nacional das Alfândegas.

Procedimentos do Terminal de Viaturas - Filda

PROCEDIMENTOS À CIRCULAR Nº /DESP/DTA/DNA/07

Anexo A, a que se referem os pontos 13º e 16º da circular da Direção Nacional das Alfândegas, disponível em http://www.minfin.gv.ao/fsys/Procedures_terminal_de_viaturas_filda_v010207.pdf

No Brasil, a promoção de produtos no exterior requer participação direta ou visitas a feiras e exposições. As empresas brasileiras têm apoio da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) do DPR.

Oportunidades para as empresas brasileiras

Consulte o Estudo de Oportunidades 2010 elaborado pela Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva da APEX em que estão identificadas as melhores oportunidades para as empresas brasileiras, disponível em http://www.cin-pe.org.br/imgNoticias/Angola_Estudo_Oportunidades_2010.pdf

Outro Órgão importante é a Direção Nacional do Comércio regida pelo Ministério do Comércio de Angola. Esse



site é muito útil para os investidores que visam ao mercado angolano, pois nele há informações sobre o comércio interno e externo.

Ver o link Comércio e Negócios, no qual exportadores e investidores podem achar possíveis parceiros angolanos ou internacionais, representantes e interessados em compra ou venda.

No site do Ministério das Finanças constam mais informações sobre legislação aduaneira e estatísticas importantes sobre a economia de Angola.

Informações sobre Vistos

Em relação a retirada de vistos de todos os tipos, é necessário entrar em contato com o Consulado Geral de Angola.

Requisitos de Entrada no território de Angola

O site do Consulado-Geral da República de Angola no Rio de Janeiro contém informações como:

- Lei de Investimento Privado;
- Lei de Incentivos Fiscais e Aduaneiros;
- Lei Cambial.

E também:

Informações sobre regime de comércio exterior, como documentos de importação e autorizações necessárias, além de vários dados sobre Angola.

Consulado Geral da República de Angola no RJ

Av. Rio Branco, 311 - 2º andar - Centro

CEP: 20040-009 - Centro - RJ/ RJ

Tel: (21) 3526-9439 / Fax: (21) 2220-8063

E-mail: consuladodeangola@consuladodeangola.org /

Site: www.consuladodeangola.org

Câmara de Comércio Brasil-Angola

Ronaldo Chaer - Presidente

Rua da Candelária 9 / sala 206 - Centro - Rio de Janeiro

RJ 20091-020

Tel: 2514.1259 / Fax: 2253.6236 / E-mail: cciba9@hotmail.com

Obs: Esta Câmara funciona com sede na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Seu presidente é atual vice-presidente do Conselho Empresarial de Comércio Exterior da ACRJ

Outros sites de interesse:

Exportadores: Regras de Origem em <http://www.alfandegas.gv.ao/exportadores.aspx>

Padrões de Serviços - Processos, atividades, tempo, etc, em <http://www.alfandegas.gv.ao/servicos.aspx>

Sistema Tributário de Angola disponível em: http://www.minfin.gv.ao/fsys/Sintese_Sistema_Tributario_Angolano_Revisto.pdf

BIVAC http://www.bureauveritas.com/wps/wcm/connect/bv_com/Group/Home/Worldwide-Locations/Africa/Angola/



Anexo

1. Inspeção Pré – Embarque

Todas as mercadorias exportadas para Angola por pessoas coletivas que tenham um valor CIF (custo, seguro e frete) igual ou superior a USD 5000 devem obrigatoriamente ser submetidas à Inspeção Pré-embarque (IPE), na origem.

No caso de exportações para pessoas individuais, aplicar-se-á esta medida se a mercadoria tiver um valor CIF igual ou superior a USD 10.000. A BIVAC INTERNATIONAL, uma subsidiária de Bureau Veritas, é a empresa prestadora de serviços de IPE autorizada pelo Governo angolano para realizar as inspeções. O custo das inspeções é financiado pelo Governo de Angola.

O importador deve iniciar o processo de IPE em Angola, antes do embarque das mercadorias. Para o efeito, o fornecedor, ou exportador, deverá enviar ao consignatário das mercadorias em Angola uma Fatura Pró-forma das mercadorias a serem fornecidas. Nesta Fatura Pró-forma deve constar a descrição das mercadorias, valor, quantidade, preço unitário, Preço FOB, frete, seguro e preço CIF.

Antes do embarque das mercadorias, os Exportadores para Angola devem contactar a BIVAC ou seus agentes, para marcar a hora, local e data da inspeção. Nesta inspeção verificar-se-ão a qualidade, quantidade, quantidade e preço das mercadorias.

Os Exportadores para Angola devem apresentar a tempo, toda a documentação solicitada pela BIVAC para permitir a emissão do Atestado de Verificação (ADV) ou CRF (Clear Report of Findings), que deve ser incluído na documentação de embarque e aquela correspondente ao despacho aduaneiro de mercadorias.

O CRF é um documento exigido pelas Alfândegas e o importador não poderá tramitar o despacho aduaneiro das mercadorias sem a sua apresentação.

É importante consultar seu cliente em Angola, a BIVAC e a legislação (Decreto 34/02 de 28/6 e Despacho 192/02 de 09/08), pois existem outras mercadorias que independentemente do seu va-

lor, estão sujeitas à IPE.

Em caso de desobediência a esta disposição legal, os importadores sofrerão multas que podem ir de 100% a 1000% sobre o valor dos direitos aduaneiros devidos, para além do custo da inspeção das mercadorias que deverá realizar-se no local de chegada das mercadorias.

2. Documentação para o processo de desalfandegamento (importações definitivas):

- Formulário de Despacho Aduaneiro – comumente conhecido como Documento Único. Este documento é preenchido geralmente pelo Despachante Oficial em nome dos importadores que representam ou pelo Caixeiro Despachante para as empresas que o possuem. Este formulário pode ser adquirido a partir da Imprensa Nacional por um valor de USD 10.00

- Fatura Comercial – original, em que conste o nome e o endereço do fornecedor/exportador, nome e endereço do importador, a descrição e quantidade das mercadorias, os valores FOB, seguro e frete e o total CIF.

- Título de Propriedade (original): Conhecimento de Embarque (B/L via marítima); Carta de porte (via aérea); Manifesto de Carga (via rodoviária); Boletim de Carga (Via ferroviária); CP2 (encomendas postais).

- Atestado de Verificação (ADV) ou CRF, para as mercadorias sujeitas ao regime de inspeção Pré-Embarque (ver ponto 3 acima).

- Certificados vários, que a natureza das mercadorias exija: Por exemplo, certificados sanitários (no caso de importação de animais, produtos do reino animal); certificado de fumigação (exigido na importação de roupas usadas – fardo); certificado fitossanitário (importação de plantas e produtos do reino vegetal); declaração de exclusividade de aplicação ou de compromisso (exigida quando a importação consistir em matéria – prima, bens de equipamento, materiais subsidiários, meios para uso exclusivo na indústria petrolífera e mineira); Autorização (Declaração) do Instituto Nacional de Telecomunicações (tratando-se de material de telecomunica-



ções, rádios emissores e receptores).

- Certificado do Conselho Nacional de Carregadores de Angola

3. Tempo de desalfandegamento

No caso de cumprirem corretamente todos os procedimentos, isto é, se o despacho estiver completo, correto e os pagamentos forem efetuados a tempo, o sistema aduaneiro poderá realizar o desalfandegamento em 48 horas, ou em menos tempo.

As mercadorias que permaneçam no aeroporto ao cabo de 30 dias (ou 60 dias no Porto), sem terem sido desalfandegadas, serão leiloadas, conforme decreta a lei.

Quando estas excedem o tempo de permanência permitido aplica-se multa com taxa de 5% sobre o valor das mercadorias.

Guichê Único da Empresa

As dificuldades burocráticas que emperravam a promoção de iniciativas empresariais como é o caso da constituição de empresas, obtenção de alvarás e o licenciamento de estabelecimentos, são um constrangimento ao Investimento Privado.

Assim, para facilitar estes procedimentos foi criado o Guichê Único da Empresa (GUE) em 2004, que é um serviço público especial com uma personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O objetivo deste organismo é o de tornar mais rápida a constituição, alteração ou extinção de empresas, ao reunir num único local delegações ou extensões de todos os serviços envolvidos no processo de criação de uma empresa.

Deste modo, é competência do GUE:

- Prestar todas as informações requeridas pelos interessados no âmbito da sua finalidade;
- Emitir o Certificado de Admissibilidade;
- Celebrar a escritura pública;
- Proceder ao registro estatístico;
- Proceder à inscrição no registro comercial;
- Proceder à publicação no Diário da República;
- Atribuir o número de contribuinte;

- Inscrever os contribuintes e beneficiários da Segurança Social das empresas;

- Proceder à cobrança das taxas e dos emolumentos legalmente fixados e enviá-los aos serviços beneficiários.

Em termos jurídicos, as empresas podem ser classificadas como Sociedades Comerciais em Nome Coletivo, Sociedades Comerciais por Quotas, Sociedades Anônimas, Sociedades em Comandita Simples e Sociedades em Comandita por Ações.

O GUE tem constituído, apenas, sociedades comerciais por quotas e sociedades anônimas. As sociedades em nome coletivo, sociedades em comandita simples e sociedades em comandita por ações, nunca foram estabelecidas pelo GUE, uma vez que não estão englobadas na procura feita pelos cidadãos angolanos.

Registro de comerciantes em nome individual - Constituição de empresas em nome individual

Simplificação do processo e dos diferentes passos que deve seguir para a sua constituição legal: redutor das dificuldades burocráticas no processo de constituição de empresas.

O comerciante em nome individual é aquele que exerce sua atividade em nome próprio e que trabalha com os próprios meios. A sua responsabilidade é ilimitada, uma vez que responde pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade, com todos os bens que integram o seu patrimônio.

O primeiro passo no processo de constituição legal de um comerciante em nome individual é a adoção de um nome comercial, pelo qual o titular do estabelecimento será conhecido, sendo, para isso, necessário o certificado de admissibilidade. Caso o comerciante utilize o seu nome completo ou abreviado para denominação da empresa, esse certificado já não será necessário. No entanto, se quiser indicar na firma o objeto da atividade, não se poderá matricular no registro comercial sem antes apresentar o certificado de admissibilidade.

O âmbito territorial do certificado de admissibilidade, ou seja, a exclusividade da firma-nome daqueles que não dão a conhecer a sua atividade, é a circunscrição administrativa, e no segundo caso é o espaço nacional. O art.º n.º 12 do Decreto n.º 47/03, de 8 de



julho, indica que o direito ao uso da firma ou denominação caduca, quando o comerciante em nome individual altera o objeto da sua atividade, excetuando os que utilizam apenas firma-nome.

O comerciante em nome individual é equiparado à pessoa coletiva (pessoa jurídica) e, por isso, a sua situação fiscal deve ser regularizada, de modo a cumprir as suas obrigações de natureza tributária (imposto industrial). Para isso, deve-se dirigir à Repartição Fiscal respectiva, apresentando uma declaração da Administração Municipal da sua área de residência.

Antes do início da sua atividade, o comerciante em nome individual deve apresentar a declaração de início de atividade, sendo necessário preencher o modelo aprovado para o efeito e entregá-lo na Repartição Fiscal respectiva, para que lhe seja atribuído o NIF (Número de Identificação Fiscal) e emitido o cartão de contribuinte. Esta declaração deve ser entregue na Conservatória do Registo Comercial.

Para que os comerciantes em nome individual possam obter o alvará, é necessário que possuam os seguintes documentos:

- Formulários a serem adquiridos junto ao órgão licenciador;
- Certidão do Registo ou documento comprovativo da matrícula definitiva;
- Fotocópia do cartão de contribuinte;
- Certificado do Registo Criminal;
- Parecer sobre o enquadramento urbanístico, interesse econômico e social.

Taxas Portuárias

O Regulamento das Tarifas Portuárias foi alterado em 2009

TIPO DE MERCADORIA	TARIFA (US\$)	GRANÉIS LÍQUIDOS	GRANÉIS SÓLIDOS	CARGA GERAL	CARGAS ESPECIAIS		OUTAS CARGAS	
					VEÍCULO	TONELADAS	TONELADAS	TEU*
		TONELADAS						
Utilização do Porto	mínima	2,80	2,80	5,60	21,00	28,00	70,00	168,00
	máxima	5,60	8,40	11,20	84,00	140,00	70,00	280,00
Tráfego	mínima	1,50	1,50	3,00	7,50	4,50	7,50	60,00
	máxima	3,00	4,50	12,00	22,50	10,50	7,50	90,00
Estiva	mínima	0,22	9,36	13,00	15,20	13,30	7,00	69,80
	máxima	0,66	9,36	15,60	44,40	15,20	7,00	131,10

* Container ISSO com 20 Pés



ARMAZENAGEM

TIPO DE CARGA	PERÍODO DE ARMAZENAGEM	UNIDADE TARIFÁRIA	TARIFA MÍNIMA (US\$)	TARIFA MÁXIMA (US\$)
Carga Geral	Até o 5º dia	Toneladas ao Dia	Não incide tarifa	
	Após o 5º dia		5,00	12,50
Containers	Até o 5º dia	TEU (container)	Não incide tarifa	
	Após o 5º dia		60,00	90,00

TAXAS PORTUÁRIAS RELACIONADAS ÀS EMBARCAÇÕES

TIPO DE TAXA	TIPO DE EMBARCAÇÃO	UNIDADE TARIFÁRIA	TARIFA APLICÁVEL (US\$)
Pilotagem	Carga	Tonelada de Arqueação Bruta (tAB)	0,05
Entrada e Estacionamento	Carga	tAB ao dia	0,20
Reboque	Até 1000 HP	Hora	500,00
	De 1001 a 2000 HP	Hora	750,00
	Superior A 2000 HP	Hora	1000,00
Acostagem	Carga	Metro linear ao dia	20,00
Amarração	Carga	Metro linear ao dia	55,00

Fonte: Ministério das Finanças / Ministério dos Transportes de Angola

Alterado o Regulamento de Tarifas Portuárias em 2009

“Pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 19/09, de 12 de Março, os Ministros das Finanças e dos Transportes alteraram parcialmente alguns artigos do Regulamento de Tarifas Portuárias de Angola, aprovado pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 323/08, de 16 de Dezembro, dos mesmos Ministérios. De entre as alterações introduzidas, destacam-se:

- I) A anulação do Anexo I ao Regulamento, em que constavam os parâmetros T1 a T11;
 - II) A eliminação da sobretaxa de pilotagem de 50%, mantendo apenas as taxas de 25%, 75% e 100%;
 - III) A fixação de uma taxa mínima de USD 50.00 de entrada de estacionamento e de acostagem;
 - IV) O estabelecimento de uma sobretaxa de 70% para os veículos pesados, maquinário e contêineres de 40’; e
 - V) A redução do período de permanência e armazenagem de contêineres no porto, de 30 para 10 dias.
- Sistema de Gestão Eletrónica de Manifestos para as mercadorias importadas e exportadas



Como membro da Organização Mundial das Alfândegas e cumprindo a recomendação de que todas as Alfândegas apliquem as novas tecnologias de informação em todas as operações aduaneiras com vistas a agilizar e facilitar as transações comerciais com o resto do mundo, Angola introduziu nos serviços aduaneiros o sistema de Gestão Eletrônica de Manifestos para as mercadorias importadas e exportadas e/ou qualquer outro tipo de carga no território aduaneiro nacional.

DHL

Orientações sobre a DHL Express Import: Angola

Orientações sobre envio, proibições e restrições padrões a considerar quando enviar cargas expressas a Angola

Commodities Proibidas para Angola + Commodities Proibidas pela DHL Padrão

Envio de Commodities – O Que Você Precisa Saber

Certas commodities são consideradas como “Não-Documento” e precisam estar acompanhadas por uma nota fiscal e, em alguns casos, documentação alfandegária adicional. Outras commodities são simplesmente consideradas como um “Documento” e apenas necessitam que uma DHL Waybill (Nota de Entrega da DHL) seja preenchida. A lista a seguir explica o que você precisa fazer para enviar várias commodities.

Commodities Documento (Necessitam apenas a DHL Waybill)

Artwork inc.drawings / provas / layouts	Bilhetes de avião, emitido / validado
Blank formas	Calendários
Cartas de jogar	Cartões de crédito (NI)
Cartões de visita	Catálogos
Cheques, cofre (NI)	Deeds
Documentos, geral das empresas	Faturas, não estava em branco
Folhetos, brochuras (non-adv.)	Fotografias
Fotos, como parte do negócio relatórios	Gráficos / Gráficos
Jornais	Livros: hardbk / paperbk não comm. usar
Manuais, técnicos	Manuscritos
Mapas	Marcadores
Música, impresso ou manuscrito	Negativas, incluindo raios-X, filmes
O cartão de crédito em branco (NI)	Pamphlets
Passaportes	Pedidos de visto
Pessoal mail	Planos / desenhos-arch / Indust / eng. pur
Plantas	Preço de bilhetes para o vestuário



Preço listas	Publicações público para revenda
Publicidade folhetos / panfletos	Relatórios Anuais
Revistas, periódicos, revistas	Shipping horários
Transparências	

Commodities onde você deve entrar em contato como seu consultor do Serviço ao Consumidor para esclarecer requisitos de envio

Bebidas alcoólicas	Brinquedos
Computador componentes e peças	Drogas: não sujeitos a receita
Drogas: prescrição	Equipamento de comunicações
Equipamento de telecomunicações	Equipamentos electrónicos
Equipamentos industriais	Géneros alimentícios
Grain amostras	Jogos eletrônicos
Líquidos, não perigosos	Médicas / Odontológicas suprimentos e equipamentos
Medicina amostras	Peças, máquinas e electrónicos
Produtos animais	Produtos químicos, não perigosos
Produtos vegetais	Tabaco

Todas as outras commodities são Não-Documento por natureza e devem ser acompanhadas por uma DHL Waybill e uma nota fiscal.

Procedimentos e controle na importação e fornecimento de mercadorias para venda a bordo de aeronaves com destino ao exterior do País. Circular disponível em: http://www.minfin.gv.ao/fsys/CircularVENDA_A_BORDO.pdf



VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Canais de distribuição

Considerações gerais

O setor informal é ainda bastante forte e a distribuição de alimentos, de forma geral, não é feita de forma adequada. Os supermercados e a rede de distribuição do governo são conscientes da importância com a higiene, conservação e apresentação das mercadorias, ao contrário do que se observa nos mercados populares e nas ruas, onde os produtos perecíveis são comercializados de forma imprópria.

As deficiências de infraestrutura de serviços públicos - pavimentação, saneamento, limpeza e coleta de lixo - colaboram para o agravamento desta situação. Ao mesmo tempo, coexistem com isso os modernos shoppings e supermercados que atendem o novo público que reside nos bairros de alto poder aquisitivo, como o "Belas Shopping", em Luanda Sul.

A maioria dos produtos vendidos no país são importados e geralmente comercializados nos mercados públicos e outros canais tradicionais, mas já existem grandes redes operando, principalmente em Luanda, maior mercado consumidor em Angola.

Com o crescimento econômico e social do país e o rápido aumento da oferta de produtos, o Estado angolano vem ampliando o seu papel de regulador e fiscalizador do abastecimento. Desta forma, o controle da venda de produtos com prazo de validade expirado ou de qualidade duvidosa tem melhorado e está em vigor uma norma que obriga a comercialização de produtos devidamente rotulados e com informações em português.

Mercado atacadista (grossista)

O programa governamental PRESILD - Nova Rede Comercial foi implementado com os seguintes objetivos: resolver o grave problema da concentração de armazéns atacadistas nas zonas urbanas, bem como suas consequências; elevar o

padrão dos procedimentos de armazenagem e acondicionamento dos produtos; assegurar o abastecimento regular de produtos da cesta básica, evitando situações de especulação habitualmente praticadas pelos importadores atacadistas; aumentar a participação da produção interna no mercado de consumo.

O Subprograma do Mercado Grossista prevê a criação das seguintes infraestruturas:

- Mercado abastecedor: o local fixo destinado à organização e comercialização por atacado, que inclui várias unidades separadas que partilham seções e instalações comuns, visando ao abastecimento de grandes aglomerados populacionais, fundamentalmente de produtos agropecuários de largo consumo diário, com caráter polivalente, devendo assegurar progressivamente a comercialização de outros produtos alimentares e instalação de zonas de serviço complementares de apoio.

- CLOD - Centro de Logística e Distribuição: pólo de concentração e distribuição multiprodutos e multifunções que integra Mercado Abastecedor e outras unidades separadas, para atividades complementares e de apoio, que partilham instalações e serviços comuns e que obedecem a princípios de concepção específicos, isto é, saúde pública e segurança alimentar, proteção ambiental, responsabilidade social, segurança de pessoas e de mercadorias e sistemas de informação. O Estado cria e é concessionário das infraestruturas físicas.

Central de Compras - Agrupamento de Empresas, CENCO-A.E.

Para coordenar todo processo de aquisição de produtos a comercializar, quer no âmbito dos diversos programas do PRESILD, quer no âmbito dos programas de planejamento, aprovisionamento, abastecimento e fornecimento das várias entidades agrupadas, o executivo autorizou também a constituição da Central de Compras (CENCO). A finalidade é criar um programa, com base na experiência do Presild, de abastecimento regular às Forças Armadas Angolanas (FAA) e à



Polícia, por via de um agrupamento de empresas públicas e privadas.

Em função disso, parte das funções do Entrepósito Aduaneiro de Angola passará para a Central de Compras, enquanto não forem montados os entrepostos logísticos.

Para se inscrever como fornecedor da CENCO deve ser enviada mensagem para o e-mail: fornecedores@presild.com para receber os formulários e instruções necessárias.

Atacadistas em Angola (grossistas):

- Atlas Group
- Zinzi Comercio Geral Limitada (5 AVENIDA DE CAZENGA CURBOLLUANDA - Tel. 244-222-330297)

- ayevelas
- Rayan Investimentos

De acordo com dados prestados pelo INADEC, os produtos comercializados nestas lojas são originários de países como Brasil, Portugal, Argentina e Holanda.

Alimenta Angola - atacadista

Em novembro de 2009, o 3º maior grupo atacadista brasileiro inaugurou a primeira loja na capital angolana, denominada Alimenta Angola. A unidade de estréia do grupo no exterior e a primeira de um projeto de expansão internacional, com 5 mil m2 e 10 check-outs, terá layout similar às lojas brasileiras e vai oferecer um sortimento de cerca de 6 mil produtos, a maioria importada do Brasil.

Sobre o grupo Tenda Atacado: www.tendaatacado.com.br

Os grupos comerciais Comalco, Atlas, Angoalissar, RMV, Golfrate, Cabire e Arosfram têm o monopólio do comércio grossista na região do Huambo.

Principais entidades de classe ou órgãos oficiais que podem fornecer relação de empresas atacadistas

DNC - Direção Nacional do Comércio
Largo 4 de Fevereiro, 7 - 3º | Palácio de Vidro - Caixa

Postal 1337/8 | LUANDA - ANGOLA

Email: minco.dnci.gc@netangola.com

T: 00 244 222 310 658 . 00 244 222 310 273 / Fax: 00 244 222 310 658 . 00 244 222 310 273

<http://www.dnci.net/apresentacao/>

Câmara de Comércio e Indústria de Angola

Departamento de Promoção Comercial - Tel. + (244-2) 444506/ 444541/ FAX + (244-2) 444629

E-mail: ccira@ebonet.net / ccia@ebonet.net / dpc_ccia@hotmail.com / <http://www.ccia.ebonet.net/>

Embaixada de Angola em Brasília

SHIS - QL 6 - Conjunto 5 - Casa 1 - CEP 71620-055 - Brasília - DF - Brasil

Tel. (61) 3248-4489 / 3248-2999 - Fax: 3248-1567

e-mail: embangola@embaixadadeangola.com.br

www.embaixadadeangola.com.br / e <http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/>

Consulado Geral da República de Angola no RJ

Av. Rio Branco, 311 - 2º andar - Centro - CEP: 20040-009 - Centro - RJ/ RJ

Tel: (21) 3526-9439 /Fax: (21) 2220-8063

e-mail: consuladoangola@consuladodeangola.org / www.consuladodeangola.org

Câmara de Comércio Brasil-Angola

Ronaldo Chaer - Presidente

R. da Candelária 9 / sala 206 - Centro - Rio de Janeiro RJ - 20091-020

Tel: 2514.1259 / Fax: 2253.6236 / E-mail: cciba9@hotmail.com

Obs: Esta Câmara funciona com sede na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Seu presidente é o atual vice-presidente do Conselho Empresarial de Comércio Exterior da ACRJ
Embaixada do Brasil em Angola

Avenida Presidente Houari Boumediene nr. 132

Miramar - Luanda - Angola

Telefones: (002442) 44 47 59/ 40 20 10/ 44 13 07 / Fax : (002442) 44 49 13

e-mail: emb.bras1@ebonet.net



Setor Comercial – SECOM

E-mail: Bras.secom@netcabo.co.ao

Site da Direção Nacional do Comércio: outros links de interesse a consultar

<http://www.dnci.net/apresentacao/links.aspx>

Regulamento sobre organização, exercício e funcionamento da atividade comercial a grosso: Versão de 11 de Dezembro de 2007: http://www.dnci.net/comercio_interno/grosso/

ABC Comercial: <http://www.dnci.net/abccomercial/Organizações de Comércio de Angola>:

Associação Comercial de Benguela: <http://www.netangola.com/acb/> Câmara do Comércio e Indústria Portugal-Angola: <http://www.cciportugal-angola.pt/>

Câmara do Comércio Americana-Angolana (em inglês): <http://www.us-angola.org/> Câmara do Comércio Brasil - Angola: http://www.acrj.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=60

Câmara do Comércio e Indústria de Angola: <http://www.ccia.ebonet.net/>

Nosso Super: <http://www.nossosuper.co.ao/>

Organizações do Comércio Internacional

COMESA - Mercado Comum para a África Austral e Oriental: <http://www.comesa.int/>

Números do COMESA: http://about.comesa.int/attachments/060_100225_COMESA_in_Figures.pdf

WUWM - World Union of Wholesale Markets - União Mundial dos Mercados

Atacadistas: <http://www.wuwm.org/wuwmsite/scripts/default.asp> - em inglês

<http://www.wuwm.org/wuwmsite/scripts/default.asp?language=sp> - em espanhol

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral: <http://www.sardc.net/sardc.html>

INADEC - Instituto Nacional de Defesa do Consumidor:

O Inadec está representado nas 18 províncias do país, para fazer cumprir as normas estabelecidas pela Lei de Defesa do Consumidor vigente no país.

Expo Angola

Descrição: Um portal de negócios. O acesso às tendências atuais de abertura de comércio e globalização, que proporciona um significativo incremento econômico e beneficia importadores, exportadores, agentes, distribuidores e investidores envolvidos.

Categoria: Negócios Eventos Comércio

Língua: Português

Páginas Douradas na Internet: uma versão das Páginas Douradas impressas que contém toda a informação de âmbito profissional de Angola: <http://www.paginasdouradas.co.ao/>

Diretorio de empresas: <http://www.angoladigital.net/diretorioempresas/>

Comércio Varejista (Retalhista)

No contexto das ações do PRESILD, o projeto prevê a construção de 31 supermercados distribuídos pelas 18 Províncias de Angola: em menos de 2 anos a Comissão Instaladora da Rede de Supermercados "Nosso Super" criou em Angola a maior Rede Comercial a Retalho (de varejo), tendo em 1 ano implantado 27 supermercados "Nosso Super", de Cabinda ao Cunene, e o primeiro centro de Distribuição da Rede de Supermercados "Nosso Super", inaugurado em Luanda/ Viana.

Na Rede de Supermercados "Nosso Super", 28,5% dos produtos são de fornecedores nacionais, no âmbito do escoamento e da valorização da produção nacional, um dos objetivos estratégicos do PRESILD.

Em 2008, foram inauguradas 2 Lojas Pedagógicas em Luanda e no Huambo, e 2 Mercados Municipais, no Bié e Benguela

Shopping centers e supermercados:

A cidade de Luanda conta com 4 shopping centers:

- Belas Shopping: um símbolo da reconstrução de Luanda, com 8 salas de cinema, praça de alimentação e, anexo ao shopping há um supermercado SHOPRITE. O "Belas Shopping" é um empreendimento de alto padrão, repleto de lojas



brasileiras: Ellus, Bob's, Livraria Nobel, Bicho Comeu.

- Centro Comercial de Viana (Viana é o distrito industrial de Luanda e quase 90% das principais fábricas da província estão ali instaladas)

- Ginga Shopping
- Chamavo

Supermercados

Redes de supermercados em Angola (2009)

Rank	Empresa	Vendas totais (US\$ milhões)	Market Share (%)	Venda de alimentos (US\$ milhões)	Market Share (%)
1	Nosso Super	177,0	5,6	164,0	6,6
2	Auchan	74,0	2,4	51,0	2,1
3	Shoprite	38,0	1,2	31,0	1,3
4	Metcash (RSA)	24,0	0,8	17,0	0,7
Subtotal		313,0	10,0	263,0	10,7
Outros		2.829,0	90,0	2.217,0	89,3
Total de Vendas MGD*		3.142,0	100,0	2.480,0	100,0

Fonte: Planet Retail. (*) Cf. Modern Grocery Distribution (MGD) inclui hipermercados, supermercados, mercados de bairro, lojas de conveniência, lojas de desconto e farmácias.

Jumbo: Hipermercado em Luanda, com loja de 5.000m2. Pertence ao grupo de supermercados e hipermercados multinacionais Auchan, de origem francesa. Oferece uma ampla linha de alimentos, produtos para o lar e vestuário, com mais de 40 mil itens. Faturou US\$ 74 milhões em 2009. Possui marca própria, que foi substituída pela marca Jumbo.

Contato: Hipermercado Jumbo (Angoy Francas SARL)
Gerente Departamento Comercial: Sr^a Anabela Figueiredo

Rua Deolinda Rodrigues – Luanda

Tel: (00244) 222 260 090 / 222 260 100/ 222 260 347

/ Fax: (00244) 222 263 359 / 222 264 295

e-mail: jumbo@jumbo.co.ao / <http://corporate.lc.jumbo.pt/GrupoAuchan/NoMundo/>

Metcash: Em 2009 a Metcash faturou US\$ 24 milhões em sua rede de 15 lojas (30 mil m2). Oferece diferentes linhas de produtos, incluindo alimentos, detergentes e perecíveis. Utiliza duas marcas próprias: Ortem e Cater Value.

Metcash Africa é uma rede privada de origem australiana de distribuição de Bens de Consumo de Rápido Movimento (FMCG). A rede opera lojas de atacado, lojas de bebidas, hipermercados, lojas stax e centros comerciais. A empresa atua no Malawi, Zimbabue, Uganda, Angola e África do Sul. Sua sede é em Joanesburgo, na África do Sul. Originalmente, na década de 1920, surgiu como um negócio familiar, a Metcash Limited (Metcash), hoje líder na Austrália no ramo atacadista e em empresa de marketing especializada em produtos alimentícios, produtos frescos, bebidas, equipamentos e outros bens de consumo de rápido movimento.

Intermarket: Empresa italiana baseada em Angola há muitos anos. Rua Direita de Luanda (atrás do hotel Presidente), Luanda, Angola

Contato: Gerente da Área Comercial: Sr Paulo Francisco
R. Joao de Barros, s/n – Luanda / (00244) 222 310 530 / (00244) 222 310 671

e-mail: intermarket@ebonet.net

Interpark: Hipermercado em Luanda, Angola (grupo ARMINDO CÉSAR & FILHOS)

Supermercado Kanguru: Luanda, Angola

Casa dos Frescos: Luanda Sul, Angola

Martal: Sociedade de Comércio Martal SRL

Rua Marien N´Gouabi, 116-172 - Município da Maianga



- Luanda
Tel: (00244) 222 351 083 / 222 351 980 / 222 351 955
/ 222 350 636 / Fax: 222 351 922
e-mail: martal@netangola.com

Garrafeira Martal: Travessa Almeida Garret -Luanda
Tel: (00244) 222 446 702 / 222 447 515 / <http://www.martal.ao/>
Shoprite: (empresa sul-africana)
Lojas em Palanca e no Belas shopping, em Luanda e em Lobito

Loja em Lobito e 5 lojas USAVE (mais econômicas)
Conforme dados de 2009, a rede Shoprite conta com 10 unidades (5 supermercados e 5 lojas de descontos), com 21 mil m² e US\$ 38 milhões de faturamento. É a maior rede de supermercados (maior quantidade de lojas) na África e Oriente Médio (1.254).

Atende as classes econômicas de renda média e baixa oferecendo produtos de baixo preço; porém, está se adaptando para atender população de renda mais alta para oferecer produtos de acordo com esse perfil. Oferece produtos desde mercadorias de uso doméstico, como folha de papel alumínio e detergente, até pasta alimentícia.

A compra e distribuição das frutas e demais vegetais do Shoprite é realizada pela Freshmark, uma divisão especializada que opera em 14 países fora da sua base na África do Sul e tem procurado adquirir produtos locais.

Entre os seus fornecedores figuram 358 pequenos produtores rurais que entregam itens de acordo com as especificações padronizadas que recebem do Shoprite.

Ainda assim, importa grande parte de sua distribuição.

Supermercado Afri Belg Lda: Diretor Geral: Sr. Hamed
Cel (00244) 912 50 89 95 / e-mail: afribelg@snet.co.ao
E outros: Agro Santos, Carneiro & Irmão, Pegasus.

A Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA): congrega mais de 500 empresas e associações empresarias de forma direta e os seus serviços por meio das associações

filiadas, atendem um universo de mais de 3000 empresas, cobrindo os diferentes ramos da economia.

Compras governamentais

Em Angola, as compras governamentais, juntamente com as aquisições das empresas paraestatais, constituem a maior parte do mercado de serviços angolano de interesse para as empresas estrangeiras. Brasil e Angola não são signatários do acordo da OMC sobre compras governamentais.

O governo publica os editais de licitação na imprensa local e internacional 15 a 90 dias antes da recepção das propostas. Os formulários necessários para participar do processo licitatório são disponibilizados pelo órgão da administração direta ou indireta diretamente afeito ao objeto da licitação mediante o pagamento de uma taxa não reembolsável. As propostas devidamente documentadas são encaminhadas para avaliação do órgão interessado após o depósito de uma caução.

Na percepção de algumas empresas, os prazos entre a publicação das convocatórias e o encerramento das inscrições são exíguos e informações técnicas relevantes para a elaboração de propostas competitivas não são prontamente disponibilizadas para o público em geral. É geral a percepção geral de que falta transparência ao processo, embora, nesse aspecto, tenham ocorrido progressos em virtude do aprimoramento da legislação.

As empresas brasileiras de serviços de grande envergadura financeira e reconhecida competência técnica não têm tido dificuldades extraordinárias para contratar com o governo de Angola a despeito dos esforços da concorrência estrangeira. No entanto, às pequenas e médias empresas de serviços brasileiras é recomendável firmar parceria com empresa angolana, ou participar de consórcio ou joint venture envolvendo empresa brasileira ou estrangeira de grande porte (frequentemente empresa portuguesa).



2. Promoção de vendas

Feiras e exposições

A FIL – Feira Internacional de Luanda é uma empresa privada de capitais públicos constituída em 2007 com a missão de promover as potencialidades do mercado angolano a fim de atrair investimento direto.

Apesar de recentemente criada, a FIL gera um volume de negócios superior a 30 milhões de dólares/ano e integra uma equipe profissional com experiência na área, uma garantia de qualidade na realização de feiras, eventos e outras iniciativas potencializadoras de relações comerciais entre os vários agentes econômicos.

Compõe-se de:

FIL Feiras: Organização e gestão de feiras setoriais e multisetoriais; feiras individuais e em parceria com outras entidades; feiras nacionais e internacionais; gestão do parque de Exposições implantado numa área superior a 3 hectares;

Conta ainda com outra importante área de atuação:

ANIFIL: Centro Internacional de Negócios de Angola – Centro de Apoio empresarial operado numa parceria entre FIL – Feira Internacional de Luanda com ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado; dinamização e captação de investimentos internacionais; recepção de missões comerciais, identificação de parceiros Comerciais; Concepção e Elaboração de Projetos de investimento Internacionais

A FILDA é uma feira multissetorial anual que constitui o maior evento comercial com dimensão internacional em Angola. Em 2010 a feira foi realizada de 20 a 25 de julho em Luanda e celebrou a sua 27ª edição. Com caráter consolidado, a FILDA vem se estruturando e ganhando importância a cada nova edição, permitindo aos expositores um contato não apenas com o mercado angolano, mas também com importadores dos demais países da África Austral.

Na edição de 2009, a Feira Internacional de Luanda con-

tou com mais de 700 expositores de 28 países e quase 30 mil visitantes. O Brasil participa de forma bastante ativa na FILDA desde 2003 e em 2010 contou com a participação de seis Sebraes estaduais: Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estima-se que teve a presença de 50.000 compradores.

Resultados do Pavilhão Brasileiro (compilação dos formulários de avaliação):

- cerca de 20.000 visitantes
- 385 reuniões de negócio (que terão continuidade)
- resultado financeiro de US\$ 50,000,000 - sendo US\$ 10 MI imediatos e US\$ 40 MI nos próximos 12 meses.

Países participantes: África do Sul, Alemanha, Austrália, Botswana, Brasil, Cabo Verde, China, Congo Democrático, Cuba, Espanha, EUA, França, Ghana, Grécia, Índia, Israel, Itália, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Suécia, Uruguai e Zimbábue.

Principais setores representados: máquinas e equipamentos industriais, equipamentos e material para construção, agroquímicos, indústria elétrica e eletrônica, equipamentos médico-hospitalares, mármore e granito, telecomunicações e informática, máquinas e implementos agrícolas, móveis em geral, automóveis, companhia de indústria de bebidas e alimentação, indústria metalúrgica e indústria metalomecânica.



Principais eventos periódicos:

Calendário FIL 2010

MESES	DIAS	EVENTO	ORGANIZAÇÃO
MAIO	6-9	SIMA (Angola Real Estate - International Exhibition)	FIL/APIMA/AIP
JUNHO	24-27	EXPORTHOME Angola (Angola Furniture, Lightning, Home Textiles and Decoration International Exhibition)	FIL/EXPONOR
JULHO	20-25	FILDA (Feira Internacional de Angola)	FIL
SETEMBRO	23-26	ALIMENTICIA Angola (Angola Food & Beverage International Exhibition)	FIL/ARENA Direct/AIP
OUTUBRO	14-17	CONSTROI ANGOLA (Angola Building and Construction International exhibition)	FIL/ARENA Direct/AIP
NOVEMBRO	4-7	EDUCA Angola (Angola Education, Training, Professional Qualification and Employment Exhibition)	FIL/Ministério da
Educação/EXPONOR			
	25-28	ANGOLA MOTOR SHOW (Angola Motor Show)	FIL/ARENA Direct
	25-28 (**)	FITCA (Angola Tourism and Culture International Exhibition)	FIL/Ministério da Hotelaria e Turismo/Ministério da Cultura
DEZEMBRO	9-12	FASHION BUSINESS ANGOLA (Angola Fashion, Clothes, Ware Textil, Shoes, Jewlary and Acessorize International Exhibition - Angola Beauty, Cosmetic and Aesthetic International Exhibition)	Organização: FIL
EXPONOR			

(**) As Feiras e datas mencionadas poderão sofrer alterações



Calendário FIL 2011

MESES	DIAS	EVENTO	ORGANIZAÇÃO
MARÇO	24-27	AMBIENTE ANGOLA (Salão Ambiente, Energia, Água e Reciclagem)	FIL, Min. Ambiente
MAIO	5-8	SIMA (Salão Imobiliário de Angola)	FIL, APIMA, AIP/FIL
	26-29	ANGOLA TIC (Salão Internacional das Tecnologias de Informação e Telecomunicações de Angola)	FIL, ARENA Direct, Min.das Telecomunicações e Tecnologia de Informação
JUNHO	23-26	EXPORTHOME Angola (Salão Internacional do Mobiliário, Iluminação, Têxteis, Lar e Decoração)	FIL/EXPONOR
JULHO	19-24	FILDA (Feira Internacional de Angola)	FIL
SETEMBRO	22-25	ALIMENTICIA Angola (Salão Internacional da Alimentação, Bebidas e Canal Horeca)	FIL, ARENA Direct, AIP/FIL
OUTUBRO	13-16	CONSTROI ANGOLA (Feira Internacional de Construção Civil e Obras Públicas)	FIL, ARENA Direct, AIP/FIL
	13-16	EMAF- FIMAP – SIIEL – FERRALIA (Salão das Máquinas, Ferramentas, Ferragens e Eletricidade)	FIL, EXPONOR
	27-30	EXPOSEGURA Angola (Feira Internacional de Proteção e de Segurança)	FIL, AIP/FIL
NOVEMBRO	3-6	EDUCA Angola (Salão Nacional de Educação, Formação, Qualificação Profissional e Emprego)	FIL, Min.da Educação, EXPONOR
	17-20	ANGOLA MOTOR SHOW (Salão Internacional de Motor de Angola)	FIL, ARENA Direct
	24-27	FITCA (Feira Internacional de Turismo e Cultura de Angola)	FIL, Min. da Hotelaria e Turismo, Min. da Cultura
DEZEMBRO	8-11	FASHION BUSINESS ANGOLA (Salão Internacional de Moda, Vestuário, Têxtil e Calçado - Salão internacional de Beleza, Cosmética e Jóia)	FIL, EXPONOR

(**)- As Feiras e datas mencionadas poderão sofrer alterações.

Feira Agropecuária de Lubango:

A Cooperativa dos Criadores de Gado do Sul de Angola (CCGSA) é a organizadora da "Feira Agropecuária de Lubango", Província do Huila. Em agosto de 2010, na 7ª edição da feira, empresários de pecuária das províncias do Cunene, Namibe, Kuando-Kubango, Kwanza-Sul, Benguela e da anfitriã Huila, leiloaram mais de 1.300 cabeças de gado bovino e outros animais. Participaram do evento 49 fazendas produtoras e 3 empresas fornecedoras de equipamentos agrícolas.

Além do leilão, a feira contemplou a exposição de 700 animais, provenientes de várias fazendas, que apresentaram mais de 400 cabeças de gado das raças Bonsmara, Simmentaler, Simbra, Limousin, Brahaman, Nelor, Gir, Neguni, produzidos através de



vários cruzamentos no país. Além do leilão e da exposição, no contexto da feira, foram realizadas as II Jornadas Técnicas de Bovinicultura de Carne e colóquios técnicos de suinocultura e avicultura tropical, com a participação de vários especialistas angolanos, de Portugal e do Brasil, nas áreas da pecuária e agronomia. Os dados registram mais de 7 mil animais vendidos no evento.

A maioria do gado é comercializada nesta feira agropecuária, com um volume de negócios cotado em mais de US\$ 10 milhões nos últimos 7 anos. Esse desempenho conduziu ao surgimento e ao fortalecimento de várias fazendas, representando as províncias do Cunene, Namibe, Benguela, Kwanza-Sul, Huíla e Kuando-Kubango.

Regime alfandegário das mercadorias a serem exibidas:

DIRETRIZES ADUANEIRAS PARA AS EXPOSIÇÕES COMERCIAIS

Ver capítulo anterior: "V - ACESSO A MERCADO - Admissão Temporária"

Veículos publicitários

Comunicação Social, Portais e ISPs (Provedores de Serviços de Internet) em Angola

Angola Digital: <http://www.angoladigital.net/> Angola News.com (em inglês): <http://angolanews.com/> AngoNotícias: <http://www.angonoticias.com/> ANGOP - Agência Angola Press: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/capa/index.html Cabinda Digital: <http://ibinda.com/> Jornal de Angola: <http://jornaldeangola.sapo.ao/> Luanda Antena Comercial: <http://www.nexus.ao/lac/> Luanda Digital: <http://www.luandadigital.com/> Nexus Angola - Resumo Noticioso do País: <http://www.nexus.ao/angola/index.cfm> Rádio Cultural Angolana: <http://www.jembas.com> RNA - Rádio Nacional de Angola: <http://www.rna.ao/> Semanário Angolense: <http://www.semanarioangolense.net/> Televisão Comercial de Angola: <http://www.tvc.co.ao/> Televisão Pública de Angola: <http://www.tpa.ao/>

Portal de emprego (inclui oportunidades de emprego e legislação laboral). <http://www.toangola.com/>

3. Práticas comerciais

Negociações e contratos de importação

Os brasileiros em Angola

A aproximação entre os angolanos e os brasileiros é muito bem-vinda: além de termos Portugal como colonizador, temos o mesmo idioma e uma identificação muito grande no aspecto "amigável".

Nas principais cidades é possível encontrar um povo alegre, de belos sorrisos, receptivo, que gosta de dançar e tem especial atenção para com os brasileiros. Podem-se conhecer ainda representantes legítimos de grupos étnicos que conservam suas tradições originais, como os mucubais (província do Namibe, sudoeste do país), os cuanhamas (Cunene, no sul) e mumuúlas (Huíla, sul).

O negociador vai perceber também que a cultura brasileira é muito consumida entre os angolanos, principalmente a música, novelas, literatura e futebol.

Os portugueses deixaram suas marcas, com destaque para o sotaque e a arquitetura colonial, tão conhecida dos brasileiros.

Como Negocia em Angola

As negociações são realizadas em um clima de informalidade, o que não significa, por si só, facilidade para os negócios. Sempre haverá a óbvia desconfiança inicial que se traduzem em grandes exigências iniciais. À medida que o exportador for gerando confiança em seus parceiros, as negociações ficam mais brandas.

Leve o maior número de informações possíveis de sua empresa e de seu produto – se tiver certificações será um facilitador, pois, como os angolanos importam quase tudo o que consomem, há muitos ofertantes de todo o mundo e nossos



exportadores necessitam se diferenciar pela da inovação, de estratégias de marketing, etc. Folders e outros materiais impressos, que apresentem os números da empresa e as fotos do estabelecimento são muito bem aceitos. Se a empresa possui um DVD vá em frente.

Embora haja similaridades entre o idioma e a colonização, somos povos bastante distintos na forma de negociar – afinal a independência de Angola é recente como é recente o final da devastadora guerra civil em 2002. A natural imaturidade em negociar tem um viés de insegurança; portanto, temos que observar alguns requisitos fundamentais para conquistarmos a confiança de nossos interlocutores:

- Uso de terno, de preferência discreta, mas com boa apresentação é muito importante: o negociador se sentirá prestigiado. Para a mulher um tailleur, terninho ou um vestido básico são ótimas formas de trajar. Portanto, esqueça os bons e velhos jeans e as camisetas T- shirt;

- As apresentações são informais e simpáticas e são o momento ideal para a troca de cartões (com o máximo de informações possíveis);

- Deixe clara sua intenção e apresente as informações da proposta de negócio de forma isolada, por partes e de forma tranquila;

- A prática de pechinchar é comum em negociações. Leve o preço de seu (s) produto (s) em moeda local, o Kwanza bem como em dólar, mas deixe uma margem para possíveis descontos;

- O negociador vai perceber também que a cultura brasileira é muito consumida entre os angolanos, principalmente música, novelas, literatura e futebol – utilize estes requisitos em momento adequado: tenha certeza que ganha pontos no quesito simpatia. Por outro lado busque informações sobre Angola – o desconhecimento é constrangedor e, tenha certeza, você perderá pontos;

- Se a negociação for bem sucedida prepare-se para os aspectos burocráticos: por diversas vezes poderá ter de enfrentar um ambiente com regulamentações confusas e uma intrincada máquina governamental. Manter a tranquilidade é

fundamental, pois sempre há perspectivas de negócios em um país altamente importador.

No mais, Angola está de braços abertos para negociações.

Abertura de escritório de representação comercial

- O escritório de representação tem o objetivo exclusivo de zelar pelos interesses da empresa estrangeira que representa, acompanhando e prestando assistência aos negócios em Angola;

- O escritório de representação não tem capacidade jurídica autônoma para prática atos de comércio em nome próprio;

- O número máximo de empregados que poderá ter ao seu serviço é de 6.

“Tratando-se de uma estrutura que está sujeita a diversas restrições não é aconselhável no caso de o investidor estrangeiro pretender exercer atividade econômica regular em Angola, ou no caso de investimentos de significativo montante.”

“Decreto n.º 7/90 de 24 de Março: Os Decretos executivos n.ºs 5/80 e 57/84, de 1 de fevereiro e de 16 de Agosto respectivamente, pretenderam estabelecer os princípios regulamentadores da atividade das Representações Comerciais de Empresas Estrangeiras nas formas de representação direta (Delegações Comerciais) e de representação indireta (Representações Comerciais)”. Ver:

Práticas usuais quanto à abertura de escritório de representação comercial. Exigências legais.

Projeto de Regulamento sobre Atividade de Comércio se Representação sa Direção Nacional do Comércio: http://www.dnci.net/comercio_externo/representacao/

Direção Nacional do Comércio: <http://www.dnci.net/>

Lista de Importadores disponível em:

<http://www.angola.embajada-argentina.gov.ar/comercial/importadores.html>



ALIMENTOS (SUPERMERCADOS)

Sociedade de Comércio Martal SRL
Rua Marien N'GOUABI, 116-172 / Municipio da Maianga
- Luanda
Tel: (00244) 222 351 083 / 222 351 980 / 222 351 955
/ 222 350 636 / Fax: 222 351 922
e-mail: martal@netangola.com

Garrafeira Martal
Travessa Almeida Garret - Luanda / Tel: (00244) 222
446 702 / 222 447 515

Arosfram LDA
Mr. Purushottam Sharma / Diretor de Importaciones /
923 59 61 36
Rua Comandante Valódia, 67 -1ºandar Luanda / Tel:
(00244) 222 430 165 -
Secretaria de Mr. Sharma / 222 443 146 / Fax: (00244)
222 447 426
e-mail: arosfram@netangola.com

Supermercado Afri Belg LDA
Sr. Hamed - Diretor General / Cel (00244) 912 50 89 95
e-mail: afribelg@snet.co.ao

Hipermercado Jumbo (Angoy Francas SARL)
Srª Anabela Figueiredo - Gerente Departamento Co-
mercial
Rua Deolinda Rodrigues - Luanda
Tel: (00244) 222 260 090 / 222 260 100/ 222 260 347
/ Fax: (00244) 222 263 359 / 222 264 295
e-mail: jumbo@jumbo.co.ao

Policerol LDA
Rua 15 de Agosto - Lobito - Benguela / Tel.: (00244)
22 153
e-mail: policerol@ebonet.net

Sogec
Dr. Manuel Machado - Diretor General
Rua Dr. Americo Boavida Nº131-133-137 - Luanda
Tel: (00244) 222 394 543 / 222 394 830 / 222 331 867
/ 222 395 145 / Fax: (00244) 222 394 826
e-mail: sogec@snet.co.ao

MAXI - Comercio Geral Importação e Exportação
Dr. Manuel Lopes - Gerente
Rua Alexandre Peres, 25 - Luanda
(00244) 222 334 168 / 222 334 010 / Fax: (00244) 222
335 248 / msl@maxi.co.ao

SOCOLIL - SOCIEDADE COMERCIAL LIZENA, LDA
Sr. Luis Nunes / Sr. Antonio Lemos - Diretores
Rua Deolinda Rodrigues, 14 - Lubango
(00244) 21994 / 20385 / socolil@netangola.com

ZITOFER LDA
Sr. Orlando Alvergaria - Gerente
Calcada Cirili da Conceicao e Silva 18/32 - Luanda
Tel: (00244) 222 393 275 / Fax: (00244) 222 394 163

INTERMARKET
Sr. Paulo Francisco - Gerente da Área Comercial
Rua Joao de Barros, s/n - Luanda
(00244) 222 310 530 / (00244) 222 310 671 / e-mail:
intermarket@ebonet.net

ANGOALISSAR - Comercio e Industria Lda
Diretor Comercial Sr Thomas Mueller - Gerente Marcelo
Stankunavicius
Rua Amilca Barca Nro5, 1ºandar / 4 de Fevereiro -Lu-
anda
Telef (00244) 222 310 221 / 222 310 753 / e-mail:
marcelo@angoalissar.ww.eagle.com



Angola

■ Sumário

ENTREPOSTO Aduaneiro de Angola EP
Estrada de Cacuaco km 4
Tel.: (00244) 222 841 800 / Fax (00244) 222 841 489

CONSTRUÇÃO CIVIL

CONSTIL - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
Engenheiro António Basílio – Diretor Geral
Rua Frieddrich Engels
Fone: (002442) 222394195 / e-mail: constil 000@yahoo.com.br

SPRI – BRALUSANGO
Senhor Carlos Soule – Assistente Comercial
Celular (00244) 912-240828
Av. De Portugal nr. 92 - 9º Directo
Fone: (002442) 222339355 / 222330717 / 222335402 / 222330485
Fax: (002442) 222390050 / e-mail: spribral@ebonet.net

REVESCOR – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
GRUPO SOCOLIL
Rua do Mufilo nr 48 – Lubango
Fone: (002442) 6130080 / Fax: (002442)6130080 / e-mail: socolil@netangola.com

PEREFIL, LDA
Senhor Francisco Vaz Borja – Diretor de Importação -
Celular: (00244) 923-533040
Rua da Liga Africana nr. 101 - A
Fone: (002442)222448422 / 222446607 / 222448396
Tel/Fax: (002442) 222448422 / 222449920 / e-mail: perefil@snet.co.ao

DIMETAL, SARL
Senhor António Barata – Diretor Geral

Rua Observatório da Mulemba – Kikolo - Fone: (002442) 222841377 / 222841221 / 222841181
Tel/Fax: (002442) 222841126 / E-mail: dimetal@netangola.com

GRUPO IMPORTTRADING
Senhor José Vasconcelos – Diretor Geral
Celular (002442) 923416618
Rua Garcia Neto, 122-126
Fone: (002442) 222 446314 / 222 447340 / Fax: (002442) 222441954 / E-mail: importtrading@mail.com

IRMÃOS PATRÍCIO – CONSTRUÇÃO E COMERCIO, LDA.
Senhor Pedro Gonçalves – Diretor Comercial
Rua Manuel Cónego das Neves, Nr 376
Fone: (002442) 222 449236 / 222 442130 / 222 449209
Fax: (002442) 222442130 / e-mail: irmaospatricio@mail.com

HABIMAT
Senhor Fernando – Diretor Comercial
Celular: (002442) 923-611649
Endereço: Rua Major Kanyangulo nº 2/ 2c (ex-directa)
Fone: (002442) 222 331947 / 222 331948 / Fax: (002442) 222 331947 / e-mail: habimat@snet.co.ao

FERMAT
Dr. José Vasconcelos – Diretor Financeiro
Celular: (002442) 923-416618
Bairro do Palanca, Lote A6 – Edifício Fermat
Tel.: (002442) 222 262929 / Fax: (002442) 222 262793 / e-mail: importtrading@hotmail.com

EQUIPAMENTOS AGRÁRIOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Gabinete do Ministro



Senhor Gilberto Buta Lutucuta – Ministro de Estado
 Secretária: Sr^a Celeste
 Av. Comdt Jika – Luanda
 Tel: (002442) 222 322694 / Fax: (002442) 222 320553
 / e-mail: gabminander@netangola.com

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 Av. Comdt Jika
 Tel: (002442) 222 321446 / Fax: (002442) 222 323651
 LIGALU – SOCIEDADE COMERCIAL E AGRO – PECUÁ-
 RIA, LDA
 Senhor Miguel Zombo – Gerente Geral
 Senhor António Lucas – Sócio Gerente
 Rua Nicolau Castelo Branco Nr 10. Maculusso
 Tel: (002442) 222 447046 / Fax: (002442) 222 447046
 / e-mail ligalu@netangola.com

CAMPOTEC LDA
 Diretor Geral – Susana Silva
 Rua de António Saldanha 117, Ingombotas – Luanda
 Tel.: (002442) 222 395021 / Celulares: (002442) 912-
 508284, 912-244771
 Fax.: (002442) 222 390331 e 222 290437 / e-mail: li-
 mjeuk@aol.com

INTRACO (ANGOLA) COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPA-
 MENTOS, LDA
 Travessa da Boavista, nr. 15/17
 Boavista – Luanda – Angola
 Tel.: (002442) 222 310934 / 222 311190 / 222 311212
 Fax.: (002442) 222 0310631 / e-mail: intrang@netan-
 gola.com

IMPORMÁQUINAS – GRUPO IMPORÁFRICA
 Diretor Geral – Mohamed Ismael
 Rua Major Kanhangulo 131/ 131 B
 Tel: (002442) 222 310811 / 222 222311305 / 222
 311831

Fax: (002442) 222 311835 / 222 310105 / e-mail: mis-
 mail@imporafica.com

AGRISUL
 Sede: Rua Major Kanhangulo, 114 - 116 / Luanda –
 Angola
 Tel: (002442) 222 395884 / Fax: (002442) 222 397935
 Filial: Av. Da Independência, 54 – 58 / Lobito – Angola
 Tel: (002442) 07 221556 / Fax: (002442) 07 21972

AGROMUNDO
 Estrada do Futungo s/n Urbanização Talatona
 Luanda – Angola
 Tel: (002442) 222 460560 / 222 460542 / Fax: (002442)
 222 399764 / e-mail: agromundo@multitel.co.ao

KRASNAIA, LDA.
 Rua 1º de Dezembro 47 D - Lobito – Angola
 Tel: (002442) 222 07 221799 / Celular: (002442) 912-
 570110 / e-mail: krasnaia@netangola.com

ROBERT HUDSON, LDA.
 Rua Major Kanhangulo Nr. 72 - Luanda – Angola
 Tel: (002442) 222 331640 / 222 331644 / 222 331641
 / Fax: 002442 222 331646 / 222 331648
 e-mail: rhudson@netangola.com
 Filial: Lobito – Angola
 Telefone: (002442) 07 226664 / 07 226665 / Fax:
 (002442) 07 22698 / 07 32943

TELECOMUNICAÇÕES

ANGOLA TELECOM (ESTATAL)
 Endereço: Rua 1º Congresso MPLA nº 26 2º R – Luanda
 Fone: (002442) 222 334102 / 222 395990 / 222
 398865 / 222 336641
 Fax: (002442) 222391688 / e-mail: HOMEPAGE:
 www@angolatelecom.com

**ALCATEL**

Rua Major Kanhangulo nº 133 – Caixa postal 758

Fone: (002442) 222 311789 / 222 311510 / Fax:
(002442) 222 310113

MULTITEL

Rua Alfredo Troni – Edifício do BPC – 14º andar – Luanda
– Caixa Postal 5937

Fone: (002442) 222 336778 / 222 338401 / 222 391369
/ 222398228

Fax: (002442) 222 337137 / e-mail: multitel.lda@mul-
titel.co.ao / www.multitel.co.ao

Departamento Com. e Vendas

Rua Rei katiavala nº 88

Fone: (002442) 222 443995 / 222 444175 / Telefax:
(002442) 222 444175

e-mail: multitel.depcomercial@multitel.co.ao

AFRALULY LDA

Rua Nicolau Castelo Branco nº 8 – 1º andar – Luanda

Fone: (002442) 222 448884 / 222 448890 /

Celular: (002442) 912-511735 / 912-507199 /
912508468 / Fax: (002442) 222 448890

e-mail: afraluly@snet.co.ao

SISTEC

Rua Comandante Che Guevara, 1.189/95 – Caixa postal
3245 – Luanda

Fone: (002442) 222 392451 / 222 392763 / 222 330404
/ 222 338776 / Fax: (002442) 222 332488

Celular: (002442) 912500811 / 912500812 / 912500813

e-mail: sistec@netangola.com / www.sistec.netangola.
com

STAT

Rua Emílio M´bidi, nº 18 – Luanda

Fone: (002442) 222 322780 / 222 324092 / Telefax:
(002442) 222 324092

e-mail: stat@netangola.com

EQUITEL

Rua Amílcar Cabral 67 r/c – Luanda

Fone: (002442) 222 399337 / 222 399344

Fax: (002442) 222 393286

e-mail: equitel@netangola.com

UNITEL SARL

Marechal Brós Tito nº 77 / 79 – Luanda – Caixa Postal
3305

Fone: (002442) 222 447783 / Celular: (002442) 923-
300131 / e-mail: contacto@unitel.co.ao

FONTE: [http://www.angola.embajada-argentina.gov.
ar/comercial/importadores.html](http://www.angola.embajada-argentina.gov.ar/comercial/importadores.html)

DIRETÓRIO DE EMPRESAS

[http://www.angoladigital.net/diretorioempresas/in-
dex.php?option=com_content&task=blogsection&id=42&Item
id=48](http://www.angoladigital.net/diretorioempresas/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=42&Itemid=48)

TRANSPORTES E LOGÍSTICA: TRANSITÁRIOS

[http://www.angoladigital.net/diretorioempresas/in-
dex.php?option=com_content&task=blogsection&id=49&Item
id=86](http://www.angoladigital.net/diretorioempresas/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=49&Itemid=86)

Quadro jurídico do Investimento privado em Angola:

O estudo que foi elaborado por um consultor nacional, Sr. José Chinjamba com a assistência de uma consultora em investimento, Sra Anca Radu, traça um esboço do quadro jurídico e legal do investimento privado em Angola.

O estudo dá uma visão geral da legislação angolana relativa ao investimento privado, em particular o investimento direto estrangeiro. [http://www.unctad.org/en/docs/
dtlktcd20101_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/dtlktcd20101_en.pdf)

Parcerias comerciais: Principais Formas de Estabelecimento em Angola. [http://www.plmj.com/xms/files/newslet-
ters/2009/Julho/NL_Angola.pdf](http://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2009/Julho/NL_Angola.pdf)



ENDEREÇOS E INFORMAÇÕES ÚTEIS

Embaixada de Angola em Brasília

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário: SE Sr. Alberto Correia Neto
 Endereço: SHIS – QL 06, Conjunto 05, casa 01 - CEP: 71620-055 - Brasília / DF
 Telefones: (061) 3248-4489 / 3248-2915 / 3364-3089 / 3364-5826 / 3364-5851
 Fax: (061) 3248-1567 / 3364-0693 / Site: www.angola.org.br
 e-mail: embangola@embaxadadeangola.com.br / <http://www.embaxadadeangola.com.br/v2/>
 Expediente: segunda a sexta-feira - 9:00 - 15:30h

Setor Consular da Embaixada

Endereço: SHIS - QI 7, Conj. 11 - Casa 9 - CEP 71625-160 - Brasília - DF
 Tel: (0xx61) 3248-4489 / 2915 / fax (0xx61) 3248-1567
 E-mail: angola@mymail.com.br

Consulado Geral da República de Angola no Rio de Janeiro

Endereço: Av. Rio Branco, 311, 2o Andar - CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (0xx21) 2220-9439 - fax: (0xx21) 2220-8063
 E-mail: consuladodeangola@radnet.com.br / www.radnet.com.br

Embaixada do Brasil em Luanda

Embaixadora: Ana Lucy Gentil Cabral Petersen
 Endereço: Avenida Presidente Houari Boumedienne nr. 132
 Cidade: Miramar – Luanda – Angola
 Telefones: (002442) 44 47 59 / 40 20 10 / 44 13 07 /
 Fax: (002442) 44 49 13
 E-mail: emb.bras1@ebonet.net / [http://homepage.](http://homepage.mac.com)

mac.com

Setor Consular da Embaixada

Telefone: (2442) 224 871 / 442 2010 / Fax: (3442) 44-4913 / E-mail: emb.bras2@ebonet.net

Setor de Promoção Comercial (Secom) da Embaixada do Brasil em Luanda

Endereço: Av. Presidente Houari Bouedienne, 132 - Código postal: 5428
 Cidade: Miramar - Luanda
 Telefone: +244 222 442 010 / Fax: +244 222 444 913 / E-mail: secom.luanda@braziltradenet.gov.br
 Chefe: Edson Santiago
 Câmara de Comércio Afro-Brasileira
 Endereço: Rua XV de Novembro, 200 - 11º andar - Complemento: Cj. C - Centro
 Código postal: 01 013 000 / Cidade: São Paulo
 Representação do Banco do Brasil em Luanda
 Endereço – Rua Engrásia Fragoso, 61 Primeiro Andar
 Representante: Márcio Luís Jordão Carneiro da Silva
 Tel: +244-9123 40351 / e-mail: luanda@bb.com.br ou jordão@bb.com.br

Ministério da Indústria de Angola

Endereço: Rua Sequeira Lukoki, 25 - Luanda, Angola
 Telefone: +244 222 332 971 / e-mail: geral@mind.gov.ao / www.mind.gov.ao
 Feiras em Angola
 Empresa: FIL S. A. – Feira internacional de Luanda
 Tel: 265 893 412 / 265 893 413 / 265 809 394 / Fax: 265 809 399 / 265 809 594

Web - www.alicewb.desenvolvimento.gov.br
 Apex Brasil - www.apexbrasil.com.br
 Banco Mundial - www.worldbank.org
 Banco Nacional de Angola - www.bna.ao
 Central Intelligent Agency - CIA - www.cia.gov



Economist intelligent unit - www.eiu.com
 Fundo Monetário Internacional - FMI - www.imf.org
 Fontes Consultadas
 África 21 - portal e revista - www.africa21digital.com
 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
 Angola Press - ANGOP - www.portalangop.co.ao
 Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA)
 Central Intelligent Agency - CIA
 Banco Mundial
 BrazilianTradeNet
 Portal Global21

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 Ministério de Economia de Angola
 Organização das Nações Unidas - ONU
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

The Economist Intelligence Unit (EIU)
 Valor Econômico
 Agência Nacional de Investimento Privado - ANIP:
<http://www.anip.co.ao/>
 Lei Sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado
http://www.anip.co.ao/ANIP/LEI_INCENTIVOS_FISCAIS_ADUANEIROS.PDF

Rádio Nacional de Angola:
 A RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA dispõe em Luanda de cinco canais de emissão, a saber:

CANAL "A" (NACIONAL): Emissão Nacional, 24 sobre 24 horas. Grande informação, entretenimento, cultura, desporto. Diferentes abordagens. É um canal generalista e o porta-estandarte do grupo RNA

RÁDIO N'GOLA YETU: Emissão Nacional, das 05h00 às 21 horas, em 12 línguas nacionais

RÁDIO LUANDA: Emite para a capital e arredor, ininterruptamente 24 horas.

RÁDIO 5: Canal desportivo emite para Luanda e províncias, das 06h00 às 00 horas.

RÁDIO FM ESTÉRIO: O Canal estereofônico inteiramente musical

SERVIÇO INTERNACIONAL, com programas em Português, Inglês, Francês e Lingala.

A RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA possui em cada capital provincial uma Emissora, num total de 18, as quais se juntam as Emissoras Regionais do Lobito e Soyo e os Postos Fixos do Tômbua, Negage e do Dondo.

Exploração da Rede: http://www.rna.ao/exploracao_da_rede.htm e <http://www.rna.ao/>



VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

O sucesso das operações comerciais em Angola depende do desenvolvimento de rede de relacionamentos no país e dos aspectos culturais, tanto quanto da logística de distribuição. No caso dos empresários brasileiros, a similaridade entre as culturas ajuda bastante – por conta da herança africana no Brasil e também pela influência brasileira já exercida na cultura da Angola. Os produtos e serviços de origem brasileira são bem aceitos no mercado angolano. A imagem da bandeira brasileira presente em muitas embalagens é um atrativo para o consumidor.

Os produtos exportados e suas embalagens devem ser adequados às exigências técnicas internacionais e às daquele país, bem como ao tipo de público a que se destinam, pois o consumidor angolano está mais exigente. A melhoria da administração e o acesso de boa parte da população à informação e à renda têm transformado o mercado da Angola, apesar dos contrastes ainda existentes. É uma oportunidade de ampliar rapidamente a presença brasileira no mercado angolano enquanto sua economia está se organizando e crescendo. Uma das chaves é descobrir parcerias estratégicas nesse mercado.

Conforme exposto no Capítulo VI Estrutura de Comercialização, as compras governamentais, assim como as aquisições das empresas mistas, constituem a maior parte do mercado de serviços angolano de interesse para as empresas estrangeiras. Brasil e Angola não são signatários do acordo da OMC sobre compras governamentais.

O governo publica os editais de licitação na imprensa local e internacional 15 a 90 dias antes do recebimento das propostas. Os formulários necessários para participar do processo licitatório são disponibilizados pelo órgão da administração direta ou indireta ligado ao objeto da licitação mediante o pagamento de uma taxa não reembolsável. As propostas devidamente documentadas são encaminhadas para avaliação do órgão interessado após o depósito de uma caução.

Na percepção de muitas empresas, os prazos entre a publicação das convocatórias e o encerramento das inscrições são exíguos e informações técnicas relevantes para a elaboração de propostas competitivas não são prontamente disponibilizadas para o público em geral. É geral a percepção geral de que falta transparência ao processo, embora, nesse aspecto, tenham ocorrido progressos em virtude do aprimoramento da legislação.

As empresas brasileiras de serviços de grande envergadura financeira e reconhecida a competência técnica não tem tido dificuldades extraordinárias para contratar com o governo de Angola a despeito dos esforços da concorrência estrangeira. No entanto, às pequenas e medias empresas de serviços brasileiras é recomendável firmar parceria com empresa angolana, ou participar de consórcio ou joint venture envolvendo empresa brasileira ou estrangeira de grande porte (freqüentemente empresa portuguesa).

A FILDA - Feira Internacional de Luanda é uma feira multissetorial, que a cada ano elege um tema prioritário do país. É um momento interessante para aqueles que buscam um primeiro contato real com o mercado angolano e é o evento comercial mais difundido no país. Nos últimos anos tem estado com seus espaços comerciais completamente lotados, dentro e fora dos seis pavilhões que compõem o parque ferial.

É um evento de grande importância para estréia ou confirmação de interesse e presença no mercado. É evento para contatos com empresários e potenciais parceiros da região de Luanda e bem como dos que vêm do interior para visitar a feira em busca de oportunidades.

A consulta ao calendário de eventos da FIL é recomendável, pois é possível encontrar outras feiras já especializadas em temas de interesse específico, o que pode significar investimento com melhor custo/benefícios.

Há uma serie de incentivos aos investimentos em Angola, seja na área de infra-estrutura, imobiliária, industrial ou agropecuária. Sugerimos buscar no setor comercial da Embaixada do Brasil em Luanda, na ANIP ou na ANIFIL as primeiras informações.

Angola está habituada a importar. Os comerciantes locais



de portes grandes e médios já têm experiência no tema, o que pode facilitar negociações e operações comerciais para os neófitos no mercado. De qualquer forma, recomenda-se estar assessorado por empresas e consultores experientes, a fim de minimizar aborrecimentos, sejam em logística, em aspectos burocráticos ou financeiros.

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Angola, no Rio de Janeiro, além do seu papel de articulador e facilitador do comércio de empresas brasileiras com Angola, tem como associados empresas brasileiras que lá atuam; dentre elas escritórios de advocacia, empresas de consultoria e engenharia, de logística, trading-companies e que podem orientar empresas brasileiras e eventualmente apoiá-las com a prestação de serviços, se for o caso.

Em relação à promoção de produtos no exterior que prevê participação direta ou visitas a feiras e exposições, as empresas brasileiras podem contar o apoio da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) do DPR.

Além do que contém este documento, sugerimos buscar, na da DIC, da DACESS, da SECEX, da Câmara de Comércio Brasil-Angola no Rio de Janeiro, informações sobre: - tarifas e regulamentação de importação, facilidades para obtenção de documentação estatística e tarifária original por parte de empresas brasileiras, remessa de amostras e de material publicitário aos importadores locais, documentação e formalidades para embarque no Brasil, transporte e seguro, canais de distribuição; práticas comerciais, instalação de escritórios locais de empresas brasileiras, preparo das viagens de negócio, épocas mais convenientes, reservas de hotel, etc.

É possível também acessar o mercado europeu, por meio da Angola, aproveitando-se de algumas facilidades do SGP entre Angola e a União Européia, desde que sejam realizados investimentos na produção local em parceria com empresas angolanas (vide capítulo SGP neste documento).

Conforme exposto no Capítulo 8 VI Estruturas de Comercialização, o governo angolano criou a Central de Compras (CENCO) para coordenar todo processo de aquisição de produtos a co-

mercializar, quer no âmbito dos diversos programas do PRESILD, quer no âmbito dos programas de planejamento, provisãoamento, abastecimento e fornecimento das várias entidades agrupadas. A finalidade é criar um programa, com base na experiência do Presild, de abastecimento regular às Forças Armadas Angolanas (FAA) e à Polícia, por via de um agrupamento de empresas públicas e privadas.

Em função disso, parte das funções do Entreposto Aduaneiro de Angola passará para a Central de Compras, enquanto não forem montados os entrepostos logísticos.

A empresa que desejar se inscrever para ser fornecedora da CENCO deve enviar mensagem para o e-mail fornecedores@presild.com para receber os formulários e instruções necessários.

PRESILD

Rua Rainha Ginga 240/2

Luanda, Angola / Telefax: 222-333393 / <http://www.presild.com/cenco.html>

**ANEXOS****I - ENDEREÇOS****Em Angola**

a) Representação diplomática e consular brasileira

Embaixada do Brasil em Luanda

Embaixadora: Ana Lucy Gentil Cabral Petersen
 Endereço: Avenida Presidente Houari Boumedienne
 nr. 132
 Cidade: Miramar – Luanda – Angola
 Telefones: (00 2442) 44 47 59/ 40 20 10/ 44 13 07 /
 Fax : (00 2442) 44 49 13
 E-mail : emb.bras1@ebonet.net |
 Site: <http://homepage.mac.com>

Setor Consular da Embaixada

Telefone: (2442) 224 -871 /442 – 2010 /
 Fax: (3442) 44 – 4913
 E-mail: emb.bras2@ebonet.net

Setor de Promoção Comercial (Secom) da Embaixada

do Brasil em Luanda
 Endereço: Av. Presidente Houari Bouedienne, 132 -
 Código postal: 5428 - Cidade: Miramar - Luanda
 Telefone: +244 222 442 010 / Fax: +244 222 444 913
 E-mail: secom.luanda@braziltradenet.gov.br
 Chefe: Edson Santiago

b) Órgãos oficiais locais de interesse para os empresários brasileiros:

Ministério da Indústria de Angola

Endereço: Rua Sequeira Lukoki, 25 - Luanda, Angola
 Telefone: +244 222 332 971 /
 E-mail: geral@mind.gov.ao / Site: www.mind.gov.ao

GARE - Gabinete de Apoio ao Redimensionamento Empresarial

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 9º / Telefone: 39 04 96 /
 Fax: 39 29 87

IDIA - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 8º / Telefone: 33 84 92

INAPEM - Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

Rua Mota Feo, 18 /Telefone: 33 29 74 / 39 33 86 /
 Telefone/Fax: 33 11 46

INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional

Rua Timor, 53
 Telefone: 34 32 40

IIE - Instituto de Investimento Estrangeiro

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 9º
 Telefone: 33 37 27 / 33 47 00 / 33 75 65 / 39 26 20 /
 39 27 42 / 39 29 54
 Fax: 39 33 81 - P.B.X.: 33 12 52

UTC - Unidade Técnica Administrativa de Cooperação UE-Angola

Avenida Comandante Valódia /
 Telefone: 34 47 65 / 34 40 34

Direção Nacional do Desenvolvimento Tecnológico

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 8º / Telefone: 33 84 92 /
 Fax: 39 24 00

**Gabinete de Redimensionamento das Pescas**

Avenida 4 de Fevereiro - Edifício Atlântico /
Telefone: 39 27 82

Gabinete do Planeamento da Agricultura

Avenida Comandante Gika / Telefone: 32 07 21 /
32 19 43 / Fax: 32 05 53

Gabinete de Redimensionamento do Comércio

Avenida 4 de Fevereiro - Palácio de Vidro, 3º /
Telefone: 33 20 27

Gabinete Jurídico das Obras Públicas

Edifício da Mutamba, 4º / Telefone: 33 59 09 /
Fax: 39 25 39

Gabinete Técnico do Ministério dos Transportes e Comunicações

Rua Tipografia Mamã Tita, 32, 3º / Telefone: 33 01 99

Comissão de Redimensionamento das Obras Públicas

Edifício Mutamba, 4º, Porta B / Telefone: 33 12 27 - 8

Comissão de Redimensionamento Sectorial do Café

Rua Amílcar Cabral, 45 / 47 / Telefone: 39 29 70

ANIP - Agência Nacional de Investimento Privado

Rua Cerqueira Lukoki , 25 - Edifício do Ministério da Indústria, 9º Andar, Luanda/<http://www.anip.co.ao/>

IAPI - Instituto Angolano da Propriedade Industrial

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 6º / Telefone/Fax: 33 29 74

IANORQ - Instituto Angolano de Normalizações e Qualidade

Rua Cerqueira Lukoki, 25, 7º /Telefone/Fax: 33 72 94

FIL – Feira Internacional de Luanda

Rua: Estrada do Catete C.P. 6127 - Município do Cazenga, Luanda
Telefone: +244 – 917 664 000/ 926 405 985 /
Município do Cazenga

ANIFIL - Centro Internacional de Negócios de Angola

Rua Fernando Manuel Caldeira, 6 – Coqueiros, Luanda
Telefone: + 244 – 222 339 598 / 926 405 985

Direcção-Geral das Alfândegas**Direcção Regional da Alfândega de Luanda**

Av. 4 de Fevereiro - Marginal -
Largo Diogo Cão (Junto ao Porto de Luanda)
Caixa Postal nº 1254 - Luanda – Angola /
Tel. 222 310620 / Fax: 222 310633
<http://www.alfandegas.gv.ao/>

Delegação Aduaneira do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola
(Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)
Tel.: 222 357441 / Fax: 222 357441

Delegação Aduaneira do Piquete I do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola
(Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)
Tel.: 222 350577 / 222 0046

Delegação Aduaneira do Piquete II do Aeroporto

Rua 21 de Janeiro, Luanda - Angola
(Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro)
Tel.: 222 353836

**Delegação Aduaneira de Viaturas - Recinto da FILDA**

Terminal da Multiparques, Rua paralela à estrada de Catete
 Telefax: 222 003565

Lista de todos os Postos Aduaneiros de Angola

em: <http://www.alfandegas.gv.ao/Contactos.aspx>

Direção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas

Departamento de Informação e Análises /
 Tel.: (+244) 222 449 112/ 222 443 961/ 222 449 295;
 e-mail: dniiae@net.co.ao

Direção Nacional dos Direitos de Autor e conexos

Tel.: (+244) 222 333 841 /
 e-mail: dndaautor@hotmail.com

Direção Nacional de Entretenimento e Direitos Autorais

e-mail: mincultura@mincultura.gv.ao
 Tel. (244 222) 322 070 / 322 050 /
 Telefax : (244 222) 338 374 / 213 979
 Comando Nacional da Polícia Fiscal
 Telefax.: (+244) 222 311 450

1.2 No Brasil

a) Representação diplomática e consular do país
 (conforme aplicável):

Embaixada de Angola em Brasília

SHIS - QL 6 - Conjunto 5 - Casa 1 -
 CEP 71620-055 - Brasília - DF - Brasil
 Tel. (61) 3248-4489 / 3248-2999 - Fax: 3248-1567
www.embaixadadeangola.com.br
<http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/>
 e-mail: embangola@embaixadadeangola.com.br

Consulado Geral da República de Angola no RJ

Av. Rio Branco, 311 - 2º andar - Centro -
 CEP: 20040-009 - Centro - RJ/ RJ
 Tel: (21) 3526-9439 /Fax: (21) 2220-8063
 E-mail: consuladodeangola@consuladodeangola.org
 Site: www.consuladodeangola.org

b) Órgãos oficiais brasileiros

Informações sobre o mercado, inclusive condições de acesso, importadores locais e oportunidades comerciais: distribuição das publicações da "Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior" do MRE:

Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Ministério das Relações Exteriores
 70.170-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 3411.8932 / Fax.: (61) 3411.8954
 E-mail: dic@itamaraty.gov.br

Apoio a viagens e missões de empresários brasileiros ao país ou a missões econômicas e comerciais do país no Brasil:

Divisão de Operações de Promoção Comercial- DOC

Ministério das Relações Exteriores
 70.170-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 3411.8531 / Fax.: (61) 3411.6007
 E-mail: doc@itamaraty.gov.br

Divisão de Programas de Promoção Comercial e Investimentos - DPG

Ministério das Relações Exteriores
 70.170-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 3411.8989 / Fax.: (61) 3411.8967
 E-mail: dpg@itamaraty.gov.br

Informações sobre o mercado, a documentação e formalidades de embarque; emissão exclusiva de certificados de



origem para o SGP (se aplicável).

Departamento de Operações de Comércio Exterior DECEX

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", sala 918 -
70053-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 2109.7563 /
<http://www.desenvolvimento.gov.br>

2. Empresas Brasileiras

ODEBRECHT Angola

Rua Eng. Pedro de Castro Van-Dunem "Loy", S/N
Parque Emp. Odebrecht Luanda Sul/Luanda Angola
Tel. + 244 222 67 - 8452
Câmara de Comércio Brasil-Angola
Ronaldo Chaer - Presidente
Rua da Candelária 9 / sala 206 - Centro -
Rio de Janeiro RJ 20091-020
Tel: 2514.1259 / Fax: 2253.6236 /
E-mail: cciba9@hotmail.com

Obs: Dentre os seus associados encontram-se grupos econômicos e empresas brasileiras com atuação em Angola.

AEBRAN – Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola – congrega cerca de 40 empresas.

Como um grupo empresarial brasileiro em Angola tem às vezes mais de 3 empresas, estima-se que existam pelo menos 200 empresas com participação societária de brasileiros.

Ver IV – Relações Econômicas Brasil X Angola, tabela e lista de empresas que operam em Angola.

3. Câmaras de Comércio

3.1 Em Angola: Câmara de Comércio e Indústria de Angola

Departamento de Promoção Comercial
Tel. + (244-2) 444506/ 444541/
FAX + (244-2) 444629
E-mail: ccira@ebonet.net
E-mail: ccia@ebonet.net
E-mail: dpc_ccia@hotmail.com
<http://www.ccia.ebonet.net/>

3.2 No Brasil

Câmara de Comércio Brasil-Angola

Ronaldo Chaer - Presidente
Rua da Candelária 9 / sala 206 - Centro -
Rio de Janeiro RJ 20091-020
Tel: 2514.1259 / Fax: 2253.6236
E-mail: cciba9@hotmail.com

Obs: Esta Câmara funciona com sede na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Seu presidente é atual vice-presidente do Conselho Empresarial de Comércio Exterior da ACRJ

Câmara de Comércio Afro-Brasileira

Endereço: Rua XV de Novembro, 200 - 11º andar
Complemento: Cj. C - Centro
Código postal: 01013000
Cidade: São Paulo

4. Principais Entidades De Classe Locais

Obs.: ver V – Estrutura de Comercialização

4.1 Comércio atacadista:

Principais entidades de classe ou órgãos oficiais que podem fornecer relação de empresas atacadistas:

**Direção Nacional do Comércio:****DNC - Direção Nacional do Comércio**

Largo 4 de Fevereiro, 7 - 3º | Palácio de Vidro

Caixa Postal 1337/8 | LUANDA - ANGOLA

Email: minco.dnci.gc@netangola.com

T: 00 244 222 310 658 . 00 244 222 310 273

Fax: 00 244 222 310 658 . 00 244 222 310 273

<http://www.dnci.net/apresentacao/>

Câmara de Comércio e Indústria de Angola

Departamento de Promoção Comercial

Tel. + (244-2) 444506/ 444541/ FAX + (244-2) 444629

E-mail: ccira@ebonet.net / E-mail: ccia@ebonet.net /

E-mail: dpc_ccia@hotmail.com

<http://www.ccia.ebonet.net/>

Organizações de Comércio de Angola:

Associação Comercial de Benguela:

<http://www.netangola.com/acb/>

Câmara do Comércio e Indústria Portugal-Angola:

<http://www.cciportugal-angola.pt/>

Câmara do Comércio Americana-Angolana (em inglês):

<http://www.us-angola.org/>

Câmara do Comércio Brasil - Angola:

http://www.acrj.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=60

Câmara do Comércio e Indústria de Angola:

<http://www.ccia.ebonet.net/>

O Nosso Super:**Organizações do Comércio Internacional**

COMESA - Mercado Comum para a África Austral e Oriental : <http://www.comesa.int/>

Números do COMESA: [http://about.comesa.int/](http://about.comesa.int/attachments/060_100225_COMESA_in_Figures.pdf)

[attachments/060_100225_COMESA_in_Figures.pdf](http://about.comesa.int/attachments/060_100225_COMESA_in_Figures.pdf)

4.2 Comércio varejista.

A Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA): congrega mais de 500 empresas e associações empresarias de forma direta e os seus serviços, por via das associações filiadas, atendem um universo de mais de 3000 empresas, cobrindo os diferentes ramos da economia.

<http://www.ccia.ebonet.net/>

http://www.ccia.ebonet.net/lista_contactos.htm

Ver PRESILD

Rua Rainha Ginga 240/2 - Luanda, Angola /

Telefax: 222-333393

<http://www.presild.com/cenco.html>;

<http://www.presild.com/index3.html>;

http://www.dnci.net/comercio_interno/presild/objectivos.aspx

Planet Retail. (*) Cf. Modern Grocery Distribution (MGD)

inclui hipermercados, supermercados, mercados de bairro, lojas de conveniência, lojas de desconto e farmácias.

5. Principais Bancos**5.1 Bancos brasileiros em Angola:****Representação do Banco do Brasil em Luanda**

Endereço – Rua Engrásia Fragoso, 61 Primeiro Andar

Representante: Márcio Luís Jordão Carneiro da Silva

Tel: +244-9123 40351

E-mail: luanda@bb.com.br ou jordão@bb.com.br

5.2 Locais**Banco Nacional de Angola:**

<http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=280&a=5>

Bancos comerciais e de investimento:

<http://www.bna.ao/default.aspx?c=130>

BANCO BIC, S.A.

BANCO REGIONAL DO KEVE, S.A. – BRK



BANCO SOL – SOL
BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S.A. – BAI
BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.A. – BPC
BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A. – BCI
BANCO PRIVADO DO ATLANTICO, S.A. – BPA
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA – BDA
VTB ÁFRICA, S.A. – VTB
BANCO ANGOLANO DE NEGÓCIOS E COMERCIO,
S.A. - BANC
BANCO DE FOMENTO ANGOLA, S.A. – BFA
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA S.A. – BCGTA
BANCO MILLENIUM ANGOLA S.A. – BMA
BANCO COMERCIAL ANGOLANO, S.A. – BCA
BANCO QUANTUM CAPITAL - BQC
BANCO COMERCIAL DO HUAMBO – BCH
NOVO BANCO – NVB
BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA, S.A. – BESA
Banco de Negócios Internacional S.A.- BNI
FINIBANCO ANGOLA, S A

6. Principais Feiras e Exposições

Eventos de interesse para empresas brasileiras, ver em:
- VI – ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

Para informações mais completas sobre a eventual participação oficial brasileira em feiras e exposições locais, roga-se aos empresários interessados dirigir consulta à:

Divisão de Feiras e Turismo – DFT
Ministério das Relações Exteriores
70.170-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 3411.8960 / Fax.: (61) 3411.8957
E-mail: dft@itamaraty.gov.br

7. Meios de Comunicação

Ver nomes, observações, telefone e endereços de e-mail, ver em: - II FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

8. Companhias de Transporte com o Brasil

Ver nomes, observações e agentes, telefone, e-mail, frequências mensais médias e portos locais/portos brasileiros servidos pelas linhas respectivas, ver em:

II FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL



II - Fretes e Comunicações com o Brasil

1. Informações sobre Fretes

As autoridades angolanas do setor marítimo e portuário estão trabalhando no ajuste do custo do frete marítimo no mercado, tendo com isso efetuado já uma redução do preço. Apesar de não terem sido revelados em termos percentuais o que representa tal redução, fontes da direção do Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA) atestam que a diminuição possibilitou estabelecer um preço que leva em conta a realidade do país.

O frete foi uniformizado para que a atividade de shipping em Angola e o custo do frete, em particular, estejam ajustados à realidade do país, dentro das normas que regem o comércio mundial e o transporte marítimo. Fonte do Conselho Nacional de Carregadores de Angola (CNCA).

Em face da especulação que se registrava no mercado angolano em 2009, três companhias marítimas, principalmente a NDS, a Delmas e a Maersk Angola, foram acusadas de terem subido drasticamente os preços dos fretes, numa violação clara às regras que regem o comércio mundial e o transporte marítimo.

Segundo especialistas do setor, o custo do frete marítimo é influenciado pela distância, o valor da carga, o fator de comercialização, as restrições à liberdade de comércio e, em especial, o volume de tráfego (efeito de escala) e a eficiência portuária. Atualmente, o frete marítimo contribui para a subida do preço no consumidor final e continua a ser um fator fundamental para o desenvolvimento ou bloqueio da economia global.

O custo do frete marítimo no país em 2009 teve como causa a sobre-estadia de navios ao longo do Porto de Luanda, o tempo de imobilização dos contêineres nos parques, devido às dificuldades de transporte rodoviário e a limitações de recepção do porto e pelo agravamento das taxas aduaneiras. De acordo com dados disponíveis, para 2010, o Porto de Luanda prevê um crescimento da atividade produtiva da ordem de 9%.

Desde agosto de 2009, o porto de Luanda conseguiu desfazer-se do acentuado congestionamento de tráfego que se verificou desde 2006, com particular gravidade nos últimos meses de 2008, quando ficaram em situação de bloqueio, todos os dias, 80 navios quadro que se estendeu até o mês de abril de 2009.

Atualmente a situação do porto de Luanda é satisfatória, porquanto estão ao largo não mais de 10 navios aguardando para atracar.

A redução do custo marítimo em Angola em 2009 foi impulsionada por algumas ações que contribuíram para o descongestionamento do recinto portuário, mormente a aprovação do regulamento de tarifas portuárias, a entrada em funcionamento de mais 3 cais e de mais 1 terminal de segunda linha e o desvio de navios para o Porto do Lobito.

1.1 Fretes marítimos:

Conselho Nacional de Carregadores - CNC

Serviços da CNC: Bolsa Nacional do Frete - BNF, SIGA - Sistema de Informação, Gestão e Análise, TMA - Tráfego Marítimo de Angola, Boletim estatístico.

Tabela de Fretes de Referência disponível em <http://www.bnf-angola.com/referenceFreight/table.do?param=list>



Frete de referência, um exemplo:

Porto				Carga		
PAÍS	ORIGEM	DESTINO	PRODUTO	CONT. 20	CONT. 40	CONVENCIONAL
Brasil	Santos	Namibe	N/A	\$3.253,00	\$6.470,00	\$102,00

Bolsa Nacional do Frete–BNF: Tem como objetivo contribuir para regulamentar e reduzir o valor do frete dos transportes marítimos que tenham como destino ir para os portos angolanos e apoiar os importadores e exportadores incentivando a associação e partilha de informações entre os profissionais e as empresas que operam no país.

Obs.: Angola foi o primeiro país membro da Organização Marítima da África do Oeste e do Centro (OMAOC) a desenvolver o projeto de criação de uma Bolsa de Frete Marítimo.

A BNF oferece: Simulador de Frete de Referência disponível em:

<http://www.bnf-angola.com/referenceFreight/simulador.do?param=list&menu=110>

Informações sobre o movimento portuário diário e a curto prazo nos portos nacionais (entradas, saídas, períodos de estadia, etc.);

Informações e notícias diversas sobre assuntos de interesse geral para os utilizadores;

Fórum para discussão de assuntos de interesse para os profissionais do setor;

Troca de correspondência e conversação on-line;

Exibição de publicidade;

A BNF disponibiliza meios que dão suporte ao desenvolvimento de negociações online, 24 horas por dia e 365 dias por ano.

Permite que importadores e exportadores registrem on line as suas necessidades de transporte, que ficarão assim acessíveis a todos os operadores que consultem o Portal. Pos-

sibilita, desta forma, que os interessados apresentem as suas condições e a cotação do custo do frete para o transporte solicitado. Permite ainda que os próprios armadores possam, autonomamente, divulgar as suas disponibilidades de transporte, de que os importadores angolanos tomarão conhecimento pelo portal (<http://www.bnf-angola.com>).

SIGA - Sistema de Informação, Gestão e Análise: Cuida da emissão de certificados de embarque, seu controle e o respectivo retorno financeiro. Até 31/12/2009 o SIGA já havia emitido 413.279 certificados de embarque.

É uma ferramenta de controle e geração de informação detalhada de toda mercadoria que entra e sai do país, bem como informações relativas a todos intervenientes na transportação marítima da Angola.

Agentes internacionais do Conselho Nacional dos Carregadores - CNC:

Angomar Agencia Marítima AS

ASA GmbH

ATM Heisel Shipping Agency

Beacon Lda

Dolphin Chartering Services PVY Ltd

DSF

Frabemar

Mitchell Cotts

OIC-Services

SAGA Shipping

Seaway Express Co. Ltd

SCC



San Lian Shipping
Sin Chiao Shipping, Ltd
Technimar
Time Ocean Shipping Limited
TransGlobal
Whilmardel Ltd
Wab Corp Marine Transport Services (L.L.C.)
Wab Corporation
Wilhelmensen Hyopwoon Ships Service Ltd
Worms Services Maritimes
Fonte: <http://cnc-angola.com/agentes>

ARTIGO 10º (Benefício de transporte nacional) - NAS INSTRUÇÕES PRELIMINARES DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - Importação

As mercadorias transportadas em navios, aviões e outros meios de transporte, nacionais, gozam de um benefício de 20% na sua tributação pelas pautas, geral ou máxima, conforme os casos.

Frequências de navios do Brasil para Angola (julho-agosto de 2010):

Diversas agências marítimas brasileiras realizam transporte marítimo para o porto de angolano como a UNIMAR, Maersk, Grimaldi Group, Tropical e armadores Global/Clipper e Kieng-Hung.

Para informações específicas e atualizadas sobre fretes marítimos, os empresários brasileiros interessados deverão dirigir consulta no Brasil, às empresas de transportes marítimos relacionadas.

A tabela abaixo apresenta as rotas marítimas para o porto de Luanda a partir do Brasil. Essas informações devem ser atualizadas em função do período do embarque, de acordo com a disponibilidade da informação nos sites relacionados ao tema.

O tempo de envio de carga de navio do Brasil para o porto de Luanda: pode demorar em média 12 dias. O tempo de espera de 25 a 30 dias para o desembarque, mais 8 dias para desembarço. Assim sendo, recomenda-se o envio da mercadoria com antecedência de pelo menos 60 dias antes da data prevista para entrega em Angola.



Frequências dos principais portos brasileiros para Angola:

Porto de Embarque: Santos -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA						
Navio	Porto de Embarque	Armador	Agente	Rotação	Carga	
FRIA	STS 20/07/10	<u>SAFRA LINES</u>	<u>WILSON SONS</u>	RIO	C/G	
MSC NURIA	STS 20/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-SFS	FUL	
MSC SEATTLE	STS 20/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>		FUL	
MSC BANU	STS 23/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	PNG-SSA	FUL	
MSC ADRIATIC	STS 27/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG	FUL	
MSC KIM	STS 27/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-SFS	FUL	
CAPE SPENCER	STS 28/07/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	ITJ-RIO	C/G	
SOUTHERN CROSS	STS 02/08/10	<u>SAFRA LINES</u>	<u>WILSON SONS</u>	RIO	C/G	
MSC MARTA	STS 03/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-SFS	FUL	
MSC ANTARES	STS 03/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-RIO-SSA	FUL	
CEC MERIDIAN	STS 06/08/10	<u>CLIPPER</u>	<u>TROPICAL AG MAR</u>	ITJ	R/R	
GLORIA	STS 10/08/10	<u>CMA-CGM/NILE DUTCH</u>	<u>CMA CGM ROCHA TOP</u>	BUE-SFS-RIO	FUL	
MSC LORENA	STS 10/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-RIO-SSA	FUL	
VICTOR TALALIKHIN	STS 15/08/10	<u>CLIPPER</u>	<u>TROPICAL AG MAR</u>		R/R	
MSC SANDRA	STS 17/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-RIO-SSA	FUL	
HELENE RICKMERS	STS 25/08/10	<u>CMA-CGM/NILE DUTCH</u>	<u>CMA CGM ROCHA TOP</u>	BUE-SFS-RIO	FUL	
CEC MORNING	STS 25/08/10	<u>CLIPPER</u>	<u>TROPICAL AG MAR</u>	RIO	R/R	
CAPE SPENCER	STS 01/09/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	ITJ-RIO	C/G	



Porto de Embarque: Itajaí -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA						
Navio	Porto de Embarque		Armador	Agente	Rotação	Carga
CAPE SPENCER	ITJ	25/07/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	RIO	C/G
CEC MERIDIAN	ITJ	09/08/10	<u>CLIPPER</u>	<u>TROPICAL AG MAR</u>		R/R
CAPE SPENCER	ITJ	30/08/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	RIO	C/G
Porto de Embarque: Paranaguá -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA						
Navio	Porto de Embarque		Armador	Agente	Rotação	Carga
MSC BANU	PNG	21/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	SSA	FUL
MSC ADRIATIC	PNG	22/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG	FUL
MOL DIAMOND	PNG	24/07/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MSC ANTARES	PNG	29/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-RIO-SSA	FUL
MOL DIGNITY	PNG	31/07/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MSC LORENA	PNG	05/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-RIO-SSA	FUL
MOL DELIGHT	PNG	07/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MSC SANDRA	PNG	12/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-RIO-SSA	FUL
MOL DEDICATION	PNG	14/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MOL DYNASTY	PNG	21/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MOL STRENGTH	PNG	28/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
MOL WISH	PNG	04/09/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-RIO	FUL
Porto de Embarque: Rio Grande -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA						



Porto de Embarque: Rio Grande -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA

Navio	Porto de Embarque	Armador	Agente	Rotação	Carga
MSC NURIA	RIG 16/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	SFS	FUL
MSC KIM	RIG 23/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	SFS	FUL
MSC ADRIATIC	RIG 25/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	PNG	FUL
MSC MARTA	RIG 30/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	SFS	FUL
MSC ANTARES	RIG 01/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	PNG-RIO-SSA	FUL
MSC LORENA	RIG 08/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	PNG-RIO-SSA	FUL
MSC SANDRA	RIG 15/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	PNG-RIO-SSA	FUL

Porto de Embarque: Rio de Janeiro -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA

Navio	Porto de Embarque	Armador	Agente	Rotação	Carga
FRIA	RIO 23/07/10	<u>SAFRA LINES</u>	<u>WILSON SONS</u>		C/G
MSC ANTARES	RIO 26/07/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-SSA	FUL
CAPE SPENCER	RIO 29/07/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	ITJ	C/G
MOL DIAMOND	RIO 29/07/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
MSC LORENA	RIO 02/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-SSA	FUL
MOL DIGNITY	RIO 05/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
SOUTHERN CROSS	RIO 05/08/10	<u>SAFRA LINES</u>	<u>WILSON SONS</u>		C/G
GLORIA	RIO 09/08/10	<u>CMA-CGM/NILE DUTCH</u>	<u>CMA CGM/ROCHA TOP</u>	BUE-SFS	FUL
MSC SANDRA	RIO 09/08/10	<u>MSC DO BRASIL</u>	<u>MSC DO BRASIL</u>	RIG-PNG-SSA	FUL
MOL DELIGHT	RIO 12/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
MOL DEDICATION	RIO 19/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
HELENE RICKMERS	RIO 23/08/10	<u>CMA-CGM/NILE DUTCH</u>	<u>CMA CGM/ROCHA TOP</u>	BUE-SFS	FUL
MOL DYNASTY	RIO 26/08/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
CEC MORNING	RIO 28/08/10	<u>CLIPPER</u>	<u>TROPICAL AG MAR</u>		R/R
MOL STRENGTH	RIO 02/09/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL
CAPE SPENCER	RIO 02/09/10	<u>GLOBAL</u>	<u>OCEANUS</u>	ITJ	C/G
MOL WISH	RIO 09/09/10	<u>MOL</u>	<u>MOL</u>	SFS-PNG	FUL



Porto de Embarque: Salvador -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA					
Navio	Porto de Embarque	Armador	Agente	Rotação	Carga
MSC ANTARES	SSA 24/07/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG-PNG-RIO	FUL
MSC BANU	SSA 26/07/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	PNG	FUL
MSC LORENA	SSA 31/07/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG-PNG-RIO	FUL
MSC SANDRA	SSA 07/08/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG-PNG-RIO	FUL
Porto de Embarque: São Francisco do Sul -> Porto de destino: LUANDA - ANGOLA					
Navio	Porto de Embarque	Armador	Agente	Rotação	Carga
MSC NURIA	SFS 19/07/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG	FUL
MSC KIM	SFS 26/07/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG	FUL
MOL DIAMOND	SFS 26/07/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
MOL DIGNITY	SFS 02/08/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
MSC MARTA	SFS 02/08/10	MSC DO BRASIL	MSC DO BRASIL	RIG	FUL
MOL DELIGHT	SFS 09/08/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
GLORIA	SFS 12/08/10	CMA-CGM/NILE DUTCH	CMA CGM/ROCHA TOP	BUE-RIO	FUL
MOL DEDICATION	SFS 16/08/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
MOL DYNASTY	SFS 23/08/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
HELENE RICKMERS	SFS 26/08/10	CMA-CGM/NILE DUTCH	CMA CGM/ROCHA TOP	BUE-RIO	FUL
MOL STRENGTH	SFS 30/08/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL
MOL WISH	SFS 06/09/10	MOL	MOL	PNG-RIO	FUL

Armadores:

Armadores	Website	Agentes	Website
MSC DO BRASIL	www.mscbrazil.com/index.html	MSC DO BRASIL	
MOL	www.mitsuiosk.com.br/index.php	MOL	
CMA CGM	www.cma-cgm.com/	CMA CGM	
NILE DUTCH	www.niledutch.com/	ROCHA TOP	www.rochatop.com.br/home.php#/home/
GLOBAL	www.global.com.br/	OCEANUS	www.oceanus.com.br/
CLIPPER	www.clipper-group.com/	TROPICAL AG MAR	www.tropmar.com.br/
SAFRA LINES	www.safralines.com/	WILSON SONS	www.wilsonsons.com.br/



Os empresários brasileiros interessados deverão dirigir consulta, no Brasil, às empresas de transportes marítimos relacionadas. Alguns exemplos:

Os navios servidos pelo transitário Neotrans cobravam pelo transporte de um contentor de vinte pés de Lisboa para Angola, até antes de dezembro de 2009, cerca de USD 5.100.

A empresa Linhas de Navegação do Atlântico, S.A. (LNA), pequeno armador português à procura de parceiros angolanos, opera nos portos de Luanda e Lobito: em 2009, o seu frete de referência para contentor de vinte pés, contudo incluído, calculava-se em USD 3.700.

Porto de Luanda

Autoridade portuária: Administração do Porto de Luanda

Largo 4 de Fevereiro - Luanda 1229 - Angola / Tel. +244 2 335975 / <http://www.portoluanda.com.ao/>

Porto de Cabinda

Agentes de navegação		
Nomes	Endereço	Contacto
Zamba	Rua de Comércio	244-923424352
Manubito	Rua do Comércio	2244-31222609
SDV/AMI	Elias Garcias	244-913130466
Panalpina	António Pereira Neves	244-231269100
Safmarine/Maersk	Av. Agostinho Neto	244-231223817
Hull Blyth	Av. Craveiro Lopes	244-231222281
Gac Ship	Rua de Moçambique	244-231223918
Organizações LC	Rua de Comércio	244-923401084
Heblec	Rua Elias Garcias	2244-31224986
Cabestiva	Rua de Macau	244-231222013

Fonte: <http://www.portodecabinda.com/Clientes/AgentesNavegacao.aspx>



Operadores de linha		
NDS		
SAFMARINE-MAERSK	Av.Agostinho Neto/Cabinda	244-231223817
ANGOLANA DE NAVEGAÇÃO	Rua Irmão Evaristo/Cabinda	
SDV/ AMI	Rua Elias Garcias/Cabinda	244-913130466
LIN - LINE		
PANALPINA	Rua A. Pereira Neves/Cabinda	244-2312310034

Fonte: <http://www.portodecabinda.com/Clientes/OperadoresLinha.aspx>

Nome: Porto de Namibe

Autoridade Portuária: Empresa Portuária do Namibe
 CP 16 - Namibe, Angola / Tel. 244 222 390034 / Fax 244 217 653435
 Web Site: www.otal.com/angola

“O INACOM, Instituto Angolano das Comunicações, foi criado pelo Decreto nº 12/99, de 25 de Junho, e é o organismo responsável por, em Angola, assegurar a regulamentação e monitoramento da atividade de prestação de serviços de telecomunicações. Compete-lhe ainda a planificação, gestão e fiscalização da utilização do espectro radioelétrico, em todo o território nacional. O INACOM é um instituto público, tutelado pelo Ministério dos Correios e Telecomunicações, dotado de personalidade jurídica e com autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial.”

- Delegação Aduaneira de Encomendas Postais
 Av. 4 de Fevereiro – Marginal - Correios Centrais de Luanda

Composição do preço do frete marítimo

A composição do preço do frete marítimo leva em conta uma série de fatores considerados pelo agente ou armador até que chegue ao exportador ou importador: uma breve análise da composição do preço do frete marítimo (junto c/ as taxas e sobretaxas) e cada fator que incide no preço.

Frete básico (freight basic): a composição do frete básico é simples. Prevalece sempre o fator que incide na maior receita para o armador ou agente. Peso ou volume da mercadoria, e características da mercadoria, são analisadas para ser realizada a cobrança. Exemplo: Um cubo de metal mede 2m³, entretanto este mesmo cubo pesa 4000 kg. Portanto a composição do frete será a partir do peso, pois o que gera maior receita para o armador é o fator peso.

Existem várias taxas e sobretaxas acrescidas ao frete de percentual aplicado, destinado a cobrir determinados custos ou com justificativas diversas para aplicação da cobrança, exemplo:

1 - Bunker Surcharge (sobretaxa de combustível): também é conhecida como BAF – Bunker Additional Fuel. É a taxa aplicada em percentual sobre o frete básico para cobrir custos de combustível durante a viagem.

2 - Heavy Lift Charge (taxa para volumes pesados): geralmente esta taxa é cobrada para mercadorias que possuem exc-



so de peso, ou produtos com peso especial excedendo a regra normal que necessitam de condições especiais (equipamentos de manuseio ou mão-de-obra especializada). É cobrada para embarque, desembarque ou arrumação da mercadoria no navio. O Heavy Lift é cobrado progressivamente. e costuma ser aplicado a volumes cujo peso bruto seja superior a 5.000 ou equivalente a 5 toneladas.

3 – Extra Lenght Charge (taxa para volumes de grandes dimensões): é o contrário do Heavy Lift, pois todo volume cujo comprimento for superior a 12 metros pagará esta taxa, independentemente do seu peso.

4 – Currency Adjustment Factor (fator de ajuste cambial): esta taxa também é conhecida como FAC. É o fator de correção monetária aplicada à soma do frete básico mais o Bunker, Heavy Lift e se tiver Extra Lenght.

5 – Minimum Freight (taxa mínima): é a menor taxa necessária para cobrir certos custos. Aplica-se quando o volume é inferior a 1/2 ton (500 quilos) ou 1/2 m3.

6 – Open Rate (taxa aberta): é uma taxa admitida em algumas conferências para permitir aos armadores ofertarem preços e concorrerem com os navios tramps ou outsiders.

7 – Temporary Rate (taxa temporária): sua finalidade é uma só, atender determinadas condições de tráfego de abertura de mercados, forçando uma competição entre tramps ou outsiders, estabelecendo bases reduzidas de frete em relação aos preços normais e com aplicação restrita a determinado período de tempo.

8 – Special Rate (taxa especial): é fixada pela mesma razão ou condição dos valores oferecidos pela Temporary Rate.

9 – Lumpsum Rate (taxa de frete por atacado): é uma taxa fixada para o embarque de mercadorias como um todo e negociada entre as partes (armador/agente/cliente).

10 – Through Rate (taxa de prosseguimento): também conhecida como On Carrying Rate ou Through Bill of Lading. É uma taxa cobrada pelo armador para o prosseguimento da carga por via marítima ou terrestre até o destino final, incluindo o custo do transbordo entre os dois transportadores.

11 – Ad Valorem Rate: é uma taxa cobrada (percentual)

sobre a composição do frete exclusivamente para mercadorias de alto valor agregado.

12 – Minor Port Additional (adicional de porto): essa taxa é cobrada quando a mercadoria é embarcada ou desembarcada em porto secundário ou fora da rota.

13 – Congestion Surcharge (sobretaxa por congestionamento): trata-se de um percentual definido pela conferência de frete e aplicado sobre o frete básico quando nos portos onde existe grande movimentação ocorre uma frequente demora para atracamento.

Estes são alguns fatores simples de composição do preço de um frete marítimo. Existem taxas e sobretaxas diversas cobradas em cada operação como a “Not Otherwise Specified” que tecnicamente são tarifas aplicadas ao frete não especificado, ou seja, aquele valor aplicado a mercadorias que não constam das tarifas acordadas na Conferência. É um tema muito discutido na área de transportes marítimos pelo abuso direto dos conferentes.

Existem taxas e sobretaxas que devem ser aplicadas para cada tipo de produto. A influência de fatores incidentes no preço do frete básico só pode ser calculado conforme o produto, tipo de operação, destino/origem, dimensão, peso entre outros fatores de análise da composição do frete.

A Direção Nacional das Alfândegas de Angola é um órgão supervisionado pelo Ministério das Finanças de Angola.

No site do DNA pode-se encontrar:

- A legislação aduaneira incluindo a Pauta e o Código Aduaneiro;
- Lista dos despachantes Oficiais;
- Lista das empresas de inspeção de Pré-Embarque;
- Além de uma lista de sites relacionados ao comércio e ao Governo Angolano.

1.2 Terrestres

Sugerimos consulta a empresas especializadas, como DHL, UPS, Federal Express para informações atualizadas os



sobre o transporte rodoviário, ferroviário ou fluvial:

DHL : http://www.dhl.co.ao/pt/logistica/transporte_por_frete/frete_rodoviario_e_ferroviano.html

UPS : Calcular Tempo e Custo em https://wwwapps.ups.com/fctc/timeandcost?loc=pt_BR https://wwwapps.ups.com/fctc/timeandcost?loc=pt_BR

1.3 Aéreos

Para informações atualizadas, os empresários deverão, todavia, dirigir consulta à seção de carga das companhias aéreas relacionadas no Anexo I.

2. Comunicações

Nota: Documentação preferencialmente em língua portuguesa ou francesa

ANGOLA	ECONÔMICO			PRIORITÁRIO		EXPRESSO (EMS)	
	DOCUMENTO	LEVE	MERCADORIA	DOCUMENTO	LEVE	DOCUMENTO	MERCADORIA
Prazo Estimado de Entrega	13-17 Dias úteis	13-17 Dias úteis	13-17 Dias úteis	4-8 Dias úteis	5-9 Dias úteis		
Peso Máximo	5,00 Kg	2,00 Kg	20,00 Kg	2,00 Kg	2,00 Kg		
Seguro Opcional (Valor Máximo)	N	US\$ 400	N	N	US\$ 400		
AR				N	N		

Nota: Documentação preferencialmente em língua portuguesa ou francesa

Atenção: Os prazos estimados de entrega aqui apresentados são válidos apenas para postagens realizadas na cidade de São Paulo/SP. Para postagens realizadas em outras localidades, consultar <http://www.correios.com.br/internacional/cfm/precos/default.cfm>

Os valores limites do seguro opcional estão expressos em Dólar Americano.

FEDEX: <http://www.fedex.com/br/rates/rateinfo.html>



III - Informações sobre SGP

Sistema Geral de Preferências (SGP)

SPG da União Européia

Por meio do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da União Européia, desde janeiro de 2008, Angola pode exportar quase todo o tipo de produtos, menos armas, para o mercado da União Europeia (UE). O regulamento vem substituir o regime comercial aplicável a países ACP (Angola incluída) que terminou em 31 de Dezembro de 2007. O *SPG da União Européia oferece acesso isento de direitos e contingentes para quase todos os produtos para os mercados da UE. Angola se beneficia do SGP por estar classificada como país menos desenvolvido.

O SPG é um instrumento autônomo da política comercial de desenvolvimento do bloco econômico. Por ser instrumento de cooperação autônomo, o SGP é transitório, e, por isso, países que não necessitam mais desses benefícios podem ser excluídos do sistema. Desde 1971, a União Europeia concede o SGP a 130 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, além de outros 48 países menos desenvolvidos, incluída Angola.

O SGP da UE é composto por 3 regimes: o Regime Geral, do qual o Brasil é beneficiário; o Regime Especial a favor dos países menos avançados, também conhecido como Tudo Menos Armas (TMA) e o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e à Boa Governança – ou SGP+.

No caso do SGP da União Européia, o sistema prevê redução de tarifa de exportação de 3,5% a 30% para produtos considerados sensíveis e isenção para os não sensíveis.

Tratamento tarifário preferencial (redução de tarifa alfandegária) a produtos cobertos pelo esquema do outorgante, e procedentes e originários do beneficiário;

Outorgantes: 11 países e a Comunidade Européia, que concedem a preferência;

Beneficiários: países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

Todos os regimes acima citados excluem de seus benefícios preferenciais todos os produtos que estão incluídos no

capítulo 93 do Sistema Harmonizado (SH), e que são, em sua maioria, armas e munições. O Brasil é beneficiário apenas do Regime Geral e, no ano de 2008, exportou mais de € 4,3 bilhões dentro do sistema.

Em caso de dúvida, os empresários deverão consultar as autoridades aduaneiras.

SGP dos EUA - http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1233073903.pdf

O SGP americano concede isenção tarifária a milhares de produtos provenientes dos países emergentes. Angola é incluída na lista dos 44 Países de Menor Desenvolvimento (PMD) beneficiários do SGP dos EUA. O Brasil é atualmente o 4º maior usuário do mecanismo dos Estados Unidos, logo após Angola, Índia e Tailândia. Em 2007, o País exportou US\$ 3,4 bilhões via SGP ao mercado americano, 13% do valor total embarcado.

O acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais – SGPC foi concluído em abril de 1988, em Belgrado, e entrou em vigor, no Brasil, em 25 de maio de 1991. Por intermédio do SGPC, 48 países em desenvolvimento que ratificaram o acordo passaram a trocar concessões comerciais entre si. Participam do SGPC: Angola, Argélia, Argentina, Bangladesh, Benin, Bolívia, Brasil, Camarões, Catar, Chile, Cingapura, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Gana, Guiana, Guiné, Haiti, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Iugoslávia, Líbia, Malásia, Marrocos, México, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Peru, República da Coreia, República Popular Democrática da Coreia, Tanzânia, Romênia, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Trinidad-Tobago, Tunísia, Uruguai, Venezuela, Vietnam, República do Congo e Zimbábue.

No âmbito do SGPC, os exportadores brasileiros podem obter vantagens por intermédio de margem de preferência percentual, aplicável sobre a tarifa de importação em vigor no país outorgante, para os produtos que constam de sua lista de concessões.



A Lista de Concessões Tarifárias outorgadas pelo Brasil no âmbito do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC) foi publicada apenas ao Decreto nº 194, de 21 de agosto de 1991, na Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira (NCCA): ver em http://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm

No quadro da formação da Zona de Comércio Livre, em curso na SADC, a pauta reserva uma coluna para inserção das Taxas de Preferência, que apenas serão utilizadas quando Angola implementar o Protocolo da Zona do Comércio Livre da SADC.

Produtos abrangidos no SGP

Em geral, os países outorgantes beneficiam produtos agrícolas (capítulos 01 a 24 do SH) ou industriais (capítulos 25 a 97 do SH) que constem em suas listas positivas.

O Banco do Brasil e o Deint dispõem das listas de concessões dos países-membros da OMC, relativas a produtos agrícolas e industriais, decorrentes da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais.

Concessões Tarifárias do Brasil na OMC – Lista III

As concessões tarifárias do Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) constam da chamada Lista III no site: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=372>

O Brasil no âmbito do SGP (Sistema Geral de Preferências):

SGP: importações, cobertura, utilidade e utilização
Outorgantes: U.Européia, EUA, Japão e Canadá
Beneficiários: Brasil, Países em Desenvolvimento e Países Menos Desenvolvidos
Ano: 1997 - Importações em US\$ milhões

Outorgante	Discriminação	Importações				Índices		
		Total	Tributáveis (LL)	Cobertos pelo SGP	No âmbito do SGP	Cobertura	Utilidade	Utilização
Comunidade Européia	<i>Brasil</i>	14.098	7.658	6.137	4.401	80,1	57,5	71,7
	P.desvolvimento	275.962	176.245	113.051	64.014	64,1	36,3	56,6
	P. menos desenvolvidos	3.615	2.926	2.889	771	98,7	26,3	26,7
	Total dos beneficiários	279.577	179.171	115.940	64.785	64,7	36,2	55,9
Estados Unidos	<i>Brasil</i>	9.505	6.453	3.583	2.206	55,7	34,2	61,4
	P.desvolvimento	97.473	63.163	22.379	14.553	35,4	23,0	65,0
	P. menos desenvolvidos	3.868	2.813	2.680	766	95,3	27,2	28,6
	Total dos beneficiários	101.341	65.976	25.059	15.319	38,0	23,2	61,1
Canadá	<i>Brasil</i>	947	410	207	130	50,5	31,8	63,0
	P.desvolvimento	20.590	7.366	4.456	2.939	60,5	39,9	66,0
	P. menos desenvolvidos	218	47	9	5	18,1	9,8	54,5
	Total dos beneficiários	20.808	7.413	4.464	2.944	60,2	39,7	65,9
Japão	<i>Brasil</i>	3.737	812	383	321	48,4	39,5	81,6
	P.desvolvimento	171.803	92.699	39.703	16.783	42,8	18,1	42,3
	P. menos desenvolvidos	1.248	765	314	229	41,0	29,9	73,0
	Total dos beneficiários	173.051	93.465	40.017	17.012	42,8	18,2	42,5

Fonte: UNCTAD. Quantifying the Benefits Obtained by Developing Countries from the Generalized System of Preferences UNCTAD/TCO/TSB/Misc. 52 – 7 October, 1999.



A Administração do SGP no Brasil

De acordo com o Decreto nº 6.209, de 18/09/2007, e a Portaria nº 6, de 11/01/2008, a administração do SGP, no Brasil, é exercida pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio do Departamento de Negociações Internacionais, estando a seu cargo:

- Elaboração das normas e dispositivos que irão reger o SGP no Brasil, de acordo com as determinações dos países outorgantes, mantendo a devida coerência com relação à legislação brasileira;
- Divulgação e constante atualização das informações recebidas dos países outorgantes, de interesse do público exportador e que servem de material de apoio para o trabalho das agências emissoras; e
- Prestação de esclarecimentos às autoridades alfandegárias dos países outorgantes, sobredúvidas porventura surgidas quanto ao atendimento às regras por eles determinadas.

DEINT - Departamento de Negociações Internacionais

Esplanada dos Ministérios, Bloco J - 7º andar - Sala 718

CEP: 70053-900 Brasília, DF - Telefones: (61) 2109-7416 / Fax: (61) 2109-7385

Dada a extensão da lista de produtos beneficiados pelo SGP em Angola e no Brasil, bem como as alterações periódicas a que está sujeita, recomenda-se aos empresários brasileiros interessados dirigir consulta específica a um dos seguintes órgãos:

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Palácio Itamaraty

70170-900 Brasília – DF / <http://www.itamaraty.gov.br/>

1) Divisão de Inteligência Comercial (DIC)

Anexo I, 5º andar / Tel. (61) 3411-8932/8931/6391/6663/6668

BrasilGlobalNet : portal de promoção comercial e investimentos do Itamaraty (www.brasilglobalnet.gov.br).

2) Divisão de Acesso a Mercados (DACESS)

Anexo I, 5º andar / Fone: (61) 3411 8869/8879

3) DEINT - Departamento de Negociações Internacionais

Esplanada dos Ministérios, Bloco J - 7º andar - Sala 718

CEP: 70053-900 Brasília, DF / Telefones: (61) 2109-7416 / Fax: (61) 2109-7385

Principais Federações das Indústrias e Federações do Comércio estaduais:

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Unidade de Comércio Exterior Confederação Nacional da Indústria – CNI

SBN – Quadra 01 – Bloco C – Ed. Roberto Simosen

70040-903 Brasília – DF / Tel.: (61) 3317.9989 / 3317.9993 / Fax: (61) 3317.9994

<http://www.cni.org.br>

Os CINs estaduais

CIN Ceará - Tel.: (85) 3421.5420 / <http://www.fiec.org.br/portalv2/sites/cinv2/home.php?st=inicio>

CIN Minas Gerais -Tel.: (+55) 31 3213-1535 / Fax: (+55) 31 3213-1534

<http://www.fiemg.org.br/Default.aspx?alias=www.fiemg.org.br/cin>



CIN Paraná - Tel.: 41 3271-9000 / <http://www.cinpr.org.br/>
CIN Rio de Janeiro - Tel.: (55-21) 2563-4600 / Fax: (55-21) 2563-4040
<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE921D5239A0121D553E22B3145.htm>
CIN Rio Grande do Sul - Tel.: (51)3347 8675 http://www.fiergs.org.br/canais_fiergs.asp?idArea=50&idSubMenu=77
CIN Paraíba - Tel.: +55 83 3221-4884 / 3533-5585 / <http://www.cinpb.org.br/>
CIN Acre - Tel.: 68 3212 4204 / www.fieac.org.br
CIN Amazonas - Tel.: 92 3631-0907 / 3186-6511 / Fax: 92 3631-0899 / www.fieam.org.br/cin
CIN Alagoas - Tel.: 82 326-7038 / <http://www.fiea.org.br/cin>
CIN Amapá - Tel.: 96 214-1208 96/ 9115-0084 / www.fieb.org.br
CIN Bahia - Tel.: 71 3343-1327 / www.fieb.org.br
CIN Distrito Federal - Tel.: 61 3362 3881 / www.fibra.org.br
CIN Espírito Santo - Tel.: 27 3334-5789 / 27 3334-5673 / www.cin-es.org.br
CIN Goiás - Tel.(62) 3219-1421 / Fax: (62) 3219-1488 / www.sistemafieg.org.br
CIN Maranhão - Tel.: 98 3212 1802 / www.fiema.org.br
CIN Mato Grosso do Sul - Tel.: 67 3389-902267/ 9902-5118 / www.ciems.org.br
CIN Mato Grosso - Tel.: 65 3611-1655 / 3611-1565 / www.fiemt.com.br
CIN Pará - Tel.: 91 4009-4999 / www.fiepa.org.br
CIN Pernambuco - Tel.: 81 34128359/81 34218478 / www.fiepe.org.br
CIN Piauí - Tel.: 86 2183000/86 2299080 / www.fiepi.com.br
CIN Rio Grande do Norte - Tel.: 84 32046200 / www.fiern.org.br/negocios.cin.asp
CIN Rondônia - Tel.: 69 2163409 69 2163400 / cin@fiero.org.br
CIN Roraima - Tel.: 95 6211833 / www.fierr.org.br
CIN Santa Catarina - Tel.: 48 3231-465648 3231-4651 / www.fiescnet.com.br/cin
CIN de Sergipe - Tel.: 79 3226 7477 / www.fies.org.br/fies/cin.php
CIN São Paulo - Tel.: 11 35494561 11 35494549 / www.fiesp.com.br
CIN Tocantins - Tel.: 63 3228-8851 / www.fieto.com.br
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Tel.: (11) 3549-4499
<http://www.fiesp.com.br/>
FIRJAN - Tel.: (21) 2563-4455
<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>
AEB - Associação do Comércio Exterior do Brasil - Tel.: (21) 2544-0048 / Fax: (21) 2544-0577
<http://www.aeb.org.br/>
FECOMERCIO - Federações do Comércio do Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3138-1010/ 3138-1117/ 3138-1119 / Fax: (21) 3138-559/1563
<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>
Banco do Brasil http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8105,8111,21,0,1,1.bb?codigoNoticia=13437&codigoMenu=9028&codigoRet=9032&bread=2_2

**Embaixada de Angola em Brasília**

SHIS - QL 6 - Conjunto 5 - Casa 1 / CEP 71620-055 - Brasília - DF - Brasil

Tel. (61) 3248-4489 / 3248-2999 - Fax: 3248-1567 / www.embaixadadeangola.com.br

e-mail: embangola@embaixadadeangola.com.br / <http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/>

Consulado Geral da República de Angola no RJ

Av. Rio Branco, 311 - 2º andar - Centro / CEP: 20040-009 - Centro - RJ/ RJ

Tel: (21) 3526-9439 / Fax: (21) 2220-8063 / E-mail: consuladolangola@consuladodeangola.org /

www.consuladodeangola.org

Embaixada do Brasil em Angola

Avenida Presidente Houari Boumediene nr. 132

Miramar - Luanda - Angola

Telefones: (002442) 44 47 59/ 40 20 10/ 44 13 07 / Fax : (002442) 44 49 13

e-mail : emb.bras1@ebonet.net

Setor Comercial - SECOM - E-mail: Bras.secom@netcabo.co.ao

Câmara de Comércio Brasil-Angola - Ronaldo Chaer - Presidente

R. da Candelária 9 / sala 206 - Centro - Rio de Janeiro RJ 20091-020

Tel: 2514.1259 / Fax: 2253.6236 / E-mail: cciba9@hotmail.com



IV - Informações Práticas

1. Moeda e subdivisões: metal e papel

Kwanza

Sub-Unidade: Cêntimo 1/100

Símbolo: Kz

Plural: Kwanzas

Moedas: Kz 0,10; Kz 0,50; Kz 1; Kz 2; Kz 5

Notas 10, 50, 100, 200, 500, 1.000, 2.000 kwanzas

Banco: Banco Nacional de Angola | www.bna.ao

Taxas de Câmbio de Referência - 2010

Médias Mensais do Kz em Relação ao Dólar Americano, Euro, Yen e Rand (R.S.A)

ANO 2010	Dólar (US)			Euro			Yen			Rand (RSA)		
	COMPRA	VENDA	MÉDIA	COMPRA	VENDA	MÉDIA	COMPRA	VENDA	MÉDIA	COMPRA	VENDA	MÉDIA
JAN	89,569	90,017	89,793	128,012	128,661	128,337	0,980	0,985	0,983	12,008	12,079	12,043
FEV	90,041	90,491	90,266	123,101	123,741	123,421	0,998	1,003	1,001	11,720	11,827	11,774
MARÇO	91,062	91,517	91,290	123,629	124,276	123,953	1,007	1,012	1,009	12,229	12,341	12,285
ABRIL	93.449	93.916	93.683	125.375	122.368	123.871	1.001	1.006	1.003	12.727	12.815	12.771
MAIO	92.535	92.998	92.766	114.051	114.638	114.344	1.004	1.009	1.006	12.132	12.211	12.171
JUNHO	92.337	92.799	92.568	112.909	113.496	113.203	1.013	1.019	1.016	12.072	12.186	12.129
JULHO	92.338	92.800	92.569	117.692	118.307	118.000	1.053	1.059	1.056	12.200	12.315	12.257
MÉDIA ANUAL	91,619	92,077	91,848	121,292	121,397	121,345	1,008	1,013	1,011	12,155	12,253	12.204

Fonte: <http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=325&a=1085>

2. Pesos e medidas

Sistema Métrico Decimal.

3. Feriados

1 de Janeiro – Dia de Ano Novo

4 de Janeiro – Dia dos Mártires da Repressão Colonial

4 de Fevereiro – Dia do Início da Luta Armada Nacional



8 de Março – Dia Internacional da Mulher
 1 de Maio - Dia Internacional do Trabalhador
 1 de Junho – Dia Internacional da Criança
 17 de Setembro – Dia do Fundador da Nação e do Herói Nacional
 2 de Novembro – Dia de Finados
 11 de Novembro – Dia da Independência Nacional
 25 de Dezembro - Dia de Natal

Feriados móveis:
 Terça-feira de Carnaval
 Sexta-feira Santa

4. Fusos horários

+ 4 horas. No horário de verão brasileiro, + 5 horas.

5. Horário comercial

órgãos governamentais, escritórios, comércio e bancos.
 Serviços Públicos: 8:00 - 12:00 /
 14:00-17:00 (de segunda a sexta-feira)
 Comércio: 8:30 - 12:00 /
 15:00-19:00 (de segunda a sexta-feira)
 Bancos: 8:30 - 11:30 /
 14:00-15:30 (de segunda a sexta-feira)

6. Corrente elétrica

220V AC, 50 ciclos

7. Períodos recomendados para viagem

Em função dos hábitos e condições locais, tais como: período de férias, disponibilidade de vagas em hotéis, das condições climáticas, etc., conforme aplicável.

8. Visto de entrada

Requisitos de Entrada no território de Angola
 Consultar o site da Embaixada de Angola: http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=61

Tipos de visto:

http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=4&Itemid=71

Formulários para pedidos de visto:

http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=72

9. Vacinas

Exigências normais; certificado internacional de vacinação (febre amarela, varíola, outras); outras exigências, temporárias ou permanentes, se aplicável.

O governo angolano exige uma vacina contra a febre-amarela. Os que chegarem sem um documento comprovativo da vacina correm o risco de serem vacinados no aeroporto em Luanda. Outras vacinas recomendadas antes de entrar no país são as da hepatite A e B, poliomielite, raiva, tifoide, tétano e meningite.

10. Angola Informações Gerais e Telefones Úteis

Site Oficial de Angola: www.angola.org
 Linhas Aéreas
 Aeroporto - Informações: 222. 354614
 Linhas Aéreas de Angola (TAAG)
 Av. Presidente Vargas, nº 542 Loja A
 Tel: (21) 2206-3050 Ou 0800 979 2269 /
 Fax: (21) 2223-0503
 e-mail: taagreservas@uol.com.br /
<http://www.taag.com.br/>
 Companhias aéreas que ligam Luanda à Europa
 TAP; Air France; British Airways; Brussels Airlines; SAA;
 Ethiopian Airlines



Angola tem uma boa rede de aeroportos que cobre todo o território nacional.

Automóveis

Para conduzir um automóvel é necessária a carta internacional, ou licença local de condução, que só pode ser obtida com o visto de residência ou de trabalho. O deslocamento da capital para duas outras cidades do CAN – Benguela e Lubango - pode ser feita por via rodoviária ou área.

Para Cabinda, apenas por via aérea.

Circulação de automóvel: Mão direita.

Há gasolina na maior parte das zonas urbanas e há alguns carros para alugar em Luanda e em algumas cidades das províncias. Conduzir fora das áreas metropolitanas pode ser perigoso devido ao mau estado das estradas, sobretudo à noite. (Todos os viajantes são incentivados a se registrarem na Embaixada brasileira).

Informações sobre Luanda

- Existe vôo direto entre Rio de Janeiro/São Paulo e Luanda (www.taag.com.br)
- O serviço de taxi quase não existe; sugestão: aluguel de carro
- O dólar é aceito em vários estabelecimentos
- A moeda local é o Kwanza (1US\$ = 88 KZ)
- Um sanduíche com refrigerante = US\$ 20,00; 1 almoço = US\$ 50,00

Fonte: http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/filda/Filda2010_Seminario.pdf

Informações úteis

Idioma Oficial: Português
 Outras Línguas Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Fiote, Tchokwe, NGanguela e Kuanhama.
 Moeda: Kwanza (Kz. 83.50-Usd 1.00)

Electricidade 220 volts

População: 14.000.000 de habitantes (est. 2005)

Utilidade Pública

Hospital Josina Machel 222 335 046 / 336 133

Hospital Américo Boavida 222 380 118 / 19

Hospital Militar Central 222 322 315 /16

Hospital do Prenda 222 352 007 / 352 610

Hospital Maternidade 222 323 052

Maternidade Augusto Ngangula 222 446 689 / 449 131

Macon Taxi 222 470 520

Emergências

Posto de Comando Central 222 332 301 / 330 895

Unidade Operativa de Luanda 222 260 485

Ambulâncias 116

Bombeiros 115

Polícia 113

Fonte: Ministério de Hotelaria e Turismo – MINHOTUR

http://www.minhotur.gv.ao/pagina_angola/instituto_fomento_turistico_ESTATUTO_FULL.html

A.I.A. (Associação Industrial de Angola)

Rua Manuel Caldeira 6 – Luanda -

Tel. +244- 222.338.650/222.330.624;

Fax: +244- 222.392.241 / e-mail: AIA@netangola.com

A.N.I.P. (Agência Nacional de Investimento Privado)

Rua Cerqueira Lukoki n. 25 – Edifício do Ministerio da Industria, 9ºpiano- Luanda

tel.: + 244 -222- 391.434 / 331.252 /

fax: +244 - 222.393.381 www.investinangola.com

Banco Mundial

Largo Albano Machado, 23/25 - Maculusso – Luanda

Tel. (+244) 222 394677 / 222 394877 / 222 394727 /

Fax (+244) 222 394784 / www.worldbank.org/angola

**Comissão Europeia**

Rua Rainha Ginga, 41/45 - Luanda
 Tel. (+244) 222 393038 / 391277 /
 Fax (+244) 222 390825 / 222 392531
 E-mail: delegation-angola@cec.eu.int /
 www.delago.cec.eu.int

Nações Unidas - UNDP

Rua Major Kanhangulo, 197 - Luanda
 Tel. (+244) 222 331181 / 331188 / 331193 / 331196 /
 3390467 / 393721
 Fax (+244) 222 335609 / e-mail: registry.ao@undp.org
 Sonangol
 Rua 1º Congresso do MPLA, N.º 8-16 - Luanda
 Tel.: (+244) 222 334448 / Fax: (+244) 222 391782
 E-mail: secretariageral@sonangol.co.ao /
 www.sonangol.co.ao

Agência de Notícias: www.angolapress-angop.ao

Hoteis (Luanda)

XX - A operadora; (222) prefixo para telefone fixo

Hoteis 4 Estrelas

1. Trópico - R. da Missão, nº 103 / Tel: 222 370070
 Fax: 222 399930 / 391798 /
 e-mail: Tropico@htropico.com
2. Alvalade - Av. Comandante Gika /
 Tel.: 222 327470 / Fax: 222 327480 / 327481
3. Complexo Hoteleiro da Endiama (Miramar) /
 Tel: 222 447954 / 449878 / Fax: 222 448209
4. Presidente Meridien Tel: 222 311449 / 310859 /
 Fax: 222 310607
5. Complexo Talatona (Luanda Sul) /
 Tel: 222 371270 / Fax: 222 372019
6. Vila Araújo - (Luanda Sul) / Tel: 912502177
7. Palm Beach / Tel: 222 308582

Hoteis 3 Estrelas

1. Marinha / Tel: 222 309398 Fax: 222 309400
2. Fórum / Tel: 222 334243 / 324349
3. Continental - R. Rainha Ginga, nº18/21 /
 Tel: (244) 222 334241 / 334242 / 334243 / 334244
4. Tivoli - Rua da Missão, nº 85 /
 Tel: 00 XX (244) (222) 396-892 / 396-909
5. Mundial / Tel: 222 390561 / 336141 / Fax: 222390460
6. Universo / Tel: 222 333193 / 333195 /
 Fax: 222 333194
 e-mail: hoteluniverso@multitel.co.ao;
 www.ghoteluniverso.com
7. Pôr do Sol / Tel: 923411150

Pensões

1. Toclepa / Tel: 222 350134
2. Paraiso / Tel: 222 350134
3. Podium / Tel: 912941821 / 912507348
 AngoAccommodation: <http://www.angoalojamento.com>
 AngolaHosting: <http://www.angolahosting.com>
 LuandaOnline: <http://www.luandaonline.com>

Saúde**Principais Clínicas Privadas em Luanda:**

- Sagrada Esperança: Rua Mortala Mohamed -
 Ilha do Cabo
 tel.: 222.309687 / 222.309688 / Fax: 309033
- Alvalade: tel: 222.323540
- Clinica da Missão tel.: 222.390025
- Clinica da Mutamba tel.: 222.393783

As estruturas de saúde angolanas ainda estão abaixo dos critérios ocidentais habituais. Algumas clínicas privadas em Luanda prestam serviços adequados de tratamento. Recomenda-se a profilaxia da malária durante a estada em Angola. Lariam/Mefloquine, Malarone, e Doxycyline são medicamentos utilizados normalmente na profilaxia da malária que devem ser tomados continuamente, antes da chegada a Luanda.

A qualidade da água nas principais zonas urbanas é má e por esta razão ocorrem surtos periódicos de cólera. É impor-



tante ser extremamente cuidadoso com a água e os alimentos. Ferver a água pode não ser o suficiente para evitar doenças; recomenda-se água engarrafada importada ou água filtrada. Se lhe forem servidos legumes, em especial salada, certifique-se de que foram devidamente tratados. Devem-se evitar frutos crus, com casca.

O Centro Americano para Controle de Doenças calcula que a taxa nacional de infecção com o HIV/SIDA é de 2.8%, embora os números variem bastante de acordo com a província. A vigilância da tuberculose e de doenças sexualmente transmissíveis é insuficiente para produzir estatísticas significativas. No entanto inquéritos feitos a hospitais e clínicas demonstraram que a taxa de infecção está a aumentar.

Supermercados, catálogos e compras online

(lista de supermercados e variedades de catálogos e lojas online em ordem alfabética).

Afri-Belge: Presente em dois endereços: Boa Vista (próximo ao Hotel Continental). Frutas e vegetais frescos por um bom preço e pequenos aparelhos de cozinha, utensílios e produtos relacionados.

Angoship: Presente em dois endereços: Rua Rainha Jingga, nº 172 e no Largo do Ambiente, nº 11. Bem abastecido com a maioria dos produtos de mercearia, frutas e vegetais frescos, carnes congeladas, pães, bebidas e álcool. A maioria dos itens é importado de Portugal. É necessário se associar com um adiantamento de US\$500 para a loja localizada em Rainha Jingga. As compras são deduzidas do saldo do crédito. O saldo tem que ser repostado periodicamente. O supermercado está localizado também na Praça do Ambiente, abaixo da "Serpentina" da Embaixada americana, que está aberta para todos com pagamentos feitos em Kwanzas. Horário de funcionamento: Segunda - feira 15h às 18h45; terça à sexta 9h às 18h45; sábado 9h às 13h45; fechado para almoço de segunda a sexta entre 12h45 e 15h.

Aujaf, Ltd.: Rua Eugénio de Castro, nº 59. Tel. 363-224/363323. Localizado mais abaixo da mesma estrada que o Jembas e o Cinema Atlântico. Loja abastecida por produtos da África do Sul. Frutas e vegetais frescos, carne congelada,

queijos (nata, cream cheese, etc.), produtos especiais, pães (francês, bagels, etc.), e doces. Comidas indianas também podem ser encontradas, como por exemplo, roti, ghee, masalas, etc... Horário de funcionamento: Segunda à sexta 9h às 18h30; sábado 9h às 14h.

"Elf" (Cantina Palanca): Rua Presidente Marien N'Gouabi. Localizado no subsolo do prédio residencial TotalFinElf. É necessário filiação através de um depósito de US\$500. Bem abastecido com produtos franceses e sul-africanos por vãos semanais. Carnes frescas e sessão de queijos; frutas e vegetais frescos, comidas congeladas, álcool, pães e flores frescas. Horário de Funcionamento: Segunda à quarta 9h às 13h/14h às 19h; quinta-feira 9h às 13; sexta-feira 8h30 às 13h/ 15h às 19h30; sábado 8h30 às 15h.

Es-Ko Angola, Ltd. (Cantina Abastecimentos Ass.): Rua Gomes da Sousa, sem letreiro na frente da loja (fica na esquina, no prédio rosa). É necessário filiação, porém é permitido realizar o depósito em dinheiro (qualquer valor), ou em cheque. Também é necessário apresentar duas fotos para passaporte para o cartão de identificação e cópia do passaporte. Os produtos à venda incluem carnes frescas sul africanas, carnes congeladas da África do Sul e Brasil, pães brancos e integrais, frutas e vegetais frescos, queijos, produtos enlatados e embalados, produtos de higiene e utensílios de cozinha. Os preços estão marcados em euro e KWZ. Tel 390-536. Horário de Funcionamento: Segunda à sexta 15h às 18h; sexta-feira 9h30 às 12h/ 15h às 18h; Sábado 9h às 12h.

Hipermercado Samba: Rua da Samba,, nº 11. Está aberta para todos com pagamentos feitos em Kwanzas. Bem abastecido com produtos enlatados e empacotados, uma área refrigerada e sessão de carnes, frutas e vegetais frescos, bebidas e produtos para casa. O Hipermercado Samba tem estacionamento próprio. Horário de funcionamento: segunda à sexta 9h às 17h; sábado 9h às 14h.

Intermarket: Localizado atrás do Hotel Presidente, aberto para todos devendo o pagamento ser feito em kwanzas ou dólar. Há um pequeno banco no local para caso você precise trocar dinheiro. É bem abastecido em quantidade, mas



não em variedade. Frutas e vegetais frescos, laticínios, carnes, comidas embaladas e enlatadas. Além disso, há uma grande variedade de produtos domésticos. Possui estacionamento próprio. Horário de funcionamento: segunda à sábado 9h às 18h; domingo 8h às 12h.

"Jumbo" (Loja Francas de Angola): Avenida Deslinda Rodrigues, estrada para Viana, fora do desvio da Primeiro de Maio. Aberto para todos com pagamento feito em Kwanzas. Loja ampla e uma grande seleção de produtos de casa, cozinha, comida, álcool, frutas e vegetais frescos, itens de padaria e brinquedos infantis. A loja possui estacionamento próprio. Fica lotada nas manhãs de sábado. Horário de funcionamento: segunda à sexta 9h às 17h; sábado 9h às 13h.

Jumavip (minimercado): Próximo ao "Auto Pechincha" fora do Largo Bocage, e na rua atrás do Aujaf, Ltd (a loja "sul africana"). De gerência portuguesa, a loja possui uma vizinhança agradável. Ótimos produtos, carnes, etc. e há um pequeno restaurante (O Golfingha) logo atrás, aberto apenas para almoço e lanche. Aparenta ser novo e limpo, inclusive os sanitários. Tel. 365-086. Horário de funcionamento: segunda à sexta 8h às 20h; sábado 8h às 18h.

Netgrocer: há restrições de malote sobre tamanhos de pacotes e proibições de líquidos, vidros, etc. quando realizarem compras de produtos alimentares pela internet.

Peter Justesen Company: Diplomatic Home Free Shop. Produtos para casa (utensílios de cozinha, roupa de cama), vinhos, licores, cervejas, todos os tipos de comida, roupas e acessórios oferecidos para funcionários diplomatas. Existem muitas taxas (escondidas) e os preços são muito altos.

Company A/S Redmolen 2, P.O. Box 2721-Freeport
0900 Copenhagen, Denmark / Tel.: 45-3915-9600 /
Fax: 45-3915-9797

e-mail: africa@pj.dk; / <http://www.pj.dk/m/2.exe/fp/index.ms?sessionid=T71dpXd8i1>

Samtrex: Oferece catálogo de pedidos com uma vasta seleção de produtos de consumo (frutas frescas, carnes congeladas, laticínios, produtos enlatados, vinhos, cervejas, etc.) vindos da África do Sul e entregues uma vez por mês. Frete

aéreo em gelo seco para produtos congelados. Os vôos vindos da África do Sul duram 3h30. Duas vezes por ano a empresa transporta pedidos através de frete marítimo, que apesar de ser mais demorado, é mais barato. Para envio por frete marítimo são permitidos apenas os produtos secos, enlatados ou engarrafados. (Pty) Ltd.: PO Box 40189, Cleveland 2022; 371 Jules Street, Malvern, Johannesburg 2094; Tel. (27-11) 622-2613; Fax (27-11) 011-615-8114; E-mail - info@samtrex.co.za

Sodispal: Rua Dos Combatentes/ Rua Comandante Valodya. Localizado em frente à feira de N'Goma. É possível associar-se, mas não é necessário; existem dois caixas para compras em Kwanzas. É possível encontrar cortes de carnes brasileiras e nativas que incluem bifês, hamburgers, carne de porco, costela, assim como frutas e vegetais frescos, vinhos e outros produtos. Eles possuem alguns produtos americanos, como o maple syrup Log Cabin e Crayola Crayons. Preços razoáveis. Além do mais, é possível encontrar também uma padaria com pães, bolos frescos e doces. Horário de Funcionamento: segunda à sexta 8h às 17h30; sábado 9h às 13h.

Talho Tá Clara: Rua Cardoso Camim, paralela à Avenida 10 de Dezembro e do prédio do Parlamento. Pequena loja com carnes frescas e congeladas, frutas e vegetais frescos, etc. A loja fica muito cheia nas manhãs de sábado.



BIBLIOGRAFIA

Para elaboração deste estudo foram consultadas páginas eletrônicas de ministérios e entidades, dentre as quais:
Fontes de Angola

- Portais da República de Angola - <http://www.angola.gov.ao>
- Portal do Governo de Angola - <http://www.governo.gov.ao>
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - <http://www.minadrp.gov.ao>
- MINPESCAS - <http://www.angola-minpescas.com>
- Instituto para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal – IPA
<http://www.angola-minpescas.com/IPA/index.aspx>
- Ministério das Finanças - <http://www.minfin.gv.ao>
- Ministério da Geologia e Minas e Indústria - <http://www.mingmi.gov.ao>
- Ministério da Hotelaria e Turismo - <http://www.minhotur.gov.ao>
- Ministério do Planeamento - <http://www.minplan.gov.ao>
- Ministério dos Transportes - <http://www.mintrans.gov.ao>
- Bolsa Nacional de Fretes - <http://www.mintrans.gov.ao/ServicosDoGovernoD.aspx?Codigo=348>
- Agência Nacional Investimento Privado - <http://www.anip.co.ao>
- Angola Press - ANGOP - www.portalangop.co.ao
- Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola - www.aebran.com
- Banco Nacional de Angola - <http://www.bna.ao>
- Bolsa de Negócios e Emprego de Angola - <http://www.bne.gov.ao>
- Câmara de Comércio e Indústria de Angola – CCIA - <http://www.ccia.ebonet.net>
- Conselho Nacional de Carregadores de Angola
<http://cnc-angola.com/sobre-o-cnc/conselho-nacional-de-carregadores>
- Direcção-Geral das Alfândegas - <http://www.alfandegas.gv.ao>
- Direcção Nacional do Comércio de Angola - DNC - www.dnci.net
- Feira Internacional de Luanda- FIL - <http://www.fil-angola.co.ao>
- Instituto Angolano de Propriedade Industrial – IAPI - www.iapi.gv.ao
- Instituto de Desenvolvimento Florestal – IDF - <http://www.idf-facility.gv.ao>
- Instituto de Estradas de Angola – INEA - <http://www.inea.gv.ao/>
- SONANGOL - http://www.sonangol.co.ao/corp/home_pt.shtml
- Embaixada de Angola em Brasília - www.angola.org.br
- Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro - <http://www.consuladodeangola.org>
- Consulado Geral de Angola em São Paulo - <http://www.consuladogeraldeangolasp.org>
- Instituto Nacional dos Caminhos-de-Ferro de Angola (INCFA)
- Fontes adicionais de informação sobre portos em Angola: <http://www.otal.com/angola/index.htm#namibe> http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2010/4/19/,156f19d9-e97e-4502-b04f-29ef8e11923f.html



Fontes do Brasil

- Alice Web - www.alicewb.desenvolvimento.gov.br
- Apex Brasil - Agência brasileira de promoção de exportação e investimentos www.apexbrasil.com.br
- Banco Central do Brasil - www.bcb.gov.br/
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - <http://www.bndes.gov.br>
- Câmara de Comércio Brasil-Angola - http://www.acrj.org.br/rubrique.php?id_rubrique=60
- Correios – Exporta Fácil http://www.correios.com.br/exportafacil/pdf/ANEXO_10_FICHARIO_DE_PAISES.pdf
- Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC <http://www.desenvolvimento.gov.br/>
- Ministério das Relações Exteriores – MRE
<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-ilaterais/africa/angola/pdf>
- Ministério das Relações Exteriores - Brazil Trade Net - <http://www.braziltradenet.gov.br/frmPrincipal.aspx>

Fontes internacionais

- Africa 21 Digital - <http://www.africa21digital.com>
- African Economic Outlook / Perspectivas Económicas na Angola 2010 <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/southern-africa/angola>
- Banco Mundial - www.worldbank.org | <http://datos.bancomundial.org/pais/angola>
- Banco Mundial - Doing Business 2010 - <http://portugues.doingbusiness.org/ExploreEconomies/?economyid=7#StartingBusiness>
- CIA Factbook Angola - <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>
- Economist Intelligence Unit - www.eiu.com | <http://country.eiu.com/Angola>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO - FAOSTAT (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação- Estatísticas) - <http://faostat.fao.org/site/377/default.aspx#ancor>
- Financial Times - www.ft.com
- Fundo Monetário Internacional - FMI - <http://www.imf.org>
- International Customs Tariffs bureau - <http://www.bitd.org/>
- Market Access Map - <http://www.macmap.org/brazil>
- Oil and Gas Insight - <http://www.oilandgasinsight.com/file/9991/angola-oilandgas.html>
- The Organization of the Petroleum Exporting Countries – OPEC (Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP) - www.opec.org
- World Customs Organization – WCO (Organização Mundial das Alfândegas) - <http://www.wcoomd.org>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - <http://www.pnud.org.br/home/>
- Railways Africa - <http://www.railwaysafrica.com/blog/2010/02/transnet-to-run-cfb>
- United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
www.unctad.org/en/docs/rmt2009_en.pdf | <http://www.undp.org/>
- The United Nations Children’s Fund – UNICEF -http://www.unicef.org/infobycountry/angola_statistics.html#68
- World Port Source - http://www.worldportsource.com/ports/AGO_Porto_de_Luanda_502.php



- U.S. Energy Information Administration - Independent statistics and Analysis - <http://www.eia.doe.gov/cabs/Angola/Oil.html>
- Ambassade de France en Angola – Service Économique de Luanda - <http://www.eraac.com/pays/Angola.pdf>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial
Brasília, 2010

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior
Série: Como Exportar
CEX: 199
Elaboração: Ministério das Relações Exteriores – MRE
Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial - SGEC
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – DPR
Divisão de Inteligência Comercial – DIC
Embaixada do Brasil em Luanda
Setor de Promoção Comercial – SECOM
Coordenação: Divisão de Inteligência Comercial
Distribuição: Divisão de Inteligência Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o “status” jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

O DPR, que é titular exclusivo dos direitos de autor, permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.